



COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

LEVANTAMENTO 2014-2016





COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

LEVANTAMENTO 2014-2016



ipea

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro Esteves Pedro Colnago Junior

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Constantino Cronemberger Mendes

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

Fabiano Mezadre Pompermayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Pinheiro Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ministério das Relações Exteriores Ministro de Estado das Relações Exteriores

Aloysio Nunes Ferreira

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

Subsecretário-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais

Embaixador Santiago Irazabal Mourão

Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Embaixador Ruy Pereira

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em setembro de 1987, integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais.

Para desempenhar sua missão, a ABC se orienta pela política externa do MRE e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de Governo.

URL: <http://www.itamaraty.gov.br>

URL: <http://www.abc.gov.br>



COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

LEVANTAMENTO 2014-2016



ipea

Brasília, 2018

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editores

João Brígido Bezerra Lima
André Rego Viana
José Romero Pereira Júnior

Equipe de Pesquisa

João Brígido Bezerra Lima (coordenador)
Ana Luíza Jardim de Carvalho Rochael Garcia
André Rego Viana
João Antônio dos Santos Lima
Jose Alejandro Sebastian Barrios Diaz
José Romero Pereira Júnior
Jhonatan do Rosário Ferreira
Lívia Líria Avelhan
Rodrigo Pires de Campos
Valéria Maria Rodrigues Fechine
Vinícius Oliveira Feitosa (estagiário)

Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional : levantamento 2014 - 2016 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília : IPEA : ABC, 2018.
315 p. : gráfs. (alguns color.)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7811-341-4

1. Cooperação Internacional. 2. Relações Internacionais. 3. Ajuda para o Desenvolvimento. 4. Organizações Internacionais. 5. Brasil. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Agência Brasileira de Cooperação.

CDD 327.81

Ficha catalográfica elaborada por Andréa de Mello Sampaio CRB-1/1650

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
O MÉTODO DE LEVANTAMENTO	15
1 Ponto focal.....	17
2 Guia operacional.....	17
3 Hora técnica.....	18
4 Mapeamento de dados	18
5 Legitimação de dados e textos.....	19
CAPÍTULO 2	
A ATUAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA.....	21
1 Gestão da cooperação técnica	21
2 Gestão pública.....	33
3 Saúde	49
4 Meio ambiente	103
5 Ciência, tecnologia e inovação	131
6 Agricultura	160
7 Formação de pessoal estrangeiro de nível superior	192
8 Direitos humanos.....	221
9 Desenvolvimento urbano, programas sociais e econômicos	257
CAPÍTULO 3	
OS GASTOS DE GOVERNO NA COBRADI.....	265
1 Série histórica dos gastos.....	265
2 Participação nominal e relativa dos órgãos do governo federal	266
3 Abrangência geográfica e lateralidade	267
4 Tipos de gastos	274
APÊNDICES	295

APRESENTAÇÃO

O protagonismo do Brasil ao final dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000 assentou o entendimento e a percepção mundial de tratar-se de uma potência emergente em face do desempenho e da liderança em diferentes circunstâncias e, entre elas, sua atuação na cooperação internacional. É nesse contexto que o Ipea¹ assumiu a liderança no processo de criação e desenvolvimento de metodologia própria que viabilizasse o levantamento da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e mediante a mobilização de mais de uma centena de órgãos públicos federais com atuação internacional.

As pesquisas sobre a Cobradi, coordenadas pela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea, subsidiam, desde 2010, os esforços nacionais de dar maior transparência às ações e estratégias governamentais de inserção internacional do país perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional, e, igualmente, de promover a formulação de política de cooperação para o desenvolvimento internacional integrada aos objetivos da política externa brasileira e aos desafios globais de desenvolvimento.

As três publicações oficiais do governo brasileiro sobre a Cobradi de 2010,² 2013³ e 2016⁴ adensaram a experiência brasileira. Possibilitaram comparabilidade entre a Cobradi e a ajuda oficial de outros países para o desenvolvimento internacional. E, pelas peculiaridades do objeto de estudo, projetaram-na como uma nova referência no sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento.

Referenciadas em diversos países do mundo e por instituições internacionais com longa e destacada atuação no tema, as publicações oficiais têm amplo reconhecimento. Instituições como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que há décadas abordam os temas da cooperação internacional e do desenvolvimento internacional no mundo, fizeram alusões às publicações oficiais do governo federal brasileiro desde 2010. Diversas missões estrangeiras vieram ao Brasil, em especial à Dinte/Ipea, interessadas em conhecer mais da experiência de pesquisa brasileira; e integrantes da Dinte passaram a ser convidados para

1. O Ipea tem como missão "Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e de assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas".

2. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2005-2009. Brasília: Ipea; ABC, 2010.

3. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2010. Brasília: Ipea; ABC, 2013.

4. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2011-2013. Brasília: Ipea; ABC, 2016.

participar de eventos e oportunidades de compartilhamento de suas experiências de pesquisa no exterior.

A análise retrospectiva das abordagens e dos instrumentos metodológicos concebidos pelo Ipea para as pesquisas sobre a Cobradi revela a aprendizagem acumulada na trajetória de quase dez anos de esforços.

Em verdade, o governo federal não dispunha de registros sistematizados, nomenclatura padronizada ou publicações panorâmicas de seus gastos efetivamente realizados, nem do repertório de conhecimentos técnicos e científicos em cooperação para o desenvolvimento internacional. Estudos sobre o tema eram escassos, restringiam-se a relatórios de atividades de instituições ou setores específicos do governo, enfrentavam sérios obstáculos para a identificação e o registro de valores, e resultavam em relatórios predominantemente de uso interno às instituições.

O presente relatório da Cobradi surge em momento oportuno, quando tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo discutem-se aspectos relevantes da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), em especial, mas não exclusivamente, a partir da ótica dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, em conformidade com a missão e a *expertise* do Ipea, o relatório resgata a perspectiva das políticas públicas e de seus reflexos sobre os esforços brasileiros de compartilhamento e promoção do desenvolvimento internacional.

Com base nisso foi possível estruturar uma leitura da cooperação brasileira que, mantendo o registro dos gastos do governo federal e reconhecendo sua importância, aborda a Cobradi a partir do protagonismo brasileiro no cenário internacional, mediante sua participação em diferentes arenas, bem como da difusão de práticas bem-sucedidas do país para o mundo, assumindo a forma de um testemunho sobre a contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional.

Ao ampliar, dessa maneira, o leque da compreensão da Cobradi, a presente publicação visa contribuir não apenas para o mapeamento, a descrição e o dimensionamento da contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional, como também para o debate presentemente em curso aqui e nos diversos foros internacionais nos quais se tem discutido o tema.

Em nove anos de pesquisas ininterruptas, o Ipea consolidou modo próprio de condução do levantamento, patenteando algumas das principais características da Cobradi. Demonstrou, nesse sentido, a importância da compreensão das ações e práticas difundidas pelo Brasil, em complemento à abordagem dos gastos e ao mapeamento dos arranjos institucionais necessários para o entendimento da Cobradi. Com isso, garantiu também lugar em diversos fóruns sobre o tema da CID, bem como na interlocução com diversos organismos internacionais (como a OCDE ou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal)

e governos nacionais interessados em conhecer a experiência brasileira, construindo uma referência de leitura do fenômeno a partir de um país do Sul global.

Condizente com sua missão de aprimorar as políticas públicas nacionais, o Ipea oferece, nesta publicação, um olhar mais sofisticado sobre os diferentes gastos do governo federal na CID.

Em especial, a mensuração da cooperação inova ao detalhar a participação de gastos com diárias e passagens, horas técnicas, custos administrativos, bolsas de estudos e de pesquisa, financiamento de projetos, doações de itens de primeira necessidade, as contribuições financeiras a organismos internacionais etc.

Os gastos do governo federal na Cobradi, em moeda constante (2016), totalizaram R\$ 16,3 bilhões de 2005 a 2016 e R\$ 4 bilhões no período entre 2014 e 2016.

Dessa maneira, o Ipea alcança o nível mais desagregado de análise dos gastos com a Cobradi, reafirmando o seu compromisso com a transparência e o acesso a dados.

Ernesto Lozardo
Presidente do Ipea

PREFÁCIO

A publicação desta 4ª edição do levantamento da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), o denominado *Relatório Cobradi*, reveste-se de grande importância ao evidenciar a capacidade técnica dos pesquisadores que atuam no governo federal de conceberem método próprio e adequado às características e tipicidades da cooperação brasileira.

Trata-se de trabalho conjunto desenvolvido nesses últimos nove anos sob a coordenação do Ipea com a participação e a colaboração dos profissionais da ABC/MRE e de servidores das unidades organizacionais do governo federal que atuam na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).

O mapeamento dessas ações significa o conhecimento e a análise dos dados e das informações, de modo a permitir a perfeita compreensão dos produtos e dos serviços, dos objetivos e dos resultados obtidos mediante a atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal no exterior, ou com estrangeiros no território nacional, no âmbito da gestão da cooperação técnica; da saúde; do meio ambiente; da ciência, tecnologia e inovação; da agricultura; da formação de pessoal estrangeiro; dos direitos humanos; do saneamento; e da gestão pública.

A divulgação do *Relatório Cobradi 2014-2016* encerra o ciclo inicial dos estudos da cooperação internacional brasileira e reveste-se de três características inusitadas: *i)* o domínio e a suficiência no levantamento dos gastos realizados nas várias ações internacionais que integram a cooperação brasileira; *ii)* a disponibilização, em meio eletrônico, da base de dados da Cobradi no período de 2005 a 2016; e *iii)* a sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados na CID.

Ivan Oliveira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais do Ipea

INTRODUÇÃO

Não se pode dizer que a pesquisa da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), concebida e coordenada pelo Ipea nesses últimos nove anos, seja uma tarefa muito complicada. Cumpre reconhecer, isto sim, o desafio e a complexidade de se chegar a possíveis leituras das atividades da cooperação internacional realizada pela pluralidade de órgãos de governo e lograr explicações e a contextualização das políticas públicas em tempos difíceis e cambiantes a partir de conhecimento crítico.

O reconhecimento dessa complexidade está presente na produção, na inovação e na sistematização dos levantamentos adotados nessa investigação, que não há se limitado aos registros dos fatos e fenômenos, afastando-se, assim, da simplificação da realidade. A produção desse conhecimento, o grande desafio da pesquisa, não abre mão da imprescindível contextualização.

Registre-se, por oportuno, que, em face do inquestionável ineditismo da pesquisa Cobradi, prevaleceu a consciência de que esse esforço não poderia limitar-se a adotar um conjunto de teorias e normas vigentes, prevalecendo em todas suas fases o compromisso com o rigor técnico na formulação de método que possibilitasse produzir novos conhecimentos dentro das capacidades e das condições de trabalho.

Em verdade, não se dispunha, no início da pesquisa da Cobradi, das desejadas “regras precisas e fáceis” do método preconizadas há mais de três séculos pelo matemático e filósofo René Descartes para facilitar a construção de um saber original ou novo.

Assim, o enfoque metodológico (*capítulo 1*) adotado nesta quarta edição do *Relatório Cobradi* evoluiu para uma nova linguagem, dialógica e interativa. A abordagem, portanto, priorizou o foco nas atividades da cooperação internacional, mediante sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados na gestão da cooperação internacional; na gestão pública; na saúde; no meio ambiente; na ciência, tecnologia e inovação; na agricultura; nos direitos humanos; na formação de pessoal estrangeiro de nível superior; e no desenvolvimento urbano, de programas sociais e econômicos.

A atuação internacional brasileira é caracterizada no *capítulo 2*, mediante o levantamento das atividades da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) conduzidas pelos entes da administração pública federal no período 2014-2016, quais sejam: ministérios e órgãos da administração direta; empresas públicas; agências; fundações e autarquias públicas.

Objetivando sistematizar o levantamento dos gastos do governo federal na Cobradi, o *capítulo 3* detalha esses registros segundo cada parceiro (país, grupo de países ou organismo regional e/ou internacional); a lateralidade da cooperação (bilateral, grupo de países, trilateral com organismo, trilateral com países e multilateral); as instituições parceiras na execução da cooperação brasileira; e o tipo de dispêndio (diárias e passagens, horas técnicas, bolsas, financiamento de projetos, iniciativas de cooperação técnica, contribuições regulares, integralização de fundos de desenvolvimento etc.).

Foram destinados R\$ 4 bilhões dos orçamentos públicos federais no período 2014-2016 (tabela 1) para custear gastos na Cobradi, sendo 80% desse total via multilateral; 41% para contribuições regulares a organismos regionais e internacionais; e 39% com a integralização de capital em fundos de desenvolvimento. Além disso, o Brasil fez-se presente em todas as regiões do globo.

Aproximadamente R\$ 800 milhões do dispêndio no período estudado destinaram-se ao financiamento de atividades dos órgãos públicos brasileiros, e cerca de 26% dos recursos empregados com a cooperação brasileira foram destinados para a promoção do desenvolvimento de países da América do Sul, da América Central e do Caribe, e 25% para países africanos.

TABELA 1
Gastos do governo federal na Cobradi (2014-2016)
(Em R\$)

Ano	Valores correntes	Valores constantes (ano-base 2016)
2014	449.113.379	528.301.656
2015	366.446.637	389.488.759
2016	3.177.057.336	3.177.090.270
Total 2014-2016	3.992.617.352	4.094.880.685

Elaboração: Ipea.

O MÉTODO DE LEVANTAMENTO

O governo brasileiro deu início à divulgação de dados e informações da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), o denominado *Relatório Cobradi*, em dezembro de 2010.

Transcorridos nove anos, publica-se, neste mês de dezembro de 2018, a 4ª edição do levantamento, que sistematiza o repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados durante o período de 2014 a 2016, e reúne os gastos realizados nas várias ações internacionais que integraram a cooperação brasileira no período estudado.

Esta pesquisa vincula-se ao compromisso do governo federal de assegurar ao público brasileiro e à comunidade internacional, em especial aos governos de países em desenvolvimento, o livre acesso ao acervo de dados e informações, que caracterizam as práticas e os conhecimentos disponibilizados pela Cobradi nesses doze anos (2005-2016), e os gastos do setor público federal nessas atividades.

Face ao ineditismo do levantamento, à sua natureza e à abrangência dos dados e das informações de variados temas, bem como à pluralidade de denominações e significados adotados nos programas, nos projetos, nos acordos e nas atividades de governo na cooperação internacional brasileira, os pesquisadores da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea desenvolveram e adaptaram técnicas, estratégias e instrumentos, adequando-os às especificidades da Cobradi.

Cumprir registrar que permanece o desafio de delinear-se o entendimento da política brasileira de cooperação para o desenvolvimento internacional, de modo a determinarem-se as informações e os dados necessários, bem como as fontes a recorrer e a maneira de recolhê-las.

A análise da atuação do governo federal brasileiro somente é possível a partir de dados e informações disponibilizados pelas instituições que executam as atividades do governo federal brasileiro nas relações internacionais. Há de se ter presente que as possibilidades de tratamento dos registros levantados e de análise da atuação estão fortemente vinculadas à qualidade das descrições dessas práticas feitas a partir do mapeamento das ações executadas.

Os dados deste relatório foram produzidos a partir das informações existentes nos órgãos do governo federal que atuaram na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) e constituem a base dos trabalhos de levantamento da Cobradi, adotando-se os relatos dos pesquisadores e dos estudiosos, bem como os documentos de várias naturezas disponíveis como fonte primária de dados.

Enquanto os gastos realizados nas várias ações internacionais que integraram a cooperação brasileira no período estudado podiam ser obtidos mediante a consulta aos sistemas de controle da execução orçamentária existentes, a sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados requeria procedimentos próprios e adequados, além de outra métrica, de natureza qualitativa.

Para a realização do levantamento da Cobradi no período 2014-2016 retomou-se o procedimento inicial utilizado nos estudos anteriores, qual seja, os registros da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), com os intercâmbios com um ou mais estados estrangeiros e/ou organismos internacionais com os quais o Brasil mantinha Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Essa listagem totalizou mais de quatrocentas iniciativas de cooperação técnica internacional executadas no período 2014-2016 pelo governo brasileiro, alcançando 53 países parceiros mediante a parceria de 126 instituições brasileiras da administração pública federal, estaduais, municipais, universidades e organizações não governamentais.

Somente a partir dessa listagem de ações reuniram-se as condições necessárias para a caracterização do *que se faz, com quais instituições* nacionais e de governos estrangeiros e/ou agências internacionais o governo federal atua e a *fundamentação* dessas ações.

Os relatórios com dados oficiais da Cobradi publicados até o momento apresentaram sua mensuração em termos de gastos¹ públicos estruturados segundo modalidades internacionais (Brasil, 2010)² e organizados por região e país (Brasil, 2013).³ Este relatório focalizou as ações que o governo federal brasileiro realizou sob tal denominação⁴ como insumo para a reflexão sobre a política brasileira de cooperação para o desenvolvimento internacional.

1. As despesas orçamentárias destinadas aos gastos na Cobradi são financiadas com recursos do Tesouro Nacional e compreendem dispêndios com salários, material de consumo, pagamento de diárias, contribuições a organismos internacionais e doações classificadas segundo determinação das leis de diretrizes orçamentárias vigentes.

2. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): 2005-2009*. Brasília: Ipea; ABC, 2010.

3. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): 2010*. Brasília: Ipea; ABC, 2013.

4. A base legal que sustenta a Cobradi no sistema internacional está inscrita no Artigo 4º da Constituição Federal, que trata dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil e estabelece, em seu inciso IX, o princípio da "cooperação entre os povos para o progresso da humanidade".

Neste ponto, os pesquisadores da Cobradi compreenderam que era necessário entender o contexto em que ocorriam os significados e a importância atribuída pelas pessoas e instituições responsáveis pela execução das atividades internacionais, o que veio a ser feito mediante a realização de entrevistas e reuniões em grupo.

Estabelecido o padrão de levantamento, evitou-se a adoção de modelos genéricos, dando-se início ao trabalho com os pontos focais indicados, a formulação e a implementação de guias customizados; o treinamento dos participantes; o levantamento de gastos e o processo de legitimação do trabalho.

1 PONTO FOCAL

Desde o primeiro levantamento de dados da Cobradi, realizado em 2010, o Ipea estimula a participação dos técnicos e gestores das unidades organizacionais que operam a cooperação internacional nessas instituições, de modo a lograr-se a legitimidade das informações e o caráter oficial dos dados que consubstanciam o *Relatório Cobradi*.

Nesse sentido, considerou-se imprescindível a indicação de servidor que atuasse como ponto focal em cada uma dessas instituições, formalidade que possibilitaria melhor dinâmica na consecução das tarefas, facilitando o diálogo entre os pesquisadores e as instituições.

Ao ponto focal de cada uma das instituições participantes foram atribuídas três funções primordiais: articular e mobilizar recursos internos que viabilizassem o levantamento; assegurar permanente contato e comunicação com a coordenação da Cobradi/Ipea; e centralizar informações e verificar consistência (Brasil, 2010).

2 GUIA OPERACIONAL

O guia foi concebido para reunir informações básicas e facilitar a preparação do *Relatório Cobradi*, possibilitando aos representantes dos órgãos públicos federais realizarem o levantamento de dados e informações e conformarem, em cada uma de suas instituições, o mapeamento das relações internacionais.

Esse mapeamento visa fundamentar o *Relatório Cobradi*, sendo desenvolvido a partir do trabalho conjunto de técnicos e colaboradores das instituições participantes do esforço de governo, mediante metodologia fundada em entendimentos e diretrizes definidas em oficinas de trabalho, devendo acolher permanentemente ajustes e aperfeiçoamento ao longo da sua execução.

O documento foi orientado para uso, em primeiro lugar, daqueles que atuavam nas relações internacionais, e, em segundo lugar, daqueles a quem competia a gestão das políticas públicas que abrigam e dão sustentação a essas ações.

3 HORA TÉCNICA

A natureza dos gastos das organizações públicas federais nas atividades da cooperação internacional fundamenta-se, em grande parte, mediante afastamento do país de seus servidores para participarem de eventos no exterior, representando sua instituição ou difundindo conhecimentos técnico-científicos em congressos e/ou eventos internacionais.

Os gastos na cooperação internacional geralmente são obtidos mediante o dimensionamento das horas técnicas dos servidores, o custo dos trechos de passagens utilizadas no deslocamento para o exterior e o valor das diárias desembolsadas.

Os gastos com passagens e diárias estão disponíveis no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCPD) ou registro equivalente nos órgãos da administração indireta ou fundacional, com os valores finais referentes a cada afastamento do período levantado.

Com referência ao cálculo dos gastos correspondentes às horas técnicas dos servidores, recomenda-se: resgatar o salário bruto de cada servidor que se deslocou para o exterior, incluindo-se o valor do cargo de direção e assessoramento superior (DAS)/cargo comissionado e dividindo-se o valor (salário bruto + cargo comissionado) pelos dias de trabalho (trinta dias), obtendo-se o valor diário equivalente àquele profissional. Isto feito, multiplica-se o valor diário obtido pelo número de dias referentes ao afastamento do país, obtendo-se, deste modo, o valor da hora técnica.

4 MAPEAMENTO DE DADOS

O processo de elaboração deste relatório configura um novo ciclo dos estudos da cooperação internacional brasileira, tendo se iniciado pelo mapeamento das ações executadas no âmbito das relações internacionais dos órgãos públicos federais (ministérios e suas entidades vinculadas) no período 2014-2016, com fundamento em compromissos, acordos e entendimentos com países parceiros e organizações internacionais.

O mapeamento dessas ações significa o conhecimento e a análise dos dados e das informações, de modo a permitir melhor compreensão dos produtos e dos serviços, dos objetivos e dos resultados obtidos mediante a atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal no exterior, ou com estrangeiros no território nacional, no âmbito da gestão da cooperação técnica; da saúde; do meio ambiente; da ciência, tecnologia e inovação; da agricultura; da formação de pessoal estrangeiro; dos direitos humanos; do saneamento; e da gestão pública.

Durante o segundo semestre de 2018, ao tempo em que se concluía a apuração de informações junto aos órgãos públicos federais participantes do levantamento Cobradi 2014-2016, iniciou-se a sistematização de dados e a estruturação do texto

da pesquisa. Fica, assim, entendido que as informações coletadas resultaram em dados criados e ora divulgados no presente relatório.

5 LEGITIMAÇÃO DE DADOS E TEXTOS

A singularidade do *Relatório Cobradi* “reside na identificação dos conteúdos e técnicas compartilhadas por funcionários e instituições brasileiras”, na busca da percepção “daquilo que a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi) faz – em complemento a quanto o país gasta” (Brasil, 2016).⁵

O *Relatório Cobradi 2014-2016* resulta da mobilização e da participação efetiva dos órgãos públicos federais que executaram atividades na CID com fundamento em compromissos, acordos e entendimentos com países parceiros vizinhos e organismos internacionais (Brasil, 2013).

Os dispêndios da União na Cobradi divulgados nesta publicação originaram-se de fontes orçamentárias inscritas nas leis orçamentárias anuais vigentes durante o período de 2014 a 2016 e legitimadas mediante o emprego dos gastos efetivamente realizados disponíveis no Sistema de Informação da Administração Financeira (Siafi).

A sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados durante o período de 2014 a 2016 teve origem nas equipes técnicas dos entes públicos que atuaram na CID, levantadas em conformidade com as recomendações constantes no guia operacional, sob a coordenação de cada um dos pontos focais.

Os textos elaborados pelos pesquisadores da Dinte/Ipea, com fundamento nas sistematizações disponibilizadas pelos pontos focais, foram submetidos à leitura crítica de cada uma dessas equipes, e, uma vez legitimados, conformam grande parte do capítulo dedicado à caracterização da atuação internacional brasileira (capítulo 2).

5. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): 2011-2013*. Brasília: Ipea; ABC, 2016.

A ATUAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA

1 GESTÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA

Os caminhos da cooperação para o desenvolvimento são múltiplos e diversos, tal como consignado nos diversos estudos publicados sobre o tema.¹ No caso do Brasil, a cooperação técnica internacional materializa-se mediante iniciativas baseadas no desenvolvimento de capacidades técnicas, institucionais e de indivíduos, na geração conjunta ou no aporte de experiência, no conhecimento técnico aplicado a processos de desenvolvimento ou no compartilhamento de práticas destinadas a promover mudanças qualitativas e estruturais em benefício de países parceiros.

Essa modalidade de intercâmbio dá-se em parceria com um ou mais Estados estrangeiros e/ou organismos internacionais com os quais o Brasil mantenha Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Reconhecendo a cooperação técnica como ferramenta da política externa brasileira, sua gestão abrange desde a manifestação de interesse de governos de países ou grupos de países via canais oficiais (mormente, as embaixadas do Brasil no exterior), até sua materialização mediante iniciativas coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e implementadas com a base de conhecimento e de experiências de amplo universo de instituições públicas brasileiras.

Entre as atribuições da ABC, incluem-se a gestão da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil para o exterior,² bem como a gestão do ciclo de projetos de cooperação técnica Sul-Sul e a garantia de cobertura dos custos operacionais de implementação de iniciativas de cooperação.

Visando à implementação das iniciativas de cooperação técnica, a ABC atuou mediante diferentes arranjos, a saber: Sul-Sul bilateral, trilateral com países desenvolvidos, trilateral com organismos internacionais, Sul-Sul com organizações regionais e Sul-Sul com blocos de países.

1. Para fins deste relatório, optou-se pela expressão cooperação técnica para abranger todas as iniciativas coordenadas pela ABC.

2. Conforme o *site* da agência, "a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais". Ver BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Introdução*. Brasília: MRE, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/EWqGra>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

1.1 Arranjos da cooperação técnica do Brasil para o exterior

Sob a gestão da ABC, a cooperação técnica do Brasil para o exterior realiza-se mediante variados arranjos, cujas principais características são descritas a seguir.

1.1.1 Sul-Sul bilateral

Em sua vertente bilateral, a cooperação Sul-Sul brasileira é caracterizada pela identificação de áreas de interesse mútuo com os países que manifestaram disposição em trabalhar com o Brasil e, a partir daí, de consulta às instituições brasileiras detentoras de conhecimentos e competências técnicas desenvolvidas e/ou acumuladas no Brasil, com vistas à sua difusão e ao compartilhamento com países parceiros interessados.

1.1.2 Trilateral com países desenvolvidos

A vertente de cooperação técnica trilateral com países desenvolvidos é caracterizada pela definição de mecanismos e instrumentos de coordenação conjunta e iniciativas de cooperação internacional implementados com governos de países desenvolvidos na dimensão de parceria, para o desenvolvimento local, nacional ou regional em favor de terceiros países.

Os países parceiros da cooperação técnica sob o formato trilateral podem ser identificados de acordo com os seguintes critérios:

- a) países desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com quem o Brasil mantém relações diplomáticas;
- b) países em desenvolvimento que participam de iniciativas ou apresentam demandas de cooperação técnica trilateral, especificamente no contexto de parcerias do Brasil com países desenvolvidos.

1.1.3 Trilateral com organismos internacionais

Com vistas a potencializar a cooperação técnica bilateral, desde 2008 vêm sendo estabelecidos pela ABC programas de parcerias com organismos internacionais, com fundos e com agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2016, a Coordenação-Geral de Cooperação Trilateral com Organismos Internacionais (CGTRI) foi oficialmente inserida na estrutura da ABC, a partir da revisão do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Rise). A coordenação tem como atribuição coordenar, identificar, negociar, executar, acompanhar e avaliar as iniciativas de cooperação técnica trilaterais estabelecidas entre governo brasileiro e organismos internacionais.

A parceria com organismos internacionais permitiu a estruturação e a consolidação do conceito da modalidade de cooperação técnica trilateral, qual seja:

modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento, de natureza complementar à cooperação Sul-Sul bilateral, com governança compartilhada, com valor agregado e com vantagens comparativas identificáveis, que pode assumir diferentes arranjos de implementação, envolvendo países em desenvolvimento, países desenvolvidos e/ou organismos internacionais, podendo assumir, ainda, os seguintes formatos: Sul-Sul-Sul; Sul-Norte-Sul; Sul-organismo internacional-Sul; trilateral + 1 (Brasil, 2014).³

Vale ressaltar que os princípios da cooperação técnica foram naturalmente considerados na cooperação trilateral, assegurando, dessa forma, o compartilhamento do protagonismo de todas as partes envolvidas, a devida apropriação dos países parceiros, bem como a obtenção de mútuos benefícios entre os países parceiros da iniciativa, independentemente da origem dos recursos financeiros, humanos ou técnicos.

Segundo o escopo geográfico de atuação, a implementação da cooperação técnica trilateral com organismos internacionais compreende a seguinte tipologia de projetos:

- a) projetos globais – projetos que podem contemplar mais de uma região geográfica, com vistas a viabilizar trocas de experiências entre países em desenvolvimento, de diversas regiões e áreas temáticas. No escopo desse tipo de projeto podem ser previstas iniciativas específicas para determinado país;
- b) projetos regionais – projetos com atuação restrita a determinadas áreas geográficas (América do Sul, América Central e Caribe ou países do continente africano) ou a grupo de países previamente determinados, com o objetivo de compartilhar políticas públicas brasileiras e de propiciar o intercâmbio de conhecimento, inclusive no âmbito de organismos internacionais regionais. Além de atividades de caráter regional, essa tipologia de projeto pode conter, adicionalmente, ações pontuais em países de determinada região, ou ainda pode prever a elaboração de projetos específicos para país(es) de determinada região geográfica;
- c) projetos-país – projetos cujo escopo prevê atividades de fortalecimento de capacidades a serem realizadas tão somente no país cooperante.

3. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Cooperação trilateral com organismo internacional: gestão 2000-2014*. Brasília: ABC, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2QpTFRy>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

1.1.4 Iniciativa de cooperação técnica Sul-Sul com organizações regionais e com blocos de países

A ABC atua como coordenadora da participação brasileira na cooperação internacional junto a blocos regionais, tais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nessa modalidade de cooperação, o Brasil tem a oportunidade tanto de consolidar o intercâmbio de experiências reconhecidas como boas práticas internacionais, quanto de consolidar a implementação de projetos em áreas distintas daquelas normalmente desenvolvidas pela cooperação bilateral ou trilateral, tais como cultura, gênero, ciência e tecnologia, inovação e fortalecimento da gestão pública na região.

Entre 2014 e 2016, o governo brasileiro executou mais de quatrocentas iniciativas de cooperação técnica internacional sob a coordenação da agência, alcançando 53 países parceiros (quadro 1), seja de forma bilateral, seja trilateral, destacando-se as ações em países do continente africano e da América do Sul, da América Central e do Caribe, regiões com maior concentração de iniciativas de cooperação brasileira.

QUADRO 1
Cooperação técnica: parcerias internacionais gerenciadas pela ABC (2014-2016)

Região	País(es)
América do Sul, América Central e Caribe (26)	Argentina; Barbados; Bolívia; Botsuana; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Dominica; El Salvador; Equador; Granada; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; República Dominicana; São Cristóvão e Névis; Suriname; Uruguai.
África (22)	Angola; Argélia; Benim; Burkina Faso; Cabo Verde; Costa do Marfim; Etiópia; Gana; Guiné-Bissau; Guiné Equatorial; Libéria; Mauritània; Moçambique; Quênia; República Democrática do Congo; República do Congo; São Tomé e Príncipe; Senegal; Sudão; Togo; Tunísia; Zâmbia.
Ásia (3)	Butão; Myanmar; Timor-Leste.
Oceania (2)	República de Fiji; Vanuatu.

Fonte: ABC/MRE.
Elaboração: Ipea.

Para a implementação e a execução dos projetos de cooperação técnica bilateral e trilateral, a ABC contou, no período, com a parceria de 126 instituições brasileiras na implementação de iniciativas de cooperação técnica internacional, sendo estas instituições da administração pública federal, estaduais, municipais, universidades e organizações não governamentais (box 1).

De modo geral, as instituições executoras brasileiras contribuem com o conhecimento técnico, a infraestrutura e as horas técnicas de seus profissionais para a concretização das iniciativas de cooperação técnica internacional.

BOX 1

Instituições brasileiras parceiras na implementação de iniciativas de cooperação técnica internacional*Instituições brasileiras cooperantes*

- Academia Nacional de Polícia (ANP);
- Agência Brasileira de Inteligência (Abin);
- Agência Nacional de Águas (ANA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Arquivo Nacional (AN);
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce);
- Associação Alfabetização Solidária (AlfaSol);
- Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer);
- Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas, Joias e Similares (Abragem);
- Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa);
- Banco Central do Brasil (Bacen);
- Caixa Econômica Federal (Caixa);
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol Brasil);
- Centro Afro-carioca;
- Centro Internacional de Cooperação Técnica (CICT);
- Comando do Corpo de Bombeiros do Paraná (CCB-PR);
- Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb);
- Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece);
- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp);
- Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp);
- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
- Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea);
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
- Defensoria Pública da União (DPU);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF);
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB);
- Escola de Administração Fazendária (Esaf);
- Escola Nacional de Administração Pública (Enap);
- Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU);
- Força Aérea Brasileira (FAB);
- Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar);
- Fundação Gol de Letra;
- Fundação Oswaldo Cruz Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS);
- Fundação Roberto Marinho (FRM);
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
- Hospital Sofia Feldman;
- Instituto Brasileiro do Algodão (IBA);
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Instituto Butantan – Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP);
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa);

(Continua)

(Continuação)

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC);
- Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais e do Agronegócio;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan);
- Instituto Elos;
- Instituto Evandro Chagas (IEC);
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFsul);
- Instituto Florestal do Estado de São Paulo (IF);
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC);
- Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet);
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro);
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);
- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- Instituto Rio Branco (IRBr);
- Itaipu Binacional;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação (MCTIC);
- Ministério da Cultura (MinC);
- Ministério da Defesa (MD);
- Ministério da Educação (MEC);
- Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil (MF/RFB);
- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Ministério da Justiça (MJ);
- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);
- Ministério da Previdência Social (MPS);
- Ministério da Saúde (MS);
- Ministério das Cidades (MCidades);
- Ministério das Comunicações (MC);
- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- Ministério do Esporte (ME);
- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- Ministério do Trabalho (MTb);
- Ministério dos Direitos Humanos (MDH);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
- Pastoral da Criança – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP);
- Prefeitura Municipal de Bagé – Rio Grande do Sul;
- Prefeitura Municipal de Canoas – Rio Grande do Sul;
- Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná;
- Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará;
- Prefeitura Municipal de Tabatinga, Amazonas;
- Prefeitura Municipal de Vitória, Espírito Santo;
- Procuradoria-Geral da República (PGR);
- Rede Nacional das Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis;
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR);
- Secretaria de Segurança Presidencial da Presidência da República (SSP/PR);
- Secretaria de Política para Mulheres (SPM);
- Secretaria de Educação da Prefeitura de Vitória – Espírito Santo;
- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead);

(Continua)

(Continuação)

- Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ);
- Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar);
- Serviço Social da Indústria (Sesi);
- Sindicato dos Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo;
- Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP);
- Subsecretaria Nacional e Economia Solidária (Senaes);
- Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Universidade de Brasília (UnB);
- Universidade de São Paulo (USP);
- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB);
- Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);
- Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- Universidade Federal Fluminense (UFF).

Fonte: ABC/MRE
Elaboração: Ipea.

No caso das iniciativas de cooperação técnica bilateral, caberia destacar sete programas e projetos com resultados substantivos no triênio 2014-2016.

A Rede de Bancos de Leite Humano (RBLH) desenvolvida pelo Brasil é a maior do mundo, transformando-se em modelo para a cooperação internacional em mais de vinte países das Américas, da Europa e da África, por meio da parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e a ABC. Todos os anos, aproximadamente 150 mil litros de leite humano são coletados, processados e distribuídos no Brasil a recém-nascidos de baixo peso internados em unidades neonatais. A tecnologia dos bancos de leite humano (BLHs) foi desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição com grande protagonismo na ampliação dos esforços mundiais no combate à desnutrição e à mortalidade neonatal e infantil. Por intermédio da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil foram implantados BLHs em Moçambique, em Cabo Verde, no Paraguai, no Peru, na Argentina, na República Dominicana, no México, no Equador, em Honduras, da Nicarágua, da Venezuela, do Panamá, de Cuba, de El Salvador, da Colômbia e da Guatemala.

No período deste relatório (2014 a 2016) houve aumento crescente de BLHs em funcionamento nos países parceiros, como segue: 79 em 2014, 86 em 2015 e 91 em 2016, assistindo a 1.675.272 mulheres e 394.538 recém-nascidos; 403 profissionais estrangeiros foram capacitados para atuação em todos os processos de trabalho nos BLHs. O conjunto de BLHs implantados nos países parceiros beneficiários receberam a colaboração de 356.666 mulheres doadoras, coletando o total de 103.554,30 litros de leite humano. O grande destaque dessa

iniciativa de cooperação é a utilização de tecnologia simples e de baixo custo, reconhecida internacionalmente e facilmente adaptável à realidade da maioria dos países em desenvolvimento.

A parceria entre a ABC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) tem permitido a construção de centros de formação profissional em vários países em desenvolvimento,⁴ tais como Angola, Cabo Verde, Guatemala, Guiné-Bissau, Jamaica, Paraguai, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. No período 2014-2016 foram implantados centros em Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, além de uma escola-piloto de artesanato mineral na Argélia e do Centro de Tecnologias Ambientais no Peru. O Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau já formou mais de 2.700 alunos em dez áreas: construção civil; eletricidade predial; costura industrial; reparação de aparelhos eletrodomésticos; refrigeração; reparação de microcomputadores; panificação e confeitaria; serralharia; carpintaria e mecânica de automóveis. O centro de São Tomé e Príncipe oferece quinze cursos nas áreas de construção civil, eletricidade, costura, mecânica de automóveis e informática, e dezenove cursos na área de gestão e de capacitação aos docentes. No período 2014-2016 foram capacitadas 1.069 pessoas, com idade entre 18 e 59 anos, sendo 63% homens e 47% mulheres.

Na Argélia, o projeto *Transferência de Conhecimento para a Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral*, executado em parceria com a Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas, Joias e Similares, Mineradores e Garimpeiros (Abragem) e pela Câmara de Artesanato e Ofícios de Tamanrasset envolveu a implantação de escola-piloto de lapidação de gemas voltada à capacitação de artesãos argelinos em técnicas de produção de joias artesanais e artesanato mineral em Tamanrasset, na região sul do Saara argelino. No período 2014-2016, foram capacitados oitenta artesãos argelinos de diferentes regiões do país nas áreas de lapidação facetada, lapidação artesanal, ourivesaria, fundição, artesanato mineral e treinamento em cooperativismo. As peças criadas pelos alunos são consideradas de alta qualidade e já são comercializadas no mercado local e em pontos turísticos da capital, Argel.

Em Moçambique, a iniciativa bilateral no tema do trabalho e segurança social envolveu, pelo lado brasileiro, a colaboração da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE), do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), da DataPrev e da Secretaria de Previdência, e, pelo lado moçambicano, do Ministério do Trabalho (Mitrab), do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS-MZ) e da Inspeção Geral do Trabalho. As ações desenvolvidas no campo da segurança social foram baseadas na especialização da DataPrev e do INSS, que auxiliaram o INSS-MZ a acompanhar e validar o sistema de segurança social

4. Mais informações em: <<https://goo.gl/BtHMMj>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

de Moçambique. A cooperação técnica resultou na capacitação de inspetores do trabalho e mudanças estruturais nas instituições moçambicanas, proporcionando mais agilidade nos processos de atendimento ao público, mudanças na rotina de trabalho, melhores práticas de gestão e criação de novos departamentos e postos de trabalho, além de melhorar a qualidade da inspeção do trabalho no que tange à segurança e à saúde do trabalhador.

Em Timor-Leste, o projeto *Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça – Sétima Etapa* foi implementado, pelo lado brasileiro, com o apoio da Defensoria Pública da União (DPU). São beneficiários diretos do projeto os defensores públicos timorenses lotados na Defensoria Pública de Timor-Leste, os órgãos de justiça do governo e a população do país, que poderá contar com um órgão eficaz de assistência jurídica. Em sua sétima etapa de implantação, iniciada em outubro de 2014 e com conclusão prevista para junho de 2018, o projeto tem dado continuidade ao fortalecimento da Defensoria Pública de Timor-Leste, especialmente no que diz respeito à implementação da inspetoria da instituição e nas áreas penal e civil, a partir da presença física de defensores públicos brasileiros.

O setor algodoeiro ocupa posição estratégica na política de desenvolvimento e nos programas de redução da pobreza de vários países africanos, nomeadamente na África Ocidental. As exportações da *commodity* chegam a representar até 60% da receita da exportação de produtos agrícolas do Benim, de Burkina Faso, do Chade e do Mali (países que formam o grupo conhecido como Cotton-4 ou C-4). O programa do algodão promovido pelo governo brasileiro é composto por um conjunto de projetos agrupados sob um projeto guarda-chuva, que se converteu em uma das mais importantes vertentes de cooperação técnica internacional Sul-Sul do governo brasileiro com organismos internacionais (box 2).

Atualmente o Brasil conta, no continente africano, com cinco iniciativas regionais em cotonicultura, implementadas em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com a Universidade Federal de Lavras (UFLA): *i*) nos países do Cotton-4 + Togo (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo); *ii*) Cotton Shire-Zambeze (Malawi e Moçambique); *iii*) Cotton Victoria (Burundi, Quênia e Tanzânia); *iv*) curso de aperfeiçoamento de técnicos africanos (Benim, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Malawi, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue); e *iv*) de um projeto de coordenação regional dessas iniciativas. No período 2014-2016, quinze países do continente africano foram beneficiados pelas ações bilaterais do programa de cotonicultura brasileiro, que capacitou 1.638 profissionais (pesquisadores, extensionistas e produtores) em atividades realizadas no Brasil e em seus países, em diferentes temas relacionados ao cultivo de algodão.

Os principais eixos de atuação das iniciativas de cooperação são: *i*) a validação de sistemas de exploração da produção de algodão, associado a cultivos de produtos alimentares básicos; *ii*) o apoio à transferência de tecnologias adequadas às condições agrônômicas e socioeconômicas das regiões-alvo; *iii*) a capacitação de pesquisadores, extensionistas, técnicos locais e produtores-líderes no uso e na difusão de tecnologias de produção do algodão; *iv*) o aprimoramento da oferta de sementes de algodão; e *v*) a melhoria da infraestrutura das instalações.

Em 2014, a ABC e a Agência Nacional de Águas (ANA), em parceria com a Itaipu Binacional, levaram o programa Cultivando Água Boa (CAB)⁵ à Guatemala e à República Dominicana. A primeira etapa de implantação do programa CAB na República Dominicana, realizada entre os anos 2015 e 2016, beneficiou indiretamente mais de 20 mil residentes e envolveu mais de duzentos especialistas. Entre os impactos positivos do projeto, destacam-se a realização de vinte jornadas de reflorestamento, com mais de 80 mil árvores plantadas; 120 seminários, oficinas e visitas de conscientização e educação ambiental; cerca de 1.100 famílias beneficiadas com a coleta de resíduos sólidos e a doação de 35 latrinas por um dos parceiros do programa da iniciativa privada; 44 moradias reconstruídas nas comunidades; mais de 350 profissionais formados por instituição governamental de ensino técnico, que também aderiu à parceria do programa; cerca de 26 mil pessoas atendidas em programas de assistência médica nas comunidades, entre outros.

BOX 2

A agenda do algodão na cooperação técnica Sul-Sul

A cooperação técnica na área do algodão, desenvolvida entre o Brasil e os países em desenvolvimento, iniciou-se em 2009, com recursos da ABC, por meio da implementação do projeto Cotton-4, no Benim, em Burkina Faso, no Chade e no Mali. A partir de 2012, após o desfecho, na Organização Mundial do Comércio (OMC),¹ do contencioso entre o Brasil e os Estados Unidos sobre o algodão, a cooperação brasileira nesse setor ganhou um novo impulso, com 10% dos recursos recebidos pelo Brasil alocados no Fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação no Setor Algodoeiro, administrado pelo Instituto Brasileiro de Algodão (IBA). Foram aprovados projetos de cooperação técnica para o fortalecimento da cotonicultura no Mali, no Togo, no Chade, no Benim, em Burkina Faso, na Tanzânia, no Quênia, no Burundi, no Malawi, em Moçambique, no Peru, no Paraguai, no Equador, na Colômbia, na Bolívia, na Argentina e no Haiti.

(Continua)

5. O CAB é uma metodologia fundamentada em documentos nacionais e planetários que contempla diversas ações socioambientais relacionadas com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, e com a promoção da qualidade de vida nas comunidades na área de influência da Itaipu Binacional. A denominação Cultivando Água Boa, com o verbo no gerúndio para denotar um processo contínuo, realça a necessidade de que, assim como se cultiva o solo para que dê bons frutos, a água também precisa de "cultivo", ou cuidado, para se manter abundante e com qualidade. Premiado com o *water for life* da ONU-Água como melhor prática de gestão dos recursos hídricos (categoria 1) em 2015, o CAB é um movimento de participação comunitária permanente, em que a Itaipu, além de mitigar e corrigir passivos ambientais, trabalha com a sociedade para mudar os seus valores. Mais informações em: <<https://goo.gl/cP5VWX>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

(Continuação)

Entre 2014 e 2016, no âmbito do desenvolvimento de capacidades e transferência de tecnologias, a cooperação técnica brasileira promoveu a capacitação de 4.459 pesquisadores, extensionistas e produtores, por intermédio de 82 ações de curta e longa duração conduzidas por trinta peritos brasileiros e 29 estrangeiros. Foram instaladas 53 unidades demonstrativas (abarcando um total de 111 hectares) e construídos um laboratório de solos, um laboratório de entomologia, um laboratório de biotecnologia, uma câmara fria e um centro de treinamento.

Para a disseminação de conhecimento e fortalecimento de redes, foram realizados os seminários *Primeira Jornada de Fortalecimento de Capacidades em Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Algodão:ecendo oportunidades para América do Sul, Central e Caribe*; conferências regionais e nacionais (10º Congresso Brasileiro do Algodão e Congresso Mundial do Algodão, no qual foram apresentados quatorze trabalhos científicos); dois cursos de longa duração (um presencial, de trezentos e sessenta horas, e um *on-line*, com 748 inscritos de 22 países); cinco circulares técnicas, duas publicações de boas práticas, um diagnóstico sobre a cadeia algodoeira na América do Sul, na América Central e no Caribe com ênfase na agricultura familiar, uma publicação sobre gênero e participação nas cadeias de valor algodoeiras na América do Sul, na América Central e no Caribe e uma publicação sobre o fortalecimento do setor algodoeiro por meio da cooperação Sul-Sul; cinco manuais para produtores e técnicos em terreno sobre melhoramento das práticas e protocolos associados ao algodão (produção de sementes e boas práticas agrícolas).

As boas práticas geradas por esse programa incluem a construção do Centro Regional de Pesquisa Agrícola de Sotuba (Bamako, Mali); a construção da biofábrica para manejo de pragas em Bamako; o aumento de produtividade das culturas acessórias ao algodão, ao milho e ao feijão; e a capacitação dos profissionais dos governos dos países participantes dos projetos de cooperação.

Fonte: ABC/MRE.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Mais informações em: <<https://bit.ly/2EILPRI>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

As iniciativas de cooperação técnica trilateral Sul-Sul, implementadas em parceria com países desenvolvidos, são estruturadas a partir da definição de mecanismos e instrumentos de coordenação conjunta e iniciativas de cooperação técnica implementados com governos de países desenvolvidos na dimensão de parceria, para o desenvolvimento local, nacional ou regional em favor de terceiros países.

BOX 3

Cooperação técnica trilateral com países desenvolvidos: destaques do triênio (2014-2016)

Programa Amazônia Sem Fogo (Pasf)

Parceria entre o Brasil e a Itália em favor da Bolívia, com apoio financeiro complementar do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). O programa foi desenvolvido como iniciativa trilateral na Bolívia, entre 2012 e 2017, com o perfil de programa regional de combate a incêndios florestais e alternativas ao uso do fogo. O Pasf auxiliou na redução da incidência dos incêndios florestais e na proteção do meio ambiente, melhorando a qualidade de vida de comunidades indígenas e rurais ao introduzir alternativas ao uso do fogo. Os resultados demonstraram progressivas melhoras nas suas áreas de intervenção, como a redução de mais de 74% no desflorestamento da região amazônica boliviana, com diminuição em 70% dos focos de calor e declínio em 96% da superfície anteriormente queimada. O projeto realizou mais de 119 oficinas de treinamento para 295 brigadas municipais e voluntárias e cerca de 5.586 brigadistas. A ação permitiu a assinatura de mais de 120 acordos de colaboração local, com 1.750 oficinas de treinamento sobre práticas produtivas alternativas ao uso do fogo, tendo mais de 56 mil participantes em 48 municípios, envolvendo mais de 440 comunidades rurais e indígenas. O programa ainda estabeleceu 179 unidades demonstrativas para a replicação de alternativas tecnológicas, como manejo do pasto, rotação de cultivo, sistema agroflorestal, produção de fertilizantes orgânicos com gado e manejo com cerca elétrica.

(Continua)

(Continuação)

Projeto Centro de Tecnologias Ambientais (CTA)

Parceria entre o Brasil e a Alemanha em favor do Peru. O projeto conta com a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e de instituições da Alemanha. Durante a implementação do projeto, o Brasil e a Alemanha contribuíram com especialistas de diferentes áreas para tornar o centro referência em diversas tecnologias. O Peru, por meio do Servicio Nacional de Adiestramiento en Trabajo Industrial (Senati), coordenou o projeto e foi também responsável pela construção do edifício-sede do CTA, fornecendo equipamentos e infraestrutura. O aporte brasileiro, coordenado pela ABC, contou com a assessoria prestada pelo Senai na organização e na gestão do CTA, na definição das instalações laboratoriais e na formação de pessoal técnico nas seguintes áreas: abastecimento de água e saneamento, produção mais limpa e gestão de resíduos sólidos e reciclagem. Atualmente o CTA oferece regularmente cursos de formação técnica nas áreas de tratamento de água, tecnologia ambiental e química industrial; especializações nas áreas de qualidade do ar e tratamento de águas e efluentes; e capacitações de curta duração em diversos temas. Ao final de 2016, o CTA já contava com 423 alunos de carreiras técnicas, sendo 93 já formados; 245 participantes de cursos de capacitação contínua; e quinhentos participantes em palestras.

Fonte: ABC/MRE.
Elaboração: Ipea.

Em relação à cooperação técnica trilateral com organismos internacionais, no período coberto por este relatório, foram executadas 49 iniciativas em parceria com dez organismos internacionais – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Os programas trilaterais priorizaram iniciativas nas áreas de agricultura, agricultura familiar, estatística censitária, erradicação do trabalho infantil, trabalho decente, recursos hídricos, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento comunitário e educação integral, saneamento e segurança pública. As iniciativas foram executadas em quatorze países da América do Sul, da América Central e do Caribe e nove países do continente africano, com destaque para as iniciativas implementadas na Argentina, na Colômbia, no Paraguai, no Peru, no Equador, na Costa Rica, na Etiópia, na Guiné-Bissau, no Malawi, em Moçambique, no Senegal e em São Tomé e Príncipe.

A ABC criou, na década de 1990, o Fundo Brasileiro de Cooperação (FBC), com a finalidade de financiar ações de cooperação solidária para o desenvolvimento entre o Brasil e os Estados-membros da OEA. Visando à sua implementação, foi firmado entre as partes o regulamento do referido fundo, que dá mandato à ABC, juntamente à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (Sedi/OEA),

para selecionar e executar projetos de cooperação nesta área. Neste contexto, a ABC vem executando atividades com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), com vistas a atender ao histórico de demandas acumuladas por aquela instituição, que incluem solicitações de capacitação nas mais diversas áreas de atuação oferecidas pela corporação.

2 GESTÃO PÚBLICA

2.1 Pesquisa econômica aplicada

Ao longo desses últimos nove anos, o Ipea vem consolidando e aperfeiçoando o método de coleta e apresentação dos gastos efetivamente realizados e de sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos referentes à difusão e ao compartilhamento de conhecimentos e de experiências.⁶

Com o propósito prioritário de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas nacionais, a manutenção de um corpo técnico especializado garante ao Estado brasileiro a competência necessária para o tratamento, a análise e o enfrentamento de questões essenciais atinentes à realidade do país, como também lugar de destaque em vários fóruns de discussão internacional.

Vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), o Ipea tem sido o órgão responsável por conduzir os esforços brasileiros nesse campo, representando o país em temas concernentes à pesquisa econômica aplicada e levando a contribuição brasileira para as mais diversas arenas e os mais variados parceiros no campo internacional.

Nesse sentido, duas têm sido as formas prioritárias de atuação dos pesquisadores do Ipea no campo da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi): o estabelecimento e a eventual formalização de contatos com instituições internacionais (por meio de acordos de cooperação técnica); e a participação em eventos internacionais (contribuindo para o debate internacional e dando externalidade às pesquisas desenvolvidas na instituição). Soma-se a essas duas maneiras de atuar internacionalmente a representação formal do país em determinados fóruns internacionais, bem como o recebimento de visitas técnicas e a organização de eventos no país com pesquisadores estrangeiros.

6. Conforme seu estatuto (art. 1º), o Ipea é uma “fundação pública instituída nos termos do art. 190 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967”. Ver IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estatuto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/62CxG5>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Sobre a formalização de contatos com instituições estrangeiras, vale mencionar que, entre 2014 e 2016, mantinha 37 acordos de cooperação técnica internacional ou com instituições internacionais, sendo possível identificar um diversificado leque temático que motivou as parcerias com o exterior durante o período (quadro 2).

QUADRO 2
Acordos de cooperação técnica vigentes (2014-2016)

Partes	Objeto
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	Parceria interinstitucional.
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)	Parceria interinstitucional.
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Parceria interinstitucional.
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	Gestão pública e políticas públicas: desenvolvimento sustentável.
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	Projeto <i>Cadeias Globais de Valor e Complementaridade Produtiva na América do Sul</i> .
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (DRC) do Conselho de Estado da República Popular da China	Desigualdades e desenvolvimento social e econômico; regulação e políticas públicas de competitividade; fundamentos macroeconômicos de desenvolvimento de longo prazo; desenvolvimento regional e urbano; avaliação de políticas sociais.
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clasco)	Parceria interinstitucional.
Academia de Pesquisa em Ciência Sociais de Hebei da China (CCIE)	Parceria interinstitucional.
Comitê Nacional para Refugiados (Conare); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)	Refúgio no Brasil.
Consórcio de Investigación Económica y Social (Cies)	Integração e o desenvolvimento regional: social; produtiva; financeira; infraestrutura energética; política macroeconômica; comércio intrarregional; meio ambiente; promoção cultural; política e governo; inovação e desenvolvimento tecnológico; infraestrutura logística.
Escritório Nacional de Planejamento do Suriname	Comércio; pesquisa de mercado; especificação e integração de cadeias produtivas; logística; infraestrutura; energia; sustentabilidade ambiental; desenvolvimento agrícola e urbano; políticas sociais.
Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flasco)	Ciências sociais; fortalecimento do intercâmbio; cooperação Sul-Sul.
Fundação Universidade de Brasília (FUB); Instituto Africano para Estudos Agrários (Aias)	Transformação social na agricultura africana; proteção social; desigualdades sociais e questões raciais.
Grupo Banco Mundial	Desenvolvimento humano sustentável: desenvolvimento humano e social e proteção social; prestação de serviços e governança; educação; política científica; políticas macroeconômicas e econômicas; Estado, instituições e políticas públicas; estudos federativos, regionais, urbanos, rurais e agrícolas; pesquisa social e de trabalho; indústria, tecnologia e infraestrutura; meio ambiente e sustentabilidade.
Human Sciences Research Council (HSRC)	Desenvolvimento humano sustentável: desenvolvimento humano e social e proteção social; prestação de serviços, democracia e governança; educação; ciência política; relações internacionais, políticas e econômicas; macroeconomia e políticas econômicas; Estado, instituições e políticas públicas; estudos federativos, regionais, urbanos, rurais e agrícolas; pesquisa social e de trabalho; indústria, tecnologia e infraestrutura; meio ambiente e sustentabilidade.

(Continua)

(Continuação)

Partes	Objeto
Instituto Latino-Americano (Ilas); Academia Chinesa de Ciências Sociais (Cass)	Economia e relações econômicas e políticas internacionais; macroeconomia e política econômica; Estados, instituições e políticas públicas; estudos federativos, regionais e urbanos; pesquisas social e do trabalho; indústria, tecnologia e infraestrutura; meio ambiente e sustentabilidade.
Instituto de Estudos Latino-americanos (Iela)	Parceria interinstitucional.
The Nature Conservancy (TNC) do Brasil	Planos estratégicos de restauração florestal.
Instituto de Economia em Desenvolvimento, Organização de Comércio Externo (IDE-Jetro) do Japão	Liberalização do comércio e do investimento: desenvolvimento e desigualdade econômica e social; regulação econômica e políticas de competitividade; avaliação de políticas sociais.
Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal	Parceria interinstitucional.
Korean Development Institute (KDI) da Coreia do Sul	Política econômica e financeira.
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)	Extrema pobreza.
Ministerio de Coordinación de Desarrollo Social (MCDS) da República do Equador	Garantia e proteção social.
Nepad Planning and Coordinating Agency	Desenvolvimento humano sustentável: desenvolvimento humano e social e proteção social; prestação de serviços, governabilidade e democracia; educação e capacitação; ciência política; relações econômicas, políticas e internacionais; macroeconômica; políticas públicas; estudos de segurança agrícola e alimentar; pesquisa social e do trabalho; indústria, tecnologia e infraestrutura; cooperação Sul-Sul; meio ambiente e sustentabilidade.
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Pesquisa, intercâmbio de conhecimentos e cooperação técnica: emprego; proteção social; direitos do trabalho.
Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	Atlas de Desenvolvimento Humano Nacional.
Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	Compartilhamento dos dados e da metodologia do Atlas de Desenvolvimento Humano Nacional.
Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	Compartilhamento dos dados e da metodologia do Atlas de Desenvolvimento Humano Nacional.
Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	Compartilhamento dos dados e da metodologia do Atlas de Desenvolvimento Humano Nacional.
Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Agenda 2030.
Policy Network and Communications Limited	Desenvolvimento humano sustentável: relações internacionais, econômicas e políticas; política macroeconômica; Estado, instituições e políticas públicas; estudos federativos, regionais e urbanos; pesquisa social e laboral; indústria, tecnologia e infraestrutura; meio ambiente e sustentabilidade.
Russkiy Mir Foundation (RMF); Observer Research Foundation (ORF); China Center for Contemporary World Studies; Institute for Global Dialogue (IGD)	BRICS.

(Continua)

(Continuação)

Partes	Objeto
Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (Sela)	Integração do desenvolvimento regional: social; produtiva; financeira; infraestrutura energética; política macroeconômica; comércio infrarregional; meio ambiente; promoção cultural; política e governança; inovação e desenvolvimento tecnológico; infraestrutura.
Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); China Youth and Children Research Center (CYCRC); China Youth and Children Research Association (Cyra).	<i>Projeto Estudo Comparado sobre a Juventude Brasileira e Chinesa.</i>
Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)	Parceria interinstitucional.
Universidade Nacional de Moreno (UNM); Secretaria Técnica de Planificación Dependiente de la Presidencia da Republica del Paraguay (STP)	Análise e política macroeconômica; formulação de políticas públicas na matéria de emprego e salários, proteção social e geração de oportunidades; políticas orientadas ao desenvolvimento produtivo e tecnológico; planificação do desenvolvimento regional e setorial; fortalecimento do Mercosul e inserção internacional.
Vietnam Academy of Social Sciences (Vass)	Desenvolvimento humano e sustentável: políticas macroeconômicas e governança; Previdência Social e proteção; meio ambiente; educação; saúde; desenvolvimento sustentável urbano e rural; infraestrutura e serviços.

Fonte: Ipea.
Elaboração: Ipea.

No que se refere à participação em eventos, evidencia-se diversificado quadro temático a motivar a participação de pesquisadores do Ipea em eventos internacionais, sendo possível identificar grandes temas recorrentes (comuns a mais de uma participação) e temáticas específicas a motivar a presença de pesquisadores brasileiros em foros internacionais (quadro 3).

QUADRO 3
Temáticas discutidas em eventos internacionais (2014-2016)

Grande tema	Temáticas
BRICS	Saúde (tuberculose); banco de desenvolvimento; governança global; integração regional e promoção de cadeias de valor regionais; comércio internacional de recursos genéticos; conhecimentos tradicionais associados; normas de cooperação institucional; internet; governança pluralística; economia digital; políticas públicas urbanas e sociais.
Comércio Internacional	Relações comerciais Brasil-Japão; sistema multilateral de comércio pós-Bali; governança econômica global; cooperação comercial multilateral na OMC; regime multilateral de comércio; acordos comerciais internacionais; incentivos para a integração produtiva.
Cooperação internacional	Brasil-União Europeia; Coreia-América Latina; Cooperação Sul-Sul; Brasil-Cabo Verde; Brasil-Cepal; Brasil-República Dominicana; Ásia-África; Brasil-Estados Unidos.
Economia urbana	Crescimento; estudos regionais; políticas públicas para mobilidade e desenvolvimento; cooperação transfronteiriça.
Gestão pública	Gestão de conhecimento e resultados organizacionais; balanceamento de poder em regras de nomeação do setor público.
Igualdade de gênero e raça	Políticas públicas de igualdade; programas de transferência condicionada de renda; estratégias de implementação dos ODS.

(Continua)

(Continuação)

Grande tema	Temáticas
Mercado de trabalho	Qualificação profissional; políticas públicas para criação de empregos; emprego e desenvolvimento; mercado de trabalho informal; cobertura previdenciária.
Meio ambiente	Uso do solo brasileiro; fundos de investimento para o clima; produtividade e crescimento sustentável; desenvolvimento agrário.
Objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM)	Uso do solo brasileiro; fundos de investimento para o clima.
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	Políticas de saúde e criação de empregos; igualdade de gênero e desenvolvimento; desenvolvimento agrário; estratégias de implementação.
Política sobre drogas	Brasil-Bolívia; Brasil-Uruguai; fronteira brasileira.
Política social em educação e saúde	Programas de Alimentação Escolar (PAE) na América Latina; políticas públicas para jovens; políticas públicas de igualdade.
Sociedade e advocacia	Crime organizado e do sistema de justiça criminal na América Latina e no Caribe; justiça e advocacia <i>pro bono</i> e economias emergentes.

Fonte: Ipea.
Elaboração: Ipea.

Importante observar que tal participação configura, em linhas gerais, o desdobramento de programas e projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição, cuja qualidade, pertinência ou relevância leva à atuação do corpo técnico envolvido em diversificados fóruns, valendo observar que essa tem sido a essência da cooperação internacional oferecida na área de pesquisa econômica aplicada.

Um exemplo da dinâmica acima referida pode ser dado com o próprio desenvolvimento do levantamento Cobradi. A figura 1 apresenta as linhas gerais da conversão da prática brasileira em objeto de cooperação internacional.

FIGURA 1
Da prática à cooperação: o exemplo Cobradi

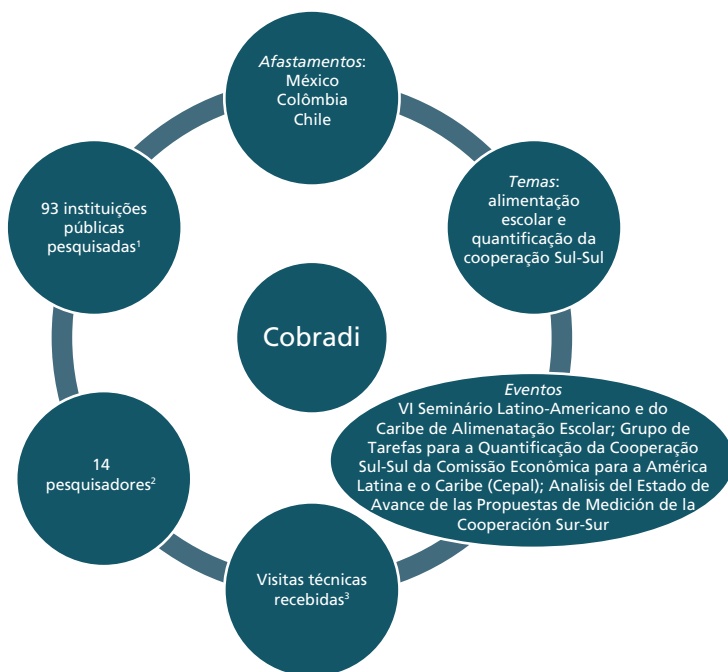


Fonte: Ipea.
Elaboração: Ipea.

Iniciado em 2010, o estudo da Cobradi requereu o desenvolvimento de método próprio, gerando conhecimento sobre a cooperação brasileira, mas também

sobre formas de sistematização e coleta de dados. Tal conhecimento lastreou a participação de integrantes da equipe de pesquisa da Cobradi em eventos sobre alimentação escolar e quantificação da cooperação Sul-Sul ao longo do período estudado. A figura 2 apresenta, de modo esquemático, o esforço envidado e seu desdobramento internacional.

FIGURA 2
Pesquisa da Cobradi e a participação em eventos internacionais (2014-2016)



Fonte: Ipea.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Consideradas apenas aquelas incluídas no *Relatório Cobradi 2011-2013*.

² Incluídos técnicos de planejamento (dois), bolsistas (oito), profissionais de apoio técnico à pesquisa (dois) e estagiários (dois) envolvidos no projeto de pesquisa.

³ Embora não haja registros formais do recebimento de visitas técnicas recebidas, é possível mencionar a vinda de pesquisadores noruegueses no período.

Digno de nota também é o fato de que, ao participar de eventos, os pesquisadores brasileiros colocam-se em contato com diferentes instituições internacionais, confirmando a relevância da produção de conhecimento local e ampliando a rede potencial de colaboração.⁷

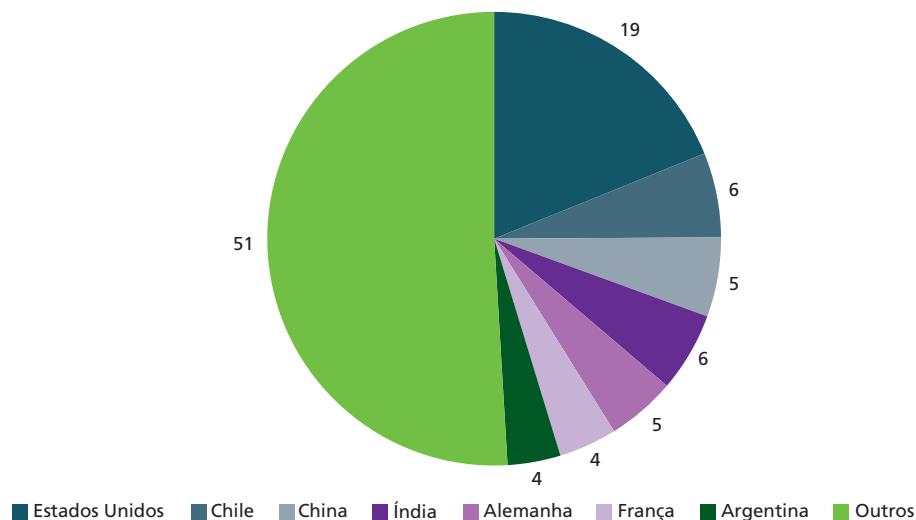
7. Os dados disponíveis mostram não haver necessária coincidência entre as instituições promotoras e participantes dos eventos com participação do Ipea e aquelas com as quais o instituto tem acordo de cooperação técnica.

No período estudado, foi possível identificar 86 instituições com as quais o Ipea cooperou, mediante a participação de seus servidores ou bolsistas em eventos internacionais.⁸

Note-se que, de um total de 251⁹ afastamentos realizados, 15% dos gastos¹⁰ foram pagos com recursos do Ipea, cabendo os demais 85% dos desembolsos a outras instituições (72%) ou aos próprios servidores (13%).

Observa-se, ademais, que foram identificados 54 países de destino dos pesquisadores do Ipea, prevalecendo viagens aos Estados Unidos, ao Chile, à China, à Índia, à Alemanha, à França e à Argentina (gráfico 1).¹¹

GRÁFICO 1
Afastamentos por país de destino (2014-2016)
(Em %)



Fonte: Ipea.
Elaboração: Ipea.

8. Os registos apontam, *via de regra*, as instituições promotoras e/ou organizadoras dos eventos, e não necessariamente a totalidade das instituições presentes nesses encontros.

9. Vale observar que, de um único afastamento, podem resultar visitas a dois ou mais países, sendo que, no período, foram visitados 265 destinos com 251 afastamentos.

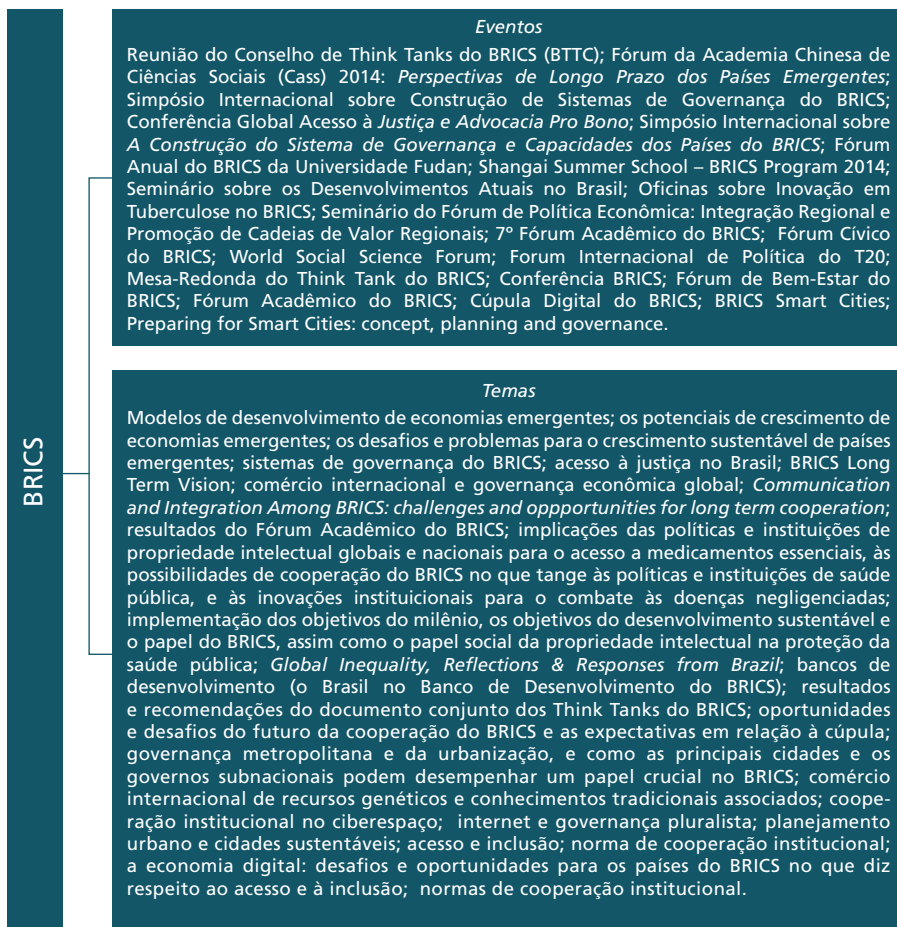
10. Não consideradas as horas técnicas.

11. Além destes países, constam como destinos: África do Sul; Angola; Argélia; Austrália; Áustria; Austrália; Bangladesh; Bélgica; Bolívia; Cabo Verde; Canadá; Colômbia; Coreia do Sul; Costa do Marfim; Cuba; Emirados Árabes Unidos; Equador; Espanha; Finlândia; Holanda (Países Baixos); Hong Kong; Inglaterra (Reino Unido); Irlanda do Norte; Itália; Jamaica; Japão; México; Moçambique; Noruega; Panamá; Paraguai; Peru; Portugal; Quênia; República Dominicana; Rússia; Senegal; Suécia; Suíça; Tailândia; Tanzânia; Tunísia; Turquia; Uruguai; e Venezuela.

Destaque-se, finalmente, que a representação formal do país em determinados fóruns internacionais acaba por ensejar aos pesquisadores do Ipea a participação em eventos internacionais, seja para cumprir as funções atreladas a essa forma de representação, seja para discutir ou apresentar a vinculação do país em outros fóruns.

Exemplo dessa forma de atuação internacional pode ser visto na designação do instituto como representante brasileiro no Conselho de Think Tanks do BRICS (BTTC). Tal fato fomentou a participação de pesquisadores do instituto tanto em eventos patrocinados pelo grupo quanto em outros fóruns, em que se discutiram temas relacionados ao grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A figura 3 propõe uma síntese dessa participação no triênio 2014-2016.

FIGURA 3
O Ipea no BRICS (2014-2016)



Note-se que, além dos eventos sediados em países do BRICS (África do Sul, Brasil,¹² China, Índia e Rússia), pesquisadores do Ipea deslocaram-se também para os Emirados Árabes Unidos, os Estados Unidos, Hong Kong e a Suécia para tratar temáticas relativas ao BRICS e à experiência do país como integrante do grupo.

2.2 Administração pública

A cooperação internacional acompanha a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) desde sua criação, que combinou características de diversos modelos internacionais bem-sucedidos. Desde então, a escola tem se empenhado em aprimorar sua experiência de ensino aplicado, valendo-se do aprendizado junto a outras escolas de governo da França, do Canadá e da Espanha e organismos internacionais, entre tantos outros.

As ações nesse campo caracterizam-se pela articulação com os projetos estratégicos da escola e pelo intercâmbio de boas práticas nas áreas de reforma e modernização do Estado. Atua por meio de parcerias de excelência em nível bilateral, multilateral e trilateral. A troca de experiências contribui para o desenvolvimento e a oferta de novos produtos de aprendizagem e para a melhoria de práticas gerenciais no setor público. Serve, ainda, para consolidar o papel da Enap como difusora de novos conhecimentos e práticas inovadoras em gestão pública. Em seus trabalhos, a cooperação internacional identifica e recebe especialistas estrangeiros, organiza oficinas, cursos e palestras orientados a dirigentes públicos, bem como promove missões de servidores e especialistas brasileiros ao exterior, com vistas ao desenvolvimento de novas competências que favoreçam a melhoria da gestão pública.

2.2.1 Parcerias com escolas de governo e universidades estrangeiras

1) École Nationale d'Administration (ENA/França):

Memorando de entendimento entre a ENA/França e a Enap, firmado em 31 de maio de 2016, visa promover programas e projetos que fomentem a cooperação, em especial em iniciativas de ensino, pesquisa e capacitação de servidores públicos. Em 2016, como resultado da parceria com a ENA, foram realizadas duas turmas, do curso intitulado *Liderança Feminina: estratégias para o fortalecimento de competências*, com o objetivo de levar os participantes a refletirem sobre estratégias para o fortalecimento de competências voltadas para a liderança feminina, e sobre o desenvolvimento de ações para promover o acesso de mulheres a posições de liderança no trabalho. Foi também realizado o curso *Coletividades Territoriais e o Desenvolvimento Local na França*.

12. Em 2014, o BTTC reuniu-se no Rio de Janeiro.

2) **École Nationale d'Administration Publique (Enap/Quebec):**

Em agosto de 2016, a Enap realizou missão técnica à Enap/Quebec, com o objetivo de estreitar a cooperação com a escola canadense. Ao final do encontro, foram feitas minutas de acordo de cooperação e de plano de ação para os anos de 2016 e 2017, visando ao apoio institucional e à implementação de atividades de formação para reforçar as capacidades da administração pública no Brasil. A cooperação inclui principalmente as atividades de apoio ao fortalecimento das capacidades, por meio da oferta de atividades de aperfeiçoamento, oferta de formação para aproveitamento acadêmico, apoio ao fortalecimento das capacidades em nível municipal e acompanhamento institucional, a serem implementadas por plano de ação anual.

3) **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso):**

Em 2015, a Enap firmou acordo de cooperação com a Flacso. Com o objetivo geral de apoiar o fortalecimento da articulação internacional das escolas de governo e visando ao aprimoramento da elaboração e da execução de programas de capacitação de recursos humanos, o acordo de cooperação conta com a *expertise* da Flacso, aportando sua experiência na formação de quadros, docência, pesquisa e assessoria técnica para a formatação de cursos destinados ao público ibero-americano. O objetivo específico do acordo é implementar a colaboração entre a Enap e a Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (Eiapp), do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), na formação de servidores públicos da América Latina no campo de políticas sociais. Isso contribui para a oferta da programação acadêmica da Eiapp, compromisso assumido pela Enap com o Clad.

4) **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):**

Em 18 de junho de 2015, a Enap e o BID assinaram memorando de entendimento visando à execução de programa para capacitação de servidores municipais, estaduais e federais em gestão de compras públicas, parcerias público-privadas, concessões e outros temas estratégicos. A parceria consiste na oferta de dois cursos presenciais – *Instrumentos do Processo Licitatório: elaboração de termos de referência e editais para contratação de bens e serviços no setor público e didática para facilitadores*; e *Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos com Oficina de Discussão de Casos e Didática para Facilitadores*.

5) **Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF):**

O memorando de entendimentos entre a Enap e o CAF foi firmado em 28 de abril de 2016, cujo objetivo é unir esforços em atividades e projetos de cooperação, especialmente relacionados com a melhoria da gestão pública e das políticas públicas que busquem a competitividade e o desenvolvimento sustentável e inclusivo dos países. O CAF tem sido um excelente parceiro da Enap, na medida em que diversos

seminários internacionais, concursos de inovação e cursos internacionais têm sido possíveis graças ao apoio do banco, com o pagamento de passagens, diárias, serviços de tradução e de honorários aos palestrantes.

Parceiros como o CAF e as embaixadas foram grandes patrocinadores de atividades acadêmicas que proporcionaram aos servidores federais brasileiros o acesso a cursos de altíssimo nível dentro do Programa Internacional de Desenvolvimento de Altos Executivos, a exemplo dos cursos *Liderança Feminina* e *Coletividades Territoriais*, ambos ofertados pela Enap em parceria com a ENA da França e o CAF, além do curso de *Liderança e Inovação em Contexto de Mudança*, ofertado pela Harvard Kennedy School (HKS).

6) Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE):

O Brasil não é país-membro da OCDE, mas tem *status* de participante pleno ou observador em algumas reuniões e comitês da organização, e participa de diálogos e negociações sobre o desenvolvimento das economias mundiais. A Enap assinou memorando de entendimento com a OCDE, em 19 de setembro de 2016, como instrumento que foi marco para o desenvolvimento das atividades em cooperação com aquela instituição. O objetivo comum é produzir, organizar e disseminar conteúdo relacionado à inovação governamental e alavancar a visibilidade de cada organização e rede de contatos no campo das práticas de inovação no setor público.

7) Harvard Kennedy School (HKS):

A relação da Enap com a HKS, escola de governo da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, foi uma das iniciativas de maior destaque em 2015, no âmbito da proposta estratégica de internacionalização da Enap. O ano de 2015 marcou o início do desenvolvimento de atividades concretas entre as duas instituições, a partir da negociação de novos projetos para 2016, entre os quais a oferta de cursos em Boston e em Brasília, e a concepção de um programa de intercâmbio para os integrantes do Innovations in Government Program, da Kennedy School's Ash Center for Democratic Governance and Innovation.

A partir de uma parceria firmada entre Enap e Harvard, por meio da assinatura de memorando de entendimento, foi inaugurado, no segundo semestre de 2015, o Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da administração pública federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de competências de altos dirigentes com foco na gestão de organizações complexas, no mapeamento de novos instrumentos para tomada de decisão em contextos de crise e na implementação de políticas públicas. O programa compreende três etapas: duas no Brasil e outra na própria HKS.

A parceria aproximou as instituições, que atualmente estão desenvolvendo, de forma inédita, curso totalmente customizado para a realidade brasileira,

com estudos de caso adaptados às especificidades do país, de modo a desenvolver habilidades de liderança e inovação em contexto de mudanças e cenários instáveis.

Em 2016, a escola manteve a parceria com a HKS e realizou a 3ª e a 4ª edições do Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da administração pública federal. Foi também realizado o curso intitulado *Inovação, Liderança e Governança Digital*, a partir de parceria com a Georgetown University.

8) School of Public and Environmental Affairs (Spea) da Universidade de Indiana:

Em 19 de agosto de 2016, a Enap firmou memorando de entendimento com a Escola de Política e Gestão Pública e Ambiental da Universidade de Indiana (Bloomington, Indiana, Estados Unidos), com o objetivo de facilitar a colaboração entre as partes e promover programas e projetos que fomentem a cooperação, especialmente em iniciativas de formação, pesquisa e capacitação da comunidade de estudantes de graduação e pós-graduação, servidores públicos, especialistas em políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos.

Em decorrência da parceria firmada, várias atividades foram implementadas em 2016, como cursos e eventos conjuntos.

9) Shanghai Administration Institute (SAI):

Em 6 de agosto de 2015, a Enap firmou memorando de entendimento com o SAI, cuja missão é também capacitar servidores públicos de alto e médio escalões da administração pública chinesa, em temas relativos à administração, à gestão pública e nas áreas jurídica, cultural, urbanização e mobilidade urbana, educação e apoio às estatais do governo chinês. O memorando de entendimento visa, entre outros, propiciar visitas oficiais, capacitações conjuntas, intercâmbio de estudantes e realização de pesquisas.

10) Governo da Dinamarca:

Em 2016, o governo da Dinamarca firmou memorando de entendimento com o Brasil, no qual a construção do Laboratório de Inovação em Políticas Públicas (Gnova) foi uma das medidas pactuadas. O laboratório foi inaugurado em agosto de 2016, e é um espaço colaborativo destinado à construção de soluções criativas para problemas públicos. Tem como foco constituir e difundir uma cultura permanente de inovação no setor público, de forma a auxiliar na construção e na ampliação da eficiência, da efetividade e da legitimidade de processos, serviços e políticas públicas dirigidos aos cidadãos. O laboratório é um local dinâmico, multiúso e sustentável, que visa favorecer a criatividade e a imersão dos diferentes participantes no desenho de soluções, por meio de oficinas e Grupos de Trabalho. Tem também como função construir redes de suporte e difusão de inovação, além de aproximar e catalisar

parcerias em soluções inovadoras. Em seu portfólio, o laboratório já contou com alguns parceiros, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Banco Central do Brasil (Bacen) e o MS.

11) Instâncias colegiadas com a participação da Enap:

a) Conselho Acadêmico Assessor da Eiapp:

Criada em 2006 e vinculada ao Clad, a Eiapp tem como missão articular e coordenar o intercâmbio de informação e de experiências, promover a criação de sinergias e realizar ações de cooperação internacional para a formação de dirigentes e de servidores públicos.

A Eiapp dispõe de um Conselho Acadêmico Assessor, constituído por representantes de institutos, escolas e sistemas de formação de quadros públicos ibero-americanos. O conselho é a instância que assessora a Secretaria Permanente da Eiapp em temas prioritários e nas metodologias para a formação e a capacitação de dirigentes e demais servidores públicos, reunindo-se a cada dois anos para definir o programa acadêmico da Eiapp para o biênio posterior.

A participação brasileira no Clad é coordenada pelo MP. A Enap representa o Brasil nas reuniões do Conselho Acadêmico Assessor da Eiapp, e ali firma compromissos de ofertar cursos internacionais anuais, presenciais e a distância, referendados pelo MP.

Por meio da Eiapp, a Enap seleciona servidores brasileiros para os cursos internacionais oferecidos pelos dezenove países-membros do Clad. Recebe também servidores ibero-americanos em cursos da escola, fortalecendo o intercâmbio de informação e de experiências e promovendo a criação de sinergias, ao realizar ações de cooperação internacional.

A Enap tem o compromisso de ofertar dois cursos anuais a servidores ibero-americanos.

2014

- 1) No âmbito da Eiapp, foi oferecido, na Enap, o curso presencial *Planejamento Estratégico no Contexto Democrático: lições para América Latina* e o curso a distância *Ética na Administração Pública*, tendo capacitado 28 servidores brasileiros e ibero-americanos.
- 2) A escola divulgou e selecionou, em nível nacional, diversos candidatos para cursos oferecidos por outras escolas ibero-americanas e a oferta de vagas do programa de capacitação a distância da Enap aos associados do Clad. No âmbito da Eiapp, foram *selecionados servidores brasileiros para participar em dezesseis cursos na América Latina*.

2015

- 1) Em junho de 2015, a Enap ofertou o curso a distância *Ética e Administração Pública na América Latina*, que capacitou 35 servidores ibero-americanos e que objetivou promover a consciência ética nas práticas administrativas.
- 2) Em novembro de 2015, a Enap realizou curso presencial *Avaliação de Programas Sociais*, que capacitou 28 servidores públicos ibero-americanos.
- 3) Ainda em novembro de 2015, a Enap realizou o curso internacional sobre *Avaliação de Programas Sociais*, em parceria com a Eiapp/Clad. O objetivo foi promover e estimular o debate sobre a importância da avaliação de programas sociais nos países ibero-americanos.

2016

- 1) Em junho de 2016, a Enap ofereceu curso a distância intitulado *Ética y Administración Pública en América Latina*, com 32 participantes concluintes.
- b) International Institute of Administrative Sciences (IIAS):

Criado em 1930, com sede em Bruxelas, na Bélgica, o IIAS é uma organização não governamental, com propósitos científicos, voltada ao estudo da administração pública, por meio da troca de experiências práticas e teóricas de especialistas do mundo inteiro e de diferentes culturas. O instituto, considerado uma das maiores instituições desse gênero, está composto por aproximadamente noventa países-membros e instituições internacionais, e está interessado em discutir todas as questões envolvendo a administração pública contemporânea, em nível nacional e internacional.

A cada ano, o IIAS promove pelo menos três reuniões, em três diferentes países-membros. A maior delas, a Assembleia-Geral, reúne aproximadamente setecentas pessoas. O instituto, também anualmente, publica cerca de dez livros, incluindo sua prestigiosa *Revista Internacional de Ciências Administrativas (Iras)*, veiculada trimestralmente nos idiomas inglês, francês e mandarim.

A Enap também é cofundadora da instância regional do IIAS na América Latina, o Grupo Latinoamericano de Administración Pública (Glap), instituído no México em 2010.

Todos os anos o presidente da Enap participa das reuniões do organismo, em Bruxelas, na Bélgica.

- c) International Association of Schools and Institutes of Administration (Iasia):

A Enap é membro da Iasia. A associação foi criada, no âmbito do IIAS, como um esforço de colaboração dos seus membros que compartilham interesses comuns na

educação e na formação de administradores e gerentes, pesquisa, planejamento, avaliação, assessoria e consultoria, publicações e outras atividades apropriadas voltadas para atender às necessidades de desenvolvimento de capacidades de gestão das autoridades públicas, agências e empresas nacionais e subnacionais, regionais e internacionais.

As reuniões da Iasia acontecem paralelamente às reuniões do IIAS, em Bruxelas, na Bélgica.

d) Associação Internacional de Políticas Públicas (Ippa):

Desde 2016, a Enap é membro da Ippa, associação internacional com sede na França, que tem como principais objetivos: promover pesquisas científicas no campo das políticas públicas e contribuir para seu desenvolvimento internacional; organizar uma conferência geral internacional regular em políticas públicas; desenvolver atividades em rede internacional que contribuam para o campo das políticas públicas; promover a difusão internacional de conhecimento em políticas públicas; desenvolver outras atividades relevantes relacionadas ao campo das políticas públicas; promover pesquisas em políticas públicas e o uso da organização de políticas.

Em novembro de 2016, a Enap promoveu o *Summer Course* – curso internacional de *Políticas Públicas*, que contou com a participação de três professores renomados internacionalmente (M. Ramesh, Guy Peters e Philippe Zittoun), beneficiando noventa alunos de alto nível da administração pública federal. Desse total, dezoito participantes eram ibero-americanos.

e) Comitê de Programação e Coordenação (CPC) e Conselho de Orientação (CO) do programa Eurosocial II de cooperação entre América Latina e União Europeia, financiado pela Comissão Europeia:

A Enap aderiu ao programa Eurosocial II em 2011. Trata-se de um programa regional de cooperação internacional da Comissão Europeia para a promoção da coesão social na América Latina. É coordenado por um consórcio liderado pela Fundação Internacional e para Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (Fiiapp-Espanha). Esse consórcio é integrado, além da Fiiapp, por seis sócios-coordenadores – três europeus: Experiência Internacional Francesa (FEI) (França), Organização Internacional Ítalo-Latino-Americano (IILA) (Itália), Sociedade Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) (Alemanha); e três latino-americanos: Enap (Brasil), Agência Presidencial de Cooperação Internacional (APC) (Colômbia), Sistema de Integração Centro-americana (Sica) (Centro-América).

O Eurosocial II possibilita uma rica interlocução com organizações públicas da América Latina e da Europa, o que amplia o espectro de cooperação da escola

e traz maior visibilidade nacional e internacional para as práticas de gestão pública implementadas pelo governo brasileiro. As reuniões do CPC são espaços dedicados às discussões sobre o desenvolvimento das ações do Eurosocial nos diversos países latino-americanos beneficiários, ao monitoramento e à avaliação de resultados das atividades, bem como às análises e aos debates promovidos no âmbito de encontros setoriais, seminários e encontros gerais.

Já o CO do Eurosocial II é uma instância consultiva do programa, responsável por refletir estrategicamente sobre os resultados das ações e das atividades, com o intuito de sugerir novos rumos e analisar o impacto da cooperação nos países. O conselho é composto por cinco especialistas internacionais com notório saber em suas áreas de atuação e observado por três sócios do programa:

- em outubro de 2015, na Enap, curso internacional *Desenvolvimento e Proteção Social na América Latina e Europa*. Seu objetivo foi analisar as experiências recentes de políticas de proteção social na Europa e na América Latina e reavaliar a trajetória brasileira, com o intuito de qualificar a discussão sobre os desafios futuros para a consolidação de nossas políticas sociais;
- em outubro de 2015, encontro anual e reunião do CO do programa, realizado em Madri, e que contou com a participação de uma servidora da Enap. Na ocasião discutiram-se os avanços obtidos pelo programa em 2015, apresentaram-se os resultados alcançados e analisou-se o papel do Eurosocial como programa regional da União Europeia para a coesão social na América Latina.

f) Cooperação Sul-Sul: São Tomé e Príncipe:

Em 2016, no âmbito da cooperação Sul-Sul, foram realizadas duas missões à Enap de delegações da República Democrática de São Tomé e Príncipe: a missão *in loco* de representante da Enap e consultora brasileira na região autônoma do Príncipe; e o desenho de plano de capacitação para melhoria da gestão pública do governo local (PDG – Plano de Desenvolvimento de Gestores).

Foi também desenvolvido projeto de cooperação técnica com aquele governo e a ABC/MRE, com vistas a propiciar o desenvolvimento contínuo dos gestores do governo regional do Príncipe, por meio do contato com as melhores práticas de gestão pública e da criação de redes de relacionamento internas e externas, que promovam a aprendizagem, o compartilhamento e a aplicação de metodologias e ferramentas de gestão, gerando resultados sustentáveis para a administração pública e a sociedade principense.

3 SAÚDE

A política brasileira de saúde organiza-se segundo tipos de atividades e níveis de atenção – assistência farmacêutica, atenção básica, média e alta complexidades –, grupos populacionais específicos – mulheres, crianças, idosos, trabalhadores, entre outros – e ações de vigilância de saúde – vigilância de doenças, agravos e seus fatores de risco e vigilância ambiental. Compete aos órgãos do MS, órgãos setoriais, fundações, institutos e agências vinculadas à pasta a implementação dos diferentes programas e projetos mediante ação coordenada com órgãos estaduais e municipais. No campo da cooperação internacional, essa ação estende-se também à coordenação com organismos internacionais.

No que tange à promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) na área de saúde, destaca-se, no período 2014-2016, a atuação da Anvisa, da Fiocruz e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além da atuação do próprio MS, em particular mediante sua Assessoria de Assuntos Internacionais (Aisa/MS), seja em âmbito multilateral, seja em âmbito regional ou bilateral.

Esta seção resgata e sistematiza o repertório de conhecimentos técnicos e científicos acumulados pelos órgãos e pelas instituições que atuam na política de saúde e que foram disponibilizados à comunidade internacional no período citado. Trata-se de uma possibilidade de ler esses registros como uma expressão internacional da política pública a partir de dados e informações disponibilizados pela Aisa/MS,¹³ pelo Centro de Relações Internacionais (Cris/Fiocruz),¹⁴ pela Assessoria de Assuntos Internacionais (Ainte/Anvisa)¹⁵ e pela Funasa.¹⁶

BOX 4

Atores brasileiros engajados na promoção da cooperação internacional em saúde (2014-2016)

Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde (Aisa/MS)

Responsável pela preparação do posicionamento brasileiro sobre temas de saúde em âmbito internacional, em permanente articulação com as demais áreas do MS, a Aisa/MS tem como objetivo “a elaboração das diretrizes, a coordenação e a implementação da política internacional do ministério”. Coordena também a participação do MS em organizações e mecanismos internacionais, e monitora tratados e acordos multilaterais que versam sobre temas com impacto direto ou indireto na área de saúde. Acompanha, ademais, os projetos desenvolvidos pelo ministério em parceria com outros países, além de executar ações de cooperação humanitária em situações emergenciais e/ou de carência de medicamentos.¹

(Continua)

13. Aisa: Fabio Rocha Frederico (ponto focal), Douglas Valletta Luz, Anna Elisa Lung Lima, Luciano Ávila Queiroz, Indira Meira Gonçalves e Daniele Cristina Papa; SAS: Valéria Giorgetti, Luciana Villanova e Sergio Luiz Ferreira Vianna; SVS: Luis Paulo Mendes Dias; SE: Ludimila Oliveira dos Santos; SCTIE: Fernanda Martins Torres; SGEP: Mateus Andrade; SGTES: Marta Cristine Peres Barros e Dalila Luiza Neiva Rodrigues; e Sesai: Eva Patrícia Alvares Lopes.

14. Cris: Paulo Buss (ponto focal), Luiz Eduardo Fonseca, Lílina Botelho, Pedro Burger e José Roberto Ferreira.

15. Ainte: Lílina Fernandes da Cunha (ponto focal), Daniela Matos e Campos do Amaral.

16. Funasa: Michelle Rodrigues Correia (ponto focal), Expedito Carneiro de Mendonça e Isabela Coelho Moreira.

(Continuação)

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

A Anvisa é uma autarquia sob regime especial e tem por finalidade promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e do consumo de produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. É também responsável pela aprovação dos produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária (nacionais e internacionais), para posterior comercialização, implementação e produção no país e elaboração de regulamentos técnicos com características de identidade e qualidade de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.

Em conjunto com o MRE controla portos, aeroportos e fronteiras nos assuntos relacionados à Vigilância Sanitária. Sua atuação abrange ainda o monitoramento e a fiscalização dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias relacionadas à saúde. A Anvisa exerce a função de Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e estabelece limites para preços de medicamentos, adota regras que estimulam a concorrência no setor, monitora a comercialização e aplica penalidades quando suas regras são descumpridas.

Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Cris/Fiocruz)²

O Cris/Fiocruz é uma instância especializada da Presidência da Fiocruz dedicada à “diplomacia da saúde”, entendida como “teoria e prática relacionadas às negociações políticas e técnicas em saúde no cenário internacional”. O Cris trabalha em estreita colaboração com as unidades técnicas da Fiocruz, apoia a captação de recursos técnicos e financeiros de agências bilaterais e multilaterais e promove a oferta de cooperação a países em desenvolvimento, com ênfase na África e na América Latina (esta designação é corroborada no plano quadrienal da instituição, relativo ao seu eixo V – saúde, estado e cooperação internacional, aprovado no seu congresso interno).

O Cris/Fiocruz coordena a Câmara Técnica de Cooperação Internacional (CTCI) da fundação, que tem como objetivo prestar assessoria técnica e científica à Presidência e ao Conselho Deliberativo da Fiocruz, na área de cooperação internacional, visando à formulação e à avaliação de políticas institucionais, bem como à promoção da articulação horizontal entre os diversos institutos e programas da instituição. A CTCI cumpre o papel de articulação interna em relação às ações de cooperação internacional e espaço para a discussão sobre a orientação estratégica dessa cooperação.

Instituto Nacional de Câncer (Inca)

O Inca é o órgão auxiliar do MS no desenvolvimento e na coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. Essas ações compreendem a assistência médico-hospitalar e a atuação em áreas estratégicas, como prevenção e detecção precoce, formação de profissionais especializados, desenvolvimento da pesquisa e geração de informação epidemiológica.³

Fundação Nacional de Saúde (Funasa)⁴

A Funasa é uma fundação pública vinculada ao MS. Tem por missão “promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental”.

Fontes: Aisa/MS, Ainte/Anvisa, Cris/Fiocruz, Inca e Funasa.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Disponível em: <<https://goo.gl/xkWfWs>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

² Disponível em: <<https://goo.gl/VeP768>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

³ Disponível em: <<https://goo.gl/vkZHek>>. Acesso em: 3 out. 2018.

⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/JwG8f3>>. Acesso em: 3 out. 2018.

De 2014 a 2016, o governo brasileiro manteve esforços para intensificar e aprofundar a cooperação para o desenvolvimento internacional em temas relacionados à saúde de forma coordenada entre o MS e seus órgãos e entidades vinculadas. Parte dessa atuação foi desenvolvida com o apoio da ABC e parte incluiu parceria com governos e organizações de países desenvolvidos em pesquisa e desenvolvimento, por exemplo. Em linhas gerais, tal atuação realizou-se tanto em fóruns multilaterais, arranjos multilaterais de alcance restrito, organismos regionais,

redes de pesquisa e organizações congêneres, quanto por meio de arranjos trilaterais ou da cooperação bilateral.

3.1 O protagonismo brasileiro em saúde

A inserção internacional do Brasil na área de saúde desenvolveu-se mediante a participação de órgãos do governo federal em fóruns internacionais sobre o tema.

Em linhas gerais, tal participação materializa-se, ao menos em parte, mediante a autorização do MS e de órgãos vinculados para que seus técnicos participem de encontros em fóruns multilaterais já instituídos, como também das iniciativas regionais ou de outros tipos, sob demanda do MRE.

Em outra vertente, a participação brasileira em organismos regionais, plurilaterais e multilaterais também é uma tradição do país, com destaque para o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o BRICS. Assim, no campo do multilateralismo, a atuação brasileira varia de arranjos de quatro ou cinco países, regionais ou plurilaterais, como nos casos do Mercosul e do BRICS, à participação em arranjos de alcance global, como no caso da Organização Mundial da Saúde (OMS), com 192 membros (quadro 4).

QUADRO 4
Principais fóruns da atuação brasileira em saúde: globais, plurilaterais e regionais (2014-2016)

Globais	<ul style="list-style-type: none"> • Organização Mundial da Saúde (OMS); • Organização das Nações Unidas (ONU); • Organização Mundial do Comércio (OMC); • Programa Acordo de Colaboração para a Prevenção e Gerenciamento de Eventos de Saúde Pública na Aviação Civil (Capsca) (Aviação Civil Internacional/OMS); • Coalizão Global para Pesquisa em Ciência Regulatória; • Cúpula Global em Ciência Regulatória.
Plurilaterais	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e espaço lusófono; • BRICS; • International Conference on Harmonization of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use (ICH); • Fórum Internacional de Reguladores de Produtos para a Saúde (IMDRF); • Cooperação Internacional de Regulação de Cosméticos (ICCR); • Programa Internacional de Reguladores de Medicamentos Genéricos (IGDRP); • Pharmaceutical Inspection Co-operation Scheme (PIC/S); • Developing Countries Vaccine Manufacturers Network (DCVMN); • Rede de Reguladores de Vacinas para Países em Desenvolvimento (DCVRN); • Programa de Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia em Políticas sobre Drogas (Copolad); • Redes estruturantes de saúde: Rins, Rets, Resp e RIBLH.
Regionais	<ul style="list-style-type: none"> • Organização Pan-Americana de Saúde (Opas); • Rede Pan-Americana de Regulamentação Farmacêutica (Rede Parf); • Rede de Avaliação de Tecnologias em Saúde das Américas (Redetsa); • Codex Alimentarius/Estratégia de Biofortificação da América Latina e Caribe; • Mercado Comum do Sul (Mercosul); • União de Nações Sul-Americanas (Unasul); • Rede de Bancos de Tumores da América Latina e Caribe (Reblac); • Reunião Regional das Américas, preparatória para a Conferência das Partes (COP) 7; • Rede de Assessorias de Relações Internacionais e de Cooperação Internacional em Saúde (Redsur-Oris).

Fontes: Aisa/MS, Ainte/Anvisa e Cris/Fiocruz.
Elaboração: Ipea.

3.1.1 Arranjos de alcance global

Três fóruns de alcance global têm mobilizado a participação brasileira em saúde: a OMS, a ONU e a OMC.

Na OMS, o Brasil, como membro do Conselho Executivo para o mandato de 2013-2015,¹⁷ teve participação destacada nas Assembleias Mundiais da Saúde (AMS) realizadas entre 2014 e 2016.

Durante a 67ª AMS, realizada em maio de 2014, em Genebra, foram aprovadas as três resoluções apresentadas pelo país sobre hepatites, tuberculose e o seguimento à Declaração Política do Recife sobre recursos humanos em saúde. Adotaram-se, ademais, por consenso, decisões sobre as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e o mecanismo de coordenação global sobre DCNTs, além do seguimento das recomendações do relatório do Grupo de Trabalho Consultivo de Especialistas (Cewg) sobre coordenação e financiamento de pesquisa e desenvolvimento para doenças que atingem desproporcionalmente os países em desenvolvimento. A assembleia também deliberou, com destaque para a atuação brasileira durante as negociações, sobre o papel da saúde na agenda de desenvolvimento pós-2015 (atualmente chamada Agenda 2030), bem como sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde no enfrentamento e na prevenção da violência, em particular contra mulheres e meninas, e contra crianças.

Realizou-se, ainda, às margens da 67ª AMS, o painel *Winning the Global Fight Against Tuberculosis*, patrocinado pelo governo brasileiro.¹⁸

Já na AMS de 2015, oito das treze resoluções apresentadas – em temas como recursos humanos em saúde, hepatites virais, HIV/Aids, saúde da mulher e da criança, nutrição e segurança alimentar, política de acesso a medicamentos, segurança no trânsito, tuberculose e pesquisa em desenvolvimento, especialmente para doenças negligenciadas – foram patrocinadas ou copatrocinaadas pelo país. Ademais, o MS participou ativamente nas discussões do Grupo de Trabalho Aberto sobre objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), defendendo a Agenda 2030 de maneira responsável, com o compromisso de redução das iniquidades em saúde.

No âmbito da pesquisa e desenvolvimento, o Cewg, estabelecido em 2012 no âmbito da OMS, contou com a liderança brasileira para criar um marco de princípios e alternativas para a pesquisa e desenvolvimento de doenças que afetam principalmente os países em desenvolvimento e os de menor desenvolvimento relativo.

17. O Conselho Executivo da OMS é composto por representantes de 34 países-membros, com mandatos trienais, e reúne-se pelo menos duas vezes ao ano para dar execução às decisões e às políticas da AMS, aconselhá-la e facilitar seu trabalho.

18. No painel, destacou-se que o país atingiu as metas dos objetivos de desenvolvimento do milênio para o controle da tuberculose (ODM 6) em 2012, três anos antes do prazo estabelecido, e que a redução pela metade das taxas de incidência, prevalência e mortalidade em decorrência da doença, quando comparadas às de 1990, foi possível graças à existência do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja cobertura universal garante a observância do direito à saúde para todos como um dever do Estado.

O anúncio, em 2015, da contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para o financiamento dos projetos de pesquisas no âmbito desta iniciativa promoveu um efeito de estímulo em cascata, sendo seguido por África do Sul, Índia e França. A participação brasileira também teve destaque com o projeto de pesquisa e desenvolvimento da vacina de esquistossomose, aprovado no âmbito desta iniciativa, bem como com outras patologias, como hepatites virais e HIV/Aids, com a realização de consultas globais e regionais dos planos de ação, e malária, com a elaboração de estratégia global, aprovada na AMS de 2015.

O Brasil também teve papel fundamental na aprovação do termo de referência e do plano de ação do mecanismo de coordenação global (MCG) para a prevenção e o controle das DCNTs da OMS, que têm como objetivo facilitar a coordenação das atividades em todos os setores e melhorar o engajamento dos diversos parceiros, a fim de contribuir para a implementação do plano de ação global da OMS DCNT 2013-2020. Como resultado do protagonismo brasileiro no tema de DCNT, a OMS convidou o país para exercer a copresidência, representando os países em desenvolvimento, do Grupo de Trabalho dedicado a recomendar meios e mecanismos de encorajar os países e atores não estatais a cumprirem os compromissos incluídos no parágrafo 44 da Declaração Política de DCNT.

Ainda na 68ª AMS, o país endossou o plano de ação global para o enfrentamento à resistência aos antimicrobianos, iniciativa coordenada em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), com o objetivo de promover o engajamento para prevenção da resistência antimicrobiana (AMR). Para isso, estabeleceram-se objetivos estratégicos com intuito de fortalecer a vigilância da AMR, ampliar a compreensão do problema, otimizar o uso dos antimicrobianos, aumentar investimento em novos medicamentos e métodos diagnósticos e reduzir as taxas de infecção por AMR.¹⁹

Durante a 69ª AMS, realizada em maio de 2016, em Genebra, as deliberações foram marcadas por decisões importantes para o processo em andamento de reforma da OMS, tanto no tocante ao seu funcionamento operacional quanto a mandatos.²⁰

19. O Brasil implementou oficialmente o Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (PAN-BR) a partir de março de 2018. O documento foi construído por meio de um diálogo integrado entre MS, Anvisa, Funasa, Mapa, MCTIC, MMA, entre outras instituições. A ênfase na abordagem de “saúde única” reafirma as diretrizes do plano de ação global sobre AMR e a articulação entre a OMS, a FAO e a OIE como balizadoras na discussão desse tema.

20. Além das discussões sobre a reforma da OMS, foram apreciados 76 itens de agenda, em seis dias de reunião, o que configurou recorde histórico. Entre os temas, destacam-se: nutrição materna, lactente e infantil; combate à violência; problema mundial das drogas; segurança no trânsito; criação de capacidades básicas e respostas a situações de emergência sanitária internacional; combate à resistência antimicrobiana, entre outros.

BOX 5**O MS e a cooperação internacional em saúde**

O MS tem participação destacada na OMS, na Opas/OMS e no Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). Ainda no campo da saúde, o MS tem relações e participações em diferentes programas, centros, convenções e organizações multilaterais, tais como: Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), Programa Especial de Pesquisa e Treinamento sobre Doenças Tropicais (TDR), Mecanismo de Coordenação Global sobre Prevenção e Controle das Doenças Crônicas não Transmissíveis, Parceria contra a Tuberculose (Stop TB), Iniciativa Internacional para a Compra de Medicamentos (Unitaid), Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (Iarc), Aliança Mundial para Vacinas e Imunização (Gavi Alliance).

Além disso, o ministério possui estreita relação com outras organizações da ONU, como reuniões de alto nível em saúde, sessões especiais da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

A área internacional recebeu destaque na elaboração do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2015¹ (diretriz 14) e do Planejamento Estratégico 2011-2015 do MS² (objetivo estratégico 14), que trazem como um dos dezesseis eixos o de "promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da política externa brasileira".

Fonte: Aisa/MS.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Brasil (2011).²¹

² Brasil (2015).²²

Também na OMS, ressalte-se que o Cris/Fiocruz foi designado centro colaborador da organização nos temas de saúde global e cooperação Sul-Sul, com um Plano de trabalho de quatro anos (2014-2017). Além disso, a Fiocruz alberga outros quatro centros colaboradores da OMS: leptospirose,²³ saúde e ambiente,²⁴ escola técnica em saúde²⁵ e políticas farmacêuticas.²⁶

A experiência brasileira com a regulação da indústria de medicamentos, de vacinas e da produção de outros insumos estratégicos para o setor saúde garantiu à Anvisa a representação do país em vários fóruns internacionais, como no caso da Cúpula de Diretores das agências reguladoras de medicamentos, um mecanismo político informal de discussão de temas estratégicos para as autoridades sanitárias. Fórum de alto nível no âmbito da regulação de medicamentos, a cúpula mantém o objetivo de fortalecer a rede de contatos das agências reguladoras de medicamentos, gerenciando os desafios e as tendências futuros na regulação de medicamentos em busca de soluções compartilhadas.

21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. *Plano Nacional de Saúde – PNS: 2012-2015*. Brasília: MS, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/FESw68>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. *Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde 2011-2015: resultados e perspectivas*. Brasília: MS, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/TjUDtq>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

23. Disponível em: <<https://goo.gl/rrfhJv>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

24. Disponível em: <<https://goo.gl/CC333H>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

25. Disponível em: <<https://goo.gl/khxoEi>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

26. Disponível em: <<https://goo.gl/pphHhp>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

Nessa área, a Coalizão Internacional das Autoridades Reguladoras de Medicamentos (ICMRA), principal fórum de alto nível de concertação estratégica para a Vigilância Sanitária entre as autoridades reguladoras de medicamentos, conta com o Brasil entre os membros de seu Comitê Gestor.²⁷ A Anvisa, líder do processo de criação do ICMRA, tem papel primordial na reunião, sendo a principal representante dos interesses dos países em desenvolvimento, buscando promover a inclusão das autoridades reguladoras desses países no fórum.²⁸

As reuniões presenciais ocorrem duas vezes ao ano, tendo o Brasil sediado a 16ª ICMRA, realizada pela OMS, tendo a Anvisa enviado representantes a outras reuniões desta cúpula.²⁹

Ainda na OMS, o Brasil possui participação ativa e protagonista nos principais foros de discussão sobre tabaco, com destaque para a Conferência dos Estados-Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da OMS.³⁰ O reconhecimento internacional de várias das políticas públicas em saúde, entre as quais aquelas relacionadas ao enfrentamento às DCNTs, como o combate ao fumo, culminou no Prêmio Bloomberg para o Controle Global do Tabaco, em 2015. A premiação é um reconhecimento ao papel desempenhado no monitoramento epidemiológico do uso do tabaco e na implantação de políticas públicas para enfrentar o desafio da luta contra o fumo.

Nesse sentido, destaque-se o envio de técnicos da Anvisa, do Inca e do MS, em geral como expositores, a seminários, congressos e encontros relacionados à CQCT nos Estados Unidos, no Chile, no Uruguai, nos Emirados Árabes e na Índia. O país também sediou, de 14 a 16 de setembro de 2016, o evento regional de controle de tabaco para a América Latina, a Oficina sobre Combate Ilícito de Produtos derivados de Tabaco, com a participação de representantes do Chile, da Colômbia, do Equador, do Peru, do Uruguai e da Venezuela, além de especialistas, organizações intergovernamentais e não governamentais. Os objetivos do encontro foram propor suporte multissetorial ao Protocolo para Eliminação do Comércio

27. Composto por representantes da África do Sul, da Austrália, do Brasil, do Canadá, da China, da Singapura, da Comissão Europeia, dos Estados Unidos, da Irlanda, da Itália, do Japão, dos Países Baixos, do Reino Unido e da União Europeia.

28. A adesão ao ICMRA é voluntária e está aberta a todas as autoridades reguladoras de medicamentos.

29. Há sete projetos estratégicos em execução (medicamentos genéricos, capacitação, inspeção, compartilhamento de informações confidenciais, comunicação, governança e mapeamento das iniciativas).

30. A CQCT/OMS é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da OMS que entrou em vigor em 2005. Desde então é o tratado que agregou o maior número de adesões na história da ONU, com 168 países signatários e 181 países participantes. O objetivo da convenção é "proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco" (Artigo 3º em OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*. Genebra: OMS, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2ISD6qj>>. Acesso em: 14 dez. 2018). O Brasil, dada sua liderança reconhecida no tema, participou da elaboração da convenção entre os anos de 1999 e 2003 e foi um dos primeiros países a ratificar sua participação ainda em 2005. Desde então, a implementação das medidas da CQCT/OMS passou a ser feita pela Política Nacional de Controle do Tabaco, por intermédio da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ), cuja Secretaria Executiva é exercida pelo Inca com participação de outras secretarias do MS e da Anvisa.

Ilícito de Produtos do Tabaco e a adoção de medidas específicas para o controle da cadeia de abastecimento, incluindo o estabelecimento de um regime de rastreamento global, para aplicação da lei e para cooperação internacional.

Na ONU, o governo brasileiro contribui com a implementação das convenções da ONU para o controle de drogas,³¹ cabendo à Anvisa enviar periodicamente as estatísticas brasileiras de consumo, produção, importação etc. de substâncias psicotrópicas, entorpecentes e precursoras³² à Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), órgão de fiscalização independente da ONU e dos governos que monitora a implementação das convenções da ONU nessa área.

Representante da coordenação de produtos controlados da Anvisa contribuiu para os debates sobre novas substâncias, precursores químicos e mefedrona, durante reunião de alto nível do mecanismo de coordenação e cooperação em matéria de drogas realizada em Atenas, Grécia, nos dias 18 e 19 de junho de 2014.

Ainda na ONU, em dezembro de 2015, a 2ª Conferência Mundial de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito: tempo de resultados, realizada em Brasília, reuniu mais de 2 mil delegados, com 52 ministros e vice-ministros de 122 países, além da expressiva participação do setor privado, das organizações internacionais, das organizações não governamentais, das fundações e das associações de vítimas de trânsito. Como resultado político, foi aprovada a Declaração de Brasília, que propõe ações importantes para fortalecer e aprimorar a legislação e a fiscalização; para garantir vias mais seguras, com a proteção dos usuários mais vulneráveis; para assegurar transportes públicos sustentáveis; para promover a conscientização sobre fatores de risco, prevenção e proteção aos usuários de trânsito; para melhorar a resposta pós-acidente (evitáveis, em sua maioria) e serviços de reabilitação; e para fortalecer a cooperação internacional para apoio a ações específicas de segurança no trânsito. Em 2016, a AGNU adotou a resolução A/70/L.44 Improving Global Road Safety, que endossou a Declaração de Brasília e foi copatrocinada por 55 países. Entre as principais decisões, a resolução reafirma a adoção das metas de segurança no trânsito delineada nos ODS. Em maio de 2016, no âmbito da OMS, foi aprovada a resolução A69/VR/08, que solicita aos Estados-membros implementar a Declaração de Brasília.

Na interseção entre saúde e comércio internacional, a Anvisa tem participado das reuniões dos Comitês de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e de Medidas

31. Cada convenção estabelece uma "lista mínima" de substâncias que devem ter o comércio (nacional e internacional) controlado pelos países signatários, além de determinar substâncias de uso proscrito. Os países que ratificam as convenções devem, assim, enviar informações periódicas sobre seus mecanismos de controle de substâncias lícitas e ilícitas para a junta.

32. A Anvisa possui competência exclusiva para responder frente às diretrizes das convenções de 1961 (sobre entorpecentes) e 1971 (sobre substâncias psicotrópicas), e divide responsabilidades com o Departamento de Polícia Federal no cumprimento dos compromissos da convenção de 1988 (contra o tráfico ilícito de substâncias – que inclui precursores). Os dados são coletados e preparados pela Coordenação de Produtos Controlados (CPCON)/Anvisa.

Sanitárias e Fitossanitárias (SPS),³³ buscando assegurar que as posições brasileiras reflitam os interesses da saúde, e não levem em conta aspectos puramente comerciais, debatendo as regulamentações de outros países que possam acarretar obrigações para a agência.³⁴ Vale destacar que as discussões destes comitês, responsáveis pela administração do Acordo de Barreiras Técnicas e do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, têm reflexo direto em diversos outros foros internacionais em que o Brasil participa ativamente, como o Mercosul, com caráter mandatário para o Brasil.

De forma pontual, a participação do governo brasileiro também se deu em eventos temáticos específicos, com vistas à articulação internacional no sentido da resolução de problemas e superação de desafios comuns. Foi o caso, por exemplo, da participação de dois técnicos da Anvisa no Simpósio Global do Programa Acordo de Colaboração para a Prevenção e Gerenciamento de Eventos de Saúde Pública na Aviação Civil (CAPSCA), evento organizado pela Aviação Civil Internacional e pela OMS. Realizado no Canadá, o evento debruçou-se sobre o surto de doença por vírus ebola como um evento de saúde pública de interesse internacional, visando à harmonização internacional de fluxos e procedimentos para proteção das populações e à segurança na circulação de bens.

Assim também se deu a participação da Anvisa na reunião do Comitê Executivo da Coalizão Global para Pesquisa em Ciência Regulatória e da Cúpula Global em Ciência Regulatória,³⁵ realizada em Montreal (Canadá), em 2014. Ainda no Canadá, a agência participou do International Medication Safety Network Meeting (ISMP), em Toronto, em 2016, tratando de assuntos relacionados à rotulagem e à embalagem, constituindo-se em oportunidade de intercâmbio e alinhamento das práticas realizadas pela agência.

3.1.2 Arranjos plurilaterais

Com alcance plurilateral, iniciativas implementadas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do espaço lusófono, do BRICS, e de arranjos dedicados à regulação de medicamentos, medicamentos genéricos, inspeção farmacêutica, vacinas e cosméticos serviram de fórum para a atuação internacional do Brasil no campo da saúde.

33. A finalidade dos acordos TBT e SPS pode ser descrita, de forma ampla, como assegurar que regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação de conformidade não criem obstáculos desnecessários ao comércio internacional, ao mesmo tempo em que fornecem aos membros a devida discricionariedade regulatória para proteger a vida e saúde humana, animal e vegetal, a segurança nacional, o meio ambiente, os consumidores e outros interesses de políticas públicas. As reuniões de cada comitê ocorrem três vezes ao ano: março, junho e outubro/novembro.

34. A presença de representantes da Anvisa é estratégica no sentido de defender a regulamentação da agência de forma a evitar que estas sejam consideradas uma barreira injustificada ao comércio internacional, e sejam entendidas como medidas legítimas com o objetivo de assegurar a proteção à saúde da população. As decisões emanadas desses fóruns implicam, não raro, obrigações que são de responsabilidade da Anvisa.

35. Trata-se de uma conferência internacional para discussão de tecnologias e parcerias para tradução e aplicação de ciência básica na regulação dos países. A intenção é de que a Anvisa participe de forma permanente nessa coalizão e possa atuar nos estudos realizados por esta.

No âmbito da CPLP, o MS priorizou a retomada do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (Pecs-CPLP), que tem como principal finalidade contribuir para o reforço dos sistemas de saúde dos Estados-membros da comunidade, de forma a garantir o acesso universal a cuidados de saúde de qualidade. Nesse sentido, o ministério aportou cerca de US\$ 300 mil para dinamizar os trabalhos das três Redes Temáticas de Desenvolvimento e Investigação em Saúde (Rides Malária, Rides Tuberculose e Rides HIV/Aids), que estão sob a coordenação do Brasil.

Entre as principais atividades contempladas estão a realização de um diagnóstico situacional sobre a implementação da Opção B+ da transmissão vertical do HIV e da sífilis congênita nos países da comunidade e oficinas de capacitação nas áreas de malária e tuberculose, em que 32 técnicos e gestores dos programas nacionais foram capacitados em temas como vigilância, diagnóstico e monitoramento terapêutico desses agravos.

Destaque-se, nesse contexto, que a Fiocruz é entidade assessora do Secretariado Executivo da CPLP e tem destacada participação no âmbito da comunidade, principalmente por meio da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (Rinsp).

Em 2016, o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* da comunidade e o MS atuou na concertação e no planejamento para as atividades que promoveu ao longo do ano de 2017.

No campo da promoção e garantia do acesso e do uso racional de medicamentos de qualidade, eficazes e seguros, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do setor e dos respectivos sistemas de saúde com estímulo ao fortalecimento das capacidades nacionais visando à eliminação das barreiras a esse desenvolvimento, merece destaque a participação da Anvisa no Fórum das Agências do Medicamento do Espaço Lusófono (Farmed).³⁶ O atual programa de trabalho do Farmed foca a capacitação de técnicos nos seguintes temas: sistema de avaliação e autorização de medicamentos, sistema de registro de dispositivos médicos e cosméticos, farmacovigilância e sistemas de inspeção, controle e verificação da conformidade, tendo desdobramentos sobre a cooperação prestada pela agência no período.

Em maio de 2014, evento do BRICS intitulado *Acesso a Medicamentos: desafios e oportunidades para países em desenvolvimento*, realizou-se à margem da 67ª AMS. A reunião, moderada pelo UNAIDS, contou com a presença de representantes da OMS, do Pnud e da Unitaid, copatrocinadores da iniciativa. O evento atraiu a participação de mais de 150 pessoas, entre delegados de Estados-Membros e

36. A iniciativa surgiu na Declaração de Compromisso assinada em maio de 2013, na reunião em Angola, em que os signatários vislumbraram a criação de um fórum alicerçado em relações de confiança com vistas a consolidar a regulação do setor farmacêutico no espaço lusófono.

representantes da sociedade civil. No mesmo ano, em dezembro, durante a presidência brasileira do grupo, a IV Reunião de Ministros da Saúde do BRICS, ocorrida em Brasília, renovou o compromisso de fortalecer a cooperação, especialmente a cooperação Sul-Sul, com vistas a apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para promover a saúde. Entre os compromissos assumidos, o BRICS decidiu desenvolver um Plano de cooperação em tuberculose.

Em 2015, durante a V Reunião de Ministros da Saúde do BRICS, ocorrida em Moscou, na Rússia, os principais temas refletidos na declaração conjunta foram a colaboração para enfrentar as doenças transmissíveis e não transmissíveis, a promoção da saúde mental e o controle do tabaco. Os ministros também reiteraram a importância da adoção do plano de cooperação em tuberculose, preferivelmente na reunião de ministros em Nova Déli no ano seguinte. No mesmo ano, durante a 68ª AMS, o Brasil organizou o evento paralelo denominado *BRICS: nutrição, saúde e desenvolvimento – o caminho adiante*. Na ocasião, os países do BRICS apresentaram suas políticas e desafios nacionais, regionais e globais. O evento foi fundamental para manter o tema da nutrição em destaque na agenda global como continuidade do movimento impulsionado pela 2ª Conferência Internacional de Nutrição, realizada em 2014, promovida pela OMS e pela FAO.

Em 2016, durante a VI Reunião de Ministros da Saúde do BRICS em Nova Déli (Índia), destacou-se a liderança brasileira para a adoção do Plano de Cooperação em Tuberculose do BRICS e a decisão de criação de rede de pesquisa de tuberculose do grupo refletidas no Comunicado Conjunto de Nova Déli.

Ainda com os países do BRICS,³⁷ representante da Anvisa participou, na Índia, da Oficina de Chefes de Agências Reguladoras de Medicamentos do BRICS, com o objetivo de estreitar relações entre as autoridades da área da saúde dos cinco países que conformam o grupo. Importante mencionar que o Brasil vem liderando o processo e apresentou um memorando de entendimento para discussão no âmbito do BRICS, a fim de explorar possibilidades de interação e aproximação para benefícios conjuntos.

Em outra frente de atuação, em novembro de 2016, o Brasil tornou-se membro da International Conference on Harmonization of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use (ICH).³⁸ Integrada pela Anvisa, a ICH busca diminuir a duplicidade de testes clínicos com humanos e animais de novos medicamentos, racionalizar o processo de avaliação regulatória para novos

37. Grupamento multilateral político-econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul.

38. A missão da ICH é elaborar recomendações com o objetivo de alcançar uma maior convergência no entendimento e na aplicação de diretrizes técnicas e requisitos para o registro de medicamentos. Criado em 1990 pelas autoridades reguladoras da Europa, do Japão e dos Estados Unidos, conta hoje com Grupos de Trabalho temáticos, uma junta gerenciadora e um grupo de cooperação global, que subsidiam as decisões do Comitê Diretivo.

registros e reduzir o tempo e os recursos necessários para o desenvolvimento de medicamentos. Suas diretrizes resultam de consensos técnicos entre especialistas (reguladores e indústria), sendo posteriormente implementadas pelos governos.

Também na esfera plurilateral, o governo brasileiro, por intermédio da Anvisa, tem participado ativamente dos Grupos de Trabalho do Fórum Internacional de Reguladores de Produtos para a Saúde (IMDRF).³⁹ Integrado por Brasil, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Japão, Rússia e União Europeia,⁴⁰ o fórum, que, em 2012, substituiu a Global Harmonization Taskforce (GHTF), objetiva discutir e implementar ações de convergência regulatória na área de produtos para a saúde e conta atualmente com oito Grupos de Trabalho ativos: *Software* como Produto para a Saúde; Revisão do Sistema NCAR; Programa de Auditoria Única de Produtos para a Saúde (MDSAP); Submissão Eletrônica de Registro (RPS); Registros de Pacientes; Desenvolvimento de Códigos Comuns para Eventos Adversos de Produtos para a Saúde; Boas Práticas de Análise de Processos de Registro; Melhora da Qualidade dos Padrões Internacionais para Uso Regulatório.⁴¹

Reconhecendo a importância do desenvolvimento de uma abordagem global para auditar e monitorar a fabricação de produtos para saúde, de modo a garantir que estes sejam seguros, o IMDRF estabeleceu Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver documentos específicos para o avanço do conceito do MDSAP.⁴²

O programa, em fase piloto, visa permitir que fabricantes de produtos para saúde contratem um organismo auditor, autorizado no âmbito do piloto, para realizar auditoria única que irá contemplar os requisitos relevantes das autoridades reguladoras participantes.⁴³ Suas decisões são tomadas no âmbito do Conselho de Autoridades Reguladoras (RAC), e há grupos técnicos, com a participação de técnicos da Anvisa, que se dedicam à negociação de documentos.

Na área da regulação de cosméticos, o Brasil aderiu como membro pleno em 2015 à Cooperação Internacional de Regulação de Cosméticos (ICCR), foro internacional dedicado à promoção da convergência regulatória. Juntamente às autoridades reguladoras do Canadá, da União Europeia, do Japão e dos Estados Unidos, tem atuado com vistas a maximizar a proteção dos consumidores, minimizando as barreiras ao comércio.

39. No período 2014-2016, a Anvisa enviou técnicos para reuniões no Canadá, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Austrália.

40. A OMS, a Opas e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) são observadores oficiais no fórum e há ainda uma organização afiliada, a Asian Harmonization Working Party (AHWP).

41. Sua estrutura gerencial é composta por: Comitê Gestor, Presidência e Secretariado – os últimos a cargo de um único país por ano. As reuniões presenciais do Comitê Gestor ocorrem duas vezes ao ano.

42. O programa visa evitar a duplicidade de esforços das agências reguladoras e minimizar os custos regulatórios para a indústria, na área de produtos para a saúde, por meio do compartilhamento de trabalho e informação entre as agências envolvidas, sem comprometimentos à saúde pública.

43. Os membros atuais do programa são Brasil, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão.

Com relação aos medicamentos genéricos, o governo brasileiro tem trabalhado em nível global no Programa Internacional de Reguladores de Medicamentos Genéricos (IGDRP), foro internacional de autoridades reguladoras de medicamentos genéricos que congrega representações da Austrália, do Brasil, do Canadá, da União Europeia, da Coreia do Sul, de Singapura, da Suíça, dos Estados Unidos, da Índia, da Rússia e da Nova Zelândia, bem como da OMS.⁴⁴ Operando entre 2011 e 2014 como um piloto, o foro, hoje consolidado, foi criado para promover a cooperação, a convergência regulatória, explorando oportunidades de melhor regulamentação, e a harmonização de requisitos para o registro de medicamentos genéricos.⁴⁵ O IGDRP e o Fórum Internacional de Reguladores de Medicamentos (IPRF) iniciaram negociações visando à sua fusão em uma nova estrutura, o IPRP (Programa Internacional de Reguladores Farmacêuticos), em atividade a partir do final de 2016.

A harmonização de procedimentos de inspeção farmacêutica, por meio de oportunidades de treinamento e capacitação para promover o desenvolvimento de padrões comuns na área das boas práticas de fabricação (BPF), é outro tema que tem mobilizado o governo brasileiro por intermédio da participação de representante da Anvisa no Pharmaceutical Inspection Cooperation Scheme (PIC/S). Este processo também facilita a construção de uma rede de trabalho e de confiança mútua entre os inspetores; a troca de informações e experiência em BPF; e uma atuação na melhoria dos sistemas de qualidade para as autoridades regulatórias responsáveis pela inspeção em BPF por meio do treinamento de seus inspetores.⁴⁶ O Brasil ainda está em processo de adesão. Irá receber a primeira auditoria em outubro de 2019. O processo é lento, pois a inspeção farmacêutica da Anvisa passou por diversas reestruturações em seus processos de trabalho nos últimos anos. Outra questão é a descentralização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; é necessário capacitar também os estados e municípios para inspeção de medicamentos.

44. As reuniões presenciais ocorrem duas vezes ao ano com representação da Anvisa.

45. Há a expectativa de que as atividades realizadas no âmbito do foro conduzam à convergência de requisitos e abordagens do tema, ao uso mais eficiente dos recursos, à redução da duplicação de esforços e do tempo de análise de processos de registro de medicamentos genéricos, e ao maior acesso a esses medicamentos pela população, permitindo a análise de dossiê de medicamentos genéricos por uma autoridade líder, e as demais analisem uma versão reduzida do dossiê com um impacto positivo para os sistemas públicos de saúde dos países, representando uma economia de tempo.

46. Desde junho de 2010, a Anvisa está em processo de adesão ao PIC/S, sendo que o questionário de avaliação do sistema nacional de inspeção já foi finalizado. Após o reconhecimento da equivalência do controle brasileiro ao padrão europeu aplicado na área de insumos farmacêuticos ativos, a agência deverá receber a auditoria da equipe de inspetores do PIC/S para validar os procedimentos e a documentação de inspeção, conforme relatado no questionário de adesão. Caso o processo seja concluído satisfatoriamente, a Anvisa poderá ser inserida no seletor grupo dos países-membros do PIC/S. Neste processo, a Anvisa foi designada para o grupo 2, que conta com a participação da Áustria e do Reino Unido. A primeira inspeção conjunta foi realizada no Brasil no período de 2015 e contou com a participação dos representantes de todos os países do grupo. A segunda inspeção ocorreu na Áustria ainda em 2015 e gerou um relatório de inspeção neste país. A terceira e última inspeção do grupo 2 ocorreu no Reino Unido em 2016. A participação neste programa teve como produto a revisão da Instrução Normativa nº 04 de 2009, que dispõe sobre o Guia de Inspeção em Boas Práticas Clínicas. A Itália e a China também foram sede das reuniões de especialistas do Comitê do PIC/S sobre o ciclo do sangue, tecidos, células e ATMPs, realizadas em Roma e Beijing, contando com dois servidores da Anvisa em cada evento.

No período sob escrutínio, realizaram-se, na Itália e na China, reuniões sobre o ciclo do sangue, tecidos, células e Advanced Therapy Medicinal Products (ATMPs), com a participação de dois servidores da Anvisa em cada evento.

Juntamente a governos de outros países em desenvolvimento, o governo brasileiro tem trabalhado com o tema da fabricação e da regulação de vacinas, seja na Developing Countries Vaccine Manufactureries Network (DCVMN),⁴⁷ seja na Rede de Reguladores de Vacinas para Países em Desenvolvimento (DCVRN).⁴⁸ A Anvisa participou, no período dos encontros, de ambas as iniciativas no setor de vacinas, com destaque para o 15º Encontro da DCVRN na China, onde houve a entrega de termo de referência para avaliação conjunta para DVI Project (Dengue Vaccine Initiative) assinada pelas autoridades máximas das agências dos países participantes.

No campo da aproximação da América Latina e Caribe da União Europeia, o governo brasileiro fez-se representar na 1ª Semana de Precursores do Programa de Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia em Políticas Sobre Drogas (Copolad), na cidade de Barcelona (Espanha),⁴⁹ bem como participou da avaliação de riscos de pesticidas em evento realizado no Chile.⁵⁰

Além da ampla inserção nos mecanismos multilaterais de saúde internacional – seja em âmbito regional, seja plurilateral ou global –, o governo brasileiro, por intermédio da Fiocruz, tem envidado esforços no sentido de contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de saúde dos países parceiros, privilegiando a capacitação institucional sobre a individual. Nomeada cooperação estruturante em saúde, a prática orienta atuação internacional da fundação na saúde global e nos processos de cooperação em saúde (box 6).

47. Aliança voluntária de fabricantes de vacinas dos países em desenvolvimento, voltada para a saúde pública, que visa fornecer um suprimento consistente de vacinas de alta qualidade, que sejam acessíveis para proteger as pessoas contra doenças infecciosas conhecidas e emergentes em todo o mundo.

48. Criada em setembro de 2004 pela OMS, a DCVRN reúne-se uma vez por ano para discutir questões regulatórias com a finalidade de contribuir para o fortalecimento das autoridades nacionais reguladoras (ARNs) nos países em desenvolvimento onde as vacinas são fabricadas, particularmente na área de autorização e avaliação de ensaios clínicos de vacinas. Durante o desenvolvimento da vacina, os ensaios clínicos podem ocorrer em qualquer país, independentemente do nível de especialização da NRA. Por meio do DCVRN, as ARNs de países em desenvolvimento têm a oportunidade de trocar informações científicas e conhecimentos especializados com reguladores de países com bons recursos que fabricam vacinas, bem como com reguladores em países destinados a ensaios clínicos e/ou introdução de vacinas. Além disso, os participantes também podem fortalecer seus procedimentos para a revisão de protocolos de ensaios clínicos e dados clínicos para novas vacinas.

49. A reunião teve o objetivo de aperfeiçoar a formação das autoridades competentes dos países, promover o intercâmbio de informações e melhorar a cooperação entre as agências.

50. Denominado *Evaluación de Riesgos en Plaguicidas, Contaminantes Químicos y em Nuevos Alimentos*, o evento teve como objetivo promover a discussão e as análises de temas emergentes, desenvolver capacidades científico-técnicas e identificar temas de interesse mútuo sobre segurança alimentar entre a região da América Latina e Caribe e União Europeia, com vistas à colaboração futura.

BOX 6

A cooperação estruturante da Fiocruz

Em linhas gerais, o processo foca as instituições pilares do sistema de saúde, visando tanto dar o foco da capacitação não somente nos recursos humanos individuais, mas no reforço da própria instituição, quanto, sobretudo, estabelecer sua base em um planejamento estratégico institucional desenhado em conjunto entre os parceiros.

A implantação desse processo implica apropriação e ajuste das soluções propostas, e não a simples adoção delas. Mais que assessorar, trata-se de buscar promover educação avançada e consolidação de lideranças, utilizando os próprios atores nacionais na sua implantação.

Esta abordagem promove ainda iniciativas para formação de redes institucionais entre diferentes parceiros internacionais. Esta orientação, aplicada às relações com países em desenvolvimento, amplia a relação horizontal – característica essencial da cooperação Sul-Sul, à medida que vai implicando diferentes parceiros da cooperação internacional que comungam o mesmo objeto base da cooperação. Inclui ainda inovações na negociação da proposta, na identificação dos interesses do parceiro e sua participação no desenho da cooperação, procurando cobrir questões da saúde pública (proteção, promoção, prevenção, gestão, planejamento, administração e políticas de saúde), e não apenas o tratamento ou a abordagem vertical de doenças específicas. Somam-se a isso dois outros aspectos: a possibilidade de reciprocidade e a não dependência, realçando o caráter de solidariedade nesse tipo de intercâmbio.

A abordagem reforça-se em uma colaboração que conte com a definição e o engajamento prévio dos países a programas prioritários regionais na área da saúde, a exemplo daqueles expressos no Pecs-CPLP e nos planos quinquenais da Unasul-Saúde. As áreas estratégicas e as prioridades definidas nesses dois planos têm papel fundamental na orientação das ações do Cris e da Fiocruz na cooperação internacional.

Fonte: Cris/Fiocruz.

Elaboração: Ipea.

Nesse sentido, merecem destaque quatro redes estruturantes de saúde ativas no período coberto pelo estudo: a Rede de Institutos Nacionais em Saúde (Rins), a Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (Rets), a Rede de Escolas de Saúde Pública (Resp) e a Rede Internacional de Bancos de Leite Humano (RIBLH).

Coordenadas pela Fiocruz, as redes atuam no suporte ao fortalecimento e à criação de institutos nacionais de saúde, apoiando a formação, o aprimoramento e a capacitação de recursos humanos nas áreas biomédicas e de saúde pública (Rins); no fortalecimento das instituições de formação técnica em saúde e no aprimoramento profissional dos trabalhadores técnicos da área, desde os auxiliares até os de nível superior (Rets);⁵¹ no fortalecimento das capacidades formativas das escolas nacionais de saúde pública (Resp);⁵² e na difusão da informação científica e tecnológica sobre os bancos de leite humano (RIBLH). No caso da RIBLH, em particular, destaque-se que, estabelecida em 2003 a partir da experiência brasileira e com o apoio da Opas, a rede já conta com participantes de países das Américas do Sul, Central e do Norte, do Caribe, da Europa e da África.

51. A Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, desempenha, desde 2005, a Coordenação Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (Rets), criada em 1996 com apoio da Opas/OMS, e das Redes de Escolas Técnicas da CPLP (Rets-CPLP) e da Unasul (Rets-Unasul), criadas em 2009 como sub-redes da Rets.

52. Desde abril de 2011, a Ensp/Fiocruz coordena a Secretaria Executiva da rede e vem construindo uma agenda de interação com as escolas de saúde pública na América Latina (atuante) e nos países africanos (em formação).

3.1.3 Arranjos regionais

A atuação regional complementa a composição do quadro do protagonismo brasileiro em saúde, seja mediante a participação do país na Opas ou no Mercosul e na Unasul, seja na América Latina ou na condução de processos de aproximação birregional.

Na Opas, o Brasil atualmente integra o Comitê Executivo da organização para o período de 2016 a 2019. O conselho é composto por representantes de nove Estados-membros, que se reúnem pelo menos duas vezes ao ano, funcionando como Grupo de Trabalho da Conferência Sanitária Pan-Americana ou do Conselho Diretivo da instituição. Além disso, o MS protagonizou o processo de negociação do Plano Estratégico 2014-2019 da Opas, que se tornou experiência modelo para outras regiões, conduzindo o processo de maneira inclusiva e participativa.

Entre os principais aspectos defendidos pelo Brasil, destacou-se a mudança no conteúdo programático e no sistema de monitoramento e avaliação do plano, que passou a contemplar fichas técnicas de indicadores sistematizadas em um compêndio. Nesse âmbito, foi definido o indicador de acesso e cobertura universal de saúde para a região das Américas, produto de todo o debate capitaneado pelo Brasil sobre a mudança de enfoque do planejamento em saúde pública.

Outro ponto importante de destaque da atuação do Brasil em âmbito regional refere-se à aprovação da estratégia para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde, na 53ª Sessão do Conselho Diretor da Opas, em 2014. Durante os debates, a crítica do Brasil esteve centrada na necessidade de articular os componentes da cobertura universal a outros elementos dos sistemas de saúde, considerando que os países da região das Américas mantêm diferenças significativas na estruturação dos seus sistemas de saúde, especificamente no que concerne à prestação de serviços. O Brasil, portanto, seguiu, ao longo do processo negociador, as premissas e os valores do SUS e conseguiu inserir na estratégia o direito à saúde e o acesso universal como elementos fundamentais da proposta, enfatizando, ainda, a importância do fortalecimento dos sistemas de saúde e da governança do setor com base nos princípios da integralidade e da equidade.

Durante a 54ª Sessão do Conselho Diretor da Opas, realizada em setembro de 2015, em Washington, os ministros de Saúde da região das Américas, com ampla participação do governo brasileiro, adotaram novas estratégias regionais e planos de ação que abordam os principais problemas de saúde pública – plano de ação sobre imunização, plano de ação sobre resistência antimicrobiana, estratégia e plano de ação sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde para o enfrentamento da violência contra a mulher, plano de ação para prevenção e controle da tuberculose, plano de ação para a prevenção e controle das hepatites virais, estratégia e plano de ação sobre as demências em idosos, estratégia sobre legislação em saúde e, finalmente, o plano de ação sobre a saúde dos trabalhadores.

Na agenda da 55ª Reunião do Conselho Diretor da Opas, realizada em setembro de 2016, o MS participou dos debates relacionados a temas como: saúde dos migrantes; eliminação da malária; prevenção e controle do HIV e de infecções sexualmente transmissíveis; eliminação de doenças infecciosas negligenciadas, entre outros.

Em âmbito regional, a Anvisa mantém-se como autoridade nacional de referência regional (ARNR)⁵³ certificada pela Opas, juntamente às ARNRs da Argentina, do Canadá, da Colômbia, de Cuba e do México.⁵⁴

Além das reuniões regulares,⁵⁵ a Anvisa participou de três eventos no período 2014-2016:

- a) reunião Redma – Programa de Intercâmbio de Relatórios em Dispositivos Médicos entre as autoridades reguladoras nacionais da região das Américas, realizada em Cuba. Teve como objetivo a integração da Anvisa ao programa Redma para intercambiar com os demais participantes da rede informações de eventos adversos relacionados ao uso de produtos para a saúde realizada entre os dias 1º e 2 de junho de 2016 na cidade de Havana, Cuba;
- b) Oficina Internacional de Fortalecimento de Autoridades Reguladoras Nacionais de Medicamentos e Produtos Biológicos, em 2014, em San Salvador (El Salvador).⁵⁶ Nesse sentido, a agência foi convidada a apresentar sua experiência na avaliação de funções regulatórias de 2010,⁵⁷ que resultou na certificação da Anvisa como autoridade reguladora de referência nas Américas, de forma a contribuir para o fortalecimento das agências reguladoras da América Central;
- c) reunião com instituições envolvidas na formação do sistema de agências reguladoras caribenhas, em Trindade e Tobago, nos dias 15 e 16 de abril de 2015 – compromisso assumido pela Anvisa com a Opas em reuniões das ARNRs com a organização, no sentido de apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento das capacidades regulatórias das agências caribenhas.

53. A Opas desenvolveu instrumentos de qualificação e avaliação de capacidades das autoridades reguladoras nacionais com o objetivo de medir a capacidade dessas autoridades de regular e monitorar os medicamentos consumidos em seu território, de modo que tenham qualidade, segurança e eficácia. As autoridades participantes passaram a ser avaliadas a cada quatro anos, e as que atingiram nível máximo de desempenho (nível IV) receberam um certificado de ARNR.

54. A autoridade dos Estados Unidos encontrava-se em fase final de acreditação em 2016, sendo acreditada no início de 2017.

55. Os chefes das ARNRs encontram-se duas vezes por ano: uma vez no país que está coordenando a reunião e outra na Opas/Washington, sempre com a participação da Anvisa.

56. A oficina apoia a iniciativa de fortalecimento das autoridades reguladoras de medicamentos para regulação de vacinas e produtos biológicos, conforme a Resolução CD 50.R9/2010 aprovada pela Opas.

57. Com a participação de dois técnicos da Anvisa.

BOX 7**A inserção internacional da Anvisa**

A Anvisa atualmente coopera com diversos países e agências regulatórias mediante visitas técnicas, seminários, *workshops*, palestras, capacitações, treinamentos e acordos de cooperação. A agência teve ainda sua competência técnica reconhecida tanto pela OMS, por meio dos programas de pré-qualificação de vacinas e qualificação do sistema de controle laboratorial de medicamentos, quanto pela Opas, ao ser reconhecida como autoridade reguladora nacional de referência regional para as Américas.

No período abordado, a agência realizou atividades com países de todos os continentes, com destaque para a América do Sul e a Europa, sobre os mais diferentes eixos, como boas práticas regulatórias e de gestão, dispositivos médicos, medicamentos, estudo regional, inovação, propriedade intelectual, saúde pública, produtos biológicos, entre outros.

Fonte: Anvisa.
Elaboração: Ipea.

Ainda em âmbito regional, o governo brasileiro fez-se representar na Rede Pan-Americana de Regulamentação Farmacêutica (Rede Parf)⁵⁸ e na Conferência Pan-Americana de Saúde,⁵⁹ fórum máximo para troca de experiências e discussão entre os países que integram a Rede Parf.⁶⁰

A Anvisa sediou diversos encontros desta iniciativa, sendo que, desde 2015, em parceria com a Opas, vem desenvolvendo o Programa de Intercâmbio Regulatório, destinado a parceiros especialistas das autoridades sanitárias de países da América Latina. Esse programa, além de facilitar a compreensão e promover a convergência regulatória, favorece, indiretamente, a circulação de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária na região.

Ainda no âmbito da Rede Parf, a Anvisa participou de encontro no Equador, entre os dias 23 e 24 de julho de 2014, abordando os temas: combate à falsificação de medicamentos, boas práticas regulatórias e intercâmbio de experiências. Na ocasião, realizou-se uma reunião do Grupo de Trabalho de Combate à Falsificação de Medicamentos da Rede Parf, possibilitando maior familiaridade com o assunto, interação com interlocutores e pontos focais do tema da região das Américas, bem como estabelecimento de interconexões em nível regional e em outros foros internacionais.

Em nível regional, com o objetivo de fortalecer e promover o processo de avaliação de tecnologias em saúde nas Américas, permitindo a troca de informações para subsidiar a tomada de decisão sobre regulamentação, incorporação, uso e

58. Estabelecida em 1999 para apoiar os processos de convergência regulatória na região das Américas, a Rede Parf conta com a participação das autoridades regulatórias nacionais dos países das Américas e dos diferentes grupos de interesse na área dos medicamentos (incluindo indústria farmacêutica, associações de pacientes e profissionais e comunidade acadêmica).

59. Celebrada a cada dois anos, sua missão é promover o debate em temas da regulamentação farmacêutica, cobrindo aspectos de qualidade, segurança e eficácia dos produtos farmacêuticos.

60. A instância decisória principal da rede é o Comitê Diretivo, que se reúne anualmente e conta com representantes de cada sub-região das Américas.

substituição de tais tecnologias, o governo brasileiro integra a Rede de Avaliação de Tecnologias em Saúde das Américas (Redetsa).⁶¹

Na interseção entre saúde e comércio internacional, destaque-se que representante da Anvisa participou da discussão da estratégia de biofortificação da América Latina e Caribe, ocorrida no Panamá, na Cidade do Panamá, nos dias 27 e 28 de outubro de 2016, para a definição de biofortificação no âmbito do Codex Alimentarius⁶² e análise dos documentos referentes a este tema enviados pelo Comitê sobre Nutrição e Alimentos para Usos Especiais do Codex Alimentarius (CCNFSDU).

No âmbito do Mercosul, durante a presidência *pro tempore* brasileira em 2015, o país deu foco à otimização de ações e recursos humanos e financeiros. Houve o estabelecimento de mecanismo, na América do Sul, para a compra conjunta de medicamentos, já devidamente identificados, em função da disparidade entre os preços ofertados pelas indústrias farmacêuticas aos países da região. O compromisso de negociação conjunta de preços de medicamentos foi firmado na Declaração dos Ministros da Saúde do Mercosul e Estados Associados sobre Acesso a Medicamentos (Brasília, 2015). Foi estabelecido o comitê *ad hoc* para negociação de preços de medicamentos de alto custo do Mercosul. O comitê *ad hoc* tem liderado as rodadas de negociação de compra junto às empresas farmacêuticas, com apoio do Fundo Estratégico da Opas.

A primeira rodada de negociação ocorreu em novembro de 2015 para aquisição dos medicamentos Darunavir (HIV/Aids), Sofosbuvir, Daclatasvir e Simeprevir (hepatite C). A iniciativa, inédita no mundo como estratégia de negociação de preços mais acessíveis junto às farmacêuticas, alcançou descontos de até 83% na aquisição de medicamento do Darunavir, tendo sido adquiridos 8 milhões de comprimidos ao valor unitário de US\$ 1,19. Antes da negociação, o Brasil pagava US\$ 2,98 por unidade. Com base no preço negociado, Brasil, Chile, Venezuela, Uruguai, Honduras, El Salvador e Paraguai realizaram aquisição de Darunavir pelo Fundo Estratégico da Opas. A medida significou uma economia de US\$ 14,3 milhões para o Brasil e US\$ 5,8 milhões para Argentina, Paraguai, Peru e Suriname. Os países também avançaram na negociação de três medicamentos para hepatite C – Sofosbuvir, Daclastavir e Simeprevir.

61. Lançada no Rio de Janeiro, em junho de 2011, a Redetsa é uma organização sem fins lucrativos formada por Ministérios de Saúde, autoridades reguladoras, órgãos de avaliação de tecnologia em saúde, centros colaboradores da OMS/Opas e instituições de ensino e pesquisa na região das Américas. A Redetsa conta com quatorze países, representados por trinta instituições, entre as quais a Anvisa, e realiza reuniões e planos de treinamento a distância.

62. O Codex Alimentarius é um órgão conjunto da FAO/OMS criado com dois objetivos: a saúde do consumidor e as práticas leais de comércio. Para atingir esse objetivo, o Codex elabora normas que sirvam como orientação aos países sobre requisitos, parâmetros e práticas para reduzir o risco dos alimentos consumidos. O Codex é a referência internacional em alimentos para seus 166 países-membros, bem como é a referência reconhecida no tema pela OMC.

O MS lidera a representação brasileira nos onze Grupos de Trabalho sobre Saúde no âmbito do Mercosul. Destacamos abaixo a participação da Anvisa em dois subgrupos vinculados ao Grupo Mercado Comum (GMC) – Subgrupo de Trabalho (SGT) nº 3, sobre Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade, e SGT nº 11, sobre Saúde⁶³ – e três comissões do bloco (Comissões Intergovernamentais da Regulamento Sanitário Internacional, de Doações e Transplantes e de Sangue e Hemoderivados).

Vale destacar, a propósito, que em se tratando de harmonizar regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade e de coordenar ações entre os Estados-partes referentes aos setores industriais e agrícolas, com a finalidade de eliminar e evitar barreiras técnicas ao comércio regional, contribuindo para o processo de integração (SGT nº 3), o governo brasileiro fez-se representar tanto pela Anvisa (na Comissão de Alimentos e em Grupos de Trabalho temporários com mandatos específicos) quanto pelo Inmetro/MDIC, responsável pela Coordenação Nacional do SGT nº 3.

No caso da harmonização de legislações e diretrizes, promoção da cooperação técnica e da coordenação de ações entre os Estados-partes referentes à atenção à saúde, bens, serviços, matérias-primas e produtos para a saúde, exercício profissional, vigilância epidemiológica e controle sanitário, busca-se promover e proteger a saúde e a vida das pessoas e eliminar os obstáculos injustificáveis ao comércio regional (SGT nº 11). Representado pela Anvisa, o governo brasileiro atua em três comissões, duas subcomissões e cinco grupos *ad hoc*, além de Grupos de Trabalho temporários (quando necessário), ficando a Coordenação Nacional do SGT nº 11 sob responsabilidade da Anvisa/MS.

Ainda no âmbito do Mercosul, foram desenvolvidas atividades de apoio às farmacopeias e aos laboratórios nacionais de controle, objetivando a criação de uma farmacopeia regional e o fortalecimento da rede laboratorial do Mercosul, além da criação futura da farmacopeia regional do Cone Sul, possibilitando menor dependência da importação de substâncias de referência de outras farmacopeias e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para o fortalecimento econômico da região.

Representantes do governo brasileiro participaram também de diversos foros, atuando na consolidação de processos com os parceiros do bloco, em que se destaca a conclusão do projeto regional, contribuindo para os processos de trabalho relativos às capacidades regulatórias dos Estados-partes do Mercosul nas áreas de biodisponibilidade e bioequivalência (BD/BE) e bioisenção, com vistas a proteger a

63. No Mercosul, os “produtos para a saúde” são todos aqueles produtos regulados pela Anvisa, à exceção de alimentos. O que a Anvisa denomina “produtos para a saúde” (equipamentos, materiais e correlatos) é referido no Mercosul como “produtos médicos”.

saúde da população e promover o acesso a medicamentos com a qualidade, a segurança e a eficácia especialmente da classe de medicamentos genéricos.

Ressalte-se, finalmente, ainda no Mercosul, o projeto multilateral de investigação, educação e biotecnologias aplicadas à saúde, apresentado ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, com a participação de sete instituições de pesquisa de quatro países do bloco.⁶⁴

Ampliando a área de atuação para além do Mercosul, dentro da Unasul, destaque-se o protagonismo brasileiro, mediante ação conjunta da Fiocruz e do MS, apoiando o fomento e a implementação de planos estratégicos do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags). Mantendo papel central na integração com os países sul-americanos, e particularmente junto ao Isags, a Fiocruz promoveu, em novembro de 2014, o Seminário Unasul sobre el Enfrentamiento a la Epidemia de Ebola, no seu *campus* de Manguinhos, com a participação de representantes dos Ministérios da Saúde de cada país-membro da Unasul, com perfis de médicos infectologistas, profissionais de laboratório e epidemiologistas.⁶⁵

Também na Unasul, representantes da Anvisa participaram da Reunião sobre a Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) nas Américas; da Reunião do Grupo Técnico de Acesso Universal a Medicamentos da Unasul (Gaumu) sobre Diretrizes para o Combate a Produtos Médicos de Baixa Qualidade, Falsificados, Espúrios ou com Rotulagem Falsificada (SSFFC); e do Seminário sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual: perspectivas para a Unasul, realizado pelo Isags com colaboração do Ministério da Saúde argentino.

Na América Latina e Caribe, o governo brasileiro, por intermédio do Inca, contribuiu para a estruturação da Rede de Bancos de Tumores da América Latina e Caribe (Reblac), formada a partir do Grupo Operativo da Rede de Institutos e Instituições Nacionais de Câncer (Rinc/Unasul), com o objetivo de contribuir com a implementação e a uniformização de bancos de tumores em institutos e instituições nacionais de câncer responsáveis pelas políticas nacionais de controle do câncer nos países-membros da Unasul, da América Latina e do Caribe, estabelecendo processos de harmonização e capacitando profissionais de biobancos, com a participação de 22 instituições de quatorze países (quadro 5).

64. O projeto reúne a Fiocruz, do Brasil; o Instituto de Biomedicina de Buenos Aires e o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet), ambos da Argentina; o Laboratório Central de Saúde Pública (LCSP), o Instituto de Investigação em Ciências da Saúde (IICS) e o Centro de Desenvolvimento de Investigação Científica (Cedic), ambos do Paraguai; e o Instituto Pasteur de Montevidéu, do Uruguai.

65. Vale destacar, ademais, a propósito da atuação da Fiocruz na América do Sul, que a fundação mantém com a Corporação Andina de Fomento (CAF), ligada à Comunidade Andina de Nações (CAN), Acordo Base de Cooperação que estabelece as bases das relações entre as partes, visando ao intercâmbio de informações na área de saúde e das políticas públicas.

QUADRO 5
Instituições participantes da Reblac por país

País	Instituição
Argentina	Instituto de Oncología Angel H. Roffo. Hospital de Pediatría Prof. Juan P. Garrahan. Hospital General de Niños Ricardo Gutierrez. Hospital Interzonal de Agudos (Higa) Eva Perón.
Bolívia	Instituto Oncologico del Oriente Boliviano (Ioob).
Brasil	Instituto Nacional de Câncer (Inca).
Chile	Hospital del Salvador. Hospital Luis Tisne. Hospital Luis Calvo Mackenna.
Colômbia	Instituto Nacional de Cancerología (INC). Universidad Externado de Colombia.
Cuba	Instituto Nacional de Oncología y Radiobiología (Inor).
Equador	Instituto del Câncer Solca.
Espanha	Universidad Católica de Valencia (UCV).
México	Instituto Nacional de Cancerología (Incan).
Panamá	Instituto Oncológico Nacional (ION).
Peru	Instituto Nacional de Enfermedades Neoplasicas (Inen). Instituto Nacional de Salud del Niño Sede San Borja (INSN-SB).
Porto Rico	Centro Comprensivo de Câncer de la Universidad de Puerto Rico (CCCUPR). Universidad de Ciencias de la Salud de Ponce, Ponce Health Sciences University (PHSU).
Uruguai	Hospital Central de las Fuerzas Armadas (HCFFAA).
Venezuela	Facultad de Medicina, Universidad Central de Venezuela (UCV).

Fonte: Aisa/MS.
 Elaboração: Ipea.

Tal engajamento, realizado à luz da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS, envolveu também a articulação e a cooperação entre instituições públicas dos países da América Latina e do Caribe com os objetivos de: *i*) consolidar uma estrutura informatizada que apoie o registro e a análise de dados demográficos, clínicos, histopatológicos, moleculares, terapêuticos e de acompanhamento de pacientes com linfoma em institutos nacionais de câncer e/ou instituições similares sediadas em países da América Latina e Caribe; *ii*) propiciar a cooperação entre as instituições participantes, subsidiando projetos de pesquisa clínica e translacional em linfomas, registro de tumores etc.; *iii*) organizar congressos, cursos, simpósios, oficinas de capacitação e/ou outras ações para a capacitação permanente de profissionais e técnicos das instituições participantes; e *iv*) estruturar uma plataforma tecnológica que permita a normatização do diagnóstico histopatológico e a incorporação de métodos moleculares no diagnóstico de linfomas na região.

O governo brasileiro participou, ainda, com dois especialistas da Anvisa, da Reunião Regional das Américas, preparatória para a Conferência das Partes (COP) 7.⁶⁶ As discussões englobaram os relatórios do Grupo de Trabalho e da OMS, o plano de trabalho e o orçamento para o período financeiro 2018-2019, a revisão da acreditação de organizações intergovernamentais com o *status* de observador da COP, o fortalecimento da sinergia entre a COP e a Assembleia Mundial da Saúde, a cooperação internacional para implementação da Convenção-Quadro do Tabaco, incluindo a implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030.

Destaque-se, finalmente, que, em atenção à solicitação da Opas, o Cris da Fiocruz formulou e executou oficinas de trabalho em diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul para aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelos escritórios de relações internacionais dos Ministérios de Saúde dos países latino-americanos (Oris), constituindo uma Rede de Assessorias de Relações Internacionais e de Cooperação Internacional em Saúde (Redssur-Oris).

3.2 Práticas brasileiras na cooperação internacional em saúde

Refletindo práticas bem-sucedidas de promoção da saúde pública no Brasil, bem como resultando de acordos em âmbito multilateral ou bilateral, o governo brasileiro atuou, entre 2014 e 2016, na promoção de iniciativas de caráter amplo e/ou local com vistas ao enfrentamento de problemas de saúde pública no cenário internacional.

De caráter ou alcance multilateral, merecem destaque iniciativas que se realizaram ao abrigo da Rede Parf/Opas, da Reblac, da Redetsa, do Farmed, da DCVRN, além das ações relacionadas à RBLH.

No caso da Rede Parf/Opas, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de capacidades regulatórias de países latino-americanos, foi realizado, inicialmente, um projeto-piloto em duas fases. A fase 1 contou com a participação de representantes das autoridades sanitárias do Uruguai e do Paraguai e desenvolveu o tema de produtos para a saúde. A fase 2 desenvolveu os temas de produtos biológicos e produtos para a saúde e teve representantes das agências da Venezuela, da Colômbia, do Equador e do Peru. A ação desenvolveu-se mediante programa de intercâmbio regulatório, com estágio de três semanas realizado em Brasília. Participaram do piloto do programa, em novembro de 2015, uma representante do governo paraguaio e uma representante do governo uruguaio, com o tema produtos para a saúde. No tema produtos biológicos contou-se com a participação de dois representantes, um do governo colombiano e outro do equatoriano, também em novembro de 2015. Em agosto de 2016, na segunda fase do programa com o

66. Órgão supremo decisório da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU.

tema medicamentos genéricos, contou-se com a participação de uma técnica do Paraguai e outra do Uruguai. Na terceira fase do programa, já em 2017, com o tema produtos para a saúde, foram capacitados um técnico da Argentina e uma técnica do Peru. No total, foram capacitadas oito pessoas.

Atuando na América Latina e no Caribe, mais precisamente na Reblac, a atuação do governo brasileiro deu-se mediante treinamento e capacitação técnica (quatro missões técnicas); visitas de avaliação técnica (duas missões técnicas); reuniões gerais ordinárias da Reblac/Rinc (duas reuniões em 2014 e 2016); e da participação em eventos (três eventos).

Sobre as missões para treinamento e capacitação técnica, destaque-se: *i*) a capacitação técnica de duas patologistas do Instituto Oncológico Nacional (ION) do Panamá nas instalações do Banco Nacional de Tumores Terry Fox do Instituto Nacional de Cancerologia (INC) da Colômbia (Bogotá, 23 a 27 de junho de 2014); *ii*) a capacitação técnica de um enfermeiro do Hospital Universitário de Caracas (Venezuela) nas instalações do Banco Nacional de Tumores (BNT) do Inca/MS, no Rio de Janeiro (8 a 12 de junho de 2015); *iii*) a capacitação técnica de uma patologista do Banco de Tumores Pediátricos – Hospital de Pediatría Prof. Juan P. Garrahan (Argentina) nas instalações do Banco Nacional de Tumores Terry Fox, Instituto Nacional de Cancerologia E.S.E (INC), em Bogotá (Colômbia, 9 a 13 de novembro de 2015); e *iv*) a capacitação técnica de cinco profissionais participantes do I Curso de Biobancos, organizado pelo Instituto Nacional de Cancerologia (Incan), na Cidade do México (México, 18 e 19 de julho de 2016).

No caso das visitas de avaliação técnica, as duas foram a: *i*) Porto Rico, ao Centro Compreensivo de Câncer (CCC), na capital San Juan, e à Escuela de Medicina y Ciencias de la Salud, na cidade de Ponce (entre 20 a 22 de agosto de 2014); *ii*) Santiago de Chile, ao Hospital Pediátrico Dr. Luis Calvo Mackenna, em 24 de setembro de 2014.

As reuniões gerais ordinárias da Reblac/Rinc ocorreram, por sua vez, em: *i*) Cuenca (Equador), entre 27 e 28 de novembro de 2014 (VI Reunião Ordinária da Reblac/Rinc), com a participação de profissionais representantes de instituições nacionais de câncer sediadas nos países-membros da Unasul e Caribe (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, Uruguai, Venezuela, Panamá e Bolívia); e *ii*) Lima (Peru), entre 5 e 6 de maio de 2016 (VII Reunião Ordinária da Reblac/Rinc), com profissionais da área da Argentina, da Bolívia, do Brasil, da Colômbia e do Chile.

Envolvendo a articulação e a cooperação entre instituições públicas dos países da América Latina e do Caribe, mencione-se, ademais, a realização da Oficina de Patologia do Projeto Estudo Epidemiológico Molecular do Linfoma Folicular na

América Latina, com a participação de representantes do Instituto de Oncología Angel H. Roffo (Argentina); do Hospital del Salvador (Chile); do Instituto Nacional de Cancerología – INC (Colômbia); do Instituto del Cáncer Solca (Equador); do Instituto Nacional de Cancerología – Incan (México); do Instituto Nacional de Enfermedades Neoplásicas – Inen (Peru); do Hospital Central de las Fuerzas Armadas – HCFFAA (Uruguai); além do Inca, do Brasil.

Ainda nas Américas, no âmbito da Redetsa, técnicos da Anvisa participaram de trocas de experiência com outros membros do grupo, como, por exemplo, a Canadian Agency for Drugs and Technologies in Health, em Ottawa, no período de 2016.

Atuando no espaço lusófono, mais especificamente no Farmed, o governo brasileiro, por intermédio da Anvisa, contribuiu com capacitações durante o ano de 2016 com o conteúdo adaptado para disponibilização via *e-learning*, a fim de apoiar a iniciativa do Farmed. Ressalte-se, ademais, a realização no Brasil do curso de BPF de medicamentos com países-membros do Fórum das Agências Reguladoras de Medicamentos do Espaço Lusófono. Tratou-se de importante evento de cooperação técnica internacional em inspeção de medicamentos promovido pela Anvisa, com o apoio da Superintendência de Vigilância em Saúde do Estado de Goiás, e reuniu cerca de 35 inspetores do Brasil, da Angola, de São Tomé e Príncipe, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Cabo Verde e de Portugal, de 6 a 17 de abril de 2015.

Também em âmbito multilateral, decorrente da participação da agência na DCVRN, merece menção a presença de técnico da Anvisa na inspeção conduzida pela OMS nas instalações fabris da empresa Birmex, no México, como potencial fornecedora de vacinas para as agências da ONU de 25 a 31 de janeiro de 2014.

Finalmente, compondo o quadro mais amplo da inserção multilateral brasileira na área de saúde internacional, ressaltam-se as ações referentes à RBLH.

A RBLH desenvolvida pelo Brasil é a maior do mundo, transformando-se em modelo para a cooperação internacional em mais de vinte países das Américas, da Europa e da África, por meio da parceria entre o MS e a ABC. Todos os anos, aproximadamente 150 mil litros de leite humano são coletados, processados e distribuídos no Brasil a recém-nascidos de baixo peso internados em unidades neonatais. A tecnologia dos BLHs foi desenvolvida pela Fiocruz, instituição com grande protagonismo na ampliação dos esforços mundiais no combate à desnutrição e à mortalidade neonatal e infantil. Por intermédio da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil foram implantados BLHs em Moçambique, em Cabo Verde, no Paraguai, no Peru, na Argentina, na República Dominicana, no México, no Equador, em Honduras, na Nicarágua, na Venezuela, no Panamá, em Cuba, em El Salvador, na Colômbia e na Guatemala.

No período deste relatório (2014 a 2016), houve aumento crescente de BLHs em funcionamento nos países parceiros, como segue: 79 em 2014, 86 em 2015 e 91 em 2016, assistindo a 1.675.272 mulheres e 394.538 recém-nascidos; 403 profissionais estrangeiros foram capacitados para atuação em todos os processos de trabalho nos BLHs. O conjunto de BLHs implantados nos países parceiros beneficiários receberam a colaboração de 356.666 mulheres doadoras, coletando o total de 103.554,30 litros de leite humano. O grande destaque dessa iniciativa de cooperação é a utilização de tecnologia simples e de baixo custo, reconhecida internacionalmente e facilmente adaptável à realidade da maioria dos países em desenvolvimento.

Outra área de destaque da cooperação brasileira em saúde foi em pesquisa e desenvolvimento.

Em 2015, a ação internacional brasileira consolidou-se na área de pesquisa e desenvolvimento. Entre os países com os quais foram estabelecidas parcerias estão os Estados Unidos, com lançamento de edital conjunto e seleção de dezenove propostas, entre as quais: *i)* seis em imunologia básica; *ii)* sete em HIV/Aids; *iii)* três em doenças infecciosas; e *iv)* três em câncer; a França, com a aprovação de diversos projetos conjuntos com o Instituto Pasteur; e a parceria com o Instituto Fraunhofer, na Alemanha, para o desenvolvimento de equipamentos de diagnóstico rápido, como exame de fundo de olho e glicemia para uso pela Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Na área de tuberculose, em 2016, o MS, em parceria com a Global Alliance for TB Drug Development, apoiou o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (IEC), da Fiocruz, na estruturação de centro de pesquisa para o desenvolvimento de estudos clínicos multicêntricos internacionais sobre a tuberculose pulmonar resistente a fármacos. A estruturação dos centros de pesquisa (meta 1 do projeto *Estudo Clínico de Fase 3 para Avaliação da Eficácia, Segurança e Tolerância da Combinação de Moxifloxacina, PA 824 e Pirazinamida para Tratamento de Tuberculose*) está em curso.⁶⁷

No caso das pesquisas sobre vírus zika, o aumento do número de casos de microcefalia e síndrome de Guillain-Barré põe em relevo as ações na área de pesquisa e desenvolvimento para enfrentamento ao vírus zika e suas implicações, nas quais se destacam as parcerias com o Center for Disease Control and Prevention (CDC) dos Estados Unidos, o Instituto Pasteur, da França, e o estreito diálogo e o apoio da Opas e da OMS.

67. O projeto *Estudo Clínico de Fase 3 para Avaliação da Eficácia, Segurança e Tolerância da Combinação de Moxifloxacina, PA 824 e Pirazinamida para Tratamento de Tuberculose* faz parte de um projeto multicêntrico internacional, cujo protocolo estava sendo utilizado em outros sítios de pesquisa no exterior. Ele foi interrompido devido à ocorrência de toxicidade no braço de intervenção. O repasse de recurso para a meta 1, que previa a estruturação dos centros de pesquisa, foi realizado em 2016 e a atividade está em curso.

Entre fevereiro e novembro de 2016, no contexto da declaração de emergência de saúde pública pela OMS devido à preocupação internacional pelos efeitos do vírus zika, o MS manteve articulação com esta organização. A parceria resultou no curso *Zika: abordagem clínica na atenção básica*, desenvolvido no Brasil, com oferta da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) e direcionado a profissionais de saúde de todo o mundo. Outras ações foram realizadas para a troca de informações e conhecimentos sobre o zika, como o Seminário Regional sobre Vigilância, Controle e Manejo de Zika, Dengue e Chikungunya na Região Amazônica, iniciativa realizada pelo MS em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o MRE e a Opas/OMS.

O desenvolvimento do plano de cooperação para enfrentamento ao zika e suas complicações como marco abrangente de colaboração sobre o tema também se deu entre o MS e o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos.

Em continuidade ao plano de ação do governo federal para garantir a manutenção e a ampliação da mobilização de combate ao *Aedes aegypti* e suas doenças relacionadas, assim como demais emergências e agravos de saúde pública, o Brasil buscou, em articulação com países parceiros e organizações internacionais, fortalecer a cooperação técnica internacional. Está entre os exemplos de iniciativas a pesquisa em andamento sobre o uso da bactéria *Wolbachia* como alternativa de controle do mosquito *Aedes aegypti*, principal vetor das arboviroses como dengue, chikungunya e infecção pelo vírus zika, desenvolvida pelo MS em cooperação com o governo da Austrália e as entidades internacionais. O MS também estabeleceu colaboração com a Universidade do Texas Medical Branch (UTMB) e com o Instituto Nacional de Saúde (NIH) dos Estados Unidos para a pesquisa e o desenvolvimento de uma vacina contra o vírus zika, atualmente em fase de conclusão dos testes pré-clínicos.

Para além das práticas de caráter ou alcance multilateral, o governo brasileiro atuou também em diversos países, compartilhando conhecimentos e práticas acumuladas na administração pública federal, decorrentes, em grande medida, de experiências exitosas realizadas no Brasil.

Nesse sentido, destaca-se que o setor saúde brasileiro manteve atividades de cooperação com governos e instituições de quarenta países e territórios ao longo dos anos de 2014 a 2016 (quadro 6). Essas atividades variaram de colaborações diretamente prestadas, como no caso do Haiti, a oportunidades de aprendizado mútuo, como a conduzida com Cuba, e negociações de verdadeiros parâmetros não tarifários, como a ocorrida com o Japão.

QUADRO 6
Países com atuação brasileira na área de cooperação em saúde (2014-2016)

Região	País(es)
América Latina e Caribe ¹	Argentina; Bolívia; Chile; Colômbia; Cuba; El Salvador; Equador; Guatemala; Guiana Francesa; Haiti; Honduras; Jamaica; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; República Dominicana; Suriname; Uruguai; Venezuela.
América do Norte ¹	Estados Unidos.
África	Angola; Burkina Faso; Cabo Verde; Congo; Etiópia; Gana; Guiné-Bissau; Moçambique; Quênia; São Tomé e Príncipe.
Ásia	Coreia do Sul; Filipinas; Japão; Timor-Leste.
Europa	Dinamarca; França; Portugal.
Oceania	Austrália.

Fontes: Aisa/MS, Ainte/Anvisa e Cris/Fiocruz.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Para fins deste estudo, o México foi incluído na América Latina e Caribe, e não na América do Norte.

3.2.1 América Latina e Caribe

Na América Latina e no Caribe, foram realizadas ações em 21 países ou territórios, merecendo destaque as iniciativas a seguir.

Haiti

Um dos maiores projetos de cooperação do Brasil no período foi o da Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do sistema e dos serviços públicos de saúde e de vigilância epidemiológica no Haiti, em execução desde 2010.⁶⁸

Em 2014, o Brasil inaugurou três hospitais comunitários de referência (HCRs), o Instituto Haitiano de Reabilitação e a Oficina de Órteses e Próteses, todos na região metropolitana de Porto Príncipe. Desde então, o Brasil vem apoiando o Haiti na gestão compartilhada dessas estruturas, com o intuito de irradiar conhecimentos sobre gestão de serviços de saúde ao país. O projeto financiou a gestão dos serviços, incluindo o funcionamento dos equipamentos adquiridos, a aquisição de insumos e medicamentos, a assistência técnica e o pagamento de salário de diversos profissionais. A Fiocruz também contribuiu com este projeto na área de vigilância epidemiológica, por meio da capacitação de recursos humanos do ministério, projeto de comunicação e informação principalmente para as campanhas de vacinação.

Além dos hospitais, estão entre os principais resultados do projeto tripartite a formação de 1.237 agentes comunitários de saúde polivalentes, 310 auxiliares de enfermagem polivalentes e 53 inspetores sanitários; a doação de trinta ambulâncias equipadas para o atendimento de urgência e emergência, baseado na experiência

68. Todos os compromissos assumidos pelo Brasil no memorando de entendimento tripartite de 27 de março de 2010 foram honrados até o triênio em análise.

do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) 192; a reconstrução de dois laboratórios de saúde pública, com formação de especialistas, aquisição de equipamentos e apoio técnico e logístico; mais de 3 milhões de crianças imunizadas em campanha de vacinação oral contra poliomielite (população de 0 a 9 anos) e vacina dupla viral contra sarampo e rubéola (população de 9 meses a 9 anos); o fortalecimento do Programa Ampliado de Vacinação, por meio da construção de três depósitos para armazenamento de vacinas, da manutenção de refrigeradores e da aquisição de dois caminhões com sistema refrigerado para transporte de vacinas.

Em agosto de 2016, o MS realizou missão de negociação de projeto de transferência de tecnologia do Brasil para o Haiti sobre a testagem rápida do HIV junto a populações-chave, baseado na estratégia Viva Melhor Sabendo. Em dezembro, o Brasil doou mil testes rápidos de fluido oral ao Haiti, para apoiar o processo nacional de validação do protocolo de uso desses testes, para viabilização do projeto.

República Dominicana

A Anvisa atuou na República Dominicana exclusivamente com o projeto de reestruturação institucional da Diretoria-Geral de Drogas e Farmácias (DGDF) para fortalecer seu desempenho. Nesse sentido, promoveu-se reunião técnica de cooperação internacional entre os países, ocorrida na cidade de Santo Domingo, e, a partir desse evento, a Anvisa e a Secretaria de Estado de Saúde Pública e Assistência Social (Seppas) identificaram oportunidades de troca de experiências nas áreas de medicamentos, farmacovigilância e inspeções, firmando-se, assim, projeto de cooperação técnica entre os dois países.

Para o projeto *Apoio al Fortalecimiento de la Autoridad Sanitaria Dominicana em las Áreas de Registro de Medicamentos, Farmacovigilancia, Inspecciones, Alimentos y Toxicología*, foi desenvolvida atividade com a visita de dois técnicos brasileiros a Santo Domingo, conforme acertado com a DGDF da República Dominicana, a fim de analisar e apoiar a elaboração da norma dominicana e procedimentos complementares relacionados com pós-comercialização de medicamentos. Outra visita foi realizada a Santo Domingo com a participação de mais dois técnicos brasileiros da área de medicamentos biológicos da Anvisa, a fim de analisar e apoiar a elaboração da norma dominicana e procedimentos complementares relacionados a medicamentos biológicos e biotecnológicos.

Foi realizada também uma segunda reunião do Grupo de Trabalho de cooperação técnica Brasil-República Dominicana. E, por fim, houve visita técnica de capacitação na área de informação e capacitação toxicológica pela área de manejo toxicológico da Anvisa, além do envio do coordenador da área e um técnico da área de informação e capacitação toxicológica da Diretoria-Geral de Saúde Ambiental (Digesa) ao Brasil para conhecer o sistema de manejo de informação e documentação de intoxicações em seres humanos.

Haiti e República Dominicana

No período de 2014 a 2016, a Funasa, no âmbito da Coalizão Regional sobre Água e Saneamento para a Eliminação da Cólera na Ilha de Hispaniola,⁶⁹ promoveu o compartilhamento de técnicas de análise da água, mediante a elaboração do *Manual Prático de Análise de Água*, em francês (2 mil exemplares) e em espanhol (3 mil exemplares), disponibilizado em junho de 2015. No mesmo ano, ofereceu, em espanhol e francês, o curso virtual *Plano de Segurança da Água*, disponível no *site* da Opas.⁷⁰

*Cuba*⁷¹

No âmbito da cooperação conjunta sobre desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde, ocorreu a participação de três servidores da Anvisa na XX Reunião de Comitê Técnico Regulatório Anvisa-Centro para el Control Estatal de Medicamentos, Equipos e Dispositivos Médicos (Cecmed) de Cuba, com o objetivo de dar continuidade às atividades formalizadas nos instrumentos firmados para fins de transferência de tecnologia em pesquisa clínica e novos medicamentos entre instituições do polo científico cubano e brasileiro.

A Fiocruz, a seu turno, estabeleceu parceria com o Cecmed, entre 2012 e 2015, para o estabelecimento de substâncias de referência para o controle de qualidade de medicamentos, com o objetivo de realizar estudos para o estabelecimento e o monitoramento de substâncias de referência e padrões utilizados no controle de qualidade de medicamentos no Brasil e em Cuba.

No âmbito deste mecanismo bilateral, foi realizada uma reunião, com a participação de três técnicos da Anvisa, sobre inspeção de BPF, que ocorreu na cidade de Varadero. O objetivo foi promover nivelamento e articulação dos mecanismos de troca de relatórios de inspeção entre Anvisa e Cuba, no âmbito das ARNRs da Opas. A reunião teve também como objetivo a troca de experiências no tocante

69. A coalizão, da qual a Funasa faz parte desde 2012, é uma iniciativa da Opas/OMS e contou com as parcerias da Funasa, do Unicef, do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), da Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (Aecid), do BID, do Banco Mundial e da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (Aidis).

70. Mais informações em: <<https://bit.ly/2Gccl2D>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

71. Brasil e Cuba mantêm uma das mais longevas parcerias bilaterais na área de saúde. Os países celebraram memorando de entendimento para transferência de tecnologia na produção de medicamentos em dezembro de 2000. A partir de 2011 foi estabelecido o Comitê Gestor Binacional Brasil-Cuba em Biotecnologia e Saúde e, em 2012, os dois países assinaram carta conjunta sobre desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde – Carta de Havana.

Nove produtos ou projetos encontravam-se em desenvolvimento (out./2018), sendo vacinas, anticorpos monoclonais, medicamentos e reagentes para diagnóstico, nas áreas prioritárias de: terapia e controle de câncer; estratégias público-públicas e público-privadas; formação de recursos humanos em pesquisa clínica e avaliação de tecnologias; terapia celular; neurociência; nanobiotecnologia; e genética populacional. Os projetos envolvem, pelo lado cubano, o Centro de Engenharia Genética (CIGB) e o Centro de Imunologia Molecular (CIM) – que atualmente são parte do Grupo das Indústrias Biotecnológicas e Farmacêuticas de Cuba (Biocubafarma) – e, pelo lado brasileiro, Fiocruz, Anvisa e Bahiafarma. Os produtos que foram objeto da parceria para desenvolvimento são: interferon alfa; interferon peguilado; eritropoietina; Heberprot-P; e vacina terapêutica Valergen.

às BPFs, das normativas aplicadas nos dois países, bem como demais mecanismos de aprimoramento do papel das ARNRs junto à Opas.

No período de 2014 a 2016, o MS acompanhou as reuniões do Comitê Gestor da parceria e apoiou atividades de formação e capacitação na área de desenvolvimento e pesquisa. Em setembro de 2014, técnica cubana participou, no Brasil, de estudo para o estabelecimento de substâncias de referência para o controle de qualidade de medicamentos, ação desenvolvida em parceria com a Anvisa.

Na área da saúde mental, os dois países promoveram intercâmbio de experiências em outubro de 2014, quando os coordenadores de saúde mental e de psiquiatria do Ministério da Saúde Pública de Cuba vieram ao Brasil. O objetivo da visita foi conhecer a política brasileira de saúde mental e visitar os serviços e ações de saúde mental dos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo e Santo André, com vistas ao desenvolvimento de parcerias para o estabelecimento de projeto de cooperação técnica entre os países.

Cuba também participa de cooperação trilateral com o Brasil e o Haiti, para o fortalecimento do sistema e dos serviços públicos de saúde e de vigilância epidemiológica no Haiti, conforme apresentado na seção sobre esse país.

El Salvador

No período pesquisado, o governo brasileiro cooperou com El Salvador mediante tanto o MS quanto a Fiocruz e a Anvisa.

Em 2015 e 2016, o MS, em parceria com a ABC, executou o projeto para fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde e Sangue e Hemoderivados, com objetivo de transferir ao governo salvadorenho metodologias de aperfeiçoamento de gestão do sistema nacional de sangue e hemoderivados naquele país.

Em fevereiro de 2015, em San Salvador, realizou-se seminário para intercâmbio de experiências entre os Ministérios da Saúde dos dois países sobre as redes de informação de sangue e hemoderivados. Em maio, quatro técnicos brasileiros (da Anvisa) promoveram, em El Salvador, capacitações sobre: *i*) hemocomponentes e reações adversas; *ii*) planejamento para a implementação de comitê de transfusão em El Salvador; e *iii*) sobre processos e controle dos passos críticos do ciclo do sangue em dois centros do país.

Em 2016, houve entendimentos para elaboração de um novo projeto de fortalecimento para promoção de doação de sangue voluntária e altruísta, que veio a ser firmado em 2017.

Em março de 2015, ocorreu visita técnica de técnicos de El Salvador à Fiocruz. Como desdobramento dessa visita, a Fiocruz se dispôs a: *i*) estabelecer a cooperação com o governo de El Salvador no fortalecimento do Sistema de Saúde daquele

país e, em particular, o suporte ao Instituto Nacional de Saúde (INS) e à escola de governo; *ii*) apoiar a elaboração de um plano estratégico do INS; e *iii*) atuar na capacitação de pessoal em saúde, com ênfase em gestão, atenção básica e ensino a distância (EAD). Em novembro do mesmo ano, foi realizada visita técnica ao INS de El Salvador, com participação do EAD/Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) e do EAD/Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (Unasus), com vistas à elaboração de um plano estratégico das referidas instituições.

Ainda em 2015 (julho), o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/Fiocruz) recebeu delegação técnica do Ministério da Saúde de El Salvador (três técnicos da Diretoria Nacional de Medicamentos) para identificar as necessidades de infraestrutura mínimas de laboratório; equipamentos para provas e análise de qualidade; e necessidade mínima de pessoal para atuação em controle de qualidade em saúde em ELS.

Registrou-se também a promoção e o fortalecimento de BLHs em três localidades de El Salvador, com a formação de dez profissionais de saúde nessas unidades.

Guatemala

A expansão e a consolidação da RBLH da Guatemala, apoiada pela Fiocruz, registrou, em 2015, a capacitação de onze profissionais de saúde guatemaltecos em curso de *Formação de Tutores em Processamento e Controle de Qualidade do Leite Humano*, com a inauguração de um novo BLH no país.

Honduras

O governo brasileiro apoiou e fortaleceu o Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de Honduras, bem como a estruturação e a qualificação da rede de hemoterapia no país. Em dezembro de 2015, em parceria com a Hemominas, da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, duas médicas hondurenhas fizeram capacitação em práticas de captação de doadores voluntários de sangue em um serviço de hemoterapia no Brasil.

Em novembro de 2016 ocorreu, em Tegucigalpa, a VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Honduras. O encontro teve como um dos seus objetivos principais o intercâmbio com vistas à prospecção para projeto de cooperação técnica na área de saúde mental em Honduras.

Jamaica

O MS mantém com a Jamaica projeto de fortalecimento dos programas de doença falciforme do Brasil e da Jamaica. Em 2015, foi realizada a entrega de equipamento de cromatografia líquida de alta eficiência (ou HPLC, na sigla em inglês), doado pelo Brasil. O aparelho está em funcionamento na Unidade de Doença Falciforme

da Universidade de West Indies em Mona, na Jamaica. Além do equipamento, a cooperação prevê atividades de capacitação de recursos humanos e a realização de oficinas técnicas para troca de experiências na área de sangue a partir de 2017. Em agosto de 2017, delegação da Jamaica visitou o MS do Brasil, com o objetivo de promover troca de experiências na gestão de programas e de serviços integrais ao paciente com doença falciforme.

Em março de 2016, dois representantes do governo jamaicano também participaram de visita, que contou com a presença de seis representantes do governo das Filipinas e dois do governo do Uruguai, para conhecerem o modelo brasileiro de diversificação da cultura do fumo, visando ajudar os países-membros da CQCT da OMS a implementar políticas relacionadas ao Artigo 17 em seus países. Tal evento foi solicitado pelo Secretariado da CQCT/OMS em reunião para promover cooperação internacional entre os Estados-partes da convenção ocorrida em outubro de 2015 em Montevidéu, no Uruguai. Dessa visita, resultou também a produção de vídeo institucional, com vistas a fortalecer a política de combate ao tabagismo nos países participantes.

Nicarágua

A Fiocruz apoiou a implantação do BLH no Hospital Cesar Amador Molina, Nicarágua, mediante visita técnica em outubro de 2015.

Panamá

A Fiocruz firmou convênio com o Instituto Gorgas Memorial de Estudos de Saúde do governo panamenho, vigente até novembro de 2017, com o objetivo de estabelecer as bases das relações entre ambas as instituições, com ênfase no desenvolvimento, na educação e na pesquisa de campo da saúde em geral, tendo estabelecido cooperação visando ao fortalecimento do aleitamento materno, BLH.

De sua parte, a Anvisa realizou a Oficina de Fortalecimento da Gestão Regulatória e de Armazenamento, Logística e Controle dos Medicamentos sobre o combate e a prevenção de falsificação de medicamentos no sistema internacional, entre os dias 22 e 24 de abril de 2014.

Argentina

Além das atividades próprias à política de fronteiras conduzidas pelo MS,⁷² a Fiocruz, por intermédio do Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos da Ensp e em convênio com a Administração Nacional de Laboratórios e Institutos

72. Brasil e Argentina mantêm política de integração fronteiriça que constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral, por meio de Comitês de Integração Fronteiriça que percorrem toda a fronteira brasileiro-argentina. Em 14 de janeiro de 2016 foi promulgado, pelo Decreto nº 8.636, o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas entre Brasil e Argentina, que visa melhorar a convivência dos cidadãos das localidades fronteiriças.

de Saúde (Anlis) da Argentina, formou, em maio de 2015, dezesseis mestres em epidemiologia em saúde pública. Alguns avanços foram registrados em relação à turma anterior (de 2010): aumento da carga horária de disciplinas de epidemiologia e estatística e aumento do período de estadia no Brasil. O acompanhamento de alguns desses mestres mostra presença da epidemiologia junto a setores formadores de opinião na área de saúde, em várias partes da Argentina.

A Fiocruz também estabeleceu acordos e/ou convênios com: *i*) Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet), visando estabelecer canais permanentes e fluidos de comunicação entre as partes com vistas a realizar uma licença gratuita da metodologia de *software* consubstanciado no projeto colaborativo *Interacción entre Células Madre Mesenquimales y Células Tumorales en el Entorno del Microambiente Tumoral*, ICC/Fiocruz – Instituto de Biología y Medicina Experimental (Ibyme)/Conicet; *ii*) Universidade Nacional de Lanús (Unla) para intercâmbio de informações e de documentos técnico-científicos entre pesquisadores, peritos, estudantes e outros; *iii*) Promoção e fortalecimento do BLH do Hospital Dr. Julio Perrando e do BLH do Hospital Luis Carlos Lagomaggiore – Mendonza, por meio da RBLH; e *iv*) a Fundação Mundo Sano para cooperação científica.

*Bolívia*⁷³

A Comissão Mista sobre Drogas (Comista) Brasil-Bolívia realizou o compartilhamento de experiências e a oferta de oportunidades de participação em eventos de capacitação na prevenção do uso abusivo de álcool e drogas em junho de 2016.

Além disso, os dois países iniciaram negociação para a criação de um Grupo de Trabalho em Saúde na fronteira Brasil-Bolívia, com o objetivo de identificar e avaliar as questões de saúde que afetam as populações fronteiriças entre os dois países, e desenvolveram ações conjuntas de combate à raiva canina, incluindo intercâmbio de especialistas e doação de vacinas.

Em 2014, a Fiocruz formou quatorze profissionais de saúde bolivianos, apoiando a criação de um novo BLH.

Em outubro de 2015 realizou, em La Paz, o curso de *Processamento e Controle de Qualidade do Leite Humano – Fundamentos Teóricos e Aspectos Práticos*, além de, por meio de seu Instituto Fernandes Figueira, concluir, neste mesmo ano, uma residência médica em pediatria que capacitou dois pediatras do Ministério da Saúde da Bolívia.

73. Brasil e Bolívia mantêm rotina de diálogo no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça que encerram toda a fronteira (Corumbá/Puerto Suárez; Brasileira-Epitaciolândia/Cobjia; Cáceres/San Matías; Guajará-Mirim/Guayaramerín), constituídos pelo acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Estado plurinacional da Bolívia para a criação dos Comitês de Integração, de 25 de março de 2011.

Chile

O governo brasileiro, por meio da SCTIE/MS, promoveu discussões junto ao governo chileno com vistas à elaboração de um plano bilateral para compras de medicamentos de alto custo. Para tanto, foram realizados encontros de equipes de compras para formalização do plano bilateral, e a apresentação de experiências do Brasil na construção e na implementação de sua política pública voltada para garantir o acesso a medicamentos de alto custo, o que culminou com a assinatura de memorando de entendimento entre as partes em novembro de 2015.⁷⁴

Além disso, a partir do convênio firmado pela Fiocruz com o Instituto de Saúde Pública do Chile, executado pelo INCQS, foram capacitados cinco profissionais da Agência Nacional de Medicamentos do Ministério da Saúde do Chile em análises físico-químicas de produtos biológicos, em 2015.

*Colômbia*⁷⁵

O MS do Brasil tem colaborado para a formulação de políticas de saúde no Ministério da Saúde da Colômbia, por meio do intercâmbio de documentos conceituais e da discussão de temas e boas práticas adotadas em nosso país. Informações sobre mecanismos de cooperação com os países fronteiriços também fazem parte do intercâmbio. Há participação conjunta em Grupos de Trabalho temáticos internacionais, como políticas para povos indígenas isolados e em contato inicial (Piaci) e vigilância da resistência aos medicamentos antimaláricos.

As ações da Anvisa na Colômbia estiveram relacionadas a diferentes eixos de atuação, como regulação econômica, produtos biológicos, dispositivos médicos, entre outros. No período abordado, apenas um projeto de cooperação esteve vigente, tendo andamento desde 2011, entre a Anvisa e o Instituto Nacional de Vigilância de Medicamentos e Alimentos (Invima), tendo como objetivo o aprimoramento dos instrumentos de regulação e supervisão sanitária na Colômbia.

Neste projeto, houve a participação de quatro servidores da Anvisa em atividade de intercâmbio em temas relacionados às boas práticas regulatórias, especificamente transparência, participação social e educação sanitária. A Anvisa relatou sua experiência e os resultados no processo de informação ao cidadão, como no caso da ferramenta de consulta pública, construção de agenda regulatória e gestão do conhecimento.

74. Mais informações em: <<https://goo.gl/a79AJc>>. Acesso em: 6 dez. 2018.

75. O Brasil mantém a Comissão Técnica Binacional Assessora da Saúde, vinculada à Comissão de Vizinhança e Integração Fronteira Brasil-Colômbia, coordenada pelo MRE. Ademais, o MS participa do Grupo de Trabalho de Mineração Ilegal Brasil-Colômbia, instalado pelo MRE em março de 2016.

Ainda na fase de trocas de experiências, um técnico do Invima realizou visita técnica para conhecer a experiência do Brasil no tema de dispositivos médicos, na sede da Anvisa, no Brasil. Em contrapartida, especialista da área de tecnovigilância da agência brasileira visitou o país para conhecer a estrutura institucional e a regulamentação de produtos para a saúde na sede da Invima, em Bogotá.

Para o encerramento do projeto de cooperação técnica Brasil-Colômbia intitulado *Apoio ao Processo de Restruturação do Invima com Vistas ao seu Fortalecimento Institucional*, foi realizada atividade conjunta entre Anvisa e Invima para sua avaliação final na sede do Invima na Colômbia, com a presença da assessora-chefe internacional do Invima e de quatro técnicos da Anvisa.

Além deste projeto, houve uma visita técnica de duas especialistas da Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED) ao Instituto de Avaliação Tecnológica em Saúde (Iests) e à Autoridade Reguladora de Preços de Medicamentos da Colômbia (CNPMDM), situados na cidade de Bogotá. A visita teve como objetivo conhecer a regulação de preços de medicamentos da Colômbia, que se mostra inovadora na região e possui aspectos semelhantes à regulação praticada no Brasil.

A Fiocruz, a seu turno, apresenta uma ampla gama de parceiras de cooperação na Colômbia, cabendo destacar as iniciativas no âmbito da RBLH, um projeto de cooperação com o Instituto Nacional de Salud da Colômbia, além da assinatura e da execução de convênios de cooperação com instituições do país andino.

Com o Instituto Nacional de Salud da Colômbia, há projeto de cooperação em andamento, cujo prazo de vigência foi estendido por mais cinco anos (até outubro de 2019). O termo de cooperação visa ao desenvolvimento institucional; à elaboração conjunta de projetos de pesquisa de interesse das partes e à facilitação do intercâmbio acadêmico; e à informação, à documentação e ao assessoramento dos diferentes campos da saúde.

No caso da RBLH, a continuidade na cooperação entre o governo brasileiro (MS/Fiocruz/IFF) e o governo colombiano garantiu, em 2015, a definição de doze instituições do setor saúde na Colômbia para criação e implementação de BLHs. Oitenta e sete profissionais colombianos de nível superior e técnico realizam o curso de *Processamento e Controle de Qualidade do Leite Humano*, por meio da plataforma EAD da RBLH. Foram inaugurados, ademais, sete novos BLHs na Colômbia.

Sobre os convênios de cooperação, finalmente, destaque-se a vigência e a execução de cinco instrumentos de parceria da Fiocruz com diferentes instituições do país vizinho (quadro 7).

QUADRO 7
Convênios de cooperação da Fiocruz com instituições colombianas (2014-2016)

Convênio	Objeto
Com o Departamento de Cundinamarca	Projeto de cooperação em humanização da atenção à saúde nas vertentes do lúdico como recurso terapêutico e do voluntariado como capital humano.
De colaboração com a Fundação para o Desenvolvimento da Saúde Pública Colombiana (Fundesalud)	Atividades no campo da promoção da saúde e da avaliação de políticas e programas de saúde.
Com o Instituto Colombiano de Medicina Tropical da Universidade CES	Estabelecer relações de colaboração e cooperação acadêmica, científica e cultural.
Com a Universidade de Los Andes	Apoiar o desenvolvimento da educação e investigação na área de medicina tropical, com ênfase nas doenças infecciosas transmitidas por vetores.
De cooperação técnica com o Instituto Nacional de Saúde da Colômbia	Estabelecer as bases das relações entre ambas as instituições, com ênfase no desenvolvimento de ensino tecnológico, e pesquisa no campo da saúde.

Fonte: Cris/Fiocruz.
 Elaboração: Ipea.

Equador

A Fiocruz estabeleceu negociações, a partir de abril de 2015, com o Instituto Nacional de Investigação em Saúde Pública do Equador para estabelecer Convênio de colaboração científica em educação e capacitação de recursos humanos; estudos e pesquisas conjuntas; produção de insumos e produtos estratégicos para a saúde; diagnósticos de referência de doenças prioritizadas; troca de informações sobre vigilância de doenças transmissíveis prioritizadas e fortalecimento de capacidades de resposta às emergências de saúde pública.

A Fiocruz também coopera com a Universidade Andina, tendo realizado a revalidação do convênio relacionado ao programa de doutorado em saúde e ambiente (intercâmbio acadêmico, agilização de bolsas de estudo entre pares); e o desenvolvimento de projeto conjunto sobre determinação social dos processos de saúde – doença nas zonas metropolitanas de Bogotá, de Medellín, de Quito e do Rio de Janeiro, com foco em conflitos territoriais em torno da implementação de planos de desenvolvimento em zonas metropolitanas.

Além disto, também sob responsabilidade da Fiocruz deu-se a formação, em 2015, de nove profissionais de saúde dos sete BLHs do Equador. Foi realizada a avaliação das ações, concluindo, assim, o segundo projeto de cooperação técnica em BLHs entre Brasil e Equador.

Guiana Francesa⁷⁶

Em junho de 2016, foi realizada a Semana de Prevenção das Doenças Transmissíveis por Vetores na fronteira Brasil-França, envolvendo a Agência Regional de Saúde da Guiana Francesa e, do lado brasileiro, a Secretaria Municipal de Saúde de

76. Brasil e França mantêm o SGT para a Saúde na Fronteira Brasil-Guiana Francesa, criado no âmbito da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França e do Comitê Franco-Brasileiro de Saúde. O subgrupo foi instalado em julho de 2015, como decorrência da Declaração de Intenções para o Estabelecimento de uma Parceria Estratégica em Matéria de Políticas de Saúde, assinada pelos dois ministros da saúde brasileiro e francês, em 15 de maio de 2014.

Oiapoque (AP), a Secretaria Estadual de Saúde do Amapá, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesa/MS) e a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).

Além disso, do lado brasileiro, a SVS/MS, o Instituto Evandro Chagas (IEC/MS), a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNCM/Devep/SVS/MS), a Aisa/MS e o Laboratório de Saúde Pública do Estado do Amapá (Lacen-AP), e, do lado guianense, o Instituto Pasteur e a Agência Regional de Saúde (ARS), realizaram reunião para discussão de ações de controle da malária no Escudo Guianês; por meio das Semanas de Saúde na Fronteira, realizaram ações coordenadas e discussões em temas como IST/HIV/Aids, tuberculose, vacinação, doenças transmissíveis (dengue e malária), intercâmbio de dados epidemiológicos e assistência em saúde.

Paraguai

No marco das relações com o Paraguai, os Ministérios da Saúde dos dois países mantiveram reuniões mensais no Grupo de Trabalho Saúde da Itaipu Binacional para discussão de projetos que afetam a região da tríplice fronteira.

A Fiocruz recebeu visita técnica, em março de 2015, do ministro da saúde pública e bem-estar social (MSPYBS) do Paraguai, com assinatura de convênio marco de cooperação, estendendo o suporte já existente, com o objetivo de fomento ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de processos de capacitação de pessoal de ambas as instituições cooperantes.

Como desdobramento dessa visita técnica, o MSPYBS definiu suporte na capacitação de pessoal, com ênfase na saúde global, em tecnologia de EAD em saúde, na gestão da atenção básica em saúde e na oferta de mestrado e doutorado em saúde pública nas áreas de epidemiologia e gestão. Os trabalhos cooperativos tiveram sequência com o MSPYBS, a Fiocruz e a Unasus, participando de reuniões em Assunção e Foz do Iguaçu, em outubro de 2015, focadas em EAD e gestão da atenção básica de saúde/Programa de Saúde da Família (PSF).

A Anvisa, por sua vez, participou de missão técnica multidisciplinar de cooperação técnica organizada pela ABC/MRE para o fortalecimento institucional da Dirección Nacional de Vigilancia Sanitaria do Paraguai de 7 a 9 de abril de 2014.

Peru⁷⁷

A Comista Brasil-Peru realizou encontro para o compartilhamento de experiências e a oferta de oportunidades de participação em eventos de capacitação na prevenção do uso abusivo de álcool e drogas.

77. Os dois países mantêm o Grupo de Trabalho Binacional de Saúde na fronteira Brasil-Peru e têm realizado a participação conjunta em Grupos de Trabalho temáticos no âmbito de organismos multilaterais internacionais, como Opas/OMS e OTCA, em temas como políticas para Piaci e vigilância da resistência aos medicamentos antimaláricos.

Registre-se, ademais, a cooperação técnica no âmbito do projeto de fortalecimento do Plan Esperanza, de resposta ao câncer, em temas de vigilância epidemiológica. A equipe brasileira, composta de quatro representantes do Inca, ministrou, entre os dias 12 e 16 de julho de 2015, o curso internacional de *Formação de Registradores de Câncer*, que teve entre duzentos e 250 participantes. Técnicos peruanos realizaram estágio na área de registros do Inca.

Além disso, houve atividades para a transferência de metodologia do programa Farmácia Popular, a partir do qual o governo peruano aprovou a legislação do programa Farmácias Inclusivas.

A Anvisa celebrou, no período, o Acordo de Cooperação para Fortalecimento Institucional de la Dirección General de Medicamentos, Insumos y Drogas (Digemid) do Peru, na área de vigilância sanitária. Para este projeto, realizou-se o intercâmbio de experiências na área de tecnovigilância do projeto com dois especialistas da Anvisa, para capacitação dos servidores peruanos em sistema de alerta de eventos adversos e gestão de riscos em produtos para saúde, além de compartilhar aspectos relacionados às exigências e à análise referentes ao registro de medicamentos genéricos.

A Anvisa recebeu missão técnica de dois técnicos da Digemid à sua sede para treinamento em serviço e intercâmbio de experiências na área de ensaios clínicos e biodisponibilidade e bioequivalência, incluindo visita a um dos centros que fazem estudo. Os técnicos estrangeiros visitaram um centro de bioequivalência em Goiânia, acompanhados por dois técnicos da Anvisa.

Ainda no período em análise, a Anvisa participou de três reuniões e dois eventos no Paraguai.

A Fiocruz, por sua vez, apresenta extensa lista de acordos e iniciativas de cooperação com o governo e as entidades peruanas, sinteticamente apresentada a seguir.

- 1) Cooperação com o Ministério da Saúde do Peru (Minsa), com realização de estágio em gestão de recursos humanos em saúde na Fiocruz.
- 2) Projeto de cooperação internacional visando à implementação da transferência de tecnologia focada na produção de antimaláricos e tuberculostáticos pelo governo do Peru. Vigência/duração: 2013-2017. Principais ações e resultados em 2014 e 2015: fornecimento, em decorrência de emergência nacional no Peru, de medicamentos antimaláricos (54 mil unidades farmacêuticas de Artesunato + Mefloquina 100 mg + 220 mg e 9 mil unidades farmacêuticas de Artesunato + Mefloquina 25 mg + 55 mg).
- 3) Convênio com o Instituto Nacional de Saúde do Peru visando ao estabelecimento das bases das relações entre as instituições, com ênfase no

desenvolvimento e pesquisa no campo da saúde geral e na área biomédica em particular. Cooperação para realização do curso *Docência em Educação Profissional em Saúde*, com ênfase na formação de docentes para a área de saúde pública (na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV).

- 4) Convênio com a Universidade Maior de São Marcos objetivando estabelecer as bases das relações entre as instituições com ênfase no desenvolvimento, na educação e na pesquisa de campo da saúde em geral.
- 5) Apoio ao aprimoramento e ao monitoramento do BLH do Instituto Nacional Materno Perinatal, em Lima; do BLH do Hospital Nacional Docente Madre Niño San Bartolomé, em Lima; e do BLH do Hospital Docente Materno Infantil El Carmen, em Huancayo – projetos implementados pelo Instituto Fernandes Filgueira (IFF/Fiocruz) em conjunto com a ABC/MRE.

Suriname

Em agosto de 2014, foi realizada a última atividade do projeto de *Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV*, em parceria com a ABC/MRE e com apoio da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e da Secretaria de Saúde de Curitiba (Paraná), para treinamento de dois profissionais do Ministério da Saúde do Suriname, um médico e uma enfermeira, tendo como tema o diagnóstico precoce e a vigilância epidemiológica voltada à redução da transmissão vertical do HIV e da Sífilis.

Em julho de 2015, ocorreu a I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Suriname promovida pela ABC/MRE, ocasião em que houve a negociação de quatro possíveis projetos de cooperação técnica entre os Ministérios da Saúde dos dois países, sendo firmados os projetos de *Cooperação Transfronteiriça para a Erradicação da Malária* e de *Fortalecimento do Combate ao HIV/Aids em Populações-Chave no Suriname*. Seguiram em negociação projetos para o *Fortalecimento ao Combate da Leishmaniose no Suriname* e *Fortalecimento da Resposta à Emergência de Chagas no Suriname*.

Como primeira atividade do projeto de cooperação em malária, técnicos do Ministério da Saúde do Suriname realizaram, de 20 de junho a 1º de julho de 2016, atualização em entomologia de malária na Universidade de São Paulo (USP). O projeto de HIV/Aids manteve encontros virtuais no período, tendo suas primeiras atividades executadas a partir de 2017.

Finalmente, o intercâmbio técnico teve continuidade com a realização, no período de 18 a 29 de julho de 2016, de curso de *Controle Vetorial da Zika*, em Fortaleza (Ceará), em atendimento à demanda formulada pelo Ministério da Saúde do Suriname dentro de sua estratégia de fortalecimento da área técnica de controle de vetores no país.

Uruguai

Entre as regiões de fronteira brasileiras, a do Brasil com o Uruguai é a mais institucionalizada internacionalmente. Nesta fronteira, foram construídas ou reformadas unidades básicas de saúde rurais do lado uruguaio, no âmbito do projeto trilateral Brasil-Alemanha-Uruguai. Em 2016, houve início de obras para construção de seis unidades, entregues em 2017.

Também a Fiocruz participou na elaboração do projeto e previsão de execução de atividades de capacitação de profissionais de saúde em áreas de fronteira, em gestão em saúde e atenção primária, envolvendo a Ensp. Foram definidas as seguintes atividades: desenvolvimento, por meio da Fiocruz/Ensp, do projeto de capacitação (plano de trabalho, como as atividades a serem desenvolvidas, os recursos envolvidos e o cronograma), com plano de custos. Envio do plano à Aisa/MS e à contraparte uruguaia para aprovação.

Dois representantes do governo uruguaio também participaram de visita de representantes dos governos das Filipinas, da Jamaica e do Uruguai descrita no tópico sobre a Jamaica e relacionada à CQTC.

Novamente, e em consonância com sua estratégia de cooperação internacional, a Fiocruz apresenta uma série de projetos: *i*) cooperação em BLHs; *ii*) convênio com Instituto Pasteur Montevideo; *iii*) projeto colaborativo DiagnoProt – desenvolvimento de metodologia de diagnóstico de patologias por espectrometria de massas com a participação do ICC/Fiocruz; e *iv*) parceria com Universidad de la República (Udelar) para o curso *Especialização em Formação Docente para o Pessoal em Serviço* (na EPSJV).

Venezuela

Brasil e Venezuela assinaram, em 2014, memorando de entendimento para a eliminação da oncocercose na região Yanomami, única área ainda com casos da doença na região das Américas. Em 2015, foi elaborado o Plano de Ação Binacional para a Eliminação da Oncocercose na área Yanomami, e, a partir da Conferência Interamericana sobre Oncocercose (Iaco 2015), acordou-se que o Brasil apoiará a Venezuela de acordo com suas necessidades nessa matéria.

Os dois países mantêm o SGT sobre Saúde na Fronteira, subordinado ao Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Venezuela, que é coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países.

Além disto, a Fiocruz cooperou com o fortalecimento do BLH da Maternidade Negra Hipólita, na Venezuela, por meio da RBLH.

México

A Fiocruz apoiou a expansão e a consolidação da RBLH do México, com a inauguração e o início das atividades de quatro novos BLHs no México, em 2015.

Além disto, discutiram-se, com a autoridade sanitária do México na Comisión Federal para la Protección contra Riesgos Sanitarios (Cofepris), estratégias de combate à falsificação de medicamentos.

3.2.2 América do Norte

Na América do Norte (excluindo-se o México), foram realizadas ações com os Estados Unidos.

Em 2014, foi celebrada carta de intenções entre o National Institutes of Health (NIH), o MS e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação (MCTIC) para fomentar projetos de pesquisa envolvendo pesquisadores brasileiros e estadunidenses por meio de editais conjuntos. Os objetivos da iniciativa foram: desenvolver parcerias e redes visando à colaboração em pesquisa básica, aplicada e clínica; promover pesquisa colaborativa transnacional; intercambiar informações e material científico; facilitar e simplificar os requerimentos regulatórios e de inspeção; e coordenar, planejar e convocar encontros científicos, conferências, visitas a centros de pesquisa. O edital conjunto foi lançado nas áreas de imunologia básica, alergia, doenças infecciosas, HIV/Aids e suas comorbidades/coinfecções e câncer associado a infecções.⁷⁸ Dezenove pesquisas colaborativas foram realizadas ao longo de 2016.

Em 2015, o MS e o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos celebraram memorando de entendimento em saúde e ciências médicas. O instrumento é um marco para a cooperação bilateral em saúde entre os dois países que evolui de cartas de intenções para um entendimento mais formal e robusto.

Em 2016, a cooperação bilateral Brasil-Estados Unidos intensificou-se no contexto de enfrentamento ao zika e suas implicações. Os governos acordaram o Plano de Cooperação em Saúde Brasil-Estados Unidos em Zika em reunião de alto nível ocorrida em Brasília. No âmbito do plano, para intensificar o desenvolvimento das pesquisas, os governos brasileiro e estadunidense acordaram realizar estudo de caso de controle sobre *Casos de Microcefalia Associados à Infecção por Arbovírus*, na Paraíba. No mesmo ano, o MS e a Universidade do Texas Medical Branch (UTMB) firmaram carta de intenções para desenvolvimento de vacina contra o vírus zika.

Representantes da Anvisa participaram de visita ao National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion do US Centers for Disease Control and Prevention (CDC) nos Estados Unidos. Nessa oportunidade, a Anvisa apresentou sua experiência com regulação técnica de banimento das câmaras de bronzamento no CDC, atividade executada pelo especialista que elaborou os estudos fundamentais para a regulamentação das câmaras de bronzamento. Em contrapartida, o CDC apresentou sua metodologia de investigação de desastres com dispositivos médicos.

78. Chamada MCTI-CNPq/MS-SCTIE-Decit-SVS-DST-Aids nº 30/2014.

3.2.3 África

Na África, as práticas brasileiras difundiram-se mediante iniciativas de alcance multilateral, como aquelas direcionadas aos países africanos de língua oficial portuguesa (Palops), bem como ações de alcance bilateral envolvendo parcerias com dez diferentes países.

Países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou países africanos de língua oficial portuguesa (Palops)

A política externa brasileira dá prioridade, na África, aos países constituintes da CPLP, também chamados Palops – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.⁷⁹

No âmbito da CPLP, os trabalhos das três Redes Temáticas de Desenvolvimento e Investigação em Saúde (Rides) Malária, Tuberculose e HIV/Aids, que estão sob a coordenação do Brasil, realizaram diagnóstico situacional sobre a implementação da Opção B+ da transmissão vertical do HIV e da sífilis congênita nos países da comunidade e oficinas de capacitação nas áreas de malária e tuberculose, em que 32 técnicos e gestores dos programas nacionais foram capacitados em temas como vigilância, diagnóstico e monitoramento terapêutico desses agravos.

Com o objetivo de contribuir para o reforço dos sistemas de saúde dos Estados-membros da CPLP na África, de forma a garantir o acesso universal a cuidados de saúde de qualidade e combate à malária, a Secretaria de Vigilância Sanitária do MS organizou, em conjunto com a Fiocruz, reunião técnica para discussão de pré-eliminação da malária nos Palops, curso de capacitação em malariologia e o I Curso de Eliminação da Malária Falciparum.

A reunião técnica para discussão de pré-eliminação da malária nos Palops foi realizada em 2015 e contou com a presença de oito técnicos, sendo quatro brasileiros – um da Fiocruz, um da Aisa/MS e dois do Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM) – e quatro técnicos dos Palops – de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

Foram realizadas duas edições dos cursos de capacitação em malariologia, uma em 2015 e outra em 2016. Na primeira edição, o curso contou com a participação de três técnicos da CPLP – de Cabo Verde, de Angola e de Moçambique. Na segunda edição, participaram um técnico de São Tomé e Príncipe e um da Guiné-Bissau. O I Curso de Eliminação de Malária Falciparum foi realizado em 2016 e contou com a participação de representantes dos estados brasileiros endêmicos para a doença, além de um profissional de São Tomé e Príncipe e outro de Cabo Verde.

79. Portugal, Brasil e Timor-Leste também fazem parte desta comunidade.

Adicionalmente, em parceria com a Fiocruz, com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) de Portugal e com os Ministérios da Saúde de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, o MS organizou o Seminário Laveran & Deane em 2016. Participaram do seminário cinco técnicos de países da CPLP, um de Angola, um de Cabo Verde, um da Guiné-Bissau e um de Moçambique.

Com relação à Rides Tuberculose, a SVS investiu na realização de evento com vistas à formação, ao desenvolvimento profissional e à educação permanente de pessoal dos Ministérios da Saúde dos países-membros. Realizado entre os dias 9 e 13 de novembro de 2015, o curso internacional de *Gestão da Tuberculose: manejo clínico e vigilância epidemiológica* para gestores dos países da CPLP teve por objetivo subsidiar o fortalecimento das ações de controle e vigilância da tuberculose nos países. O curso teve carga horária total de quarenta horas e foi composto por aulas teóricas ministradas por especialistas e profissionais do Programa Nacional de Controle da Tuberculose brasileiro (PNCT/MS), com o apoio da Aisa/MS. O curso contou com profissionais de nível superior envolvidos na gestão dos PNCTs de seis países da CPLP: Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

No âmbito da CPLP, a Fiocruz⁸⁰ tem a função de coordenação da Rede de Malária da CPLP, por meio do Departamento de Malária do Instituto Oswaldo Cruz (IOC).⁸¹

Além disto, a fundação concluiu o treinamento de *Capacitação em Manejo Clínico da Tuberculose*, no âmbito da cooperação com a Agência Japonesa de Cooperação (Jica) e apoio da ABC. O curso foi ministrado pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) e mantém o curso de *Formação em Genética Médica – Ampliação do Programa de Especialização para Médicos Estrangeiros dos Países Africanos* no Instituto Fernandes Figueira (IFF).

Também é importante registrar que a Fiocruz mantém escritório de representação em território africano para melhor acompanhar, assessorar, propor e promover ações de cooperação entre a Fiocruz e vinte países daquele continente. O país escolhido para sediar este escritório foi Moçambique, pela sua localização e maior facilidade de comunicação.

80. A Fiocruz, em seu documento que estabelece a estratégia de sua cooperação internacional, também frisa que os projetos de cooperação dos institutos da Fiocruz com países da África inserem-se nos eixos estratégicos acordados no Pecs e procuram contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde dos países parceiros, fortalecendo suas instituições consideradas estruturantes de seus sistemas nacionais de saúde, por meio das redes estruturantes (Rinsp, Resp, Rets e RIBLH).

81. Também existem, no âmbito da CPLP, as redes de combate à tuberculose, cuja representação é exercida pela Coordenação do Programa Nacional de Controle da Tuberculose/MS, e a de HIV-Aids, realizada pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das ISTs, do HIV/Aids e das hepatites virais do MS.

Moçambique

O projeto de apoio aos programas de saúde infantil, reprodutiva e do adolescente está em execução e prevê a implantação de um BLH, de um centro de lactação (projetos coordenados pela Fiocruz) e da Biblioteca da Saúde Materno-Infantil no Hospital Central de Maputo, além de atividades de capacitação de recursos humanos.

O projeto de fortalecimento das ações de prevenção e controle do câncer, executado pelo Inca/MS, capacitou recursos humanos nas áreas de anatomia patológica, radioterapia, radiologia e registros de câncer, e apoiou o desenvolvimento de sistema de vigilância e informação em câncer no país. Foram capacitados 43 profissionais de saúde de Moçambique, sendo que 27 participaram do curso de atualização em cuidados paliativos e dezesseis foram formados nas áreas abrangidas pelo projeto, por meio de residências médicas e cursos de especialização.

O projeto de apoio ao desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral de Moçambique visa transferir metodologia de pesquisa para o levantamento das condições de saúde bucal da população moçambicana. Em 2015, foi inaugurado laboratório de prótese dentária no Hospital Geral de Mavalane. Foram adquiridos e enviados materiais odontológicos necessários para realização de exames do levantamento epidemiológico, além de contratação de serviços para adequação do *software* da Pesquisa de Saúde Bucal Brasil 2010 para ser implantado em equipamentos que seriam utilizados para a realização da Pesquisa de Saúde Bucal em Moçambique.

Também está em execução, sob coordenação da Fiocruz, o projeto para a fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos de Moçambique. Os parceiros envolvidos são: da parte brasileira, o MS e o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) da Fiocruz; e, em Moçambique, a Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM), o Instituto das Participações do Estado (Igepe) e o Ministério da Saúde (Misau).

A iniciativa visa apoiar a criação de condições para que o país seja dotado de empreendimento sustentável voltado à produção de medicamentos, para apoiar o desenvolvimento de seu sistema de saúde. Trata-se de um dos maiores projetos da cooperação brasileira, que teve início em 2009. Entre os anos de 2014 a 2016 foram disponibilizadas mais de 17 mil horas de treinamento altamente especializado em gestão, operação e técnicas de operação da indústria farmacêutica. Em julho de 2014, realizou-se visita de delegação moçambicana ao Brasil, a fim de identificar possíveis parceiros técnicos/financeiros no setor público e/ou privado para a fábrica de medicamentos e para novos investimentos na área de produção de equipamentos farmacêuticos, consumíveis, testes diagnósticos e produção de materiais médico-cirúrgicos. Em 2015, a equipe moçambicana recebeu duas capacitações, sendo uma sobre gestão de estoque e outra relativa a conhecimentos técnicos sobre os principais mecanismos e operações de algumas tecnologias de

produção farmacêutica com ênfase em equipamentos. Em 2016, foram enviados três profissionais brasileiros para oferecer formação aos moçambicanos sobre: *i)* requalificação dos equipamentos e validação do processo de produção da Glibenclamida 5 mg, em atendimento aos requerimentos de boas práticas ditados por normas e legislações pertinentes a cada elemento que faça parte da cadeia produtiva e que impacta a qualidade do medicamento a ser manufaturado; *ii)* principais rotinas de assuntos regulatórios, em especial a elaboração e a análise do dossiê de registro para o medicamento Glibenclamida; o treinamento de boas práticas de regulação; o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos; o procedimento geral de regulação de medicamentos; as regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde; as regras de rotulagem de medicamentos; o treinamento sobre as legislações específicas para medicamentos similares, novos e genéricos; e a avaliação de dossiê de registro; *iii)* manutenção preventiva e corretiva das utilidades, painéis elétricos para o correto funcionamento das máquinas, equipamentos, motores, painéis, rede elétrica, aparelhos e instalações em perfeitas condições de funcionamento atendendo aos padrões de tempo e qualidade requeridos.

A Fiocruz atua, ademais, no fortalecimento do INS, mediante: *i)* apoio à discussão e à elaboração do Plano Estratégico do INS-MZ para 2014-2016, a partir da Secretaria Executiva da rins/CPLP, ocupada pela Fiocruz (Unidade Palácio Itaboraí, Petrópolis); *ii)* apoio, por meio do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), à reestruturação do *site* do INS de Moçambique; capacitação de profissionais, em visita técnica, em ferramentas de desenvolvimento *web*; e apoio à criação e ao lançamento da Revista Moçambicana de Ciências de Saúde; *iii)* projeto do curso de mestrado em ciências da saúde com o apoio do IOC e do INI; e *iv)* projeto de apoio à formação de pesquisadores e docentes do INS-MZ, em grau de doutorado, nas unidades da Fiocruz (IOC, INI e Ensp) para reforço da capacidade docente e dos projetos de pesquisa do INS-MZ.

A Fiocruz atua ainda:

- a) na cooperação trilateral para realização do mestrado em sistemas de saúde em Moçambique. O curso teve início em 2014, coordenado pelo INS-MZ e pela Fiocruz, apoiado pela Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo e financiado pelo IDRC/Canadá. A Ensp e o IAM são as unidades da Fiocruz a cargo do projeto;
- b) no projeto da Revista Científica do INS de Moçambique com a Fiocruz, por meio do ICICT, da Ensp e do INCQS, cujo primeiro número saiu em 2014, e, desde então, outros três números foram publicados;

- c) em colaboração com o Centro de Engenharia Biomédica da Universidade Estadual de Campinas (CEB-Unicamp) para a criação do Centro de Instalações e Manutenção de Equipamentos (CTIME-Moçambique), para o qual foi realizada em Campinas, de 22 a 26 de setembro de 2014, oficina de elaboração do projeto, na qual participaram dois engenheiros do Departamento de Manutenção do Ministério da Saúde de Moçambique e, por solicitação do Banco Mundial, representantes dos Ministérios da Saúde de El Salvador e da Nicarágua, a fim de se trabalhar, rigorosamente, todos os parâmetros para um programa que fosse suficientemente robusto para o triênio 2015-2017.

Destaque-se, finalmente, que o MS apoiou (mediante o custeio de horas técnicas) projeto na área de combate à tuberculose desenvolvido em parceria com a Fundação Ataulpho de Paiva (FAP) e a Fundação Bill e Melinda Gates, visando à capacitação de profissionais de saúde para a implementação do tratamento “4 em 1” e articulação internacional para compra e consequente transferência de tecnologia para fabricação de medicamentos no Brasil.

Angola

O projeto-piloto em doença falciforme, em execução entre 2010 e 2016, teve como objetivo apoiar a redução da taxa de morbimortalidade por doença falciforme no país, por meio do apoio à consolidação das políticas públicas para a enfermidade, implantação de triagem neonatal e diagnóstico laboratorial e por imagem, fortalecimento das capacidades técnicas para a realização do tratamento básico e para a restauração de lesões ósseas em doença falciforme. Foram capacitados treze profissionais de saúde angolanos, entre eles médicos, enfermeiros, assistentes sociais e técnicos de laboratório.

A Fiocruz conduz o projeto de fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde por meio do apoio ao Instituto Nacional de Saúde de Angola a partir das reuniões e dos seminários realizados no âmbito da Rins/CPLP e mediante a formação de pesquisadores e docentes de Angola, especialização, mestrado e doutorado, em diferentes unidades da Fiocruz (IOC, IFF, INI e Ensp). Muitos desses alunos têm sido financiados pela Fundação Eduardo dos Santos (Fesa).

Por meio da Ensp e do Politécnico, a Fiocruz executou o componente de desenvolvimento de recursos humanos em atenção primária do Projeto de Cooperação para Fortalecimento do Sistema de Saúde (Proforsa) 2012-2014, cooperação tripartite entre Angola, Brasil e Japão (Jica) que envolve, pelo lado brasileiro, a Aisa/MS, a ABC/MRE, a Fiocruz (EPSJV, Ensp) e a Unicamp.

Finalmente, a Fiocruz atua no fortalecimento da informação, comunicação e memória do setor da saúde mediante o projeto de reconhecimento e tratamento do acervo bibliográfico em saúde do Ministério da Saúde de Angola, coordenado pelo ICICT.

Cabo Verde

O projeto de criação do Instituto Nacional de Saúde de Cabo Verde (INS-CV) contou com a participação da Fiocruz, por meio do apoio à discussão e elaboração do Plano Estratégico do INS-CV para 2015-2017 a partir da Secretaria Executiva da Rins/CPLP, ocupada pela Fiocruz (Unidade Palácio Itaboraí, Petrópolis) e do projeto de implantação de BLH em Cabo Verde coordenado pelo IFF e pelo ICICT, que conta com o apoio da ABC e vem realizando capacitação de profissionais de saúde para atuação nos BLHs em Cabo Verde, em seus diferentes níveis de complexidade.

Também em conjunto com a Universidade Jean Piaget, a Fiocruz, mediante o Instituto Aggeu Magalhães, tem realizado o monitoramento populacional e controle do vetor de dengue no país africano.

O projeto de *Consolidação da Arfa como Agente Regulador dos Setores Farmacêutico e Alimentar visando ao Fortalecimento de sua Capacidade Institucional – Fase 2*, a seu turno, tem sido conduzido com a participação da Anvisa.

Com o objetivo de fortalecer a atuação da Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentícios (Arfa) na regulação econômica e sanitária foram desenvolvidas algumas atividades, referentes aos temas: medicamentos, regulação econômica do mercado de medicamentos; e a regulação de alimentos, gestão e boas práticas regulatórias.

Durante as missões foram realizadas formações e suporte técnico para elaboração de normas técnicas, melhoria da proposta do Sistema Nacional de Farmacovigilância e procedimentos de gestão de alertas internacionais de medicamentos. Também houve suporte na elaboração do *Boletim de Farmacovigilância de Cabo Verde* e implantação de procedimento de gestão de notificações de reações adversas a medicamentos.

O modelo de hospitais sentinela do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) brasileiro também foi adaptado para Cabo Verde. Trata-se de uma base de dados de notificações de reações adversas a medicamentos sistematizada e gerenciada por meio procedimentos e ferramentas informatizadas alimentados por profissionais de saúde públicos e privados.

Dessa forma, a cooperação técnica entre Brasil e Cabo Verde tem assumido, desde o início das atividades da Arfa, um papel essencial no desenvolvimento e na consolidação da sua capacidade técnica, com experiências positivas comprovadas, sendo um bom referencial para Cabo Verde pela competência técnica e semelhança dos desafios de promoção do acesso a alimentos e produtos farmacêuticos inócuos, seguros e de qualidade. A Anvisa é, por isso, um dos principais parceiros internacionais da Arfa.

A cooperação com o Brasil permite um grande intercâmbio, caracteriza-se por uma facilidade de diálogo e de adaptação devido a semelhanças socioeconômicas e de indicadores de saúde. Fomentou, também, o fortalecimento da cooperação

entre os países e estreitamento dos laços políticos. A formação dos técnicos resultou em ganho real para o fortalecimento das instituições envolvidas.

No ano de 2014, foi realizada a concepção de metodologias e regulamentação técnicas para incorporação do Codex Alimentarius (FAO) no país. Para isso, os temas priorizados foram a metodologia utilizada pela Anvisa para a elaboração e a implementação dos programas de monitoramento de alimentos; a apresentação de normas e dos regulamentos associados à vigilância e à segurança sanitária de alimentos no Brasil; o sistema de registro de alimentos e estabelecimentos no Brasil; o avanço das atividades do Codex no Brasil.

Houve também apresentação da experiência brasileira em inclusão produtiva com segurança sanitária na área alimentar, permitindo a troca de informações e experiências entre a Arfa e a Anvisa. Nesse caso, foram realizadas:

- a) visitas às micro e pequenas empresas do ramo alimentar da ilha de Santiago, o que permitiu o conhecimento da realidade produtiva nacional e propostas de melhorias na elaboração da legislação;
- b) palestras sobre a inclusão produtiva com segurança sanitária na área alimentar, com a participação de representantes governamentais e não governamentais do lado cabo-verdiano;
- c) discussão técnica sobre a tabela de classificação de riscos relativos a alimentos.

Outra missão teve como objetivo dar suporte técnico à elaboração de procedimentos para estabelecer e implementar agenda regulatória e de guia de boas práticas regulatórias sanitárias. Esta missão foi de monitoramento de meio-termo do projeto, sendo realizadas reuniões e entrevistas com os técnicos da Arfa, o que subsidiou a elaboração de relatório de progresso.

Por fim, foram realizadas a formulação, a submissão e a avaliação do relatório final do projeto *Consolidação da Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (Arfa) de Cabo Verde, como Agente Regulador dos Setores Farmacêuticos e Alimentar visando ao Fortalecimento de sua Capacidade Institucional – Fase II*, elaborado em parceria pela Arfa e Anvisa.⁸²

82. A cooperação técnica entre Brasil e Cabo Verde tem assumido, desde o início das atividades da Arfa, papel essencial no desenvolvimento e na consolidação da sua capacidade técnica, com experiências positivas comprovadas, sendo um bom referencial para Cabo Verde pela competência técnica e semelhança dos desafios de promoção do acesso a alimentos e produtos farmacêuticos inócuos, seguros e de qualidade. A Anvisa é, por isso, um dos principais parceiros internacionais da Arfa.

A cooperação com o Brasil permite um grande intercâmbio, pois se caracteriza por uma facilidade de diálogo e de adaptação devido a semelhanças socioeconômicas e de indicadores de saúde. A parceria possibilitou a construção de uma relação de confiança e respeito recíproco em todas as esferas institucionais. Além de fomentar, também, o fortalecimento da cooperação entre os países e estreitamento dos laços políticos, resultando em ganho real na formação dos técnicos e no fortalecimento das instituições envolvidas.

Guiné-Bissau

Em parceria com a Guiné-Bissau, foi executado o projeto de fortalecimento do combate ao HIV/Aids, para contribuir para a redução do impacto da epidemia no país. O projeto abordou temas como diagnóstico precoce, coinfeção tuberculose-HIV, desenvolvimento de estratégias para multiplicadores de ações de prevenção ao HIV e comunicação com a população sobre o tema, e capacitou mais de sessenta profissionais guineenses em quatorze missões técnicas, totalizando seiscentas horas de treinamento e reuniões.

Com a realização das eleições em 2014 na Guiné-Bissau, as atividades de cooperação da Fiocruz, por meio da Rins/CPLP para suporte técnico e acadêmico para melhoria dos laboratórios de referência da Guiné-Bissau, foram reestabelecidas, avançando o programa de colaboração para o fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde da Guiné-Bissau (Inasa). Assim, realizou-se, em maio de 2015, uma missão da Fiocruz de apoio à elaboração do II Plano Estratégico do Inasa. No mesmo período, foi assinado o Convênio de Cooperação Internacional entre a Fiocruz e o Inasa para os cinco anos seguintes.

São Tomé e Príncipe

Com São Tomé e Príncipe, houve atividades do projeto de apoio ao Programa de Luta Contra a Tuberculose, que contempla todos os eixos da estratégia Dots (Direct Observed Treatment Short-Course), promovendo a descentralização do atendimento para todos os distritos sanitários e a ampliação da capacidade de diagnóstico, com o fortalecimento da retaguarda laboratorial e implantação do teste de cultura de escarro.⁸³

Em novembro de 2015, foi realizada a missão técnica para avaliação do projeto *Apoio ao Controle e à Prevenção da Malária em São Tomé e Príncipe*, que teve início em 2008. A avaliação final foi de caráter interno e contou com a participação de técnicos do Centro Nacional de Endemias (CNE), dos Ministérios da Saúde de São Tomé e Príncipe e do Brasil, entre outros beneficiários diretos do projeto. A avaliação forneceu evidências úteis e críveis para reforçar a prestação de contas e a responsabilização pelos resultados do desenvolvimento, e averiguou se os produtos e os resultados foram obtidos; senão, qual ou quais foram os entraves e obstáculos, fornecendo, assim, subsídios para a melhoria dos processos com vistas a contribuir para o aumento da eficácia da cooperação.

83. O projeto previu a estruturação de laboratório de referência no Hospital Ayres de Menezes (hospital central) de acordo com padrões internacionais de qualidade, podendo ser utilizado futuramente como polo formador para outros países africanos. A obra foi inaugurada em janeiro de 2018. Além da agenda de capacitações e missões, está em elaboração um plano de sustentabilidade do laboratório para o governo santomense.

Congo

Em abril de 2014, os Ministérios da Saúde do Brasil e do Congo firmaram acordo de cooperação técnica com o objetivo de fortalecer o programa congolês de combate ao HIV/Aids. No mesmo ano, foram organizadas duas visitas técnicas de intercâmbio ao Brasil, com duração total de oitenta horas, a formação dada esteve relacionada aos seguintes temas: populações vulneráveis e prevenção do HIV; saúde e prevenção nas escolas (SPE); jovens em situação de rua e organizações comunitárias de jovens; além de atenção e tratamento, com enfoque em resistência viral. A atividade contou com apoio da ABC/MRE envolvendo, além do MS, a Prefeitura de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

No mesmo mês, em nova visita técnica a Campo Grande, os temas foram sociedade civil e população de rua. Em agosto de 2014, no Rio de Janeiro, o tema foi organizações de sociedade civil. A programação incluiu visita à Escola Municipal Oswaldo Cruz, à Escola Estadual Amélio Baís, ao projeto Consultório na Rua e ao Lar das Crianças Vivendo e Convivendo com o HIV. A delegação foi composta por quatro técnicos congolêses.

Houve, também, missão a Brazzaville de três técnicos do MS, além de um representante da ABC, dois da sociedade civil e um profissional de saúde, para a troca de experiências sobre os temas “homens que fazem sexo com homens, usuários de drogas injetáveis, profissionais do sexo e jovens” e “pessoas vivendo com HIV/Aids e inclusão de sociedade civil no combate nacional à Aids”.

Gana e Quênia

Em maio de 2014, como parte do projeto de cooperação internacional entre Brasil, Gana e Quênia, realizada por meio da ABC/MRE com apoio técnico do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do MS, houve atividades de intercâmbio de experiências. Em parceria com a Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo (São Paulo), com o Centro de Referência e Treinamento (CRT/SP) e com o Grupo de Incentivo à Vida (GIV), foram realizadas duas missões técnicas, em um total de oitenta horas de intercâmbio de experiências, visando ao fortalecimento do Ministérios da Saúde de Gana e do Quênia no combate ao HIV/Aids. Participaram quatro técnicos ganenses e três quenianos.

Etiópia

Em maio de 2016, Brasil, Etiópia e o Unicef firmaram termo de cooperação trilateral para o fortalecimento dos serviços urbanos de abastecimento de água e de esgoto sanitário etíopes. Do lado brasileiro, a parceria deu-se entre Funasa, Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e ABC/MRE. A participação da Funasa consistiu na transferência de conhecimentos e tecnologias nas áreas de saneamento e saúde ambiental e na disponibilização de especialistas para acompanhar as obras

do projeto-piloto de esgotamento sanitário realizadas na cidade Wukro, além da elaboração e da aplicação de oficina de educação em saúde.

O projeto ocorreu em um contexto de urbanização crescente na Etiópia e em seu interesse pela experiência brasileira. No período em questão, houve três missões de visita ao país, sendo a primeira – em janeiro de 2015 – de prospecção e diagnóstico situacional. As duas outras missões foram realizadas com a participação de representantes das instituições e dos organismos parceiros. Também houve missão de representantes etíopes ao Brasil para conhecimento das experiências brasileiras exitosas nas áreas de interesse do país africano sob a esfera de responsabilidade da Funasa.

Além de beneficiar as instituições etíopes que trabalham com a temática, o projeto tem como beneficiárias 859 famílias que residem nos condomínios da cidade de Wukro, que fazem parte do projeto-piloto.

A Fiocruz atuou em projeto de fortalecimento do sistema de saúde da Etiópia, por meio de programa de avaliação em saúde e consolidação dos prontuários médicos eletrônicos em parceria entre a Tulane University (Estados Unidos) e a Escola Nacional de Saúde Pública.

Burkina Faso

Representantes do Laboratório Nacional de Saúde Pública (LNSP) e do Ministério da Saúde de Burkina Faso realizaram visita técnica à sede da Anvisa, à Vigilância Sanitária do Estado de Goiás e à Vigilância Sanitária Municipal de Aparecida de Goiânia (Goiás). Durante a visita tratou-se do funcionamento do SUS e do SNVS, bem como foram apresentados outros temas tratados pela Anvisa, como monitoramento e laboratório. Esta atividade foi prevista no projeto, que tratou do funcionamento do sistema de vigilância sanitária e reforço da capacidade analítica do laboratório africano.

3.2.4 Ásia

Na Ásia, a cooperação brasileira em saúde realizou-se mediante parcerias em quatro países, com destaque para o Japão.

Japão

Em março de 2016, ocorreu missão japonesa aos estados de Pernambuco e da Paraíba para o desenvolvimento de ações conjuntas, com especial enfoque no enfrentamento ao zika. O roteiro de visitas incluiu reuniões com o Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami e a reitoria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e autoridades estaduais e municipais. A partir da missão, a UFPE, o Instituto Nacional de Doenças Transmissíveis (Niid) e a Agência Japonesa para Pesquisa Médica e Desenvolvimento (Amed) evoluíram em agenda de colaboração para pesquisas conjuntas sobre o tema.

Ainda em 2016, delegação japonesa visitou o Brasil para conhecer a implementação da Lei Antifumo em Brasília e no Rio de Janeiro. A Anvisa estabeleceu agenda positiva com instituição homóloga japonesa para a troca de experiência. Em 2014 e 2015, realizaram o Seminário Brasil-Japão sobre Regulação de Produtos Farmacêuticos e Dispositivos Médicos.

A atuação da Anvisa no Japão consistiu em missão técnica para estreitar as relações entre as autoridades governamentais do Brasil e do Japão, com visitas às cidades de Tóquio, Kawasaki, Hatano e Kagamihara, em 2014. Tratou-se de missão de caráter político-estratégico, com a intenção de estreitar o contato entre as autoridades regulatórias dos dois países, que têm importantes relações comerciais, uma vez que o Japão exporta muitos produtos para o Brasil.

Por essa razão foram visitadas plantas industriais em várias cidades do Japão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o arcabouço regulatório brasileiro àqueles produtos. Destaca-se o memorando de entendimento e plano de trabalho estabelecido entre a Anvisa e a Pharmaceutical and Medical Devices Agency (PMDA) do Japão em seminário realizado na cidade de São Paulo, com a presença do primeiro ministro japonês Shinzo Abe e do ministro da saúde do Brasil.

Realizaram-se dois seminários técnicos no período 2014-2016, sendo o Seminário Brasil-Japão sobre Regulação de Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos na cidade de Tóquio, com a participação da PMDA, da Japan External Trade Organization (Jetro), da Associação Brasileira de Indústrias de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos e de Laboratórios (Abimo) e da Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para a Saúde (Abimed), além de sete técnicos da Anvisa.

Esse seminário teve o objetivo de compartilhar experiências sobre regulação e oferta de produtos e serviços médicos, da qualidade dos produtos e estabelecimento de estratégias de sustentabilidade de produtos farmacêuticos e dispositivos médicos para os dois países. Foram abordados, também, temas com sistemas de certificação, boas práticas de fabricação e colaboração internacional.

Coreia do Sul

Foi realizado o Fórum Brasil-Coreia sobre Sistema Aduaneiro, que tratou da atuação da Anvisa no regime aduaneiro no que se refere aos pontos de entrada.

Timor-Leste

Em 2015, no âmbito da Rides Tuberculose, foi realizado curso internacional de *Gestão da Tuberculose: manejo clínico e vigilância epidemiológica* para gestores dos países da CPLP, com carga horária total de quarenta horas. O curso contou com a participação de Timor-Leste, tal como descrito na seção sobre os Palops.

Filipinas

Seis representantes do governo filipino participaram de visita de representantes dos governos das Filipinas, da Jamaica e do Uruguai para conhecerem o modelo brasileiro de diversificação da cultura do fumo no âmbito da CQCT da OMS, como descrito no tópico sobre a Jamaica.

3.2.5 Europa

Com países da Europa, destacam-se as parcerias do governo brasileiro na área de saúde implementadas com Dinamarca, França e Portugal.

França

Dentro do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-França foram realizados Seminários Técnico-Científicos Brasil-França em IST/HIV/Aids/HV, com a participação dos governos federais, governos locais, academia e organizações de saúde de ambos os países, visando à qualificação e ao aprimoramento das políticas públicas de HIV/Aids, DSTs e hepatites virais no Brasil e na França.

A Anvisa firmou memorando de entendimentos com a Agence Nationale de Sécurité du Médicament et des Produits de Santé (ANSM) para atualização das atividades desenvolvidas por cada uma das autoridades reguladoras, além de estabelecer estrutura para o intercâmbio de informações entre as partes na área da saúde, incluindo matéria-prima para produtos farmacêuticos, produtos biológicos (sangue, tecidos e órgãos), produtos para a saúde e cosméticos.

Portugal

Em Portugal, as ações realizadas pela Anvisa concentraram-se na reunião para assinatura do memorando de entendimentos entre a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (Asae) de Portugal e a Anvisa, do Seminário Desafios Presentes e Futuros, apresentando a Organização do Sistema Nacional de Controle de Alimentos no Brasil, e da reunião de planejamento das atividades futuras entre as duas instituições. Os encontros ocorreram em Lisboa e contaram com a participação de três profissionais da Anvisa, e do então diretor-presidente.

A instituição parceira enviou três técnicos, incluindo o diretor, em visita técnica à Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde de Portugal (Infarmed) em Lisboa. O objetivo foi conhecer questões vinculadas ao processo de registro de medicamentos e seus fluxos, aprofundar os conhecimentos na área da avaliação e autorização de medicamentos e promover uma maior articulação com a European Medicines Agency (EMA), por meio da Infarmed.

Oceania

Na Oceania, a cooperação brasileira em saúde deu-se com a Austrália, onde a Fiocruz colaborou no projeto *Utilização da Bactéria Wolbachia para o Bloqueio de Dengue em Mosquitos Aedes aegypti*, liderado pela Universidade Monash (Melbourne). O projeto faz parte do programa *Eliminate Dengue: our challenge* e tem o objetivo de determinar o potencial de utilização da bactéria *Wolbachia* como alternativa de controle complementar das doenças causadas pelo mosquito. A iniciativa teve início em 2014, por meio de projeto-piloto realizado em Tubiacanga, bairro da Ilha do Governador, e Jurujuba, em Niterói. No final de 2016, o projeto iniciou a sua expansão a outros municípios do estado do Rio de Janeiro.

4 MEIO AMBIENTE

A agenda internacional para o meio ambiente registrou importantes acontecimentos a partir da segunda metade do século XX, que influenciaram e pressionaram a concepção da política ambiental brasileira, cabendo destacar eventos considerados singulares com o propósito de registrar alguns dos antecedentes importantes na formulação da política, sem a pretensão de abordá-los exaustivamente.

Em 1970, o Clube de Roma publicou relatório intitulado *Limites do Crescimento* relacionando variáveis de crescimento econômico, explosão demográfica, poluição e esgotamento de recursos naturais. Dois anos depois, discutiram-se, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, as questões ambientais referentes às poluições do ar, da água e do solo derivadas da industrialização, juntamente à recomendação de mitigá-las. O objetivo dessa reunião foi o de encorajar a ação governamental e dos organismos internacionais para a proteção e o aprimoramento do meio ambiente humano.

O modelo da política ambiental brasileira formulado a partir da Conferência de Estocolmo fundamentou-se no controle da poluição e na criação de unidades de conservação da natureza.

Em 1973, o Poder Executivo instituiu a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), dedicada à legislação e aos assuntos que demandavam negociação em nível nacional, tais como a produção de detergentes biodegradáveis, a poluição por veículos, a demarcação de áreas críticas de poluição e a criação de unidades nacionais de conservação.

Em 1981, criou-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente⁸⁴ com um órgão colegiado: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), composto por representantes de ministérios e entidades setoriais da administração federal

84. BRASIL. Lei nº 6.938, de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1981.

diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de organizações não governamentais. Nos termos dessa lei, o objetivo principal da Política Nacional de Meio Ambiente era “a preservação ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições para o desenvolvimento sócio econômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana” (Brasil, 1981, Artigo 2^o), assegurados na Constituição Federal de 1988.

O texto constitucional inspirado em definições constantes na Convenção de Viena (1985) explicitou a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores dos recursos ambientais, considerados efetivos ou potencialmente poluidores, dependeriam de prévio licenciamento por órgão estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

O *Relatório Brundtland* – mais conhecido como *Nosso Futuro Comum* –, de 1987, passou a orientar uma nova abordagem que combinava os aspectos econômicos e sociais com os ambientais, em busca tanto da preservação do meio ambiente quanto de formas mais racionais de utilização dos recursos naturais com vistas à preservação das gerações futuras. Daí resultou novo pacto entre as nações, culminando na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced-92), conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, Brasil.

A preparação para a participação na Unced-92 foi um sinal significativo de que o tema meio ambiente tornava-se matéria importante da política externa do país, criando-se, então, a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, transformada mais tarde em Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A preservação e a defesa do meio ambiente são atribuições do Poder Público na forma do Artigo 225 da Constituição Federal, justificando-se, assim, a criação, em 1992, do MMA.

Considerando-se que a cooperação internacional em meio ambiente efetiva-se em bases não comerciais, mediante canais de negociação e articulação intergovernamentais e interinstitucionais e instrumentos jurídicos próprios, e tendo-se em vista a constatação do crescente envolvimento de outros ministérios e secretarias especiais em temas ambientais internacionais, esta abordagem é complementada com a apresentação e a breve caracterização dos entes públicos que compõem o arranjo institucional do setor público federal dedicado à temática ambiental.

De 2014 a 2016, o governo brasileiro manteve esforços para intensificar e aprofundar a cooperação para o desenvolvimento internacional em temas relacionados

ao meio ambiente de forma coordenada entre o MMA e seus órgãos e entidades vinculadas. Parte dessa atuação foi desenvolvida com o apoio da ABC e parte incluiu parceria com governos e organizações de países desenvolvidos em pesquisa e desenvolvimento. Em linhas gerais, tal atuação realizou-se tanto em fóruns multilaterais, arranjos multilaterais de alcance restrito, organismos regionais, redes de pesquisa e organizações congêneres, quanto por meio de arranjos trilaterais ou da cooperação bilateral.

4.1 Arranjo institucional⁸⁵

A abordagem dos estudos da Cobradi na sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos acumulados ao longo dos anos pelos entes estatais responsáveis por práticas e estratégias na execução e na condução das políticas públicas ambientais no Brasil registra o Estado e o governo em ação na agenda internacional e põe em relevo a responsabilidade do governo em sua implementação.

Considerando-se que a abordagem Cobradi focaliza a administração pública federal, adotou-se o recorte analítico da administração direta do MMA e seus órgãos vinculados: o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

Ressalte-se que esse arranjo institucional não se ocupa com as atividades desenvolvidas pelos governos estaduais, municípios, movimentos sociais, organizações não governamentais, grupos de interesse e outros atores não estatais.

4.1.1 Arranjo institucional do governo federal para a promoção da cooperação internacional em meio ambiente (2014-2016)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA):⁸⁶

O MMA foi criado em novembro de 1992 para promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade. O MMA tem como missão formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável.

85. Asin/MMA: Júlio Cesar Baena, Welles Matias de Abreu, Michelle Barbosa Muniz e Thiago Gil Barreto; Asin/Ibama: Pedro Henrique Borges Schmidt; Asin/ICMBio: Raíssa Curto Tochetto e Danielle Chalub Martins; Assint/ANA: Luiz Amore, Raimundo Alves de Lima Filho e Guilherme Almeida Monteiro.

86. Disponível em: <<https://goo.gl/PGKrm>>. Acesso em: 9 out. 2018.

Em 2003, a Lei nº 10.683, de 28 de maio, atribuiu as seguintes competências ao MMA: *i)* política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; *ii)* política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas; *iii)* proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais; *iv)* políticas para a integração do meio ambiente e produção; *v)* políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e *vi)* zoneamento ecológico-econômico.

Vinculam-se ainda à pasta o Conama, órgão colegiado consultivo e deliberativo de políticas do meio ambiente, e quatro autarquias, com mandatos específicos e poderes de execução de políticas ambientais: a ANA; o Ibama; o ICMBio; e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

O ministério incluiu em sua estrutura organizacional, a partir de 2006, a Assessoria de Assuntos Internacionais, e, mediante decretos presidenciais, consolidou, entre suas competências, o assessoramento ao ministro de Estado, às secretarias do ministério e às entidades vinculadas aos assuntos relacionados à cooperação internacional. Incumbiu-lhe também coordenar, orientar e subsidiar a participação do ministério em foros internacionais que tratam de questões relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos; e atuar como interlocutora do ministério e das suas entidades vinculadas junto ao MRE.

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama):⁸⁷

O Ibama é autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MMA, conforme Artigo 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

O Ibama coloca-se hoje como uma instituição de excelência para o cumprimento de seus objetivos institucionais relativos ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, ao monitoramento e ao controle ambiental.

- Agência Nacional de Águas (ANA):⁸⁸

A Lei nº 9.984/2000 instituiu a agência reguladora com atribuições e competências para fazer cumprir os objetivos e as diretrizes da Lei das Águas do Brasil (Lei nº 9.433, de 1997), observando as seguintes linhas de ação: *i)* regulação do acesso e o uso dos recursos hídricos de domínio da União. A agência regula os serviços públicos de irrigação (se em regime de concessão) e adução de água

87. Disponível em: <<https://goo.gl/r9wFKn>>. Acesso em: 9 out. 2018.

88. Disponível em: <<https://goo.gl/TegR7A>>. Acesso em: 9 out. 2018.

bruta. Além disso, emite e fiscaliza o cumprimento de normas, em especial as outorgas, sendo responsável pela fiscalização da segurança de barragens outorgadas pela agência; *ii*) acompanhamento da situação dos recursos hídricos do Brasil; coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional e colaboração com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); *iii*) coordenação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, mediante a realização e o apoio a programas e projetos, órgãos gestores estaduais, e a instalação de comitês e agências de bacias; *iv*) formulação ou participação de estudos estratégicos, como os Planos de Bacias Hidrográficas, Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos, entres outros, em parceria com instituições e órgãos do poder público.

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio):⁸⁹

O ICMBio é autarquia em regime especial, criada em 28 de agosto de 2007 pela Lei nº 11.516, e integra o Sisnama. Cabe ao instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UCs) instituídas pela União. Cabe ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais. Atualmente, o ICMBio é responsável pela gestão de 335 UCs federais públicas, sendo 150 de proteção integral e 185 de uso sustentável, totalizando 174 milhões de hectares em todos os estados da Federação e biomas brasileiros, representando 9% do território nacional continental e 26% do território nacional marinho; acompanha 667 reservas particulares do patrimônio natural – UCs de domínio privado, que objetivam conservar a diversidade biológica; e conta com quatorze centros de pesquisa e conservação que produzem o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais.

4.2 O protagonismo brasileiro em meio ambiente

O protagonismo brasileiro na agenda internacional de meio ambiente ocorre, entre outras formas, mediante a adesão a organismos regionais e/ou multilaterais e pela participação de representantes de órgãos do governo federal em fóruns internacionais, conferências, convenções, reuniões e oficinas sobre a temática.

O objetivo desta seção é evidenciar, mediante abordagem sucinta, as dimensões estratégicas e políticas da cooperação brasileira, sobretudo os principais contextos e diretrizes desse protagonismo na temática ambiental.

89. Disponível em: <<https://goo.gl/cLNavB>>. Acesso em: 9 out. 2018.

4.2.1 Adesão a organismos regionais e multilaterais

Biodiversidade marinha e proteção de baleias e outros cetáceos – CIB

O Brasil aderiu à Comissão Internacional da Baleia (CIB) em 1974, tendo apoiado a moratória internacional do comércio da baleia (1986); proibiu todos os tipos de caça e molestamento a baleias e outros cetáceos (1987); declarou suas águas como santuário de golfinhos e baleias (2008); e defende a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul (Saws), em colaboração com os governos da Argentina, do Uruguai, do Gabão e da África do Sul, com o apoio da maioria dos países-membros da CIB e dos Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas).

Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF

O GEF (Global Environment Facility) é uma organização financeira independente que financia projetos ambientais e funciona como mecanismo de financiamento de cinco convenções internacionais: Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), e Convenção de Minamata sobre Mercúrio.

O Brasil é doador do fundo desde sua instituição e integra seu Conselho Diretivo. O fundo, em seu sexto período de recomposição (GEF-6), reúne projetos nas áreas focais de biodiversidade, mudança do clima, águas internacionais, terras degradadas, camada de ozônio e poluentes orgânicos persistentes. Além das áreas focais do Star (clima, biodiversidade e uso do solo), o GEF também investe em águas internacionais, químicos e uso sustentável das florestas. A carteira brasileira tem 57 projetos nacionais e 41 projetos regionais ou globais:

- no período entre 2014 e 2016, cinco projetos nacionais e seis projetos regionais e globais foram aprovados pelo GEF, aproximadamente 70% do total da alocação para o país;
- no período compreendido entre julho de 2014 e junho de 2018, o MMA apresentou três projetos de grande escopo, quais sejam: *i*) Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa); *ii*) financiamento complementar da mitigação no Brasil; e *iii*) projeto manejo integrado e sustentável dos recursos transfronteiriços da bacia do rio Amazonas, buscando enfrentar os fenômenos da mudança de *habitat* e exploração excessiva, que resultam em significativa perda de biodiversidade; projeto para complementar o financiamento para a mitigação no Brasil, para fortalecer a implementação da Política Nacional de Mudança Climática; e a recuperação de áreas degradadas e do Plano de Agricultura de Baixo Carbono, que complementam os esforços de implementação do Código Florestal.

Mudança Global do Clima – UNFCCC

O governo brasileiro assinou o Acordo de Paris sobre mudança global do clima em 22 de abril de 2016 na sede da ONU, associando-se aos 175 países signatários que se comprometeram com sua implementação a partir de 2020. Essa adesão consolidou a participação brasileira no lançamento da Plataforma de Durban, em 2011; a adoção do segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto, em 2012; e a adoção do Quadro de Varsóvia, em 2014, e legitimou declarações conjuntas com a China, os Estados Unidos e a Alemanha, estabelecendo programas robustos de cooperação bilateral no contexto do desenvolvimento sustentável.

As questões referentes ao tema do clima em âmbito global concentram-se no grupo denominado Basic, formado por Brasil, África do Sul, Índia e China, com foco na articulação e na discussão no âmbito da UNFCCC.⁹⁰ A coordenação desse grupo é de grande importância para o Brasil, de vez que o país não integra outras articulações negociadoras além do Grupo dos Setenta e Sete (G77) + China:

- participação na COP 21, em Paris, em defesa do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e da necessidade de incremento significativo de contribuições financeiras por parte dos países desenvolvidos e fortalecimento do Fundo Verde para o Clima (GCF).

Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional

Estabelecida em fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar, o tratado intergovernamental é mais conhecido como Convenção de Ramsar e vigora desde 21/12/1975, tendo sido incorporada ao conjunto de leis brasileiras em 1996, mediante promulgação do Decreto nº 1.905/1996. Criado inicialmente para proteger os *habitat* aquáticos importantes para a conservação de aves migratórias, ao longo do tempo ampliou seu mandato para as demais áreas úmidas no esforço de promover sua conservação e uso sustentável, bem como o bem-estar das populações humanas que delas dependem.

O Brasil tem assumido papel proeminente no âmbito da convenção e entre os países que promovem a conservação e o uso racional dessas áreas. O governo brasileiro mantém 28 sítios Ramsar e lidera a proteção de áreas úmidas no mundo, tendo assinado declaração com Bolívia e Paraguai para incrementar a proteção e a conservação do Pantanal.

90. A coordenação entre os países do Basic tem influenciado positivamente as negociações no âmbito da UNFCCC, no sentido de evitar que grandes países em desenvolvimento sejam singularizados como "grandes emissores" ou "economias emergentes", categorias que não estão previstas na convenção nem no Protocolo de Quioto, mas vêm sendo referidas com frequência por países desenvolvidos como uma categoria de países que deveria assumir metas de redução de emissões equivalentes a desses.

Gestão de químicos

Adesão à Convenção da Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito; Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional; Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio e Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Substâncias Químicas:

- participação na 4ª Conferência Internacional de Gestão de Substâncias Químicas (ICCM-4) em 2015, no Japão, e do processo eletivo do Comitê de Coordenação da ICCM-5;
- representantes do governo brasileiro (MMA) participaram sistematicamente das reuniões e dos Grupos de Trabalho: Convenção de Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito; Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional; Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio; e Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Substâncias Químicas.

Convenção de Minamata sobre Mercúrio

O Brasil teve papel relevante na negociação e na aprovação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio em 2013, no Japão. O Brasil aderiu à convenção em outubro de 2013, no Japão, e, em novembro de 2014, a Presidência da República encaminhou proposta de decreto de ratificação daquele instrumento internacional, referendada pelo MRE, pelo MMA, pelo MS, pelo MME e pelo MDIC.

No que concerne aos avanços nacionais, o Brasil deu início ao projeto para o desenvolvimento de avaliação inicial para a Convenção de Minamata, Projeto MIA (Minamata Initial Assessment), com recursos do GEF. Em cumprimento aos Artigos 8º e 9º da Convenção de Minamata, o projeto objetiva a elaboração de um inventário de mercúrio no Brasil, incluindo emissões e liberações desse metal.

Desenvolvimento sustentável

Representantes do governo brasileiro participaram e firmaram os documentos da Conferência Rio+20, que pautou a Agenda 2030, combinando duas grandes iniciativas de caráter universal: os dezessete objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e suas 169 metas (Transformando Nosso Mundo); e a Agenda de Adis Abeba – A4, associada às Conferências de Monterrey e Doha sobre financiamento para o desenvolvimento. Dos dezessete ODS, cinco relacionam-se diretamente à questão ambiental e vêm sendo discutidos intensamente no âmbito do governo.

Convenção de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD

No que diz respeito ao combate à desertificação, o Brasil assumiu protagonismo nas iniciativas relacionadas à UNCCD a partir da experiência dos programas e das ações de convivência com o Semiárido. O Brasil tem importante papel de liderança no lançamento e na coordenação de estratégias sub-regionais de combate à desertificação, valendo destacar a atuação no Mercosul e na CPLP:

- participação na COP 10, na Coreia, em 2011; na COP 11, na Namíbia, em 2013; e na COP 12, na Turquia, em 2015.

Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB

A convenção foi disponibilizada para assinatura em 5 de junho de 1992 durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e entrou em vigor em 29/12/1993, com o objetivo de: conservação da diversidade biológica; uso sustentável dos componentes da diversidade biológica; e partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos. Em 1994, o Brasil aprovou o texto da CDB mediante Decreto Legislativo nº 2:

- apresentação do plano estratégico e da estratégia de mobilização de recursos durante COP da CDB em Nagoia, Japão, em 2010;
- aprovação da Lei de Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015) sobre acesso ao patrimônio genético, os conhecimentos tradicionais e a repartição justa e equitativa de benefícios em conformidade com o marco regulatório estabelecido na CDB;
- participação de representante do ICMBio na COP 12, na Coreia do Sul.

Convenção Internacional sobre Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção – Cites

Esta convenção objetiva proteger certas espécies da fauna e da flora silvestres contra sua excessiva exploração pelo comércio internacional, mediante o controle e a fiscalização, especialmente quanto ao comércio de espécies ameaçadas de extinção, suas partes e derivados, com base em um sistema de licenças e certificados.

Realizada no ano de 1973 na cidade de Washington, Estados Unidos, foi assinada pelo governo brasileiro no mesmo ano, ratificada por Decreto Legislativo nº 54, de 24/06/1975, e promulgada a partir do Decreto nº 76.623, de 17/11/1975.

No ano de 2000, o governo federal publicou Decreto nº 3.607, dispondo sobre a implementação da convenção Cites, designando o Ibama como autoridade administrativa da convenção no país e indicando Ibama, ICMBio e Jardim Botânico do Rio de Janeiro como autoridades científicas junto à Cites:

- mobilização brasileira para a inclusão de espécies marinhas (tubarões e arraias) nos anexos da Cites durante a realização da COP 16 na Tailândia, em 2013;
- apresentação de proposta brasileira para a retirada de três espécies de bromélias do anexo II da Cites durante a realização da COP 16 na Tailândia, em 2013;
- apresentação e disponibilização do sistema brasileiro de emissão de licenças eletrônicas Cites para os países-membros da OTCA durante encontro regional de conclusão do Projeto de Emissão de Licenças Eletrônicas Cites;
- mobilização brasileira na formulação de proposta e apresentação da inclusão do gênero *Dalbergia spp* no anexo II da Cites durante a COP 17 na África do Sul, em 2016.

Áreas protegidas

Englobam UCs, mosaicos e corredores ecológicos, espaços considerados essenciais, do ponto de vista econômico, por conservarem a sociobiodiversidade, além de proverem serviços ambientais e gerarem oportunidades de negócios.

Espaços como parques, florestas nacionais, mosaicos florestais e as UCs mantidas pelo Arpa são responsáveis pela produção direta de parte da água destinada ao consumo humano, bem como impedem a emissão de bilhões de toneladas de carbono na atmosfera.

Para viabilizar a manutenção e a conservação de todas as áreas protegidas, o governo lança mão de várias estratégias políticas, contidas em diferentes instrumentos, como o Cadastro Nacional de UCs, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Pnap) e programas e projetos de alcance nacional.

Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco

A Conferência Geral da Unesco foi realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, para fazer face às crescentes ameaças de destruição do patrimônio cultural e do patrimônio natural, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica.

Em novembro de 2017, o Brasil foi escolhido, em primeiro turno, como país-membro do comitê. Entre outras ações, o comitê estabeleceu os bens e locais que deveriam ser listados como patrimônio mundial. A eleição ocorreu durante a 21ª Sessão da Assembleia-Geral dos Estados-partes da Convenção do Patrimônio Mundial, em Paris.

O Brasil presidiu o comitê em 1988 e em 2010. Além disso, tem a maior delegação diplomática permanente da Unesco (são nove diplomatas brasileiros) e é o décimo contribuinte, o maior contribuinte extraorçamentário e um dos fundadores da organização.

Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais

As Conferências Internacionais sobre Incêndios Florestais foram lançadas em 1989 e objetivam facilitar o compartilhamento de conhecimento e perícia em políticas de fogo, pesquisa, gestão e capacitação em fórum internacional para fortalecer as habilidades de nações individuais para reduzir impactos negativos de incêndios de paisagem no ambiente e humanidade; e para avançar o conhecimento e a aplicação do papel ecológica e ambientalmente benigno do fogo natural em ecossistemas dependentes do fogo e a aplicação sustentável do fogo em sistemas de uso da terra.

Maior conferência sobre o tema, a Wildfire reúne os resultados apontados pelas quatorze redes regionais de incêndios florestais da ONU. O Ibama coordena a Rede Regional Sul-Americana, que engloba Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Peru e Venezuela. As redes trabalham para criar diretrizes nacionais e internacionais sobre uso do fogo nos diversos ecossistemas.

Acordo Internacional para Conservação de Albatrozes e Petréis (Acap)

A conservação de espécies de albatrozes e petréis, constantemente ameaçados pela pesca de espinhel e pela poluição ambiental, é o principal compromisso do Projeto Albatroz.

Em 2001, foi firmado o Acordo Internacional para Conservação de Albatrozes e Petréis (Acap), na África do Sul, com o intuito de coordenar os esforços dos diversos países envolvidos e estabelecer metas para a conservação destas aves. Em 2008, o Senado Federal ratificou a adesão do Brasil ao acordo. A entrada do país no Acap é estratégica devido à alta incidência de capturas em nosso mar territorial. Estima-se que até 10 mil albatrozes e petréis morrem acidentalmente todos os anos fígados pelos anzóis das pescarias de espinhel no Brasil.

O Acap reúne treze países cujos mares territoriais são utilizados por albatrozes e petréis para alimentação, migração ou reprodução, principalmente na porção meridional do planeta.

O acordo estabeleceu diretrizes multilaterais para proteger essas aves ao redor do mundo. Em linhas gerais, ele propõe a troca de dados e resultados de pesquisas sobre a ocorrência de albatrozes e petréis nos países participantes, a criação de planos de ajuda mútua entre as nações, além de recomendar práticas e usos de equipamentos que visem diminuir a captura acidental de aves marinhas.

Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe

Outra iniciativa multilateral é o Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, secretariado pelo Escritório Regional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), sendo uma das principais instâncias regionais em matéria ambiental. Consiste em encontros ministeriais e técnicos, a cada dois anos, a fim de debater temas políticos estratégicos para a região, em que se delibera ainda sobre as atividades que serão desenvolvidas no âmbito da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC). A mencionada iniciativa, lançada em 2002 durante a Rio+10, atualizada em abril de 2016, estabelece as linhas principais de ação do foro. A partir dessas linhas de ação estabeleceram-se, ainda, Grupos de Trabalho temáticos para implementação de ações específicas.

De 2014 a 2016, o Brasil participou ativamente em todas as edições do foro. No encontro, realizado em Cartagena, Colômbia, em março de 2016, o MMA atuou com protagonismo para a aprovação de onze decisões, em temas estratégicos da pauta ambiental regional, com destaque para a revisão e a aprovação da nova edição da ILAC e para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento. Não menos importante, houve também decisões vinculadas às atividades de cooperação entre os países da região em matéria de mudança do clima, produção e consumo sustentáveis, gestão de químicos e resíduos e educação ambiental.

Em reunião realizada no México em 2014, Brasil e Argentina foram confirmados representantes da Sub-região do Cone Sul no Comitê Regional de Produção e Consumo Sustentáveis coordenado pelo Escritório Regional do Pnuma para a América Latina e Caribe, com sede no Panamá.

4.2.2 Cooperação trilateral

O Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) afirmou, em suas reuniões de 2008 e 2010, que a cooperação triangular representava “uma dimensão crescente na ajuda internacional para o desenvolvimento[,] por seu papel complementar em relação à ajuda bilateral e multilateral”. A parceria triangular tem se apresentado como ferramenta estratégica para a integração Sul-Sul e para a cooperação Norte-Sul. Visa conciliar a proximidade cultural, social, econômica e ambiental entre países em desenvolvimento com a oferta de recursos financeiros, conhecimentos e tecnologias dos países desenvolvidos que, na cooperação tradicional, teriam mais dificuldades de implementar suas ações.

Brasil-Bolívia-Itália

Fruto da cooperação bilateral Brasil-Itália, o Programa de Prevenção e Controle dos Incêndios na Floresta Amazônica, intitulado Programa Amazônia sem Fogo,

foi executado pelo MMA. Em face da avaliação positiva de seus resultados, foi negociada, entre a cooperação italiana e o MMA – por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), da Assessoria de Assuntos Internacionais (Asin) e do Ibama –, a possibilidade de expansão desse programa aos países amazônicos limítrofes.⁹¹ Por objetivo específico, buscou-se melhorar a eficiência e a eficácia das ações do governo destinadas a ampliar localmente a aplicação das metodologias previstas para a contenção dos incêndios florestais e para o desenvolvimento sustentável do território. Cabe destacar os trabalhos do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) do Ibama, que ofereceu os cursos de capacitação de brigadistas e peritos em técnicas de combate e prevenção a incêndios, bem como cursos de formação de instrutores responsáveis por replicar o aprendizado.

Brasil-Ecuador-Itália

Iniciativa semelhante àquela com a Bolívia foi negociada em favor do Equador, quando, em julho de 2012, foi realizada missão técnica conjunta de representantes da ABC e do governo italiano àquele país, com vistas à elaboração de proposta de projeto trilateral, intitulada Programa de Redução de Incêndios Florestais e Alternativas ao Uso do Fogo – Amazônia sem Fogo – nas Regiões Serrana e Costeira do Equador. O projeto teve como objetivo reduzir a incidência dos incêndios serranos e costeiros do Equador, mediante a implementação de práticas alternativas ao uso do fogo, contribuindo para proteger o meio ambiente e melhorar as condições de vida das comunidades. Teve a duração de 36 meses e contou com aporte técnico de especialistas ítalo-brasileiros no desenvolvimento de políticas ambientais.

Brasil-Ecuador-Alemanha

No final de 2015, o Ministério do Meio Ambiente do Equador enviou proposta de cooperação, a ser executada por meio do fundo trilateral que o Brasil tem com a Alemanha. As negociações do projeto intitulado *Gestión de Conocimiento en el Área de Investigación, Transferencia Tecnológica e Innovación en Biodiversidad* foram iniciadas no primeiro trimestre de 2016. O projeto previu a participação do MMA, com a finalidade de compartilhar informações sobre alguns sistemas, como, por exemplo, o Portal da Biodiversidade. Também estava prevista a participação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

91. Em novembro de 2010, foi assinado o Acordo de Cooperação Trilateral Amazônia Sem Fogo Brasil-Bolívia-Itália, em benefício da Bolívia, com o objetivo geral de reduzir a incidência dos incêndios na região amazônica, mediante o emprego de práticas alternativas ao uso do fogo, contribuindo para a proteção do meio ambiente e para o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais.

4.3 Práticas brasileiras na cooperação internacional em meio ambiente

Com o objetivo de complementar o mapeamento das diversas expressões da cooperação internacional em meio ambiente e tendo em vista suas especificidades, abordam-se, nesta seção: *i)* parcerias intergovernamentais e com outros organismos internacionais, caso a caso; e *ii)* sistematização da cooperação segundo regiões.

4.3.1 Parcerias intergovernamentais e com outros organismos internacionais

BRICS

O MMA acompanhou a elaboração da estratégia de parceria econômica do BRICS (21 e 22/04/2015) e participou da 1ª Reunião dos Ministros do Meio Ambiente do BRICS, em Moscou. Nesse evento atribuiu-se prioridade absoluta à erradicação da pobreza na implementação de políticas públicas associadas à promoção do desenvolvimento sustentável. A Declaração de Ministros de Moscou determinou o estabelecimento de Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente; o aproveitamento do novo Banco de Desenvolvimento do BRICS para financiamento de projetos ambientais; e a realização de reuniões periódicas de ministros do meio ambiente do grupo. A recomendação de se explorar o estabelecimento de uma plataforma dos países BRICS para compartilhamento de práticas ambientais e de tecnologias ambientalmente adequadas, com participação de atores públicos e privados, foi posteriormente apoiada pelos chefes de Estado e de governo do BRICS, na Declaração de Ufá, em 9 de julho de 2015.

Em 2016, já durante a presidência de turno da Índia, esse país apresentou proposta conceitual de cooperação abordando os temas de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente urbano. Nos dias 7 e 8 de abril de 2016, a Rússia promoveu reunião de altos funcionários de meio ambiente do BRICS, em São Petersburgo.

OCDE

O governo brasileiro estabeleceu acordo de cooperação entre o Brasil e a OCDE em 2015, tendo sido criado, a partir de então, o Grupo Interministerial de Trabalho sobre a OCDE (GT-OCDE) para discutir as atividades a serem desenvolvidas no âmbito da cooperação. Como resultado do Grupo de Trabalho e das reuniões com membros da OCDE, foi assinada Declaração Conjunta sobre o Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-2017. No plano de trabalho, o MMA participaria como convidado, desde 2015, do Comitê de Política Ambiental e seus Grupos de Trabalho sobre Biodiversidade e Água e Ecossistemas.⁹²

92. No entanto, devido às dificuldades orçamentárias, não tem sido possível enviar representante, o que impossibilita aprofundar o conhecimento sobre as ações da OCDE que possam ser de interesse para o ministério.

O programa de trabalho tem previsão de ser periodicamente revisto e atualizado, permitindo inserir novas ações e atividades, de acordo com o interesse dos ministérios. No dia 4 de novembro de 2015, foi lançado, em evento promovido pelo MMA, o 1º Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental do Brasil, elaborado pela OCDE como fruto da parceria com o ministério.

Mercosul e Celac

No âmbito regional do Mercosul, a questão ambiental é tratada em dois foros de discussão: um político – a Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul (RMMAM) – e outro técnico – o SGT nº 6.⁹³ As principais atividades desenvolvidas nesses últimos anos tiveram como suporte os projetos de cooperação firmados com a União Europeia (Projeto Econormas) e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) – criação do Sistema de Informações Ambientais do Mercosul (Siam).

De semelhante relevância, mas ainda pendente de maior grau de institucionalidade, a Reunião de Ministros do Meio Ambiente da Comunidade de Estados Latinos-Americanos e Caribenhos (Celac) foi criada em 2011 com o objetivo de realizar a concertação política e a integração da região, buscando atuar como sua principal plataforma política. Também teria o papel de elaborar e avaliar os avanços da agenda ambiental regional. Nesse formato, apesar de a Reunião de Ministros da Celac ainda não ter consolidado seus mecanismos operacionais – sua única reunião foi realizada aproveitando a logística do Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe (ALC), em Quito, 2013 –, observa-se potencial para que o debate ambiental ganhe corpo em nível técnico e político. A reunião opera baseada em decisões adotadas no âmbito da Cúpula de Presidentes e Chefes de Governo e a ela submete suas decisões e encaminhamentos, tornando o tema ambiental parte integrante das principais estratégias de desenvolvimento econômico e social da América Latina e Caribe.

A IV Cúpula da Celac, realizada em janeiro de 2016, em Quito, Equador, adotou o Plano de Ação da Celac 2016, que recomendou, para a área ambiental, as seguintes tarefas: *i*) desenvolvimento sustentável – dar seguimento à implementação dos ODS; *ii*) meio ambiente – realizar a II Reunião do Grupo de Trabalho, ainda no segundo semestre de 2016, com o objetivo de elaborar uma estratégia multidimensional que facilite a gestão sustentável e tenha presente os desafios dos países frente à mudança climática, à conservação do meio ambiente e à perda da biodiversidade; e *iii*) mudança do clima – incluir o tema mudança do clima na II Reunião de Ministros, tendo por base os acordos e compromissos alcançados na COP 21.

93. A Asin exerce a Coordenação Nacional do SGT nº 6 e, segundo o regulamento da Reunião de Ministros, participa da Comissão de Coordenadores da RMMAM, instância criada para apoiá-la tecnicamente.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Outro protagonismo regional brasileiro refere-se à OTCA,⁹⁴ único organismo internacional com sede em Brasília que possui os elementos para se tornar um efetivo e importante foro de cooperação por envolver região geográfica de grande interesse estratégico para o país, particularmente no que se refere à questão ambiental, inserida entre as principais preocupações de todos os países do bloco. O MMA, com articulação do MRE, tem sinalizado à OTCA as atividades que tenham maior harmonia com as políticas nacionais, e trabalhado de maneira mais transparente com a organização no processo de definição e elaboração dos projetos a serem implementados na região.

Diversos temas mantiveram-se em fase de implementação, tais como gestão integrada de recursos hídricos; emissão de permissões eletrônicas Cites; harmonização dos indicadores de Tarapoto e da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (OIMT); prevenção de incêndios florestais, entre outros. Destaque ao projeto *Monitoramento do Desmatamento e das Mudanças de Uso da Terra na Floresta Pan-Amazônica*, apoiado com recursos do Fundo Amazônia para o compartilhamento de informações e de tecnologia brasileira para o monitoramento da Pan-Amazônia.

Cumprir registrar-se a conclusão do projeto *Emissão de Licenças Cites dentre os Países-Membros da OTCA*, que veio a proporcionar grandes progressos nos países que a compõem, afora o avanço nos trabalhos de harmonização desses sistemas com o Portal Único do Comércio Exterior. O sistema de gerenciamento desenvolvido e gerido pelo Ibama despertou interesse em países-membros da OTCA, que atuaram com vistas à implantação desse sistema em seus países.

O Ibama é o órgão responsável pela implementação, no Brasil, do Projeto Regional para a Gestão, Monitoramento e Controle de Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas pelo Comércio (Projeto KfW-OTCA), iniciativa que objetiva contribuir para a conservação da biodiversidade amazônica, em especial as espécies incluídas no Cites.

Outro projeto, nesse sentido, é o Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos, uma iniciativa da ANA, da ABC, do MRE e da OTCA que visa⁹⁵ ao fortalecimento da gestão dos recursos hídricos na região

94. A OTCA tem buscado atuar de maneira coordenada, de modo a refletir os interesses dos Estados-membros, buscando formalizar suas ações pelas vias diplomáticas e em sintonia com seus interesses, além de potencializar as ações de cooperação entre os países amazônicos e de preencher lacunas geradas pela limitação de recursos que os países têm.

95. Seus objetivos específicos incluem: *i)* intercambiar sistemas de informação para o efetivo monitoramento dos recursos hídricos na bacia amazônica; *ii)* capacitar técnicos das Agências de Água e organismos dos países amazônicos envolvidos com a gestão de recursos hídricos, especialmente no que se refere informações hidrológicas e eventos extremos; e *iii)* contribuir para a estruturação de uma rede de monitoramento que viabilize o intercâmbio de informações hidrológicas, hidrometeorológicas, sedimentométricas e de qualidade das águas, além daqueles referentes a eventos hidrológicos extremos.

amazônica, com ênfase na capacitação de técnicos, no intercâmbio de informações e na discussão sobre a viabilidade de estruturar uma rede de monitoramento hidrometeorológico entre os países.

As principais ações realizadas foram as seguintes:

- a) compra de estações telemétricas e equipamentos de monitoramento para programas de capacitação junto à Bolívia, à Colômbia e ao Peru;
- b) realização do Seminário sobre Qualidade de Águas Superficiais; intercâmbio de experiências e cooperação técnica entre Brasil e Bolívia (Cochabamba, abril de 2016);
- c) realização de curso de hidrossedimentologia (Brasília, junho de 2016);
- d) realização de cursos de direito internacional de águas na América Latina (Manaus, julho de 2016);
- e) realização de cursos de medição de vazão em grandes rios (Manacapuru, agosto de 2016);
- f) realização de missão da ANA para avaliação dos países amazônicos na ação regional em recursos hídricos (Bogotá, Colômbia, abril de 2015);
- g) realização de missão para intercâmbio e cooperação entre Brasil e Bolívia em matéria de recursos hídricos (La Paz, Bolívia, agosto de 2015).

Em função dos bons resultados deste projeto, suas ações foram ampliadas e está atualmente em execução nova fase até 2019.

Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos

Ainda no âmbito regional, o projeto *Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos*, visa⁹⁶ fortalecer as capacidades locais para lidarem com assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos no Caribe e na América Central. As principais atividades realizadas no período 2014-2016 foram: *i*) missão técnica em Kingston, Jamaica, no período de 11 a 15 de fevereiro de 2014, para discussão sobre demandas de cooperação técnica da Jamaica para gestão de recursos hídricos; *ii*) missão técnica em Antigua, Guatemala, para realização de curso *Governança da Água* (virtual e presencial); a parte presencial lá foi realizada no período de 5 a 8 de outubro de 2015; e *iii*) missão em Bridgetown, Barbados, para realização de curso de planejamento, implementação e operação de redes de monitoramento de águas subterrâneas para países caribenhos, no período de 17 a 25 de outubro de 2015.

96. Os objetivos específicos são: *i*) capacitar técnicos do país parceiro, a partir da experiência brasileira na conservação da água e do solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos, na influência do clima em eventos críticos e em outros temas a serem definidos; e *ii*) apoiar o desenvolvimento de proposta nacional que reflita as necessidades de cada país relacionadas à gestão de recursos hídricos.

Este projeto permite o intercâmbio de alcance regional e ação mais ampla de fortalecimento institucional, em atividades de capacitação que envolvem, em cada curso, a participação de técnicos de diferentes países, maximizando os resultados do aporte da cooperação.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Na dimensão multilateral, a prioridade conferida aos países da África pela política externa brasileira, associada à unidade da língua, torna a CPLP um foro com grande potencial de ações de cooperação. A Plataforma de Cooperação da CPLP na Área Ambiental, estabelecida na III Reunião de Ministros (Brasília, 2006), constitui, até o momento, a principal referência do bloco para o estabelecimento de ações de cooperação, mas sua implementação é dificultada pela falta de recursos financeiros e pela fragilidade das instituições em alguns dos Estados-membros.

Algumas áreas temáticas previstas na Plataforma de Cooperação, a exemplo da educação ambiental, do combate à desertificação e da gestão de recursos hídricos, tiveram avanços relativos, com a execução de ações pontuais, centradas especialmente no fortalecimento institucional de nossos parceiros, mas o balanço geral é bastante tímido, consideradas as expectativas em torno da cooperação no âmbito desse bloco. Na V Reunião de Ministros do Meio Ambiente da CPLP (abril de 2014), representante do MMA confirmou interesse e disposição de prestar cooperação aos países da CPLP na área ambiental e de desenvolvimento sustentável. Para isso, fez referência à decisão brasileira de dar seguimento ao Plano de Formação da CPLP em matéria de recursos hídricos, mediante a realização, no Brasil, de curso de capacitação e a doação pela ANA para a compra de equipamentos voltados para monitoramento e modelagem de recursos hídricos, instalação de “salas de situação” e instalação de laboratórios de qualidade de águas e recursos hídricos. Foi igualmente anunciado o oferecimento de vagas, em número limitado, a representantes dos países-membros da CPLP, em cursos a serem realizados pelo ICMBio, quais sejam: *Introdução à Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação; Planejamento de Trilhas e Monitoramento dos Impactos da Visitação; Gestão em Mosaicos; Interpretação Ambiental e Sinalização; Gestão de Conflitos Territoriais; e Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Naturais.*

Além disso, o Brasil, representado pela ANA, e Portugal foram nominados pelos ministros do ambiente da CPLP para atuarem como pontos focais para ações de cooperação técnica no tema dos recursos hídricos junto aos demais países. No período 2014-2016 estava vigente o projeto *Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP*, que tem como objetivo geral⁹⁷ o apoio à

97. Os seus objetivos específicos são: *i)* transferir tecnologia sobre redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; *ii)* capacitar quadros de funcionários locais em gestão de recursos hídricos; e *iii)* promover intercâmbio de experiências para o desenvolvimento de marcos legais e institucionais para a gestão de recursos hídricos.

gestão e ao monitoramento de recursos hídricos na CPLP. O projeto foi formalizado em dezembro de 2015.

Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Este projeto conta com a parceria da Unesco e visa⁹⁸ contribuir com o fortalecimento da capacidade dos países neste tema:

- curso de clima e eventos extremos e curso de base hidrográfica ottocodificada, em Cartagena, Colômbia, em outubro de 2014, e em Brasília, em novembro de 2014, respectivamente;
- curso de base hidrográfica ottocodificada, a partir do segundo semestre de 2015, continuará sendo executado, porém no formato EAD e sem custos para o projeto;
- evento de encerramento do processo preparatório regional das Américas para o 7º Fórum Mundial da Água, em março do corrente ano, na cidade de São Paulo;
- participação de diretores de água dos países latino-americanos na XV Reunión da Codia, realizada na Cidade do Panamá, Panamá, em novembro de 2014;
- participação dos ganhadores do prêmio ANA e de consultores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), nos eventos de intercâmbio técnico realizados no Pavilhão Brasil, no contexto dos temas de capacitação listados no documento do projeto;
- apoio para a participação de representantes na Capacitação em Direito de Águas Internacionais realizada em Bogotá, Colômbia, em maio de 2015;
- curso semipresencial *Planejamento, Manejo e Gestão de Bacias Hidrográficas* realizado em Brasília, em outubro de 2015;
- encontro de experiências pioneiras e inovadoras de participação social na gestão da água – Construindo uma Rede Global, realizado em Foz do Iguaçu, em setembro de 2015;

98. Os objetivos específicos deste projeto são: *i)* contribuir com o fortalecimento das capacidades na área de gestão de recursos hídricos dos países-membros da Conferência de Diretores Ibero-Americanos de Água (Codia); *ii)* contribuir com a participação articulada dos países objeto da cooperação nos processos e foros internacionais relativos à água; *iii)* fomentar a construção de sistemas de informações integrados na América Latina para a gestão e uso dos recursos hídricos; *iv)* fortalecer iniciativas de cooperação com vistas ao fortalecimento dos sistemas nacionais de gestão dos recursos hídricos; *v)* fomentar o desenvolvimento do arcabouço institucional e legal da gestão de recursos hídricos no âmbito dos países da América Latina; e *vi)* fortalecer a articulação dos diretores de águas da CPLP e viabilizar a implementação dos compromissos estabelecidos em matéria de água.

- curso de coleta e preservação de amostras de água realizado juntamente à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), na cidade de São Paulo, em outubro de 2015;
- curso de governança de água realizado em Antígua, Guatemala, em outubro de 2015;
- capacitação sobre o uso da ferramenta Toolbox/GWP realizada em São Paulo, em dezembro de 2015;
- capacitação sobre direito internacional de águas realizada na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2015;
- capacitação sobre direito internacional de águas realizada em Manaus, em julho de 2016;
- curso de governança de água realizado em Montevidéu, em julho de 2016.

Além do Mercosul, da OTCA, da CPLP e do Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, o MMA tem sido convidado a participar de diversos foros de caráter regional e inter-regional, como o dos países árabes e da América do Sul, da América do Sul e países árabes (Aspa), da OEA, do Foro Ibero-Americano, do Foro de Ministros do Meio Ambiente da Unasul e do Foro da América Latina-União Europeia. Praticamente todos esses foros são derivados das cúpulas correspondentes, que acontecem em nível de chefes de Estado.

4.4 Sistematização da cooperação segundo regiões

Esta parte do texto sistematiza o repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados pelos entes públicos federais que atuam na CID nos temas afetos ao meio ambiente no período compreendido entre 2014 e 2016, segundo regiões.

4.4.1 América Latina e Caribe

As instituições que atuam na região são o Ibama, o ICMBio, a ANA e o MMA, com as ações de cooperação e os instrumentos de cooperação firmados com os diferentes países, podendo ocorrer eventos de cooperação multilateral sediados em outros países da região.

Na Argentina, por exemplo, houve apenas o seminário da Cites. Já no Peru houve três eventos: o 2º Encontro de Gestores de UCs Acre-Peru da Bacia do Rio Purus, a Reunião de Trabalho para Estruturação da Estratégia Nacional para a Conservação dos Primatas Peruanos e o III Simpósio de Primatologia.

É importante mencionar também que o Prevfogo, setor responsável pela prevenção de incêndios do Ibama, realizou na Bolívia, no Peru, na Venezuela, no Uruguai, no México e no Chile cursos de formação de instrutores em prevenção

e combate a incêndios florestais. Foram enviados servidores especializados nas áreas de manutenção de ferramentas, manuseio de ferramentas e equipamentos, montagem de acampamento e laboratório de queima controlada. Os cursos de capacitação foram destinados a representantes dos órgãos de defesa ambiental. Estas oportunidades de compartilhamento de experiências e informações mostraram-se de grande valor tanto para o Ibama quanto para as entidades copartícipes, fortalecendo as relações conjuntas de proteção ambiental.

Equador

Em Quito foi realizada reunião multilateral da Rede de Ação pelo Ozônio do México, América Central, América do Sul e Caribe de Língua Espanhola. No caso do Brasil, as atividades referentes à unidade nacional de ozônio são realizadas pelo Ibama e pelo MMA. Na oportunidade, o Ibama apresentou o sistema de licenças de importação do gás hidrofluorocarboneto (HCFC), como as cotas foram distribuídas, a legislação pertinente, a atuação do Ibama, o funcionamento do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF), bem como o projeto de destinação final (destruição) de substâncias que destroem a camada de ozônio.

Colômbia

O projeto de cooperação técnica entre a ANA e o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (Ideam) da Colômbia teve como objetivo principal incrementar a integração entre as autoridades brasileiras e colombianas da área de gestão de recursos hídricos, por meio da capacitação de recursos humanos e do intercâmbio de conhecimentos, os quais permitiram estabelecer rotinas e procedimentos comuns na região da bacia amazônica. O projeto foi celebrado em 2013 e as atividades previstas foram realizadas no período de 2014 a 2016.

Os principais pontos de atuação desse projeto foram a capacitação em monitoramento e operação de redes de informação hidrológica, com um forte componente de aumento das capacidades institucionais dos países, em vista do desafio da gestão de recursos hídricos dentro do contexto amazônico.

Além disso, houve a oficina de comunicadores para a visibilização das áreas protegidas da Amazônia e a VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia, sendo esse um evento preparatório para a cooperação com a Colômbia no projeto *Fortalecimento do Turismo Comunitário em Zonas de Influência de Áreas Protegidas do Sirap Caribe: oportunidades e desafios frente ao desenvolvimento rural sustentável e o pós-conflito*, elaborado e desenvolvido por meio da atuação da ABC.

O ICMBio participou da oficina para o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de gestão da informação sobre biodiversidade, promovida pelo Instituto Humboldt da Colômbia em parceria com o Centro de Monitoramento da Conservação do Ambiente do Pnuma.

Guatemala

Visando fortalecer as capacidades socioambientais das populações locais para a conservação de água e solos em bacias hidrográficas, relacionadas a projetos de energia e mineração, bem como as instituições atuantes na região, a ANA firmou com o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais da Guatemala, em parceria com a Itaipu Binacional, um projeto de cooperação técnica internacional.

Esta parceria permite o compartilhamento do programa CAB,⁹⁹ uma metodologia de ação socioambiental relacionada à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Esse programa já foi agraciado com o prêmio Water for Life, da ONU-Água, como melhor prática de gestão dos recursos hídricos em 2015, o que confirma o reconhecimento internacional de seus impactos e evidencia a possibilidade de compartilhamento (Itaipu Binacional, 2017).

Para o período 2014-2016 as missões e atividades foram realizadas diretamente entre o governo guatemalteco e a direção da Itaipu, sendo a ANA responsável pelas missões que se realizariam nos anos posteriores (2017 e 2018).

Além disso, realizou-se reunião anual do conselho e da oficina regional da RedParques.

Honduras

O projeto entre a ANA, a Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente (Serna) e o Serviço Autônomo Nacional de Aquedutos e Sistemas de Esgoto (Sanaa), firmado em 2007, sofreu alterações ao longo dos anos, com um ajuste complementar em 2012 que previa aportes no orçamento do projeto e uma mudança nos resultados esperados. O objetivo geral dessa iniciativa é apoiar os esforços do governo hondurenho na área de gestão integrada de recursos hídricos, por meio da capacitação, da assistência técnica e do intercâmbio de experiências.

Contudo, no que concerne à abordagem temporal da Cobradi (2014-2016), cumpre registrar a capacitação em planejamento de redes hidrometeorológicas realizada com sucesso pelas equipes da ANA, que contribuiu para o planejamento, a concepção e a operacionalização da rede hondurenha, além de viabilizar intercâmbio de experiências em gestão, operação e manutenção de sistemas de águas e

99. ITAIPU BINACIONAL. *Cultivando Água Boa*. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2ryyPU1>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

esgotos por organizações comunitárias, com apresentação da experiência hondurenha com as “juntas de águas”.

O contexto político e institucional dos dois países impossibilitou o cumprimento do projeto no tempo de vigência previamente acordado. Isso motivou, em 2016, a assinatura de uma revisão B do projeto. Esse documento reconhece os avanços já obtidos na relação entre as instituições, aponta para os desafios futuros e aumenta o período de vigência.

México

Junto à Comissão Nacional da Água (Conagua) a ANA estabeleceu, em 2013, o projeto intitulado *Gestão da Informação Estatística e Geográfica para Manejo de Recursos Hídricos*. O objetivo principal dessa iniciativa era aumentar a eficiência e a eficácia dos processos de planejamento e avaliação da política de recursos hídricos do Brasil e do México. Essa visão de aprofundamento do conhecimento mútuo sobre os marcos legais e institucionais configurou uma primeira iniciativa para aprofundar a cooperação entre o Brasil e o México, em especial no campo de recursos hídricos.

Dentro dos resultados esperados estavam desde a construção de um entendimento maior sobre ambas as realidades de gestão até a identificação e a exposição de casos e desafios representativos para a evolução da gestão de recursos hídricos nos países.

No período 2014-2016 o projeto teve toda sua execução realizada, destacando-se algumas atividades: uma missão da ANA na Conagua, em abril de 2014, com ênfase em sistema de informação de recursos hídricos; uma missão da Conagua em Brasília, em maio de 2014, sobre aspectos gerais da gestão de recursos hídricos; e uma missão da ANA na Cidade do México, em agosto de 2014, sobre aspectos gerais de gestão de recursos hídricos, com ênfase em alocação de água, planejamento de recursos hídricos e sistemas de informação.

Esse projeto gerou importantes produtos para a ANA e a Conagua, como: estudos sobre a aplicação de sistemas de suporte à decisão para alocação de água em bacias selecionadas; um relatório sobre indicadores regionais (parâmetros e valores de referência) para o apoio ao planejamento de recursos hídricos; e uma análise comparativa entre os sistemas de informação aplicados à gestão dos recursos hídricos do Brasil e do México em suas perspectivas futuras.

No território mexicano foram realizadas, no período de 2014 a 2016, três eventos: a COP 7 da CIT, a COP 13 da CDB e a VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México, em que foi discutida proposta de projeto de cooperação técnica no tema *Intercâmbio de Experiências de Gestão de Áreas Protegidas*, negociado por meio da atuação da ABC.

República Dominicana

Fruto das negociações feitas com países do Caribe, o projeto intitulado *Apoio à Implementação do Programa CAB na República Dominicana* encaixa-se na estratégia do compartilhamento de boas práticas de conservação de água e solos e na metodologia do programa CAB. O objetivo geral era apoiar o desenvolvimento de capacidades socioambientais das populações locais da bacia hidrográfica e das instituições da região, com vistas a melhorar a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida dos cidadãos dominicanos, bem como as relações entre os diversos atores em projetos de desenvolvimento territorial, por meio da metodologia do programa CAB.

O projeto teve uma ampla participação da sociedade dominicana e os números são realmente motivadores. Entre outras coisas, promoveu a criação do Comitê Nacional de Direção de programa, formado por 24 empresas estratégicas atuantes nas microbacias, participando do processo cerca de mil líderes comunitários, de um total de 25 comunidades nas três microbacias. Toda essa movimentação foi sustentado por campanhas de capacitação realizadas em Itaipu e na República Dominicana, além de campanhas de diagnóstico, debate e avaliação do andamento da aplicação da metodologia CAB no país.

O principal resultado dessa iniciativa é a mudança na percepção da gestão de águas no país, manifestada no desejo e na ação das autoridades dominicanas para a transformação do programa CAB do *status* de piloto para uma política pública, por meio de um decreto presidencial, para sua difusão em todas as bacias da ilha.

O projeto teve sua primeira fase encerrada e já foi acordada a realização da fase 2 para os anos de 2017 e seguintes. Essa segunda fase apoia-se sobre os avanços já realizados e nas experiências colhidas a partir dos desafios já observados e debatidos. O avanço desse projeto tem contribuído para uma gestão das águas mais focada nas ações locais, com impactos e potencial de difusão regionais e globais.

Uruguai

Na abordagem de recursos compartilhados, o projeto com o Uruguai destaca-se com algumas características que complementam a atuação internacional da ANA e o relacionamento com o país vizinho e sua Direção Nacional de Água e Saneamento (Dinagua). O projeto intitulado *Modernização da Rede Hidrometeorológica Transfronteiriça* visava estruturar uma rede de monitoramento hidrometeorológico compartilhada e modernizada, em que a promoção do intercâmbio de conhecimentos técnicos e a capacitação de profissionais permitam fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas transfronteiriças do rio Quaraí e da Lagoa Mirim, visando à caracterização da disponibilidade hídrica, ao monitoramento hidrológico conjunto e à prevenção de eventos críticos de enchentes e secas.

Em apoio aos programas de capacitação, o projeto permitiu a compra de quinze plataformas de coleta de dados (PCDs), uma sonda para aferição de qualidade e dois equipamentos acústicos de medição de vazão. Além do acompanhamento da compra e da conferência dos materiais, a ANA realizou, em 2015, uma missão de capacitação técnica em sistemas de gestão, coleta de dados hidrometeorológicos, coleta de dados de sedimentos, plataforma hidro, telemetria e hidrologia espacial, uma missão para intercâmbio técnico em práticas hidrométricas e na microalocação de pontos de monitoramento de rede de estações automáticas a serem instaladas.

O grande avanço realizado dentro desse projeto foi a exitosa missão de monitoramento conjunto realizada em 2016. Ela serviu para alinhamento dos dados de vazão e dos parâmetros de qualidade de águas em pontos alocados na calha do rio Quaraí, já monitorados bimensalmente pela Dinama, além de ser um momento de capacitação dos técnicos para a utilização dos materiais adquiridos. Essa missão mostrou que a água pede ações conjuntas e cooperativas entre os países, principalmente no contexto da América do Sul.

Outra prática realizada na política de meio ambiente foi o convite do Banco Mundial ao Ibama para indicar representante a fim de ministrar palestra no seminário internacional *Experiencias em Seguridad y Medioambiente em las Operaciones Offshore de Explotación de Hidrocarburos*, realizado em Montevidéu, Uruguai, em 2014. Considerando que a Coordenação-Geral de Emergências Ambientais (CGema) do Ibama tem competência, entre outras, de prestar assistência e apoio operacional às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de relevante interesse ambiental, o Gabinete da Presidência do Ibama indicou servidor da CGema/Dipro. O objetivo do seminário foi o de apresentar ao governo uruguaio as diferentes ações de monitoramento e controle da indústria petrolífera que são executados pelo governo do Brasil e de outros países.

4.4.2 América do Norte

Estados Unidos

São diversos os órgãos norte-americanos que cooperam com o MMA e diversos os instrumentos adotados para o fortalecimento da relação bilateral.¹⁰⁰ Em 2010, o Brasil assinou o acordo regido pela iniciativa norte-americana Tropical Forest Conservation Act (TFCA), cujo objetivo é converter parte da dívida em projetos

100. A cooperação com os Estados Unidos efetua-se no marco da Agenda Comum para Meio Ambiente, de forma a permitir melhor coordenação entre os dois governos na implementação das diversas iniciativas ambientais em andamento, anteriormente executadas de forma descentralizada e sem o devido engajamento dos órgãos oficiais brasileiros.

socioambientais.¹⁰¹ Até o final de 2015, mais de oitenta projetos foram beneficiados pelo acordo, cuja execução encontra-se sob responsabilidade do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). Com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), o governo brasileiro lançou, em meados de 2011, a Iniciativa Conjunta sobre Sustentabilidade Urbana (Jius), a fim de adensar as ações de cooperação com os Estados Unidos, por meio da promoção da sustentabilidade urbana.¹⁰²

O Ibama também participou, em 2015, da 49ª Reunião do Grupo de Trabalho de Manejo de Fogo da Comissão Florestal para América do Norte, realizada em Phoenix, Estados Unidos, cujo objetivo foi promover o intercâmbio de experiências técnicas e ajuda mútua internacional na temática de incêndios florestais. Além disso, a aproximação do Brasil e da Rede Sul-Americana com o Grupo de Trabalho da América do Norte foi uma oportunidade importante para o estreitamento cooperativo dos países que fazem parte do Grupo de Trabalho (México, Estados Unidos e Canadá). Importante salientar que no mesmo ano o MMA comprometeu-se em sediar a próxima Conferência Internacional de Incêndios Florestais, que ocorrerá em 2019.

O ICMBio participou do Congresso Mundial de Conservação da IUCN e da Reunião do Comitê Executivo da Iniciativa Pró-Aves Limícolas Migratórias na Rota Atlântica.

4.4.3 Europa

As práticas concentradas no continente europeu, especificamente sobre gestão de parques em região de fronteira, como o caso dos servidores do Parque Nacional do Iguazu que participaram de um programa de conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos no corredor binacional do Parque Nacional do Iguazu, em que houve um intercâmbio de aprendizado em gestão de parques localizados em áreas de fronteiras internacionais em diversos países. O evento fez parte do projeto *Estudos e Atividades com Vistas a Apoiar a Incorporação de Oportunidades Econômicas Baseadas em Serviços Ecossistêmicos como Estratégia de Manejo do Corredor Binacional Formado pelos Parques Nacionais do Iguazu e de Iguazu*.¹⁰³

Outros eventos ocorreram pelo território europeu, como a 38ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, no Catar; a reunião da CIB, na Eslovênia; e a 40ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, na Turquia.

101. São US\$ 20,8 milhões destinados aos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica.

102. A ideia surgiu do encontro entre a presidenta Dilma Rousseff e o presidente Barack Obama, em Brasília, ocorrida em março daquele ano.

103. Coordenado pela WWF-BR com financiamento do BID.

Cabe destacar que, no ano de 2011, devido ao desempenho econômico do país, a União Europeia não mais destinou recursos para a cooperação técnica tradicional. Essa decisão veio com o novo *status* dado à relação bilateral, a partir da assinatura do Acordo de Parceria Estratégica em 2007. No âmbito dessa parceria foi lançado o programa Apoio aos Diálogos Setoriais, cujo objetivo geral é contribuir para o progresso e o aprofundamento da parceria estratégica União Europeia-Brasil e das relações bilaterais entre as partes, por meio do apoio ao desenvolvimento de diálogos setoriais em temas de interesse mútuo. O programa é executado pelo MPOG.

Em nível regional, o MMA tem participado das atividades do Euroclima, programa de cooperação regional entre a União Europeia e dezoito países da América Latina, cuja primeira fase teve vigência de 2010 a 2016. Em março de 2016, a Asin participou de reunião para estabelecer os parâmetros da próxima fase, com o objetivo de facilitar a integração de estratégias para mitigação e adaptação à mudança do clima nas políticas e nos planos de desenvolvimentos dos países da América Latina.

Alemanha

O Brasil e a Alemanha centram a cooperação em dois grandes temas prioritários: *Energias Renováveis e Eficiência Energética e Proteção e Uso Sustentável das Florestas*.¹⁰⁴ Os projetos têm apoiado a implementação das principais políticas ambientais brasileiras e contribuído para o alcance dos compromissos internacionais firmados por ambos os países. Há atividades voltadas para florestas, biodiversidade, mudança do clima, extrativismo, UCs, concessões florestais, CAR, entre outros.

Destacam-se os projetos Arpa, CAR e Fundo Amazônia. Em 2011, foi adotado o Documento Estratégico para a Cooperação Brasil-Alemanha, que estabeleceu diretrizes estratégicas para a cooperação bilateral em fase de revisão, com base nas discussões e orientações apresentadas em conferência realizada em Brasília, às margens da visita da chanceler Merkel ao Brasil, em agosto de 2015. O objetivo é harmonizá-lo com os novos compromissos internacionais, em especial no âmbito da UNFCCC e da CDB, bem como ao novo arcabouço jurídico brasileiro em matéria ambiental, com destaque à Lei nº 12.651/2012, o Código Florestal.¹⁰⁵

A Asin/MMA também participa ativamente das negociações intergovernamentais e do Comitê Conjunto sobre Mudança do Clima. Nesses encontros, os governos alemão e brasileiro trocam impressões sobre ações em curso e

104. A Alemanha continuou a ser, no período analisado, o principal parceiro internacional do MMA, sendo desde 2010 negociados e/ou executados mais de vinte projetos, cuja soma ultrapassa € 300 milhões.

105. Esperava-se que o novo texto fosse adotado nas negociações intergovernamentais em 2017.

posicionam-se com relação a novas demandas e perspectivas da cooperação. No ano de 2015, as decisões foram ratificadas pelas chefes de Estado, por meio da Declaração Conjunta Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima. Este documento teve impacto positivo para o alcance de um acordo vinculante na COP 21 da UNFCCC.

Em 2015 o Ibama foi convidado para palestrar na International Fresenius Ecotox Conference – Aquatic and Terrestrial Ecotoxicology and Risk Management, realizada em dezembro na cidade de Mainz, na Alemanha. O evento reúne representantes da comunidade científica, do setor regulado e da Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) para o debate de aspectos científicos e regulatórios de temas como segurança química e ecotoxicologia aquática e terrestre, além de assuntos relacionados à saúde ambiental e à proteção do consumidor. O ICMBio também participou da 39ª Sessão do Patrimônio Mundial.

Suécia

Brasil e Suécia assinaram Carta de Intenções sobre Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental.¹⁰⁶ No âmbito da cooperação estabelecida no MdE, foi desenvolvido plano de trabalho entre o MMA (Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria da Secretaria de Recursos Hídricos – DQAM/SRHU) e a Agência de Controle de Produtos Químicos da Suécia (Kemi), com foco na construção de capacidades e no apoio consultivo. Servidores indicados pelo MMA participaram do Programa Internacional de Treinamento em Estratégias para a Gestão de Produtos Químicos, promovido conjuntamente pela Agência Sueca de Cooperação Internacional (Sida) e a Kemi. Também como atividade de construção de capacidades, foram realizados numerosos *workshops* e treinamentos em temas específicos, de interesse de ambos os lados.

Em março de 2016, o ministério recebeu delegação sueca e promoveu uma série de eventos e reuniões, incluindo temas como gestão de químicos, gestão costeira marinha e gestão de resíduos. Nessa oportunidade, foi discutida a estruturação de plano de trabalho para cooperação entre o ministério, o Ibama e a Agência de Proteção Ambiental da Suécia (EPA) sobre gestão sustentável de resíduos sólidos. Outros temas, como o uso econômico dos recursos florestais, também foram indicados como de interesse para fazer parte da agenda de cooperação futura.

106. Após intensa troca de comunicações e de realização de missões de prospecção dos dois países, o memorando de entendimento para cooperação nas áreas de proteção ambiental, mudança do clima e desenvolvimento sustentável foi assinado em novembro de 2013.

4.4.4 Ásia

República da Coreia

Em 21 de junho de 2012 firmou-se o memorando de entendimento entre o MMA e o Serviço Florestal da República da Coreia sobre cooperação na área de florestas.

5 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) promovida pelo Brasil decorre da inserção em arranjos internacionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), amparando-se nas estruturas e instituições internas vinculadas à área. Para sua compreensão, destaca-se a importância do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), dos atores públicos federais engajados no setor e da percepção sobre as formas e funções assumidas na cooperação internacional em CT&I.

Sobre o SNCTI, destaque-se que não existe uma definição única para o sistema, referindo-se, geralmente, ao conjunto de interações entre os diversos atores responsáveis pela CT&I no país que se conformam como elementos de um sistema coletivo de produção do conhecimento. Ele parte da premissa de que o desempenho desse setor pode, em grande medida, ser explicado pelo resultado das complexas relações entre governos, empresas e instituições de ensino e pesquisa, além dos tradicionais dados de produção científica, depósito de patentes e índices de competitividade.

BOX 8

Dados em CT&I – Brasil (2014-2016)

Entre 2014 e 2016, o Brasil teve, em média, 65 mil artigos publicados em periódicos científicos indexados pela base de dados Scopus. Isso representou cerca de 53% da produção da América Latina e 2,4% da produção mundial no mesmo período. Quando analisado o impacto dessas publicações, por meio de citações aos artigos brasileiros publicadas em periódicos científicos indexados pela Scopus, o Brasil representa 54% da América Latina e 1,7% do mundo. Esses dados posicionaram o país entre o 13º e o 14º lugar no *ranking* mundial de publicações científicas.

O Brasil tem gasto cerca de 1,2% de seu produto interno bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Diferentemente da maioria dos países, os investimentos brasileiros são oriundos do setor público, que investe cerca de 0,7%. Este número está próximo do limite máximo de investimentos realizados por países que mais gastam com P&D, como a Coreia do Sul e a Alemanha. Os investimentos e incentivos públicos, no entanto, não são acompanhados por investimentos privados. O desafio mais importante do país tem sido, ao longo dos últimos anos, o crescimento de investimento em P&D por parte do setor privado, que terá impacto direto no fortalecimento da inovação no país.

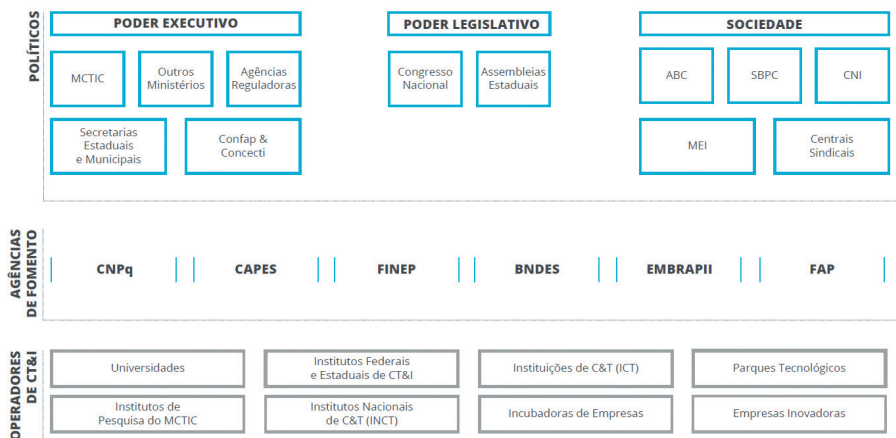
O cenário apresentado é refletido nos *rankings* internacionais de competitividade. No Global Innovation Index (GII), entre 2014 e 2016, o Brasil figurou nas posições 61, 69 e 70, respectivamente. Em relação aos pedidos e às concessões de patentes de invenção, em 2014 e 2015, junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO), o Brasil teve 810 e 855 pedidos, bem como 334 e 323 concessões.¹

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Nota: ¹ Para fins de comparação, no mesmo período, os Estados Unidos tiveram 285.096 e 288.335 pedidos, e 144.621 e 140.969 concessões; o Japão, 86.691 e 86.359 pedidos, e 53.843 e 52.409 concessões; a Coreia do Sul, 36.744 e 38.205 pedidos, e 16.469 e 17.924 concessões; e a Alemanha, 30.193 e 30.016 pedidos, e 16.550 e 16.549 concessões. Se comparado aos países BRICS, também no mesmo período, a China teve 18.040 e 21.386 pedidos, e 7.236 e 8.116 concessões; a Índia teve 7.127 e 7.976 pedidos, e 2.897 e 3.355 concessões; a Rússia teve 1.007 e 991 pedidos, e 444 e 440 concessões; e a África do Sul teve 375 e 352 pedidos, e 152 e 166 concessões.

Os atores do sistema são, portanto, governos em diferentes níveis (federal, estadual e municipal), instituições públicas e privadas de CT&I, associações de representação acadêmica, científica, empresarial e sindical, e agências de fomento.

FIGURA 4
Principais atores do SNCTI



Fonte: BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2022 – ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social*. Brasília: MCTIC, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/GnJFBX>>.

Nesse sentido, observa-se que:

o MCTIC exerce a função de coordenador do SNCTI¹⁰⁷ considerando suas competências legais, o domínio de diversos recursos essenciais e o papel histórico desempenhado pelo órgão no setor. A centralidade do MCTIC é também ilustrada pela atuação na governança do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além de competência legal na formulação das políticas nacionais para o setor. Sob a alçada do ministério, estão duas das principais agências de fomento do sistema – Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – e diversos institutos de pesquisa.

107. O MCTIC também exerce a função de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão consultivo de assessoramento superior do presidente da República para a formulação e implementação da política nacional de CT&I. O funcionamento de conselhos de ciência e tecnologia nos mais altos escalões governamentais é uma tendência observada em países de alto nível de desenvolvimento científico e tecnológico. No caso brasileiro, o CCT trabalha na perspectiva de tornar a CT&I um dos eixos estruturantes do desenvolvimento econômico e social do país. O colegiado é composto por 27 membros: treze ministros de Estado (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Casa Civil; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Defesa; Relações Exteriores; Fazenda; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação; Saúde; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Minas e Energia; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Integração Nacional), oito membros entre produtores e usuários de ciência e tecnologia, e seus suplentes; e seis membros representantes de entidades de caráter nacional representativas dos setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia, e seus suplentes.

Tais elementos aliados às competências legais aprofundam ao MCTIC o protagonismo nas iniciativas voltadas para expansão, consolidação e integração do SNCTI.¹⁰⁸

A área de competência do MCTIC foi estabelecida pelo Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.¹⁰⁹ Como órgão da administração federal direta, o ministério tem como competências:

- política nacional de telecomunicações;
- política nacional de radiodifusão;
- serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
- políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação;
- planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de CT&I;
- política de desenvolvimento de informática e automação;
- política nacional de biossegurança;
- política espacial;
- política nuclear;
- controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

O ministério conta com cinco secretarias,¹¹⁰ além de possuir em sua estrutura dezesseis unidades de pesquisa (UPs),¹¹¹ seis organizações sociais (OS),¹¹² quatro agências¹¹³ e seis empresas.¹¹⁴

108. BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2022* – ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social. Brasília: MCTIC, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/GnjFBX>>.

109. Até essa data, as competências estavam divididas entre o Ministério das Comunicações – responsável pelas políticas nacionais de telecomunicações e de radiodifusão, bem como por serviços postais, telecomunicações e radiodifusão –, cabendo as demais áreas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

110. Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED); Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC); Secretaria de Políticas Digitais (SEPOD); Secretaria de Telecomunicações (SETEL); e Secretaria de Radiodifusão (SERAD).

111. Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI); Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE); Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Nacional de Tecnologia (INT); Instituto Nacional do Semiárido (INSA); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA); Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA); Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); e Observatório Nacional (ON).

112. Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM); Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII).

113. CNPq; Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Agência Espacial Brasileira (AEB); e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

114. Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC S/A); Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); Indústrias Nucleares do Brasil (INB); Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (Nuclep); Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás); e Finep.

BOX 9**Atores brasileiros engajados na promoção da cooperação internacional em CT&I e em comunicações (2014-2016)**1) MCTIC¹

O MCTIC é um órgão da administração federal direta, criado por meio da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Para desenvolver suas atividades, o MCTIC conta com uma série de entidades vinculadas como UPs, OS, agências e empresas, com a missão de garantir e promover o avanço da ciência, tecnologia, inovação e comunicações, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.²

2) CNPq

O CNPq, agência do MCTIC, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica, e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.³

3) Finep

A Finep é responsável por promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à CT&I em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil.⁴

4) AEB

A AEB, autarquia vinculada ao MCTIC, é a instituição responsável por formular, coordenar e executar a Política Espacial Brasileira. A organização e execução das atividades são instituídas pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), que define a AEB como órgão central e coordenador-geral das atividades.⁵

5) CBPF

O CBPF, vinculado ao MCTIC, é um instituto de excelência internacional na área de pesquisa e pós-graduação em física, cujo aspecto mais importante é seu papel de fomentador da infraestrutura de ciência e tecnologia do país. Com seus laboratórios multiusuários, serve de infraestrutura para grupos de pesquisa no Brasil e no exterior, bem como para a indústria nacional. Faz pesquisa teórica e experimental em áreas como altas energias, astropartículas, nanotecnologia, física aplicada à biomedicina, informação quântica, ciência dos materiais, magnetismo e instrumentação científica.⁶

6) CEITEC S/A

A CEITEC S/A é uma empresa pública vinculada ao MCTIC que atua no segmento de semicondutores, desenvolvendo soluções para identificação automática (*radio-frequency identification* – RFID e *smartcards*) e para aplicações específicas (*application specific integrated circuits* – ASICs). A empresa projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados para aplicações como identificação de animais, medicamentos, hemoderivados, pessoas e veículos, além de autenticação, gestão de inventário, controle de ativos, entre outras.⁷

7) CETEM

O CETEM, UP do MCTIC, atua no desenvolvimento de tecnologia para o uso sustentável dos recursos minerais brasileiros, com foco na inovação tecnológica para o setor minerometalúrgico.⁸

8) CEMADEN

O CEMADEN contribui para a consolidação do Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, tendo sido criado com o intuito de, em parceria com várias instituições, implementar, complementar e consolidar a rede de instrumentos meteorológicos, hidrológicos e geotécnicos para monitoramento ambiental.⁹

9) CNEN

A CNEN é uma autarquia federal vinculada ao MCTIC. Criada para desenvolver a política nacional de energia nuclear, a CNEN estabelece normas e regulamentos em radioproteção, e é responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil. Investe também em P&D, buscando um uso cada vez mais amplo e seguro das técnicas do setor nuclear.¹⁰

(Continua)

(Continuação)

10) CTI

O CTI, UP do MCTIC, atua na pesquisa e no desenvolvimento em tecnologia da informação (TI), com foco em: microeletrônica, componentes eletrônicos, sistemas, mostradores de informação, *software*, aplicações de TI, robótica, visão computacional, tecnologias de impressão 3D para indústria e medicina, e *softwares* de suporte à decisão.¹¹

11) INB

Empresa estatal de economia mista vinculada ao MCTIC, a INB exerce, em nome da União, o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares. Também atua na execução de serviços de engenharia do combustível e na produção de componentes dos elementos combustíveis.¹²

12) IBICT

O IBICT é o órgão que coordena, no Brasil, as atividades de informação em ciência e tecnologia, buscando promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico.¹³

13) INPA

O INPA realiza estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional, sendo referência mundial em biologia tropical.¹⁴

14) INPE

O INPE produz ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre. Já fez parte de diversos programas nacionais e internacionais, como o Comitê de Pesquisa Espacial (COSPAR) e o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), participou do Experimento Troposfera Global na Camada Limite sobre a Atmosfera da Amazônia (GTE/ABLE), em colaboração com a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos da América (NASA) e outras organizações nacionais e estrangeiras, além do Smoke, Clouds, and Radiation-Brazil (SCAR-B), também em colaboração com a NASA.¹⁵

15) INT

O INT empreende pesquisas avançadas visando à transferência de tecnologia para o setor produtivo, além de oferecer diversos serviços técnicos especializados. Atua de forma multidisciplinar, sendo sua competência técnica estruturada por meio das áreas de catálise e processos químicos, corrosão e degradação, desenho industrial, energia, engenharia de avaliações, ensaio de materiais e produtos, gestão da produção, inovação e prospecção tecnológicas, processamento e caracterização de materiais e química analítica. O foco das pesquisas atende a setores como petróleo e gás, energias renováveis, química verde, complexo industrial saúde, defesa e tecnologias sociais.¹⁶

16) INSA

O INSA, UP do MCTIC, articula, realiza, promove e divulga CT&I como patrimônios universais para o bem da sociedade e, particularmente, do semiárido brasileiro. Tem inserção internacional como correspondente científico do Brasil na Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).¹⁷

17) Observatório do Pico dos Dias (LNA/OPD)

O LNA, UP do MCTIC, tem como missão "planejar, desenvolver, prover, operar e coordenar os meios e a infraestrutura para fomentar, de forma cooperada, a astronomia observacional brasileira",¹⁸ provendo serviços sofisticados para a comunidade científica desenvolver suas atividades de pesquisa no setor.

18) LNCC

O LNCC se consolidou como instituição líder em computação científica e modelagem computacional no país, atuando como UP científica e desenvolvimento tecnológico do MCTIC e como órgão governamental provedor de infraestrutura computacional de alto desempenho para a comunidade científica e tecnológica nacional.¹⁹

19) MAST

O MAST, UP do MCTIC, tem como missão ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, da preservação de acervos e da divulgação da atividade científica brasileira.²⁰

(Continua)

(Continuação)

<p>20) MPEG</p> <p>O MPEG, instituição de pesquisa vinculada ao MCTIC, se volta a realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionados à Amazônia.²¹</p>
<p>21) NUCLEP</p> <p>A NUCLEP, sociedade de economia mista, é uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, que atua preferencialmente na área de caldeiraria pesada. Objetiva projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, construção naval e <i>offshore</i>, e outros projetos.²²</p>
<p>22) ON</p> <p>O ON, instituto de pesquisa, criado vinculado ao MCTIC, atua em três grandes áreas de conhecimento, astronomia, geofísica e metrologia em tempo e frequência, nas quais realiza PD&I, com reconhecimento nacional e projeção internacional. Suas atividades incluem a formação de pesquisadores em cursos de pós-graduação; a geração, conservação e disseminação da Hora Legal Brasileira; e a divulgação do conhecimento produzido por meio de atividades especializadas.²³</p>
<p>23) Anatel</p> <p>À Anatel compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras.²⁴</p>
<p>24) ECT</p> <p>A ECT, lado a lado com a vertente social, oferece soluções, com tecnologia de ponta, para atender às necessidades de comunicação das empresas e instituições em um mercado cada vez mais competitivo.²⁵</p>

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ MCTIC: Carlos Eduardo Higa Matsumoto (ponto focal), Alexandre Tomio, Carlos Roberto Colares Gonsalves, Gleidimar Pereira de Oliveira, Vânia Gomes da Silva, Leandro Luiz Viegas, Nanahira de Rabelo, Caroline Heidrich Seibert, Renata Maria Clara Modenese Vieira, Marcus William Costa Moraes, Alice Souto Abbud Abdo, Leonardo Cunha Lucena e Erlon Luisi Cardoso.

² Disponível em: <<https://goo.gl/ypBDcv>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

³ Disponível em: <<https://goo.gl/pAM3vF>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/hojcBQ>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁵ Disponível em: <<https://goo.gl/CD3jzD>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/oTRcAF>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁷ Disponível em: <<https://goo.gl/PT7jgJ>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁸ Disponível em: <<https://goo.gl/FF549A>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁹ Disponível em: <<https://goo.gl/mZjJRb>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁰ Disponível em: <<https://goo.gl/Sz29Ho>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹¹ Disponível em: <<https://goo.gl/K317hL>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

¹² Disponível em: <<https://goo.gl/aYxjzj>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹³ Disponível em: <<https://goo.gl/bg5TfX>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/o4oKAe>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁵ Disponível em: <<https://goo.gl/Dyn2we>> e <<https://goo.gl/qkB9H9>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/7HYUFq>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁷ Disponível em: <<https://goo.gl/6QDEF9>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁸ Disponível em: <<https://goo.gl/wKNYgK>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁹ Disponível em: <<https://goo.gl/Mca2XT>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

²⁰ Disponível em: <<https://goo.gl/mfuDQt>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

²¹ Disponível em: <<https://goo.gl/yAov17>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

²² Disponível em: <<https://goo.gl/k3Bx7d>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

²³ Disponível em: <<https://goo.gl/dMukw4>> e <<https://goo.gl/isU3AZ>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

²⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/DpELdz>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

²⁵ Disponível em: <<https://goo.gl/2TZDCZ>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Cabe mencionar outras instituições públicas em nível federal que dão contribuições significativas ao SNCTI: o Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes)/Ministério

de Minas e Energia (MME); o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobras (Cepel)/MME; a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/Ministério da Saúde (MS); o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)/Ministério da Defesa (MD); o Centro Tecnológico do Exército (CTEx)/MD; o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)/Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)/MDIC; a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)/MDIC; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), entre outras.

Peça fundamental na estruturação dos esforços nacionais em CT&I, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), em sua versão 2012-2015,¹¹⁵ destacou a importância da ciência, da tecnologia e da inovação como eixos estruturantes do desenvolvimento do país e estabeleceu diretrizes para orientar as ações nacionais e regionais naquele horizonte temporal. A estratégia elegeu alguns programas prioritários que envolvem as cadeias mais importantes para impulsionar a economia brasileira¹¹⁶ e definiu, ainda, estratégias de consecução, metas e estimativas de financiamento para atingimento das metas.

A ENCTI foi concebida de forma a contribuir para o enfrentamento dos desafios apresentados pelo estágio de desenvolvimento do país. Os cinco principais desafios constituíram a motivação para as ações empreendidas, são eles: *i*) redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas; *ii*) expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da natureza; *iii*) ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; *iv*) consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil; e *v*) superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

Embora a cooperação internacional em CT&I sirva como instrumento de superação de todos os cinco desafios, a ENCTI tratou especificamente da atuação internacional no item *Consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil*. Para a ENCTI 2012-2015,

a ciência e a tecnologia podem contribuir de maneira importante em diversos aspectos do desenvolvimento das relações internacionais do país, incluindo o comércio exterior, a defesa dos interesses estratégicos nacionais e a cooperação internacional, entre outros. (...)

115. Em outubro de 2016, foi lançada uma nova ENCTI (2016-2022).

116. Tecnologias da informação e comunicação (TICs); fármacos e complexo industrial da saúde; petróleo e gás; complexo industrial da defesa; aeroespacial; nuclear; biotecnologia; nanotecnologia; energia renovável; biodiversidade; mudanças climáticas; oceanos e zonas costeiras; popularização da CT&I e melhoria do ensino de ciências; inclusão produtiva e social; e tecnologias para cidades sustentáveis.

O desenvolvimento da capacidade científica, tecnológica e inovativa brasileira é, portanto, vital para que o país tenha autonomia no seu desenvolvimento industrial e consolide e amplie sua segurança e sua soberania em três esferas estratégicas: a energética, a alimentar e a sanitária. É decisivo, igualmente, para respaldar a política externa do país e seu protagonismo na manutenção da paz mundial e nas diversas instâncias e fóruns de governança internacional.

A C,T&I tem um papel imprescindível no monitoramento e na gestão do território, da plataforma continental e dos recursos naturais brasileiros e no estabelecimento de parcerias estratégicas e iniciativas de integração regional e de cooperação.

A C,T&I se consolida como elemento decisivo nas parcerias estratégicas entre os países em desenvolvimento e, nesta condição, tem contribuído para o fortalecimento da identidade dos BRICS e do IBAS. Igualmente importante é o seu papel no processo de aprofundamento do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e de apoio aos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ênfase também é conferida a colaborações com países da região amazônica e com países que mantenham programas de pesquisa oceânicas e na Antártida.

Incluem-se nas ações necessárias à consolidação desejada o fomento à internacionalização da ciência e dos cientistas brasileiros e o fortalecimento das atividades de cooperação científica e tecnológica com outros países e regiões. Cumpre também apoiar a internacionalização das empresas brasileiras e a aquisição de ativos tecnológicos no exterior, atrair centros de P&D de empresas multinacionais para o Brasil e incentivar os processos de transferência de tecnologia.¹¹⁷

Ressalte-se, por oportuno, que prevalece no campo da cooperação em CT&I prestada pelo Brasil a oferta de contrapartida pelo governo brasileiro – usualmente, na forma da participação de pesquisadores brasileiros em pesquisas internacionais, da integralização de cotas ou contribuições para a manutenção de instalações de pesquisa internacionais e/ou da concessão de bolsas a pesquisadores estrangeiros, entre outras.

Adicionalmente, destaque-se, como pano de fundo da atuação brasileira na área a percepção sobre o conceito e as formas da cooperação em CT&I. Nesse sentido, observa-se que existem características próprias da ciência que estimulam, por si só, a cooperação internacional.

- 1) Os valores da ciência da racionalidade (baseada em evidências), da transparência (revisão pelos pares, replicabilidade e validação) e da universalidade (não exclusão, baseada unicamente no mérito) são os mesmos em todo o mundo. Esses valores podem ajudar a sustentar a boa governança e construir relações de confiança entre as nações. A ciência oferece um ambiente não ideológico para a participação e a livre troca de ideias entre pessoas, a despeito de seu histórico cultural, étnico e religioso, e independentemente de nacionalidades.

117. Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012-2015 – balanço das atividades estruturantes 2011*. Brasília: MCTI, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/PuEQGG>>.

- 2) A natureza dos desafios globais contemporâneos, que não reconhecem fronteiras geopolíticas e não incentivam a resolução de forma isolada: mudanças climáticas, pandemias, segurança alimentar, recursos hídricos, energias alternativas, desarmamento nuclear, detritos espaciais, oceanos, entre outros.
- 3) Os custos relacionados à produção da ciência que estão na fronteira do conhecimento. Novas descobertas e invenções dependem, em grande medida, de experimentos caros e grandes infraestruturas de pesquisa, impossíveis de serem custeados por apenas um país. Questões como “qual a origem do universo?”, ou “há vida em outros planetas?” só são passíveis de resposta com investimentos coletivos em ciência (The Royal Society, 2010).

A cooperação internacional em CT&I está inserida, em termos conceituais, no que se convencionou chamar de diplomacia científica. Esse é ainda um conceito fluido, mas pode ser instrumentalmente aplicado ao papel da CT&I em três dimensões de políticas:

- diplomacia para a ciência – utilização de ações diplomáticas para facilitar a cooperação internacional em CT&I;
- ciência para a diplomacia – usar a cooperação em CT&I para melhorar as relações internacionais entre os países; e
- ciência na diplomacia – subsidiar as decisões de política externa com assessoramento científico, tecnológico e de inovação (The Royal Society, 2010).

*Diplomacia para a ciência*¹¹⁸

A diplomacia para a ciência procura facilitar a cooperação internacional, quer na busca de prioridades estratégicas de “cima para baixo” em pesquisas, quer na colaboração de “baixo para cima” entre cientistas e pesquisadores. Enquanto cientistas e diplomatas vêm tipicamente de diferentes origens e experiências de formação muito distintas, existem muitas áreas onde sua interação é central para o avanço do empreendimento científico.

Um exemplo que pode ser dado ocorre no âmbito de grandes experimentos de física. A comunidade de ciência e tecnologia tem interesse em desenvolver energia de fusão em larga escala como forma de produzir energia barata, limpa e abundante, mas os desafios técnicos são altos, assim como os custos. Como resultado, há grande interesse dentro da comunidade de físicos

118. Os parágrafos sobre as três dimensões de diplomacia científica estão baseados em: TUREKIAN, V. C. *et al.* The emergence of science diplomacy. In: DAVIS, L. S.; PATMAN, R. G. (Eds.). *Science diplomacy: new day or false dawn?* World Scientific, Feb. 2015. p. 3-24.

no desenvolvimento de instituições multilaterais que detenham plataformas experimentais de grande escala e que poderiam apoiar essa ciência avançada sem impactos orçamentários proibitivos. Por meio de ações em nível global, a comunidade científica começou a planejar tal empreendimento. Em iniciativas dessa natureza, as fundações diplomáticas (negociações políticas e jurídicas) são tão importantes quanto a superação dos desafios técnicos.

A necessidade de cooperação entre as comunidades diplomáticas e científicas em relação a esses grandes programas multinacionais é o principal motor da diplomacia para a ciência. São exemplos desses empreendimentos a Estação Espacial Internacional (ISS), o Square Kilometre Array (SKA, em construção na África do Sul e que será o maior radiotelescópio do mundo), a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) e o Synchrotron-Light for Experimental Science and Applications in the Middle East (Sesame, fonte de luz Síncrontron construído na Jordânia, o único do Oriente Médio).

Esses esforços multilaterais complexos e caros, no entanto, são apenas a ponta do *iceberg*. A colaboração internacional de baixo para cima acontece diariamente entre instituições e cientistas, e o aprofundamento das relações pessoais e profissionais nesse nível tem se provado instrumental para a condução da pesquisa científica e tecnológica e da inovação. O estereótipo do cientista como um gênio solitário na bancada do seu laboratório não encontra mais respaldo na realidade. Os experimentos em CT&I estão atualmente assentados na necessidade de colaboração e conexão. Globalmente, cada vez mais se observa a emergência de uma comunidade invisível de pesquisadores que colaboram não porque são mandados a fazê-lo, senão porque eles assim o desejam, no entendimento de que podem oferecer uns aos outros visões, conhecimentos e habilidades complementares.

A diplomacia é, portanto, uma facilitadora fundamental da P&D em ciência e tecnologia, permitindo a comunicação e a colaboração além das fronteiras nacionais.

Ciência para a diplomacia

A ciência para a diplomacia refere-se ao uso da ciência para apoiar a construção e a melhoria das relações internacionais, especialmente quando existem tensões ou limitações no relacionamento entre governos. Utiliza-se da característica de *soft power* da ciência: sua atratividade e influência tanto como ativo nacional quanto como uma atividade universal que transcende os interesses nacionais ou partidários.

Ao permitir que países exerçam e expressem seu *soft power* de forma inovadora e altamente efetiva, e ao estimular relações de confiança e concertação entre nações frequentemente rivais, a ciência para a diplomacia é cada vez mais reconhecida como um instrumento real de potencial significância.

O surgimento de uma era da diplomacia científica, em que cientistas não ligados a governos e acadêmicos possuem um papel-chave na diplomacia e na política internacional, já permitiu aos Estados Unidos terem acesso a comunidades potencialmente influentes em países como Cuba, Irã e Coreia do Norte, apesar de crises políticas e a ausência de relações diplomáticas oficiais. Exemplos dessa atuação são: *i*) as iniciativas da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos no Irã, em áreas como ciências sísmicas e doenças alimentares, que permitiram uma das mais duradouras ligações entre os dois países por uma década marcada por desconfianças e sanções; e *ii*) a parceria acadêmica e de pesquisa entre a Universidade de Syracuse e a Universidade de Tecnologia Kim Chaek, da Coreia do Norte, na área de padronização de TIs, que já duram mais de dez anos e permitem contatos pessoais entre os nacionais em bases regulares.

Outro exemplo, que foge da perspectiva de distensionamento de relações de conflito, mas que demonstra o uso do *soft power* para o fortalecimento das relações internacionais e do prestígio nacional, é o Ciência sem Fronteiras. Por meio desse programa, o Brasil não apenas fomentou a mobilidade e a formação de estudantes e pesquisadores brasileiros no exterior, como também utilizou a ciência para fortalecer a cooperação com aliados estratégicos e importantes parceiros econômicos.

A ciência para a diplomacia é emanada de diferentes formas: acordos de cooperação internacional em CT&I, criação de novas instituições (Sesame, CERN), bolsas de estudo e de pesquisa, criação de arranjos governamentais que permitem encontros e relações de bases regulares (comissões mistas), seminários, exposições e festivais, entre outras.

Ciência na diplomacia

Muitos dos maiores desafios enfrentados pelos Estados hoje são cada vez mais globais em sua natureza e escala e têm a CT&I na origem da sua causa ou solução. A ciência na diplomacia descreve o papel da CT&I na prestação de aconselhamento/assessoramento para informar e apoiar os objetivos da política externa.

A função da ciência na diplomacia deve ser a garantia da absorção efetiva de assessoramento de alta qualidade pelos tomadores de decisão. A comunidade científica proveria aos agentes políticos informações atualizadas sobre a dinâmica dos sistemas socioeconômicos e da natureza, bem como identificaria onde incertezas existem ou onde a base de evidências é inadequada, de modo que decisões bem-informadas são tomadas tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Em outras palavras, a ciência na diplomacia trata de munir tomadores de decisão internacional com conhecimento científico e entendimento necessário para lidar com as demandas complexas relacionadas à CT&I do século XXI. Cada vez mais, as decisões de política externa são baseadas nas informações que

a ciência e a comunidade científica fornecem. Ao observar os desafios correntes, como aqueles relacionados à saúde global, às mudanças climáticas, à proliferação de armas e ao crescimento econômico e inovação, deve-se levar em conta que a ciência, a tecnologia e o conhecimento têm potencialmente um papel central a desempenhar no fornecimento de possíveis soluções.

Nenhum desses assuntos pode ser completamente resolvido sem: *i*) entender a ciência por trás do desafio; *ii*) desenvolver as instituições técnicas para disseminar a informação e o conhecimento sobre o desafio; e *iii*) engajar-se com os especialistas técnicos. Assim, tomadores de decisão precisam de acesso tanto a pessoas de alta qualificação quanto a informação relevante e atualizada.

A criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) talvez seja um dos exemplos mais conhecidos de assessoramento científico relacionado a políticas internacionais e é uma ilustração contemporânea da ciência na diplomacia. Mecanismos foram criados para apoiar o fluxo de informações relacionadas à mudança climática e suas potenciais consequências – do meio ambiente à economia, das instituições científicas globais e grupos de pesquisa às comunidades de decisores políticos. Ainda que o IPCC não realize pesquisas primárias, o órgão revê e produz avaliações periódicas de pesquisas científicas, técnicas e socioeconômicas de todo o mundo, refletindo diferenças de pontos de vista da comunidade científica em seus relatórios.

Tais relatórios têm tido um efeito de longo alcance nas relações internacionais e nas atividades de instituições científicas. Em dezembro de 2007, o IPCC foi laureado com o prêmio Nobel da Paz, juntamente com Al Gore, “pelos seus esforços na construção e disseminação do conhecimento amplo sobre as mudanças climáticas produzidas pelos homens, e por estabelecer as fundações para a mensuração que é necessária para combater tal mudança”.¹¹⁹

A percepção do papel crescente da CT&I em assuntos de política externa fez com que países como os Estados Unidos e o Reino Unido criassem postos de assessores científicos para os seus chanceleres. Também levou outro número de países, como China, Alemanha, África do Sul, Itália, União Europeia, e também Estados Unidos e Reino Unido, a designar adidos científicos para suas embaixadas e consulados no exterior, provenientes dos ministérios da Ciência e Tecnologia ou da própria comunidade científica.

119. No original em inglês, “for their efforts to build up and disseminate greater knowledge about man-made climate change, and to lay the foundations for the measures that are needed to counteract such change”. Disponível em: <<https://goo.gl/vgQjTww>>.

5.1 O protagonismo brasileiro em CT&I

A inserção brasileira no campo da cooperação em CT&I decorre da participação do país nos arranjos internacionais voltados à área e materializa-se, habitualmente, mediante a presença de servidores e pesquisadores brasileiros em variados níveis, da assinatura e gestão de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil à execução de projetos de P&D conjuntos com outros países, utilizando-se da estrutura de pesquisa desenvolvida nacionalmente.

Em linhas gerais, destaque-se que, no âmbito da cooperação internacional em CT&I, o MCTIC, conjuntamente com seus parceiros, elabora e implementa ações que englobam uma ampla rede de atos internacionais: a criação e participação em instâncias internacionais de coordenação (Comistas); o apoio a projetos de pesquisa e projetos de pesquisa desenvolvidos diretamente pelo ministério; a difusão e criação conjunta de conhecimento, técnicas e tecnologias; o apoio à participação de pesquisadores brasileiros em grandes experimentos internacionais multilaterais; o pagamento de contribuições voluntárias a instituições científicas internacionais; e o assessoramento científico à tomada de decisões de política externa.

Sobre os atos internacionais (memorandos de entendimento, declarações conjuntas, acordos de cooperação científica, cartas de intenção, planos de ação e programas de trabalho), estes representam não apenas o interesse e compromisso político de cooperar com parceiros em áreas específicas, como também institucionalizam e estruturam as ações a serem desenvolvidas conjuntamente. São mais de setecentos atos internacionais firmados ou adotados pelo Brasil na área de CT&I com parceiros tradicionais, novos parceiros e organismos internacionais.

Envolvendo a criação e participação em instâncias internacionais de coordenação (comissões conjuntas em CT&I e fóros multilaterais em CT&I), as Comistas em CT&I funcionam por meio de reuniões regulares, nas quais os parceiros elencam suas prioridades de cooperação, planejam atividades conjuntas, monitoram ações em curso e avaliam seus resultados. As Comistas possuem importante vertente política de manutenção de relações amistosas entre os países parceiros.

O apoio a projetos de pesquisa (lançamento de chamadas internacionais conjuntas e encomendas) evidencia a importância das agências de fomento do MCTIC, principalmente o CNPq e a Finep, que lançam editais conjuntos com governos e instituições de fomento à pesquisa estrangeira com vistas ao financiamento de projetos bilaterais ou multilaterais de pesquisa e inovação em áreas específicas. Esse tem sido, historicamente, o instrumento mais efetivo para fortalecer a cooperação entre pesquisadores, cientistas, empresas e instituições de ciência, tecnologia e inovação (ICTs).

Programas de grande porte para mobilidade de estudantes e pesquisadores (Ciência sem Fronteiras), de apoio a empresas nascentes de base tecnológica, de transferência de tecnologia em setores específicos (Satélite Sino-Brasileiro

de Recursos Terrestres – CBERS/China), de autonomia tecnológica para suprir demandas nacionais (Reator Multipropósito Brasileiro – RMB/Argentina), entre outros, são projetos na área de CT&I desenvolvidos diretamente pelo MCTIC. A rede do MCTIC atua diretamente com instituições de pesquisa no exterior para desenvolver projetos que visem atingir objetivos comuns.

A participação de representantes do governo brasileiro (ministério, UPs e entidades vinculadas) em seminários, simpósios, *workshops* e congressos com vistas à capacitação e à troca de experiências de parceiros internacionais constitui elemento central na difusão e criação conjunta de conhecimento, técnicas e tecnologias.

Destaquem-se, ademais, o apoio à participação de pesquisadores brasileiros em grandes experimentos internacionais multilaterais e o pagamento de contribuições voluntárias a instituições científicas internacionais, implementado mediante o custeio das taxas de operação e manutenção em experimentos científicos globais, como a CERN, o Fermilab, o Telescópio Gemini etc. Importante destacar, igualmente, o pagamento das contribuições voluntárias à Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento (TWAS), ao Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), ao Comitê Científico de Pesquisas Oceânicas (SCOR) e ao Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR).

Observe-se, finalmente, que o assessoramento científico à tomada de decisões de política externa coloca o MCTIC como um parceiro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em assuntos diplomáticos que possuem grande interface científica e tecnológica. Técnicos do ministério elaboram subsídios e fazem a interlocução com a comunidade científica em temas de mudanças climáticas, espaço, energia nuclear, bens sensíveis, biodiversidade, oceanos, meteorologia, TICs, energias renováveis, nanotecnologia, TV digital, bioeconomia, biotecnologia, astronomia, tecnologias geoespaciais, manufatura avançada, entre outros.

De modo mais específico, são esses técnicos, pesquisadores e servidores que garantem o protagonismo do país nas diversas áreas da CT&I, tanto em termos de representatividade quanto em razão de seu papel na difusão das práticas nacionais.

No contexto multilateral, o Brasil se faz representar e atua nas Nações Unidas e suas agências especializadas,¹²⁰ bem como em outros organismos internacionais.¹²¹ Participa, ademais, de outros foros multilaterais,¹²² além de iniciativas temáticas no

120. Como, entre outras, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), a União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

121. Como o Mercosul, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Unasul.

122. Como o BRICS, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o IBAS, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e o G-20.

campo da CT&I.¹²³ Destaque-se, a propósito, que, no campo de bens sensíveis, compromissos assumidos pelo país em tratados e convenções internacionais mantêm o Brasil em permanente contato com a comunidade internacional, em especial no que tange às responsabilidades assumidas na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), na Convenção Internacional para a Proibição de Armas Químicas (CPAQ), na Convenção para a Proibição de Armas Biológicas (CPAB), no Grupo de Supridores Nucleares (NSG) e no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).¹²⁴

Entre 2014 e 2016, a cooperação brasileira em CT&I envolveu, além do MCTIC e das duas agências de fomento (CNPq e Finep), dezenove UPs vinculadas ao ministério (box 9). Parte do protagonismo do Brasil foi exercido mediante a participação de representantes brasileiros em eventos no exterior que cobriram os mais variados temas do campo da CT&I. Ao todo, de 2.964 registros de afastamentos considerados, foram registradas 1.368 participações em eventos internacionais de alcance multilateral com participação brasileira (tabela 1).

TABELA 1

CT&I: participação brasileira em eventos internacionais de alcance multilateral no exterior (2014-2016)

Ano	2014	2015	2016	2014-2016
Participações	611	372	385	1.368

Fonte: MCTIC.
Elaboração: Ipea.

Interessante observar que, além da queda no número de participações após 2014 (e relativa estabilidade nos anos seguintes), todas os 21 órgãos pesquisados no campo da CT&I envolveram-se nessa dinâmica de afastamentos para a participação em eventos, fosse para a discussão e gestão de acordos internacionais, fosse para o compartilhamento da experiência brasileira. Dois exemplos ajudam a ilustrar a relevância dessa participação.

Na área aeroespacial, representantes da AEB participaram, em 2014, do seminário Desafios do Setor Espacial Latino-Americano, apresentando o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), e do seminário Espaço de Cooperação Internacional (Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Equador, Peru, Chile e Argentina), base para o desenvolvimento sustentável na América Latina. A agência participou, também, do XII (em 2015) e do XIII (em 2016, em San José, Costa Rica) Encontros Regionais para América Latina e Caribe, destinados

123. Como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Group of Senior Officials on Global Research Infrastructures (GSO-GRIs), o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe (CRECTEALC) e o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), entre outras.

124. Disponível em: <<https://goo.gl/XYjHBR>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

aos coordenadores dos países signatários do Programa de Aprendizagem e Observações Globais em Benefício do Meio Ambiente (Globe) da NASA, e de *workshops* vinculados ao tema. O evento Melhores Práticas Internacionais em Prol da Sustentabilidade do Espaço Exterior: progressos e planejamento, em Washington, e o III Congresso Latino-Americano de Comunicação por Satélite Radiofusão (LTSAT), ambos em 2016, contaram igualmente com a participação da AEB. Membros da agência participaram também, em 2014, de reuniões do Programa do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), em assuntos associados a gerenciamento de projetos. No âmbito dos BRICS, representante da AEB participou da reunião de chefes de autoridades espaciais do grupamento, realizada em Zhuhai (China), em 2016.

No campo das pesquisas físicas, representantes do CBPF participaram, em 2016, de reuniões de trabalho do Conselho do International Doctorate Network in Particle Physics, Astrophysics and Cosmology (do projeto de cooperação MARTA e LATTES) e do International Advisor Committee, na International Conference of High Energy Physics 2016, na Universidade de Chicago.

Pesquisadores brasileiros ocuparam-se também com a apresentação de trabalhos e palestras em uma série de eventos internacionais na área de pesquisas físicas. Citam-se, em 2015, os eventos: Encontro Internacional MAS-SEM-SPM; Fórum Brasil-JINR (na qualidade de pesquisador com laço de colaboração científica com o Laboratório Bogoljubov do JINR); XVI Conferência Internacional sobre Espectroscopia de Hádrons; XIII Simpósio Internacional de Biomineralização (BIOMN); e Encontro Anual de Primavera da Sociedade Europeia de Pesquisa em Materiais (E-MRS Spring Meeting). Em 2016, por sua vez, citam-se: conferência SUPERSTRIPES; 21st International Conference on General Relativity and Gravitation; International Conference on Strongly Correlated Electron Systems (SCES); 61st Annual Conference on Magnetism and Magnetic Materials; conferência internacional Coherent States and Their Applications: a contemporary panorama; 8th International Workshop on Charm Physics; e *workshop* Muon-Detector Development for Cosmic-Ray Experiments.

A colaboração brasileira com a CERN, porém, foi o grande destaque da cooperação brasileira na área de pesquisas físicas. Pesquisadores do CBPF colaboraram no experimento *large hadron collider beauty experiment* (LHCb) na área de TI; integraram o time de *data-managers* do LHCb; realizaram tarefas relacionadas aos dados do LHCb, produção *recol/stripping* no CBPF, programação em Python no LHCb-Distributed Infrastructure with Remote Agent Control (DIRAC) e projeto LHCONe. Na área de segurança da informação (SI), integraram o time de SI da CERN, participando de atividades de varredura e análise de vulnerabilidades. Contribuíram, ademais, para o desenvolvimento da pesquisa e a preparação de

análises da física do Compact Muon Solenoid Collaboration (CMS), participando, entre outros, do experimento CMS sobre diversos fenômenos da física de partículas elementares. Representaram a Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE) nas reuniões do Resource Review Board (RRB) da CERN e participaram das reuniões do LHCb, discutindo o futuro do experimento, e das semanas do LHCb, fazendo palestras na Escola de Professores da CERN, bem como plantões de experiência.

A dinâmica constatada nas áreas espacial e de pesquisas físicas tendeu a se reproduzir nos demais campos de atuação brasileira na cooperação internacional em CT&I, difundindo a ciência brasileira pelo mundo, viabilizando a participação do país em grandes experimentos internacionais e assegurando lugar ao Brasil na gestão internacional de relevantes complexos de CT&I.

Um aspecto a se destacar, nesse sentido, é que, para além dos compromissos formais firmados pelo Brasil (que acarretam gastos na forma de contribuições ordinárias a organismos internacionais), o governo brasileiro realizou contribuições voluntárias a nove instituições internacionais durante o período: TWAS, SCAR, SCOR, COSPAR, ICSU, Federação Internacional de Astronáutica (FIA), Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), Latin American Section/American Nuclear Society (LAS/ANS) e Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser (LIGO).

Admite-se que tais contribuições ajudaram a consolidar o protagonismo brasileiro nas áreas de atuação de cada uma delas.

5.2 Práticas brasileiras na cooperação em CT&I

A cooperação brasileira em CT&I materializa-se mediante a participação do país em iniciativas conjuntas de caráter bilateral ou plurilateral, bem como pela contribuição do Brasil para a manutenção de estruturas internacionais de pesquisa.

Entre 2014 e 2016, tais iniciativas perpassaram a atuação internacional de dezenove vinculadas do MCTIC (box 9),¹²⁵ cobrindo as mais variadas áreas de atuação no campo da CT&I. Estenderam-se, ademais, pelos cinco continentes,¹²⁶ viabilizando a participação de pesquisadores brasileiros em projetos conjuntos com pesquisadores de 77 países e/ou territórios (quadro 8).

125. Além do próprio ministério, responsável pela coordenação e pela inserção estratégica na área, o CNPq e a Finep, responsáveis pelo fomento e pelo financiamento de muitas dessas iniciativas, bem como a Anatel e a ECT, da área de comunicações, não estão entre as dezenove vinculadas aqui mencionadas.

126. Divididos, neste relatório, em seis regiões.

QUADRO 8
Países e territórios com atuação brasileira na área de cooperação em CT&I (2014-2016)

Região	Quantidade	País(es) e território(s)
África	14	África do Sul; Angola; Etiópia; Gabão; Guiné-Bissau; Ilhas Canárias; Moçambique; Malawi; Marrocos; Quênia; São Tomé e Príncipe; Senegal; Tanzânia; e Uganda.
América do Norte	2	Canadá; Estados Unidos da América.
América Latina e Caribe	20	Argentina; Belize; Bolívia; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Curaçao; Equador; Guatemala; Guiana; Guiana Francesa; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; Porto Rico; Uruguai; e Venezuela.
Ásia	11	Armênia; China; Coreia do Sul; Emirados Árabes Unidos; Índia; Indonésia; Japão; Malásia; Nepal; Tailândia; Vietnã.
Europa	28	Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Croácia; Dinamarca; Escócia; Eslovênia; Espanha; Finlândia; França; Holanda; Hungria; Inglaterra; Itália; Letônia; Mônaco; Noruega; Polónia; Portugal; Reino Unido; República Checa; Romênia; Rússia; Suécia; Irlanda; Turquia; e Ucrânia.
Oceania	2	Austrália; e Nova Zelândia.

Fonte: MCTIC.
 Elaboração: Ipea.

A título de exemplificação da diversidade das práticas brasileiras na área e do alcance das parcerias implementadas ao longo do período, foram selecionados quatro países-parceiros para uma mirada mais detida: Alemanha, Argentina, China e Estados Unidos.¹²⁷

5.2.1 Alemanha

Além da manutenção do Labex Europa pela Embrapa, iniciativa desenvolvida com a participação de Alemanha, França e Reino Unido, e de participação pontual da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), a cooperação com a Alemanha envolveu, no campo da CT&I, pelo menos treze diferentes órgãos vinculados ao MCTIC.¹²⁸

O Observatório Torre Alta da Amazônia (OTTA) tem por objetivos compreender melhor a influência da Amazônia no clima mundial, medir emissão de gases de efeito estufa na floresta, estudar aerossóis – partículas em suspensão que

127. De acordo com o ministério, Alemanha, Argentina, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e União Europeia estão entre os parceiros prioritários do Brasil na área. Disponível em: <<https://goo.gl/AJZ3Ug>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

128. AEB, CBPF, CEITEC, CETEM, CNEN, INPA, INPE, INT, INSA, LNA/OPD, LNCC, MPEG e ON.

promovem a formação de nuvens, e investigar o transporte de massas de ar por milhares de quilômetros.¹²⁹

Coordenado, no Brasil, pelo INPA e pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e, na Alemanha, pelo Instituto Max Planck de Química (MPI-Chemie), o OTTA consiste em uma torre com 325 metros de altura e duas torres subsidiárias, a primeira desse tipo na América do Sul, instalada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, no município de São Sebastião do Uatumã, interior do estado do Amazonas, a 150 km de Manaus. A construção da torre foi iniciada em agosto de 2014 e concluída em janeiro de 2015.¹³⁰

Foi concebido para operar por pelo menos vinte anos, uma vez que visa acompanhar os efeitos das mudanças climáticas globais nos ecossistemas de floresta de terra firme da Amazônia. Busca, nesse sentido, determinar com acuidade os efeitos das mudanças climáticas globais na Amazônia, em particular os associados ao aumento da temperatura do ar, ao aumento da concentração de gás carbônico atmosférico e às prováveis alterações dos regimes de chuva na região.

Na área espacial, destaquem-se as reuniões de trabalho de representantes da AEB com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), acerca das atividades relacionadas às campanhas conjuntas sobre o desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM). Nessa área, as visitas técnicas, realizadas também pelo pessoal do INPE, não se restringiram à Alemanha, englobando também parceiros na França e no Reino Unido.

Na astrofísica, o destaque foram os trabalhos para o desenvolvimento do espectrógrafo ultravioleta CUBES, para o Very Large Telescope (VLT) do European Southern Observatory (ESO). Projeto liderado no Brasil pela Universidade de São Paulo (USP), o LNA participará com a parte da tecnologia de projeto e fabricação optomecânica e eletrônica. Pesquisadores do ON, por sua vez, colaboraram com as

129. O projeto foi estabelecido pelo Memorando de Entendimento (MdE) sobre Cooperação em Pesquisa para a Implementação do Observatório da Torre Alta da Amazônia, assinado entre o ministro da Ciência e Tecnologia brasileiro Sérgio Rezende e a ministra de Educação e Pesquisa alemã Annette Schavan, em 12 de março de 2009, na cidade de São Paulo. No MdE, as partes expressam a intenção de cooperar na preparação de uma iniciativa voltada para a observação e o monitoramento de componentes da atmosfera relevantes ao clima, por meio de uma torre de observação na região amazônica, cujo alcance abrangerá a maior superfície florestal relativamente homogênea do planeta. Brasil e Alemanha levam em consideração o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, assinado pelos dois países em 1996, e as decisões da Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Científica e Tecnológica realizada em 28 de novembro de 2007, para a promoção de pesquisas conjuntas na área de mudanças climáticas.

130. A infraestrutura inclui outras duas torres de cerca de 80 metros e equipamentos para coleta e medição de dados. Ademais, foi construído um cais para descarga de equipamentos, componentes e materiais de construção de materiais pesados, já que aproximadamente 500 toneladas de material foram descarregadas para a construção da OTTA; uma estrada de acesso ao acampamento de 15 km de extensão; um barracão para os operários que irão construir a torre; e um alojamento para cientistas e técnicos. O orçamento do projeto previa uma divisão equitativa entre as partes, para construção da torre, equipamentos e manutenção por, inicialmente, cinco anos. Os recursos previstos totalizam R\$ 18,4 milhões, sendo R\$ 13 milhões financiados pela Finep, e R\$ 5,4 milhões financiados pelo Ministério de Educação e Pesquisa alemão (Bundesministeriums für Bildung und Forschung – BMBF).

millennium simulations no Max-Planck-Institute for Astrophysics, onde também se discutiu o progresso do projeto CODEX e a negociação da junção do projeto espacial eROSITA com o PAU-BRASIL/J-PA.

No campo das pesquisas físicas, pesquisadores brasileiros engajaram-se em pesquisas binacionais sobre superfícies e interfaces; películas e filamentos; e ressonadores para ressonância magnética nuclear (RMN). Além disso, colaboraram com o Observatório Pierre Auger, construído para possibilitar a detecção dos raios cósmicos mais energéticos conhecidos. O observatório é uma iniciativa global que conta ainda com a parceria de diversos outros países.

A participação brasileira na coordenação do projeto Indústria Global de Terras-Raras e Novas Aplicações (Rare Earth Global Industry and New Application – Regina) foi o destaque na área de tecnologia mineral, enquanto a participação no projeto Catalisadores Monolíticos para a Produção de Hidrogênio a partir da Conversão do Bioetanol, realizado pelo Instituto Leibniz de Catálise, foi a principal ação a mobilizar pesquisadores do INT, e a estabilização de sistemas dinâmicos e aplicações motivou a cooperação na área de computação científica entre os dois países.

BOX 10

A cooperação com a Sociedade Fraunhofer

No período, estavam vigentes dezenove projetos conjuntos, nas áreas de biotecnologia/tecnologia alimentar, meio ambiente/energia, saúde, tecnologia da produção e educação. Dentre os projetos conjuntos, destacam-se:

- colaboração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) com os institutos Fraunhofer de Engenharia de Interfaces e Biotecnologia (IGB), de Ensaios Não Destrutivos (IZFP), e de Tecnologias Modulares de Estado Sólido (EMFT);
- estabelecimento do Fraunhofer Project Center for Food and Bioresources em Campinas/SP pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos do Estado de São Paulo (ITAL) e pelo Instituto Fraunhofer para Engenharia de Processos e Embalagens;
- criação do Fraunhofer Project Center para Sistemas e Engenharia de Software pelo Laboratório de Engenharia de Software da Universidade Federal da Bahia (LES/UFBA) e pelo Instituto Fraunhofer para Engenharia Experimental de Software (IESE); e
- contratação da Sociedade Fraunhofer pelo SENAI para assessorar a instalação dos Centros de Inovação.

A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) iniciou parceria com a Fraunhofer por ocasião do processo de avaliação dos planos de ação das ICTs que se candidataram a se tornarem Unidades Embrapii no edital publicado em 2014. Na avaliação da Fraunhofer, das dez instituições pré-selecionadas pelo lado brasileiro, nove foram igualmente aprovadas pelos avaliadores alemães, demonstrando a sinergia entre ambas as instituições quanto aos princípios norteadores do fomento às atividades voltadas a PD&I.

No intuito de ampliar essa parceria, foi assinado, em 31 de julho de 2015, MdE entre a Embrapii e a Fraunhofer. O memorando tem por objetivo promover a cooperação entre as duas instituições a fim de permitir a capacitação de pesquisadores e profissionais em gestão de PD&I nas especificidades vinculadas aos projetos apoiados pelos dois países.

No mais, a cooperação bilateral evoluiu, da perspectiva brasileira, com base no compartilhamento de saberes e práticas nacionais mediante a participação de servidores públicos e pesquisadores brasileiros em eventos e visitas técnicas, estreitando os laços com as contrapartes alemãs e colaborando no avanço da ciência.

5.2.2 Argentina

Pesquisadores brasileiros de pelo menos catorze instituições estiveram envolvidos em projetos desenvolvidos em colaboração com os vizinhos sul-americanos.¹³¹ As iniciativas contaram ainda com o apoio do CNPq e da Finep, além do próprio ministério.

Um dos destaques da parceria com a Argentina está no Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB/CABBIO),¹³² programa de integração regional que tem colaborado para consolidar os laços de cooperação bilateral, ampliando a base do conhecimento, de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas para a biotecnologia nos dois países. O objetivo do centro é promover o desenvolvimento científico e tecnológico em atividades comuns aos dois países.¹³³

Ao longo dos seus trinta anos de existência, o CBAB/CABBIO tem sido reconhecido como um dos exemplos de relacionamento dinâmico em ciência e tecnologia que o Brasil mantém com outro país.¹³⁴

As atividades do CBAB/CABBIO começaram com os cursos de curta duração da Escola Brasileiro-Argentina de Biotecnologia (EBAB), que tem funcionado de forma ininterrupta desde 1987, com uma programação anual de cursos. Ao todo já foram ministrados 424 cursos, simpósios e *workshops*, capacitando mais 5.500 alunos brasileiros, argentinos e outros latino-americanos.

Resultantes do trabalho desenvolvido no âmbito da escola, além da capacitação de pesquisadores e técnicos atuantes em biotecnologia, estão livros e revistas que documentam e difundem o conhecimento por meio de publicações técnicas. Algumas destas publicações estão sendo adotadas em cursos de pós-graduação da América Latina.

Quanto ao desenvolvimento científico e biotecnológico conjunto, o centro já apoiou cerca de 125 projetos executados por núcleos de pesquisa do Brasil e da Argentina, os quais geraram resultados que contribuíram para o avanço do conhecimento científico e tecnológico, como para:

131. AEB, CBPF, CETEM, CNEN, INB, IBICT, INPA, INPE, INT, LNA/OPD, LNCC, MAST, MPEG e ON.

132. O centro foi criado a partir da Ata de Integração Bilateral (Protocolo nº 9 – biotecnologia) pelos governos da Argentina e do Brasil em 29/7/1986 e 10/12/1986.

133. Politicamente, funciona por meio de um conselho binacional, no qual participam representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Economia, da Agricultura, da Saúde, um diretor binacional, e um diretor de cada país. Em nível de assessoria técnica, existe um comitê específico, composto por representantes da comunidade científica.

134. Suas atividades são induzidas por meio de editais de convocação, lançados de forma simultânea nos dois países, para proposição de cursos ou projetos em temas binacionais prioritários, definidos por representantes da comunidade científica dos dois países.

- o domínio de tecnologias de melhoramento vegetal, especialmente para soja, milho, algodão, entre outras culturas;
- a saúde humana, como a produção de anticorpos monoclonais, a melhoria da vacina pertusis, a expressão do vírus da hepatite B e estudos celulares de alguns tipos de cânceres; e
- a produção de vacinas animais, a exemplo da melhoria da vacina para babesiose, estudo de enzimas.

Na área de pesquisas físicas, além da colaboração com o Centro Atômico Consituyentes – Magnetic Nanostructures and Devices Lab. e da participação de representante do CBPF como palestrante convidado no Minicurso sobre Entropias Generalizadas: teorema H e produção de Entropia, a pesquisa brasileira tomou parte no Experimento de Interação Coerente entre Núcleo e Neutrino (Coherent Neutrino-Nucleus Scattering Experiment – CONNIE), realizado em conjunto com Argentina, Estados Unidos, México, Paraguai e Suíça.

A cooperação em física de astropartículas¹³⁵ se materializou mediante a participação dos dois países em grandes colaborações internacionais e instalações científicas localizadas em território argentino, casos do Observatório Pierre Auger e do projeto Long Latin-American Millimeter Array (Llama).

Sobre o observatório, trata-se de uma das maiores instalações científicas no mundo. Localizado na região da cidade de Malargüe,¹³⁶ ocupa uma área de 3 mil quilômetros quadrados. A construção do Auger começou no início do século e foi completada em 2008. É uma colaboração de dezessete países. Conta com a participação de cientistas brasileiros (10% dos cientistas envolvidos) e com a colaboração financeira do país para sua manutenção. Além disso, contou com equipamentos brasileiros fabricados nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco para sua implementação.¹³⁷

No caso do Llama, objetiva-se a instalação de radiotelescópio na localidade de Alto Chorrillos, província de Salta, que permitirá o estudo de diversos temas da astronomia. O projeto é coordenado pelo Instituto Argentino de Radioastronomia (IAR-CONI CET) e pela USP. O instrumento, que terá 12 metros de diâmetro, foi construído pela empresa alemã Vortex e foi custeado pela FAPESP.¹³⁸

135. Em 2016, o MCTIC e o Ministerio de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología (MINCyT) da Argentina assinaram memorando de entendimento para cooperação na área de física de astropartículas. O mencionado MdE visa dar maior organicidade às ações conjuntas nessa área.

136. A cerca de 300 km (em linha reta) ao sul da cidade de Mendoza.

137. O custo do experimento (excluindo salários) foi de US\$ 50 milhões, sendo o investimento brasileiro de cerca de US\$ 5 milhões, todo ele em equipamentos. O custo anual de manutenção do experimento é de cerca de US\$ 2 milhões, rateado entre os participantes. A contribuição brasileira está equacionada e tem recursos da Finep, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do CNPq e da RENAFAE.

138. US\$ 8 milhões.

Na área nuclear, o tema mais frequente da cooperação bilateral envolveu o envio de técnicos brasileiros (da CNEN e da INB) à Argentina para a realização de inspeções de salvaguarda em instalações nucleares argentinas, no âmbito da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A revisão crítica da engenharia básica do RMB foi outro tema a mobilizar a cooperação bilateral no setor, assim como as discussões para a criação de um repositório de informação nuclear educativa compartilhado (DSPACE) e a participação em uma série de eventos conjuntos sobre energia nuclear e temas afins, que envolveram também a Agência Internacional de Energia Atômica, entre outros atores.

Sobre o RMB, cabe observar que, embora se trate de um empreendimento de arraste tecnológico e de organização para o setor nuclear, que visa dotar o Brasil com uma infraestrutura de CT&I de importância fundamental para viabilizar políticas públicas,¹³⁹ impacta a cooperação bilateral à medida que a Argentina está construindo o seu próprio reator (RA-10), projetado pela empresa estatal argentina INVAP. A CNEN estabeleceu cooperação com sua contraparte argentina (Comisión Nacional de Energía Atómica – CNEA), com vistas a desenvolver conjuntamente o RMB, tendo a INVAP como principal agência implementadora das fases iniciais dos projetos. O Projeto Básico de Engenharia, que envolveu, além da INVAP, a empresa brasileira Intertechne, foi concluído com recursos do MCTIC por meio de convênio com a Finep.

Nesse sentido, note-se que a fase II, relativa ao Projeto de Engenharia Detalhada, também será desenvolvida pela INVAP.¹⁴⁰ Além do MCTIC, da CNEN e da Finep, estão envolvidos no projeto do RMB a Marinha/MD e o MS.

Vale destacar, ainda no campo da energia nuclear, a troca de informações técnicas gerais ligadas à fabricação de combustível para reatores e os correspondentes serviços de combustível entre a INB e a Combustibles Nucleares Argentinos S/A (CONUAR), visando aprimorar a segurança e a qualidade para uso comercial.

No campo aeroespacial, destacou-se o desenvolvimento do projeto de satélite Sabiá-Mar (box 11), cujo objetivo é observar os ecossistemas oceânicos em escala sinóptica e obter uma visão global da biosfera marinha, ameaçada pelo aquecimento global e pela acidificação dos oceanos. A cooperação do INPE com a INVAP da Argentina no âmbito do desenvolvimento do satélite Amazônia-1 também ocupou pesquisadores e técnicos brasileiros vinculados ao instituto, além de temas relacionados a mudanças globais e à Antártica, por exemplo.

139. Em especial nas áreas de saúde, indústria, agricultura e meio ambiente; de reatores e ciclo do combustível; e de pesquisa científica e inovação.

140. Em nota conjunta de 19/7/2016, divulgada pelos dois países por ocasião dos 25 anos da criação da ABACC, os presidentes Michel Temer e Mauricio Macri reafirmaram o compromisso com a construção do RMB e do Reator RA-10 da Argentina, "projetos estratégicos conjuntos, que atestam a confiança mútua no campo nuclear". Disponível em: <<https://goo.gl/m67E7g>>.

BOX 11**O Sabiá-Mar**

O Programa Espacial Brasil-Argentina tinha como alicerce o desenvolvimento do conjunto de satélites denominado Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos (projeto Sabiá-Mar), para imageamento dos oceanos e das regiões costeiras. O projeto era coordenado pela AEB e pelo INPE, do lado brasileiro, e pela Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CONAE), do lado argentino.

A fase A do projeto (delimitação de soluções técnicas a serem adotadas, divisão de responsabilidades entre os dois países e estudo de viabilidade) foi concluída, com recursos da Finep. Em novembro de 2014, os dois países firmaram Protocolo de Cooperação para a continuidade da missão em sua fase B, que corresponde ao projeto preliminar da missão (satélite e sistemas de solo). O programa espacial bilateral conta com recursos definidos do lado argentino, da ordem de US\$ 100 milhões, obtidos de empréstimo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). A Argentina está avançada na construção do seu próprio satélite de observação terrestre, cujos dados coletados serão compartilhados com o Brasil, que se encarregaria de construir um segundo satélite de observação, formando, após o seu lançamento, plataforma de coleta e intercâmbio de dados de observações espaciais. A previsão é de que o satélite argentino esteja em órbita em 2022.

Fonte: MCTIC.

Na área de computação científica, o destaque foi a colaboração plurilateral que envolveu Argentina, Chile e França e teve como objetivo compreender e prever a mobilidade e o conteúdo demandado por usuários em redes sem fio.

O desenvolvimento de pesquisas em filogenia de aranhas, bem como um estudo filogeográfico comparado com aves florestais (no contexto de um contato histórico entre as florestas Atlântica e Andinas) mobilizaram pesquisadores do MPEG em sua cooperação com os argentinos. Igualmente, a participação de pesquisadores do ON em observações fotométricas de quasares no Complejo Astronómico El Leoncito (CASLEO) para o projeto Gaia compôs a agenda da cooperação bilateral.

Para além das iniciativas destacadas, uma série de eventos e visitas técnicas cobrindo variadas áreas temáticas complementou a cooperação bilateral durante o período em estudo. A participação nas Jornadas Argentinas de Tratamiento de Minerales, por exemplo, com apresentação de trabalhos técnicos, foi um dos destaques no campo da tecnologia mineral.

5.2.3 China

A cooperação com a China mobilizou servidores e pesquisadores de cinco UPs brasileiras (AEB, CTI, INPE, LNCC e ON), tendo como grande destaque o setor espacial e as iniciativas realizadas no âmbito do desenvolvimento do CBERS-4, com participação tanto da AEB quanto do INPE, em especial.¹⁴¹

141. Dignos de nota são também os esforços envidados pela Embrapa, na manutenção do Labex China, e pela Setec/MEC, na implementação do Fórum de Parques Tecnológicos no âmbito do MdE Brasil-China, com visitas de delegações chinesas ao Brasil.

Lançado em 2014, o CBERS-4 contou com a participação de especialistas brasileiros em todas as fases de sua execução, da concepção ao lançamento, passando pelas fases de montagem, integração e testes (AIT), realizadas nas instalações da China Academy Space Technology (CAST), situada em Pequim.

De acordo com o INPE,¹⁴² a estrutura, o suprimento de energia, a telemetria e o telecomando, a câmera MUX (20 m), a câmera WFI (64 m), a coleta de dados (DCS), o gravador de dados (DDR) e o transmissor de dados das câmeras Multispectral Regular (MUX) e de Campo Largo (WFI)¹⁴³ foram de responsabilidade brasileira, bem como os equipamentos Central Terminal Unit (CTU) e Remote Terminal Units (RTU) do subsistema Supervisão de Bordo (OBDH), que passaram a ser de responsabilidade do Brasil, para alcançar a porcentagem de participação estabelecida no acordo de cooperação.

Parceria de trinta anos entre Brasil e China, o programa CBERS converteu o Brasil em um dos maiores distribuidores mundiais de imagens de satélite.¹⁴⁴ O CBERS-4, em particular, já distribuiu mais de 540 mil imagens, sendo empresas dos setores agrícola, florestal e de mineração as que mais solicitaram acesso a essas imagens (490 mil).¹⁴⁵

Destaque-se, por oportuno, que a mobilização para o desenvolvimento e lançamento do novo satélite binacional (CBERS-4A) já está em curso e encontra-se em fase de integração e teste, com lançamento previsto para 2019.

Para além do CBERS, a parceria estratégica entre os dois países tem gerado novos resultados. Entre as atividades conjuntas, destaca-se o apoio ao projeto Meridiano Internacional, por meio do Laboratório Sino-Brasileiro de Clima Espacial, localizado no INPE. O laboratório é responsável pela observação conjunta de dados concorrentes da cadeia meridiana no hemisfério ocidental.

142. Disponível em: <<https://goo.gl/NPvjiL>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

143. Conforme nota divulgada pela AEB e pelo INPE, "a câmera MUX possui resolução de 20 metros, revisita de 26 dias, quatro bandas no visível e infravermelho próximo, produzindo imagens coloridas RGB de alta qualidade, comparáveis às produzidas pelos melhores satélites de sua classe em todo o mundo. A câmera WFI, de campo largo de 900 km, possui resolução de 63 m, imagens também coloridas RGB e uma revisita de 5 dias, o que faz dela a mais utilizada em aplicações como o monitoramento em tempo real de desmatamento". Disponível em: <<https://goo.gl/G3cs9W>>. Acesso em: 5 dez. 2018. As quatro câmeras ópticas do satélite, duas brasileiras (MUX e WFI) e duas chinesas (PAN e IRS), apresentam resolução espacial destinada a monitorar desmatamentos, queimadas, nível de reservatórios, desastres naturais, expansão agrícola, entre outras importantes aplicações.

144. As imagens são usadas para: "o controle do desmatamento e queimadas na Amazônia Legal, o monitoramento de recursos hídricos e de áreas agrícolas, o acompanhamento do crescimento urbano e da ocupação do solo, em educação e em inúmeras outras aplicações. Em particular são fundamentais para grandes projetos nacionais estratégicos, como o PRODES, de avaliação do desflorestamento na Amazônia, o DETER, de avaliação do desflorestamento em tempo real, e o monitoramento das áreas canavieiras (CANASAT), entre outros". Disponível em: <<https://goo.gl/G3cs9W>>. Acesso em: 5 dez. 2018. Além do conhecimento tecnológico, o CBERS traz benefícios sociais e econômicos, pois o sensoriamento remoto por satélites é uma ferramenta de baixo custo para o monitoramento de países megadiversos de dimensões continentais, como o Brasil e a China.

145. Dados referentes a julho de 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/G3cs9W>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

Essa cooperação tem tido repercussão positiva na comunidade internacional, abrindo caminho para que outros países em desenvolvimento busquem desenvolver parcerias semelhantes.

Outras iniciativas na área envolveram esforços de cooperação em clima espacial, mediante o estabelecimento de um Laboratório Conjunto China-Brasil para Clima Espacial no INPE, além de visitas técnicas e participação em eventos.

A cooperação em energias renováveis e mudança climática ganhou novo impulso em maio de 2014, com a extensão das atividades do Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia.¹⁴⁶

Visitas técnicas e eventos foram também responsáveis por mobilizar a participação de pesquisadores do LNCC e do ON no período, em sua cooperação com a China, destacando-se a participação brasileira no evento Brasil-China BCSciComp2015 e a possibilidade de instalação de uma estação GNSS chinesa no ON.

Em nanotecnologia e nanociência, destaque-se a realização, em Campinas/SP, do I Seminário Brasil-China de Nanotecnologia (de 25 a 27 de março de 2014), na sede do CNPEM. O seminário foi promovido pelo Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia,¹⁴⁷ que lançou duas chamadas para apoio a projetos conjuntos de pesquisa na área de nanotecnologia (a segunda delas em 2014).¹⁴⁸

Destaque-se, finalmente, no caso da cooperação com a China, a relevância da cooperação em parques tecnológicos, que teve, na assinatura de dois atos bilaterais, marcos importantes para o desenvolvimento do setor: o MdE sobre cooperação em parques científicos e tecnológicos entre o então MCTI e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China (MOST), firmado durante o II Diálogo de Alto Nível Brasil-China de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2015; e o termo de cooperação entre a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) e o Centro de Desenvolvimento da Indústria de Alta Tecnologia Torch, assinado durante o Fórum de Parques Tecnológicos Brasil-China, em 2016.

146. Criado em 2009, o centro congrega a Universidade Tsinghua (da China) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), e recebe financiamento da Finep. Nos primeiros cinco anos de atividade, foram desenvolvidos projetos nas áreas de energia eólica, biocombustíveis, captura e armazenamento de carbono, assim como tecnologias para produção de petróleo em águas profundas.

147. Criado em 2012, tem como sede, no Brasil, o CNPEM, em Campinas. Do lado chinês, a coordenação do centro está a cargo do National Engineering Research Center for Nanotechnology (NERCN), de Xangai, e do National Center for Nanoscience and Nanotechnology (NCNST), de Pequim.

148. Atualmente, existem nove projetos em andamento, totalizando investimentos do MCTIC de R\$ 2,3 milhões, nas áreas de biossegurança, diagnóstico de doenças, materiais nanoestruturados, sensores, descontaminação ambiental e nanodispositivos.

Antes mesmo da definição de um plano de trabalho para orientar essa cooperação, previsto no MdE, missões de parte a parte já vinham sendo realizadas.¹⁴⁹

5.2.4 Estados Unidos

A cooperação com os Estados Unidos envolveu, entre 2014 e 2016, pelo menos quinze diferentes órgãos vinculados ao MCTIC,¹⁵⁰ além da manutenção de Labex no país, fruto de parceria da Embrapa com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e de iniciativas nos campos da segurança cibernética e da inovação em nanotecnologia, energia e materiais, levadas a cabo pela Secretaria de Política de Informática/MCTIC e pela Setec/MEC.

No campo das TICs e da segurança cibernética, ressaltou-se que o MCTIC mantém cooperação com foco em soluções tecnológicas para a segurança cibernética. Dois seminários foram realizados sobre o tema, em dezembro de 2015 e abril de 2016, com o apoio de instituições acadêmicas. Ademais, em outubro de 2016, foi estabelecida parceria entre a RNP e a National Science Foundation (NSF), que destinou recursos¹⁵¹ para projetos conjuntos de segurança e privacidade em redes; internet das coisas (*internet of things* – IoT); e detecção de *malware*.

Além disso, destacam-se também vários acordos assinados entre os dois países, cobrindo as áreas de pesquisas espaciais, meio ambiente, luz síncrotron e inovação e competitividade (quadro 9).

QUADRO 9

Principais acordos assinados com os Estados Unidos na área de CT&I (2014-2016)

Acordo	Data da assinatura
Acordo entre o INPE e a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) para o Programa da Constelação do Sistema de Observação para Meteorologia, Ionosfera e Clima (COSMIC-2)	30/6/2015
Acordo entre a AEB e a NASA para cooperação no programa Globe	30/6/2015
Acordo entre o CNPEM, o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) e o UCHICAGO Argonne para cooperação em luz síncrotron	30/6/2015
MdE entre a Finep e o Conselho de Competitividade (CoC) no campo da inovação e competitividade	30/6/2015

Fonte: MCTIC.

Elaboração: Ipea.

149. No período de 12 a 25 de agosto passado, por exemplo, realizou-se missão da Anprotec à China, com os objetivos de aprofundar conhecimentos sobre o ecossistema local de inovação e verificar possibilidades de parceria.

150. AEB, CBPF, CEITEC, CEMADEN, CNEN, CTI, IBICT, INB, INPA, INPE, INT, LNA/OPD, LNCC, MPEG e NUCLEP.

151. Foram disponibilizados até US\$ 3 milhões.

BOX 12**A cooperação brasileira nas áreas de telecomunicações, e correios e telégrafos (2014-2016)**

1 Telecomunicações

Na área de telecomunicações, o intercâmbio de informação regulatória mobilizou representantes da Anatel na cooperação com oito países, de três diferentes continentes (Bolívia, Chile, Equador, Moçambique, Peru, Portugal, Quênia e Vietnã). No caso da cooperação com o Chile, também foram apresentadas as experiências da agência com relação ao tema de infraestrutura crítica e comunicações de emergência. A harmonização dos serviços móveis foi objeto da cooperação com o Paraguai, enquanto a apresentação dos avanços alcançados na transição analógico-digital no Brasil e as experiências da Anatel na série de grandes eventos realizados no Brasil compuseram a cooperação com o Japão.

1.1 Cooperação em TV digital

Em junho de 2006, o Brasil adotou padrão de televisão digital com base no sistema japonês denominado Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre (Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial – ISDB-T). O sistema foi eleito pelo comitê do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD) após estudos conduzidos juntamente com universidades e emissoras de televisão, e após a assinatura do memorando sobre a implementação do sistema brasileiro de TV digital e a cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira, realizada em abril daquele ano.

A preferência pelo sistema japonês em relação a outros sistemas de TV digital mundiais foi justificada pela capacidade de proporcionar alta definição e interatividade para terminais fixos e móveis. O SBTVD foi desenvolvido mediante integração entre a base técnica de transmissão do sistema japonês com os padrões de compressão digital de áudio e vídeo introduzidos pelo Brasil. Na versão brasileira, foram acrescentadas tecnologias desenvolvidas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre as quais cabe destacar a plataforma nacional de *middleware* (*software* que traduz aquilo que o usuário quer para o sistema e faz a comunicação entre as aplicações, o sistema operacional e a eletrônica do aparelho) de código aberto, denominada Ginga. O início das transmissões do SBTVD ocorreu em dezembro de 2007, na cidade de São Paulo.

Por meio de MdE, o governo japonês comprometeu-se em apoiar a atividade de um centro de desenvolvimento a ser formado no Brasil, a fim de promover a transferência de tecnologia relacionada ao padrão ISDB-T. Com este objetivo, o governo japonês auxiliaria na capacitação de engenheiros brasileiros no Japão e no Brasil, e enviaria peritos e técnicos japoneses para fornecer orientação e treinamento.

A estratégia conjunta do Brasil e do Japão de disseminação internacional do ISDB-T iniciou-se ainda em 2006. Após a consolidação do sistema nipo-brasileiro na América do Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela aderiram ao ISDB-T), também foram obtidos importantes resultados na América Central e na África, com o anúncio da adesão ao ISDB-T, em 2010, da Costa Rica e, em 2013, dos governos da Guatemala, Honduras e Botsuana (primeiro país africano a anunciar a escolha pelo referido sistema). A Nicarágua anunciou sua adesão em 2015. Na Ásia, Filipinas, Maldivas e, mais recentemente, Sri Lanka aderiram ao padrão ISDB-T, mediante esforço de disseminação predominantemente do lado japonês. Os governos brasileiro e japonês prestam cooperação técnica aos países que adotaram o padrão.

As atividades da cooperação bilateral em TV digital e semicondutores são coordenadas pelo Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) Brasil-Japão sobre TV Digital. O GTC foi instituído para permitir o diálogo e a cooperação entre representantes dos dois países sobre a implantação do SBTVD, baseado no padrão ISDB-T, e permite a cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira.

Do ponto de vista da cooperação com terceiros países, as ações são fomentadas por meio do Fórum Internacional do ISDB-T, mecanismo multilateral que se reúne anualmente e do qual participam os países que adotaram e os que têm interesse em adotar o padrão nipo-brasileiro. Os encontros visam, precipuamente, promover a harmonização das normas técnicas do ISDB-T e facilitar o intercâmbio de experiências acerca do desligamento analógico nos países.

(Continua)

(Continuação)

2 Correios e telégrafos

Na área de correios e telégrafos, o destaque ficou por conta da cooperação com a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP), com quem a ECT trabalhou no melhoramento do Sistema de Certificação da Qualidade Regional da UPAEP, com vistas a desenvolver sistemática para implementar a metodologia utilizada pelos Correios, que é o modelo de excelência de gestão da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), de forma adaptada, nos países-membros da união, além de ter realizado reunião técnica sobre modelo de avaliação de gestão (em 2014, no Uruguai). Com a União Postal Universal (UPU), entidade com a qual a empresa trabalhou no projeto Facilitação do Comércio Internacional por Envios Postais para MPMEs, foi oferecido curso para especialistas da Secretaria Internacional (SI) da UPU; foi apresentado o serviço Exporta Fácil (em visita técnica de especialista da SI/UPU em 2014), e foi trabalhada a elaboração de material didático para o projeto Exportação por Envios Postais da UPU. Em iniciativas de âmbito sub-regional na América do Sul, contam-se a participação de representante da ECT no Grupo Técnico Executivo do projeto Integração Comercial por Envios Postais do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)/Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); a visita de monitoramento do projeto Integração Comercial por Envios Postais da COSIPLAN/Unasul; e a participação no fórum técnico da IIRSA e no Grupo Técnico Executivo do projeto Integração Comercial por Remessas Postais da COSIPLAN-IIRSA.

Afora isso, destaquem-se a visita de representantes dos Correios do Japão ao MDC/Rio 2016; a visita pré-diagnóstica de especialistas paraguaios ao projeto Integração Comercial por Envios Postais da IIRSA; e a participação no Grupo Técnico Executivo do projeto Integração Comercial por Envios Postais com o Peru.

2.1 Cooperação em serviços postais

O governo do Brasil, por meio do então Ministério das Comunicações, na década passada, em função da necessidade de adoção de mecanismos facilitadores para as exportações das MPMEs, instituiu a solução Exporta Fácil no âmbito da ECT.

O Exporta Fácil surgiu para dar resposta a um dos múltiplos obstáculos que enfrentavam, e ainda enfrentam, as MPMEs no momento de exportar: limitações logísticas, alto custo administrativo, burocratização e complexo processo aduaneiro, adicionados à carência de uma logística que parta de qualquer ponto do Brasil para qualquer local do mundo.

Todas essas dificuldades tornam o dia a dia desses empresários ainda mais difícil quando se direcionam ao mercado internacional, como alternativa para a sobrevivência e o crescimento de seus negócios. A principal ideia da iniciativa do governo brasileiro foi converter a prática de exportar em um processo muito simples. O Exporta Fácil se transformou em uma ferramenta para promover a inserção das MPMEs no mercado externo.

No Brasil, o Exporta Fácil já auxiliou aproximadamente 12 mil MPMEs a exportar para mais de 130 países, abrindo as portas do mercado internacional para os artigos nacionais e, assim, ampliando e diversificando a pauta e os destinos dos produtos brasileiros vendidos ao exterior. Transferência de conhecimento do Brasil aos demais países do continente.

A partir da experiência exitosa no Brasil, o Exporta Fácil foi apresentado à IIRSA/Unasul pelo governo brasileiro, e adotado por seus países-membros a partir de 2007. O objetivo foi auxiliar os países da América do Sul a inserir as MPMEs no mercado internacional mediante a implementação de um sistema de exportação simplificado utilizando a plataforma logística postal. Atualmente a solução está implantada na Colômbia, no Equador, no Peru e no Uruguai. Países como a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai e a Venezuela já iniciaram as fases da implantação do serviço Importa Fácil, outra solução brasileira para o comércio internacional.

(Continua)

(Continuação)

Em 2004, também por iniciativa do governo brasileiro, via Ministério de Ciências e Tecnologia, os Correios criaram o Importa Fácil, uma solução logística para importações realizadas por pesquisadores e entidades de pesquisa, que oferece facilidades para instituições e profissionais vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

A solução, após consolidada no ambiente brasileiro de pesquisas, foi estendida às importações de pessoas jurídicas e físicas, com o mesmo objetivo de facilitar as importações de até US\$ 3 mil. O Importa Fácil dos Correios, desde a sua criação, já foi utilizado por mais de 20 mil pesquisadores, empresas e pessoas físicas. As soluções Exporta Fácil e Importa Fácil rompem as fronteiras sul-americanas.

O Exporta Fácil, replicado na América do Sul, despertou interesse da UPU, que criou um Grupo de Trabalho intitulado Desenvolvimento de Negócios para Micro e Pequenas Empresas, com objetivo de desenvolver soluções voltadas ao segmento de MPEs, utilizando a rede de logística postal mundial, especialmente direcionada ao comércio internacional. Esse grupo é presidido pelo Brasil. Nesse contexto, uma importante atividade coordenada pelo Brasil, a partir de Acordo de Cooperação Técnica, é a capacitação da equipe da SI/UPU a respeito da metodologia de implantação do Exporta Fácil. Isso habilitará a UPU a oferecer apoio para a disseminação do projeto entre seus países-membros.

Por sua vez, a UPAEP, união restrita que congrega 28 países, também solicitou ao MCTIC apoio para modelar e desenvolver seu programa Facilitação do Comércio Internacional por Via Postal. A intenção da UPAEP é implantar 24 projetos voltados à solução Exporta Fácil e Importa Fácil nos próximos quatro anos.

Fonte: MCTIC.
Elaboração: Ipea.

6 AGRICULTURA

6.1 Pesquisa agropecuária

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma instituição pública de pesquisa agropecuária com espírito global, que, ao longo da sua história, tem construído uma sólida rede de cooperação internacional. Atualmente, a Embrapa está presente em todos os continentes, a partir de parcerias com algumas das principais instituições e redes de pesquisa do mundo.

O objetivo dos acordos de cooperação internacional da Embrapa é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura.

Nesse sentido, vários instrumentos de cooperação têm sido utilizados, tais como: cooperação bilateral, cooperação multilateral (Consultative Group on International Agricultural Research – CGIAR; publicações científicas da Embrapa – Procis) e os laboratórios virtuais da Embrapa no exterior (Labex) (Estados Unidos, Europa, Japão, Coreia do Sul, China). Há iniciativas de estabelecimento de cooperação científica Sul-Sul, como a recente cooperação estabelecida com o Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (Inta – Argentina). Ainda, a Secretaria de Relações Internacionais (SRI/Embrapa) participa auxiliando tecnicamente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o MRE em reuniões das convenções e dos tratados da ONU. Cada instrumento tem sua peculiaridade e estratégia específica de atuação.

A cooperação tem possibilitado à Embrapa contribuir com instituições de pesquisa internacionais no desenvolvimento de projetos de interesse mútuo. Essas interações trazem visibilidade para as tecnologias desenvolvidas pela empresa, especialmente àquelas voltadas para regiões tropicais. Além disso, possibilitam aos pesquisadores da Embrapa intercâmbio fundamental para que novas tecnologias sejam incorporadas ao agronegócio brasileiro. Espera-se que tais iniciativas possam acelerar futuros ganhos em produtividade e qualidade em diversas atividades das cadeias agrícolas de importância para o Brasil, levando-se em consideração aspectos de sustentabilidade.

Dada à necessidade de ampliar a eficiência e a qualidade da pesquisa e que se promova o avanço da agricultura brasileira, a Embrapa mantém intenso programa de cooperação científica com instituições estrangeiras de reconhecida competência para o intercâmbio contínuo de tecnologias e conhecimentos.

No âmbito da cooperação técnica prestada pela Embrapa, a empresa atua principalmente por demanda da ABC. No entanto, não existe óbice formal à possibilidade de articulação pela empresa na indicação de ações estratégicas em decorrência de sua experiência na prática de ações de cooperação internacional e relações com atores internacionais. No que concerne à cooperação técnica recebida pela Embrapa, historicamente as operações de crédito externo gerenciadas pela área internacional da empresa têm destaque relevante na estruturação das capacidades físicas e de recursos humanos da Embrapa.

Assim, na vertente de cooperação técnica internacional, a Embrapa tem atuado para atender a demandas de cooperação técnica externas (cooperação prestada) do governo brasileiro e a demandas internas da empresa de cooperação técnica (cooperação recebida), bem como atuar pontualmente no apoio a negócios tecnológicos da própria Embrapa.

A intensificação da cooperação técnica da Embrapa e da presença brasileira no mundo tropical deu-se por meio de duas estratégias principais: a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul e a celebração de projetos de cooperação técnica (PCTs) financiados pela ABC/MRE. Em 2015, a cooperação permitiu fortalecer a plataforma Marketplace, que, com os onze projetos aprovados em 2015, passou a contar com 104 projetos novos ou em execução (21 países), além de outros quarenta já encerrados. Ainda em 2015, tomou forma a plataforma M-Boss, que permitirá alavancar alguns dos sucessos obtidos no Marketplace. Ressaltam-se ainda três cursos internacionais (hortaliças, caju e sistemas agroflorestais) realizados no âmbito do Programa de Treinamento para Terceiros Países (ABC/Japanese International Cooperation Agency), além de cinco projetos trilaterais financiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), quatro (gergelim, apicultura, caju e hortaliças) em Honduras e um (segurança alimentar)

em Moçambique. Em relação aos PCTs, as ações concentram-se em projetos em algodão: projeto Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali) + Togo; Cotton Shire-Zambeze (Moçambique e Malawi); e PCTs com Colômbia, Paraguai e Peru.

Dessa forma, as ações de cooperação internacional da Embrapa destacam-se nas seguintes categorias: cooperação científica, cooperação técnica e a participação em seminários e eventos internacionais.

6.1.1 América Latina e Caribe

Na América Latina e Caribe, três projetos voltados para o setor algodoeiro destacaram-se: um na Colômbia, um no Paraguai e um no Peru. Ainda, foram executados projetos ligados ao programa trilateral (ABC-Usaid-Embrapa) de cooperação em Honduras, nas áreas de gergelim, apicultura, caju e segurança alimentar. Além dos países já citados, a Embrapa atuou, também, nos seguintes países (projetos de curta duração sob coordenação da ABC e pertencentes à plataforma Agricultural Innovation Marketplace): Argentina, Belize, Bolívia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, Guatemala, Guiana, México, Nicarágua, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Argentina

Os projetos de cooperação do Brasil com a Argentina estão pautados no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois governos, assinado em 1996, com o objetivo de favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação bilateral em temas prioritários para os governos dos dois países.

Cabe ressaltar que um dos principais projetos que compõem a pauta de cooperação entre os dois países é o Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul (Procisur). Este projeto é um esforço conjunto das instituições nacionais de pesquisa agropecuária de seis países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) para capacitar profissionais de organizações de pesquisa da região para atuar na prospecção de cenários de futuro.

No âmbito do Procisur, foi executado, na Argentina, um projeto na área de sanidade vegetal, bem como visitas de pesquisadores do Inta aos núcleos de pesquisa da Embrapa.

O referido projeto de sanidade vegetal executado no âmbito do Procisur teve por objetivo a nivelção das capacidades regionais para o controle biológico de percevejos do eucalipto. O objetivo dessa proposta foi obter recursos para implementação do controle biológico do percevejo bronzeado na região. O projeto proporcionou o intercâmbio de conhecimento e experiências sobre as metodologias de criação de um percevejo bronzeado do seu controlador biológico.

A principal contribuição do projeto foi a exportação do parasitoide do Brasil para o Uruguai, que, na sequência, enviou para a Argentina.

A Embrapa participou também, entre 2014 e 2016, de oito eventos na Argentina com o objetivo de apresentação de palestras, participação em seminários e recebimento de visita técnica.

Bolívia

Na Bolívia, os pesquisadores da Embrapa participaram de reunião de especialistas da Laforgen (Rede de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos Florestais da América Latina e Caribe), bem como de seis seminários e eventos, em que os pesquisadores da instituição puderam conceder palestras e debates em diversas temáticas de atuação da Embrapa, em especial na produção de aves.

Chile

No Chile, houve o desenvolvimento de um sistema de monitoramento dos índices de estresse hídrico e vigor das plantas para a gestão da cultura de frutas e multiespectrais obtidas com veículos aéreos não tripulados.

Foi desenvolvido um processo de aquisição de imagens e automação de informações para gerar mapas de estresse hídrico. O resultado desta ferramenta visou otimizar o consumo de água e monitorar as práticas culturais do local, melhorando os resultados econômicos e ambientais.

Além disto, técnicos participaram de três eventos do Procisur, dois eventos sobre produção avícola e na reunião do grupo *ad hoc* para avaliação do estado de peste suína clássica de países-membros.

Colômbia

A Embrapa atuou na Colômbia por meio de projeto no setor algodoeiro, buscando apoiar o fortalecimento do setor algodoeiro colombiano, por meio da melhoria da competitividade dos sistemas de produção da agricultura familiar, contribuindo para elevar os níveis de produtividade e renda dos pequenos produtores de algodão com objetivo de melhorar sua qualidade de vida e segurança alimentar, fortalecendo as capacidades técnicas, institucionais e organizacionais dos atores envolvidos na cadeia de valor do algodão na Colômbia.

Pesquisadores da Embrapa realizaram um seminário internacional sobre cultivo de hortaliças em altas temperaturas na Colômbia, com o objetivo de apresentar os resultados de pesquisa e a experiência da empresa com a adaptação de hortaliças às condições tropicais. Além das experiências com tropicalização de hortaliças, os pesquisadores brasileiros falaram sobre adubação orgânica, plantio direto,

pós-colheita e beneficiamento de hortaliças. Entre as tecnologias apresentadas estava a unidade móvel de sombreamento, que protege as hortaliças recém-colhidas da exposição solar e, assim, melhora a vida útil dos alimentos.

Além disso, houve a participação em seminário sobre bases para o manejo de inoculantes micorrízicos e fitoproteção associada em diferentes agrossistemas de importância econômica.

Costa Rica

No âmbito do Marketplace, foram executados projetos de cooperação técnica entre o governo do Brasil e da Costa Rica na área de pesquisa agrícola. Entre os projetos, destacam-se um de identificação de doenças e pragas no cultivo do café com o objetivo de desenvolver estudos que possibilitem a melhoria genética das variedades de café, usando ferramentas científicas modernas para aumentar a competitividade desse setor na economia do país.

Na Costa Rica, a Embrapa participou do 8º Encuentro RedBioLac e apresentou trabalho científico no Congresso de Biodigestores.

Cuba

Ao longo de 2014-2016, na área de cooperação agropecuária, teve destaque a realização do projeto de apoio à detecção de *Organismos Geneticamente Modificados – OGM: suporte ao Programa de Monitoramento Pós-Mercado*. No âmbito desse projeto, a Embrapa realizou uma missão de estudo no Centro Nacional de Sanidad Agropecuaria (Censa) para o treinamento de duas pesquisadoras desse centro, uma em nível de pós-doc em 2014. Em 2015, houve o treinamento de 25 profissionais do Censa. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de culturas geneticamente modificadas, e há necessidade de aperfeiçoamento do processo de obtenção do sistema de placas *ready-to-use*, para que os dados das corridas conduzidas após a liofilização apresentem menor variação.

Outro projeto é o de *Assistência Técnica e Transferência de Metodologia dos Procedimentos Utilizados para a Produção de Soja e Milho em Cuba*, já em sua terceira fase, com vistas à diversificação da monocultura de cana-de-açúcar. O projeto teve como objetivo apoiar o programa Cubasoy, desenvolvido pela União Agropecuária Militar de Cuba, na introdução das culturas de milho e soja, com vistas à produção em níveis suficientes, em relação à demanda de alimentos no país. No âmbito desse projeto, houve transferência e adequação de experiências nas áreas de metais pesados na agricultura cubana, controle genético de doenças emergentes, qualidade nutricional e funcional do tomate e pimentão.

A Embrapa também participou de outros dois eventos ocorridos em Cuba.

Guatemala

O projeto executado pela Embrapa contribuiu para a melhoria da competitividade da fruticultura de clima temperado na Guatemala (muito especialmente pêssegos, nectarinas, ameixas de várias espécies e uvas), bem como para o desenvolvimento rural, a geração de emprego e a elevação do nível de vida da população.

Honduras

Ao longo dos anos 2014-2016, a Embrapa executou ações voltadas para a melhoria da produtividade agrícola de Honduras, com projetos em diversas áreas agrícolas. Cabe destacar a capacitação em produção de frutas tropicais, produção e beneficiamento do gergelim, caju, hortaliças tropicais e apicultura. As atividades fazem parte do programa de cooperação trilateral Estados Unidos-Honduras-Brasil, iniciado em 2013, com o objetivo de reduzir a pobreza e a fome e fortalecer a produção de energias renováveis naquele país.

O projeto foi coordenado a partir da parceria entre a Usaid e a Universidade da Flórida, a ABC, a Embrapa e a Secretaria de Agricultura e Pecuária de Honduras. Os pesquisadores da Embrapa ministraram palestras para técnicos e agricultores sobre assistência técnica para o cultivo de variedades de sementes melhoradas introduzidas, como as novas cultivares desenvolvidas no Brasil, sistema de cultivo orgânico e extração de óleo de gergelim, com a finalidade de melhorar a produtividade e a rentabilidade da cadeia nos departamentos de Choluteca e Valle.

México

Entre as atividades de cooperação da Embrapa com instituições parceiras do México no período 2014-2016, cabe destacar o projeto de formação de técnicos especializados em agricultura, pecuária e silvicultura tropical para o desenvolvimento das zonas tropicais do México. Além disso, a Embrapa recebeu a visita e realizou treinamento em tecnologia de extrusão de técnicos mexicanos do Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuarias (Inifap), bem como participou de eventos e seminários no México sobre a temática da pesquisa agropecuária.

O projeto de formação de técnicos teve foco na tecnologia de produção e certificação de plantas para viveiros tropicais. Este projeto foi realizado em parceria pela Embrapa, a ABC, a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Amexcid) e o Inifap. A iniciativa teve como objetivo formar técnicos especializados, líderes no conhecimento de novas tecnologias que tenham impacto no Trópico do México para o aumento da produtividade e competitividade das culturas de cacau, café, cana de açúcar, coco, seringueira, citrus, palma de óleo, soja, arroz, pecuária bovina e produção agroflorestal. Além disso, contribuiu para aumentar a capacidade do Inifap nas áreas de melhoramento genético e manejo de zonas tropicais.

Nicarágua

No âmbito do programa de cooperação Marketplace da Embrapa foi executada, na Nicarágua, uma prática na área de regulação da floração do pinhão manso *Jatropha curcas* para melhorar a sustentabilidade da produção de matéria-prima de biocombustíveis.

Panamá

A cooperação técnica entre Brasil e Panamá deu-se por meio da parceria com o Colegio de Ingenieros Agrónomos de Panama (Cinap). A Embrapa executou um projeto que buscou a capacitação e o treinamento de técnicos do Cinap no manejo de pragas (fungos e bactérias), bem como em técnicas de identificação, caracterização e multiplicação de bactérias e fungos micorrízicos.

Além disso, a Embrapa participou de reunião científica do Comitê de Direção do Conselho Internacional para a Ciência para a América Latina e o Caribe (Icsu-Rolac) sobre energia sustentável.

Paraguai

A parceria entre os governos do Brasil e do Paraguai, juntamente com a FAO, executou o projeto intitulado *Fortalecimento dos Sistemas de Produção de Algodão na Agricultura Familiar do Paraguai*, com o objetivo de contribuir para elevar os níveis de produtividade e renda dos produtores de algodão da agricultura familiar no Paraguai, como base para melhorar suas condições de vida.

Foram compartilhadas boas práticas de produção de sementes, certificação, operações pós-colheita, adubos verdes, visitas a campos de produção, banco de sementes, com a finalidade de capacitar técnicos paraguaios em tecnologia de produção de algodão. No âmbito desse projeto, a Embrapa tanto enviou seus pesquisadores para o Paraguai quanto recebeu os técnicos paraguaios.

Peru

A Embrapa atuou no Peru com o mesmo projeto de apoio ao fortalecimento do setor algodoeiro descrito na cooperação com a Colômbia. Isto se fez mediante a melhoria da competitividade dos sistemas de produção da agricultura familiar. As instituições governamentais nacionais e regionais têm fortalecido suas capacidades técnicas e institucionais para impulsionar a competitividade da pequena produção algodoeira.

Além disso, Brasil e Peru elaboraram projetos na área de solos e manejo florestal. O projeto intitulado *Fortalecimento de Capacidades para a Melhoria e a Recuperação de Solos Amazônicos em Comunidades Fronteiriças da Amazônia Peruana* teve dois cursos realizados na cidade de Caballococha, que culminaram com a implantação de uma unidade demonstrativa de sistemas agroflorestais,

que servirá para o intercâmbio de experiências e conhecimentos, junto a técnicos de instituições que atuam na Amazônia peruana.

Na área de manejo florestal, o projeto *Capacitação em Técnicas Orientadas à Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Florestais das Bacias do Yavari e do Purus* teve como objetivo promover o fortalecimento de capacidades locais para o manejo e aproveitamento sustentável de espécies madeiráveis e não madeiráveis de florestas comunitárias nas bacias do Yavari e do Purús com o objetivo de fortalecer as capacidades locais para promover manejo florestal integrado e sustentável das florestas, com geração de renda para a população local.

Porto Rico

Em Porto Rico, a Embrapa atuou por meio de atividades de pesquisa e aperfeiçoamento metodológico, com monitoramento participativo da resiliência da paisagem agrícola e formação sobre o papel das práticas agroecológicas na conservação da biodiversidade.

Suriname

A atuação da Embrapa no Suriname teve como foco projetos nas áreas de zoneamento agroecológico e cultivo do arroz, com a finalidade de divulgar boas práticas agrícolas adquiridas pela instituição.

O projeto na área de zoneamento agroecológico surgiu em resposta ao interesse do governo do Suriname em buscar a cooperação brasileira no setor agrícola. Teve início em 2014 a implementação do projeto *Zoneamento Agroecológico no Suriname*, considerado prioritário pelo país. O projeto teve por objetivo treinar funcionários de várias instituições surinamesas em técnicas de solo, laboratório e avaliação das terras. Foram capacitados, ao todo, vinte técnicos surinameses de instituições governamentais que atuam no tema, entre elas os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Pesca (LVV), do Planejamento, Terra e Manejo Florestal (ROGB) e das Obras Públicas (OW), bem como o Gabinete Nacional de Planejamento, o Instituto para a Gestão Florestal e Monitoramento das Florestas e o Serviço Meteorológico.

O projeto *Apoio ao Melhoramento do Cultivo do Arroz em Suriname* visa apresentar tecnologias sustentáveis no cultivo do arroz, visando ao aumento da produtividade deste cultivar. A missão técnica conjunta integrada por especialistas da Embrapa Arroz e Feijão foi ao Suriname com o objetivo de capacitar técnicos extensionistas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca surinamês. Além disso, o projeto elaborou proposta técnica de incremento da produção do cultivo do arroz de terras altas no Suriname. Nesta parceria, os especialistas em arroz de terras altas compartilharam experiências, conhecimentos práticos e teóricos fundamentais e inovações em técnicas de plantio de arroz de terras altas para tornar o cultivo no Suriname mais sustentável às comunidades locais.

Uruguai

No Uruguai, houve a implantação do sistema Ainfo,¹⁵² por meio da formação de recursos humanos e transferência de tecnologia visando apoiar a organização de acervo documental e informação tecnológica no Instituto Nacional de Investigação Agropecuária (Inia). A implantação do sistema Ainfo no Inia fez-se por meio da capacitação na instalação, na configuração e na administração do *software* Ainfo; além da capacitação de usuários e da capacitação na construção do ambiente de desenvolvimento do Ainfo; migração de dados, tradução do sistema e publicação de metadados, envolvendo o apoio à tradução das funcionalidades do sistema para o idioma espanhol e o compartilhamento de metadados relativos ao acervo documental das bibliotecas do Inia Uruguai, no formato OAI.¹⁵³ Também se realizaram atividades de suporte e assistência técnica remota.

No âmbito do projeto Procisur, que foi executado em outros países da América do Sul, no Uruguai executou-se o projeto *Nivelación de las Capacidades Regionales para el Control Biológico de la Chinche del Eucalipto*. O objetivo dessa proposta foi obter recursos para implementação do controle biológico do percevejo bronzeado na região. O projeto proporcionou o intercâmbio de conhecimento e experiências sobre as metodologias de criação do percevejo bronzeado, *Thaumastocoris peregrinus*, e do seu controlador biológico, o parasitoide *Cleruchoides noackae*.

Houve a participação da Embrapa em eventos e congressos internacionais em diversos países da América Latina:

- participação na reunião da plataforma Precisaa, do Procisur;
- participação em banca de defesa de tese na Facultad de Agronomía da Universidade da República e proferir a palestra *Control Biológico de Insetos Pragmáticos: estado da arte e perspectivas* no IV Taller Uruguayo de Agentes Microbianos de Controle Biológico, organizado pelo Inia;
- participação na Reunião Anual de Vendas da equipe de Comex da empresa Kepler Weber Industrial S/A e apresentação da palestra *Qualidade de Grãos*.

6.1.2 América do Norte

A atuação da Embrapa na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) estrutura-se sobretudo em ações de cooperação científica nos Estados Unidos a partir do Labex Estados Unidos. A grande maioria da atuação da Embrapa nesses países está centrada na participação em eventos, seminários, *workshops*, visitas técnicas etc., em que os pesquisadores da instituição participam a partir do intercâmbio de conhecimentos.

152. O Ainfo é um sistema informatizado para gestão de acervos impressos e digitais de bibliotecas, que inclui todas as fases do fluxo de tratamento da informação, desde o registro das publicações, as movimentações (aquisição, empréstimos, devoluções, reservas, inventário), até sua disposição aos usuários por meio de uma avançada interface de buscas.

153. Open Archives Initiative.

Estados Unidos

Os projetos de cooperação da Embrapa com os Estados Unidos desenvolvem-se por meio do Labex Estados Unidos, em parceria com a instituição pesquisa agropecuária dos Estados Unidos, Agriculture Research Service (ARS). As pesquisas do Labex Estados Unidos desenvolvem-se em diversas áreas temáticas, tais como manejo de recursos dos solos, biotecnologia, sanidade animal, entre várias outras. O principal objetivo é fomentar a cooperação científica e tecnológica.

De 2014 a 2016 as ações pautaram-se em consolidação de parcerias com equipes de referência internacional, visando ao desenvolvimento de pesquisa nos temas como biotecnologia, compostos bioativos, *Citrus huanglongbing*, recursos genéticos animais e sanidade animal, prioritários e estratégicos para a agricultura brasileira.

Entre as atividades do Labex Estados Unidos, é importante destacar o projeto de desenvolvimento de cultivares de soja resistentes a síndrome da morte súbita (SDS), aplicando abordagens transgênicas.

Além disso, pesquisadores da Embrapa participaram de diversas atividades nos Estados Unidos, como participação em eventos, seminários, visitas técnicas, *workshops*, intercambiando conhecimentos em pesquisa agropecuária.

6.1.3 África

No continente africano, entre 2014 e 2016, a Embrapa executou quatro projetos de grande porte em Mali (Cotton-4 + Togo, envolvendo também Benim, Burkina Faso, Chade e Togo), em Moçambique (ProSavana-PI e Cotton Shire-Zambeze, que também envolve Malawi) e em Angola (fortalecimento institucional). Além dos países já citados, a Embrapa atuou, também, nos seguintes países (projetos de curta duração sob coordenação da ABC e pertencentes à plataforma Agricultural Innovation Marketplace): Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Tunísia e Uganda.

África do Sul

Na África do Sul destaca-se a atuação da Embrapa por meio do Acordo de Cooperação Técnica entre Embrapa e Protein Research Foundation (PRF) da África do Sul para teste de genótipos e cultivares de soja da Embrapa nas condições sul-africanas com vistas a eventual licenciamento naquele país.

Angola

Em Angola foram executados projetos de cooperação na área agrícola intitulados *Fortalecimento da Capacidade de Pesquisa e Inovação dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola* e *Fortalecimento Institucional do Sistema de Pesquisa Agrícola Pública de Angola*.

A iniciativa integra os projetos de fortalecimento da pesquisa e inovação angolanos, no qual a Embrapa é coordenadora técnica. O projeto foi executado em parceria com a FAO e os governos da Angola e do Brasil, e propiciou uma oportunidade de envolvimento de diferentes unidades da Embrapa. O objetivo geral foi ampliar a capacidade de pesquisa e inovação dos Institutos de Investigação Agronômica (IIA) e Veterinária (IIV) do país e, dessa forma, contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura nacional de Angola.

Nesse âmbito, a Embrapa organizou treinamentos de técnicos angolanos no Brasil e em Angola, compartilhando boas práticas em segurança alimentar e desenvolvimento agrícola.

Botsuana

No âmbito do projeto de cooperação entre os governos do Brasil e de Botsuana, intitulado *Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural em Botsuana*, houve o compartilhamento de boas práticas para capacitação em gestão organizacional de cooperativas para os agricultores e técnicos dos Ministérios da Agricultura e do Comércio de Botsuana.

As atividades de capacitação foram realizadas, a partir de cursos de gestão e legislação para produtores rurais de Botsuana, com a finalidade de promover um desenvolvimento contínuo e sustentável para a agricultura desse país. Desse modo, como elemento essencial do projeto, buscou-se a difusão de conhecimentos sobre o funcionamento das cooperativas e do sistema cooperativista brasileiro, com treinamentos acerca das exigências legais e práticas para a organização local de uma cooperativa de comercialização de hortifrutigranjeiros

Burkina Faso

Em Burkina Faso destaca-se o projeto de *Fortalecimento da Pecuária Leiteira*, que teve como objetivo capacitar especialistas burquinabês em manejo alimentar e sanitário para o desenvolvimento da pecuária leiteira, o que contribuirá para desenvolver a pecuária de leite nos arredores das duas cidades mais importantes do país: Ouagadougou (capital) e Bobo-Adialoussou.

Cabo Verde

O projeto de cooperação internacional entre o governo do Brasil e de Cabo Verde intitulado *Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura em Cabo Verde* teve como objetivo consolidar a política de expansão da horticultura naquele país, visando ao desenvolvimento rural e à geração de emprego e renda no país.

Nesse sentido, as principais ações no âmbito desse projeto foram implantar unidades de validação de cultivares e capacitar os técnicos do Instituto Nacional de

Investigação e Desenvolvimento Agrário (Inida) em sistemas de produção de hortaliças. Foram enviadas algumas variedades, por meio de acordos de transferência de material. Técnicos cabo-verdianos participaram de treinamentos específicos no Brasil, buscando mudanças estruturais para o estabelecimento de novos cultivos no país, uma vez que as hortaliças são essenciais à segurança alimentar de Cabo Verde.

Cotton-4 + Togo

A cooperação internacional do governo brasileiro com os países que formam o Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), tem como objetivo primordial apoiar esses países africanos produtores de algodão na sua busca para desenvolver o setor cotonícola, por meio de aperfeiçoamento de quadros técnicos e do desenvolvimento institucional, para que se possa promover e estimular a modernização do setor algodoeiro e empoderar agricultores locais.

No âmbito desse projeto de cooperação, executado pela Embrapa em parceria com a ABC e o Pnud, foram realizadas atividades no manejo integrado do solo, controle biológico de pragas, gestão de variedade, entre outros, levando em consideração as peculiaridades de cada país na produção do algodão.

Em 2014 iniciou-se a segunda fase do programa, oportunidade na qual se adicionou outro país africano, o Togo, ao projeto, e, a partir desse momento, o projeto passou a ser nomeado como Cotton-4 + Togo.

De 2014 a 2016, foram executadas diversas atividades no âmbito desse projeto de cooperação. A Embrapa recebeu grupos de pesquisadores dos países que formam o grupo com a finalidade de compartilhar experiências e conhecimentos, além de levar tecnologia para a produção do algodão, difundindo boas práticas agrícolas.

Além disso, a Embrapa enviou seus pesquisadores para capacitarem técnicos das instituições parceiras nos países recipiendários nas diversas áreas de produção do algodão, tais como pesquisa em genética, solos, gestão sustentável do solo, área entomológica (manejo de pragas e doenças). Para fortalecer a adoção de tecnologias dentro da dinâmica dos diferentes sistemas de produção dos cinco países, foram implantadas dezenove unidades comunitárias de aprendizagem que permitem visualizar o efeito do plantio direto sobre as culturas. Outra atuação diz respeito à revitalização das estações de pesquisa, possibilitando apoio para superarem as dificuldades do sistema de produção a partir da contribuição de instituições de pesquisa.

A Embrapa também executou projetos em outras áreas, além do algodão, nos países que formam o Cotton-4.

Cotton-Victoria

O projeto Cotton-Victoria, organizado em missão conjunta da ABC com a Embrapa no Quênia, no Burundi e na Tanzânia, tem como objetivo a revitalização do setor cotonicultor nestes três países da África. As práticas contemplam a transferência de avançadas técnicas de cotonicultura, capacitação de recursos humanos (pesquisadores, extensionistas e produtores rurais) relacionados à produção de algodão e do sistema de sementes, além de ampliar a capacidade institucional, contribuindo para o aumento da competitividade do setor algodoeiro dos três países africanos. A partir de 2015, o projeto passou a ser executado pela UFLA.

Etiópia

Os projetos executados na Etiópia fazem parte da plataforma de Agricultura e Inovação Marketplace. Pesquisadores da Embrapa realizaram visitas e palestras em comunidades rurais do país com o objetivo de trocar experiências em pesquisas. O projeto *Redução do Déficit de Rendimento em Legumes Através do Manejo Integrado de Plantas Parasitas nas Terras Altas da Etiópia*, executado em parceria com o Instituto de Pesquisa em Regiões Semiárida da África (Icarda), teve como objetivo o desenvolvimento de técnicas de manejo para plantas parasitas em sistema de produção de legumes nas terras altas da Etiópia.

A Embrapa também recebeu visitas de delegação da Etiópia para trocarem experiências com foco na área de biotecnologia de plantas e animais, consolidando uma parceria que envolve pesquisas em conjunto com outras áreas agrícolas que são essenciais para o desenvolvimento econômico.

Gana

Em Gana foram realizados projetos de cooperação técnica no âmbito do programa do Marketplace da Embrapa. Os projetos desenvolveram ações e tecnologias com a finalidade de promover o desenvolvimento agrícola de Gana, por meio de trocas de conhecimentos, vivências e soluções tecnológicas na área agrícola.

Destacam-se, nesse sentido, a capacitação teórica e prática em equipamento de espectrometria de massas de razão isotópica, seus periféricos e *softwares*, além da visita de grupo de onze produtores ligados ao Conselho Regional de Experimentação Agrícola (Crea) para conhecer o sistema de produção de leite, produção de grãos e gado confinado e piscicultura.

Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau estabeleceu-se o projeto de fortalecimento da pecuária leiteira nos moldes descritos na cooperação com Burkina-Faso.

Malawi

A cooperação com o Malawi consistiu na execução de ações no âmbito do projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas bacias do Baixo Shire e Zambeze que também foi executado em Moçambique em parceria com a ABC.

O projeto teve como objetivo a capacitação e o treinamento de técnicos, pesquisadores, extensionistas e produtores-líderes de algodão moçambicanos e malauianos, tendo como meta ampliar a capacidade institucional de recursos humanos na utilização e na difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades. Além disso, houve apoio à transferência de tecnologias adequadas às condições agronômicas e socioeconômicas das regiões.

Os técnicos do Departamento de Pesquisa Agropecuária e Serviços Técnicos (Darts), do Ministério do Desenvolvimento da Agricultura, Água e Irrigação (MoAIWD), receberam treinamentos dos técnicos da Embrapa, que difundiram o uso de sistemas sustentáveis de produção algodoeira, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento do setor cotonícola do Malawi.

Moçambique

Um dos projetos de cooperação do Brasil com Moçambique está estruturado na área de segurança alimentar, com o objetivo de buscar apoio técnico aos programas de nutrição e segurança alimentar de Moçambique, com o objetivo de fortalecer a produção de hortaliças por agricultores familiares e/ou de subsistência e direcionar os produtos para consumo *in natura* e processados para o mercado da capital Maputo, principalmente. O projeto teve a capacitação de recursos humanos por meio de cursos realizados no Brasil, nos Estados Unidos e em Moçambique, além da capacitação direta de pesquisadores, técnicos, extensionistas e produtores em Moçambique no formato “aprender fazendo”. O projeto visa, assim, contribuir para a segurança alimentar dos moçambicanos, tornando o país autossuficiente na produção de hortaliças.

Outro projeto executado pela Embrapa em Moçambique foi o ProSavana (PC4), em parceria com a Jica. O projeto busca o desenvolvimento, a produção e a difusão de tecnologias de cultivo no setor rural por meio do incremento da capacidade de pesquisa e extensão rural e a realização de investimentos em energia, armazéns e transportes, apropriadas para o corredor de Nacala. Suporte técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique, gerando melhorias da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola.

Outra frente, já descrita na cooperação com o Malawi, em que a Embrapa atuou, foi no projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas bacias do Baixo Zambeze, com os objetivos de contribuir para o aumento da competitividade

do setor algodoeiro de Moçambique, mediante o fortalecimento das suas capacidades tecnológicas, institucionais, de recursos humanos e de assistência técnica.

Nigéria

Houve treinamento e capacitação junto à Embrapa de pesquisadores nigerianos no âmbito do projeto de cooperação *Caracterização Genética de Galinhas de Raça Localmente Adaptadas da Nigéria e do Brasil*, no âmbito do África-Brazil Innovation Marketplace, iniciativa financiada pela Fundação Bill e Melinda Gates e pelo Banco Mundial. O projeto de pesquisa teve como objetivo comparar raças de galinhas brasileiras e nigerianas com vistas a um possível intercâmbio de germoplasma.

Outro projeto executado pela Embrapa em parceria com o governo da Nigéria estava relacionado à avaliação e à promoção de cultivares de pimentas e pimentões (*Capsicum*) entre pequenos produtores da Nigéria. Destaca-se o treinamento e a difusão de conhecimento de todo o processo relativo à cadeia produtiva de *Capsicum*, com base na Plataforma de Inovação Agropecuária (Agricultural Innovation Marketplace), para dar suporte à agricultura praticada por pequenos agricultores de países africanos e da América Latina e Caribe. O projeto tem como ponto central os testes de desempenho de diferentes cultivares *Capsicum*, com foco na produtividade e na aceitação dos materiais pelos produtores nigerianos.

Senegal

A Embrapa recebeu pesquisadores agrícolas de Senegal para capacitação e treinamentos em diversas áreas, tais como manejo de água, nutrição mineral de plantas e uso de cultivares mais adaptadas e produtivas, com a finalidade de compartilhar boas práticas que geram o desenvolvimento agrícola do país.

Outro projeto está na área de otimização do potencial microbiano-simbiótico do solo para maximização da produtividade das plantações alimentares e cultivos de subsistência voltados para a Grande Muralha Verde. O projeto consistiu em treinamento de técnicos de Senegal em técnicas avançadas de rizobiologia e biologia molecular.

Tanzânia

Na Tanzânia, além da execução do projeto Cotton-Victoria, houve a atuação da Embrapa em um treinamento na técnica de criopreservação, como parte do projeto conservação *ex situ* de recursos genéticos animais.

No âmbito da plataforma Marketplace, desenvolveu-se cooperação para estudo da ferrugem da soja em países africanos, visando ao diagnóstico da doença e à determinação da diversidade patogênica do fungo no caso da Tanzânia.

Togo

No Togo, a Embrapa atuou em projetos com a finalidade de buscar apoio e fortalecimento institucional ao Institut Togolais de Recherche Agronomique (Itra). Nesse âmbito, foi executado um projeto que teve como objetivo o treinamento e a capacitação de técnicos do Itra em processamento agroindustrial de mandioca, sobre *chips* de mandioca e mandioca minimamente processada em toletes. Este projeto faz parte do projeto de cooperação entre o governo do Brasil e do Togo, que visa reforçar as capacidades institucionais do Itra nas áreas de produção, transformação, mecanização agrícola para pequenos produtores, análise de sementes, pós-colheita de produtos agrícolas, organização de produtores rurais e extensão rural.

Togo e Uganda

Depois da experiência levada à Nigéria, em 2014, do projeto de cultivo de pimentas e pimentões, outros dois países africanos (Togo e Uganda) participaram das ações conjuntas de projetos de pesquisa em *Capsicum* no âmbito da Plataforma Inovação Agropecuária (Agricultural Innovation Marketplace).

Em Uganda, o projeto intitulado *Promoção da Cadeia Produtiva Local de Sementes: melhoramento e distribuição de variedades de pimentas e pimentão pelos agricultores*, com o objetivo de promover a sustentabilidade do setor por meio da atuação de pesquisadores, pequenos produtores de pimenta, extensionistas e demais atores dessa cadeia.

Já no Togo, o projeto foi de *Melhoria nos Meios de Subsistência de Pequenos Produtores de Pimentas por meio de Parcerias que Visam ao Melhoramento de Germoplasma e à Adaptação*. Houve treinamento de agricultores para produção de sementes de boa qualidade a fim de agregar valor ao sistema produtivo de pimentas.

Tunísia

O Brasil e a Tunísia firmaram, em 2015, um acordo de cooperação técnica na área de cultivo de eucalipto. O projeto *Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na Tunísia* teve como meta a capacitação em melhoramento genético e clonagem de eucalipto, promovendo o desenvolvimento e a expansão do setor de cultivo de eucalipto no país.

Técnicos da Embrapa auxiliaram e capacitaram equipes tunisianas no desenvolvimento de plantações de eucaliptos, transferindo tecnologias e compartilhando boas práticas no cultivo do eucalipto, realizando, dessa forma, o melhoramento genético das espécies plantadas na Tunísia, além de promover o uso de técnicas de melhoramento com hibridação entre espécies promissoras.

6.1.4 Ásia

A cooperação da Embrapa na Ásia estrutura-se a partir da presença dos Labex na Coreia do Sul e no Japão, com intenso intercâmbio de informações e pesquisas no âmbito da cooperação científica. Além disso, a Embrapa atuou, por meio de participações, em eventos internacionais em outros países do continente.

China

A atuação da Embrapa na China dá-se por meio do Labex China em parceria com a instituição de pesquisa agropecuária Chinese Academy of Agriculture Science (Cass). O foco do plano de trabalho no Labex China está centrado no intercâmbio, na caracterização e na avaliação de recursos genéticos vegetais visando apoiar os principais programas de melhoramento genético das duas instituições.

De 2014 a 2016 a atuação da Embrapa baseou-se na consolidação de parcerias com equipes de referência internacional, visando ao desenvolvimento de pesquisa nos temas de avaliação e caracterização de germoplasma, prioritários e estratégicos para a agricultura brasileira.

Coreia do Sul

O projeto de cooperação entre a Embrapa e o Centro de Pesquisa da Coreia do Sul intitulado *Adaptação e Desenvolvimento da Estrutura e Técnicas de Controle Ambiental e Redução do Uso de Energia para a Produção Vegetal em Sistema de Cultivo Protegido* tem como objetivo promover cooperação científica entre a Rural Development Administration (RDA) e a Embrapa em cultivo protegido e tecnologias relacionadas no âmbito do Labex Coreia.

O projeto ressalta a importância da troca de experiências entre os dois países, envolvendo o uso da tecnologia de produção agrícola sob ambiente protegido e controle de temperatura com técnicas economizadoras de energia. O plano de trabalho do projeto consiste em capacitação de pesquisadores brasileiros em técnicas para otimização do cultivo protegido e controle e monitoramento de temperatura interna; e desenvolvimento de técnicas para otimização das estruturas e controle climático interno em estufas adaptadas às condições brasileiras.

Japão

A cooperação na área agrícola entre os governos do Japão e do Brasil situa-se no Labex Japão, o qual foi implementado a partir de um acordo entre a Embrapa e o Centro Internacional Japonês para Ciências Agrícolas (Jiircas), criado para aprofundar a cooperação científica entre essas duas instituições.

As atividades desenvolvidas pelo Labex Japão dão-se no projeto *Tecnologia de Engenharia Genética para Soja Tolerante a Estresses Ambientais*, que integra as

medidas de desenvolvimento de tecnologia genética e melhoramento genético para culturas com tolerância à degradação do ambiente global, além do desenvolvimento e da caracterização de plantas transgênicas de soja tolerantes à seca e estudos da ferrugem da soja. É importante destacar a promoção de intercâmbios de experiências de pesquisadores brasileiros com pesquisadores de outros países.

Pesquisadores da Embrapa realizaram visita técnica ao Japan International Research Center for Agricultural Sciences (Jircas), para discussão e elaboração de nova proposta de projeto em parceria com as instituições japonesas Jircas, Miazaki University, Naro Institute of Livestock and Grassland Science (Nilgs), em Tsukuba, Ibaraki, Japão.

6.1.5 Europa

A presença da Embrapa na Europa no âmbito da CID destaca-se pela atuação do Labex Europa, em que são fomentados compartilhamentos e intercâmbios de conhecimentos e experiências em cooperação científica. Além disso, pesquisadores da Embrapa participaram de eventos e seminários e fizeram visitas técnicas em vários países da Europa, o que reforça a abrangência da atuação da Embrapa nas relações internacionais.

Entre as temáticas que fazem parte do plano de trabalho do Labex Europa, é importante mencionar as linhas de pesquisa em tecnologia agroalimentares, fisiologia vegetal, gestão de recursos naturais e sustentabilidade, entre tantas outras.

Reino Unido

Pesquisadores da Embrapa e do Reino Unido compartilharam experiências por meio de intercâmbio de pesquisadores para criação de novos sensores para detectar doenças do trigo. O plano de trabalho faz parte do acordo de cooperação entre a Embrapa e o Biotechnology and Biological Sciences Research Council (BBSRC), criado com o objetivo de aproximar as relações de pesquisa entre Brasil e Reino Unido. O projeto envolveu técnicas de fenotipagem por imagens, com uso de sensores para identificar precocemente uma doença de plantas infectadas por meio do intercâmbio de pesquisadores.

6.2 Meteorologia

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), órgão do Mapa, disponibiliza informações meteorológicas à sociedade brasileira mediante monitoramento, análise e previsão do tempo e do clima fundamentados em pesquisa aplicada e no compartilhamento do conhecimento, com ênfase em resultados práticos e confiáveis.

O Inmet representa o Brasil junto à Organização Meteorológica Mundial (OMM), e, por delegação desta organização, é responsável pelo tráfego das

mensagens coletadas pela rede de observação meteorológica da América do Sul e os demais centros meteorológicos que compõem o Sistema de Vigilância Meteorológica Mundial. Ainda por designação da OMM, o Brasil sedia o Centro de Sistema de Informação Mundial (CSIM), integrante do principal núcleo do novo Sistema de Informação da OMM.

Em colaboração com outras agências da ONU e dos Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Nacionais (SMHNs), a OMM apoia a implementação de uma série de convenções ambientais assumindo papel fundamental na prestação de consultoria e de avaliações de governos em temas relacionados.

Seis associações regionais são responsáveis pela coordenação das atividades meteorológicas, hidrológicas e afins em suas respectivas regiões: região I (África), região II (Ásia), região III (América do Sul), região IV (América do Norte, América Central e Caribe), região V (Sudoeste do Pacífico) e região VI (Europa).

O Programa de Vigilância Meteorológica Mundial (VMM) inclui-se entre os programas técnicos e científicos da OMM, com atribuições de assegurar a troca instantânea de dados entre os países do globo, mediante a manutenção e o emprego do sistema mundial de observações, sistema mundial de telecomunicações e sistema mundial de telecomunicações da OMM, bem como o sistema mundial de processamento de dados e previsão.

No período de 2014 a 2016, as ações do Inmet concentraram-se na participação e no intercâmbio de experiências de eventos internacionais sobre diversos eixos relacionados ao clima e à meteorologia. Os eventos ocorreram em países da América, da Europa, da Ásia e da Oceania, tendo os organismos internacionais, principalmente a OMM, como mediadores das discussões e das competências de cada entidade participante.

Na América Latina e Caribe, os encontros focaram ações multilaterais e regionais, tendo sido discutidos temas como desenvolvimento da meteorologia e hidrologia operacional, novas tecnologias na modernização de coleta de dados meteorológicos, melhoria do prognóstico climático, avanço da gestão de riscos de desastres, elaboração de políticas locais e regionais, bem como integração regional, entre outras questões.

O Inmet/Brasil discutiu a temática de desenvolvimento de infraestrutura e tecnologia na reunião do Grupo de Desenvolvimento de Infraestrutura e Tecnologia, debatendo questões referentes ao estado de implementação dos componentes operacionais, às prioridades regionais e à estrutura dos futuros Grupos de Trabalho, visando à revisão das prioridades e ao planejamento para os programas do sistema mundial integrado de sistemas de observação (Wigos) e sistema mundial de informação (WIS) da OMM.

O Wigos viabiliza a integração dos vários sistemas de observação em uso na terra, no mar, na atmosfera e no espaço, para o monitoramento do tempo, do clima e de diversas outras variáveis ambientais. Ele disponibiliza a base para que todos os países-membros e os programas da OMM acessem observações precisas, confiáveis e oportunas, bem como a produtos relacionados ao clima, à água e afins, que, por sua vez, levarão a uma melhor prestação de serviços. O Wigos contribui para melhorar a compreensão de nosso meio ambiente, preparando o caminho para um futuro melhor para o planeta.

O sistema WIS, por sua vez, possibilita acesso sistemático, recuperação, disseminação e intercâmbio de dados e informações de todos os programas internacionais da OMM, tendo sido criado a partir do sistema mundial de telecomunicações (GTS).

Três eventos internacionais foram realizados sobre essas temáticas no período 2014-2016, quais sejam: Sessão Extraordinária da Comissão de Sistemas Básicos da OMM para reavaliar projetos e objetivos e corrigir e proceder adaptações em seus Grupos de Trabalho; Conferência Regional sobre Desafios Futuros e Oportunidades para a Associação Regional III (América do Sul) e Comissão de Sistemas Básicos (CBS) denominada Prioridades Regionais para Wigos e Global Data-processing and Forecasting Systems (GDPFS). Esses dois eventos detiveram-se na adoção de novas tecnologias e na preparação de pessoal para o desempenho de novas atividades frente à modernização da infraestrutura de coleta de dados meteorológicos, de forma a fundamentar discussões técnicas que avaliem as possibilidades futuras e os desafios que os Serviços Meteorológicos Nacionais devem enfrentar, seja na integração de diferentes plataformas de coleta de dados (Wigos), seja dentro do processamento de dados meteorológicos e da previsão de tempo.

Cumprir registrar, ainda, reunião que tratou da implementação do Wigos na região III (América do Sul) da OMM, e seu papel na prestação de apoio técnico aos seus membros, incluindo-se o Brasil. Nessa reunião definiram-se objetivos a alcançar, planos estratégicos e operacionais, e foi debatida a possibilidade de sua replicação em outras regiões. Apresentou-se, nessa oportunidade, projeto-piloto do Wigos para a região da bacia do rio Prata, segunda maior bacia hidrográfica do Brasil.

O Inmet/Brasil contribuiu para a consolidação do Centro Regional do Clima para o Sul da América do Sul (CRC-SAS) por ocasião da realização do XLI Foro Regional para o Sul da América do Sul. A atuação do instituto nesse evento buscou fortalecer o intercâmbio internacional dos países envolvidos no gerenciamento do CRC-SAS, com a finalidade de disponibilizar dados e prognósticos climáticos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai e apresentar novo produto denominado Quantis, desenvolvido especificamente para o centro, facilitando o desenvolvimento de prognósticos.

Outro eixo temático pesquisado no Inmet é o clima, e, embora afete todos os aspectos da vida no planeta, as decisões que se tomam raramente são baseadas em informações climáticas. Nesse sentido, os sistemas de suporte à tomada de decisões possibilitam-nos lidar com os problemas, combinando diferentes tipos de informações em uma única rede e disponibilizando alternativas técnicas para os tomadores de decisão.

Contextualizando informações climáticas e disponibilizando-as em rede, os sistemas de suporte à tomada de decisões podem efetivamente viabilizar a utilização de informações climáticas no encaminhamento de soluções para problemas mundiais.

Com ênfase na pesquisa de clima realizaram-se quatro eventos internacionais no Uruguai, na Argentina e na Guatemala. O Inmet participou, em 2014, da XXXVII Reunião do Foro Regional de Perspectivas Climáticas para o Sul da América do Sul, que objetivava a integração regional e a promoção do fortalecimento das capacidades nacionais de previsão no continente sul-americano. Durante o foro, especialistas analisaram dados e formularam prognóstico climático para três meses, com dados de temperatura e precipitação baseados em modelos estatísticos e dinâmicos. O documento resultante desse trabalho assumiu grande importância científica e o interesse de produtores agrícolas.

O XXXVIII Foro Regional de Perspectivas Climáticas para o Sul da América do Sul reuniu representantes da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Uruguai e do Paraguai para analisar e discutir as condições climáticas recentes na região e elaborar prognóstico climático sazonal conjunto para o Sul da América do Sul. Formulou-se, então, prognóstico climático sazonal de temperatura e precipitação, baseado em modelos estatísticos e dinâmicos, para a região Centro-Sul da América do Sul, no período junho-julho-agosto de 2015. Além disso, o Inmet participou da elaboração de boletim técnico de divulgação de resultados finais das análises e dos prognósticos climáticos.

Em 2016, realizou-se o XL Foro Regional de Clima para o Sul da América do Sul, conjuntamente com o *workshop* regional de serviços climáticos ibero-americanos. No foro foram realizadas diversas atividades, como a análise da situação climática e a elaboração da previsão climática sazonal para o inverno austral do Sul da América do Sul, revisão das capacidades e serviços de clima existentes na região, destacando-se o valor agregado da cooperação regional.

Identificaram-se, nesse evento, os serviços climáticos ainda não disponíveis que poderiam apoiar a elaboração de políticas locais e regionais, além da promoção do diálogo entre usuários e especialistas de áreas específicas, em conjunto ao Fórum Climático Regional. Como resposta, a previsão climática sazonal gerada no evento deu suporte para as tomadas de decisão da Argentina, do Paraguai, do Uruguai,

da Bolívia, do Chile e do Brasil quanto às condições esperadas do comportamento climático para o trimestre junho-julho-agosto de 2016.

O Uruguai foi sede do último evento que tratou da questão climática, a IV Conferência Internacional de Serviços Climáticos, explorando a questão dos sistemas de suporte à tomada de decisões, e também envolveu diversos outros tópicos, como saúde, recursos hídricos, desastres naturais, gestão das pastagens e avaliação dos serviços climáticos.

Além das questões climáticas, o Inmet também contribuiu com pesquisas sobre as questões meteorológicas, valendo-se de facilidades disponíveis mediante o emprego de novas tecnologias de captação de informações meteorológicas e dos avanços em satélites e informática.

Neste caso, dois eventos foram realizados no período de 2014 a 2016. O Inmet participou do Fórum Regional de Meteorologia, sediado na Argentina, conjuntamente com os diretores dos Serviços Meteorológicos Nacionais da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Equador, do Paraguai, do Peru e do Uruguai, oportunidade em que se apresentaram tecnologias francesas aplicadas à meteorologia.

Outra participação do instituto ocorreu na XII Reunião de Coordenação dos Diretores de Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Ibero-Americanos (CIMHET), evento anual que promove maior interação entre os tomadores de decisão à medida que fomenta o diálogo entre os diretores quanto às questões comuns na região em matéria de meteorologia e hidrologia.

Nessa reunião de coordenação realizada em 2016, discutiu-se a instituição de fórum que viesse a tratar das variadas questões meteorológicas de interesse comum da comunidade ibero-americana e viabilizasse a colaboração entre os SMHNs mediante o intercâmbio das capacidades institucionais e operacionais, além das experiências acumuladas na região.

O Inmet, conjuntamente com a ABC/MRE e a Direção Nacional de Meteorologia (DNM) do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, contribuiu para a qualificação da Direção Nacional de Meteorologia no que diz respeito ao desenvolvimento de um sistema de monitoramento e vigilância meteorológica com reflexo na eficiência da previsão e alerta antecipado de eventos meteorológicos severos em todo o Cone Sul da América do Sul.

Por fim, o Inmet atuou com os fenômenos atmosféricos na região por ocasião da reunião inicial de planejamento de criação de sistema Guia de Enchentes para a América do Sul. Vale registrar que esses fenômenos têm causado grandes problemas ao meio ambiente, com o aumento da frequência de chuvas fortes, altas temperaturas e outras variáveis meteorológicas nas últimas décadas.

Face à frequência desses fenômenos meteorológicos e hidrológicos, a OMM solicitou aos Serviços Meteorológicos Nacionais que formulassem sistema de alerta de enchentes, com o objetivo de minimizar seus efeitos danosos, tais como perdas irreparáveis de vidas humanas e danos materiais.

Daí resultou encontro de especialistas que debateram temas como a previsão e o monitoramento hidrometeorológico das bacias dos rios e de zonas costeiras adjacentes, e como apoiar os Serviços Meteorológicos Nacionais a fim de reduzir o risco de calamidades.

Na América do Norte, a atuação do Inmet focalizou problemas afetos ao território dos Estados Unidos, realizando-se três eventos internacionais sobre manutenção e monitoramento de representação de dados, dados de satélites, fenômenos atmosféricos, monitoramento meteorológico, entre outras questões.

Realizou-se, em 2014, a 2ª Reunião do Grupo de Especialistas do Interprograma sobre Manutenção e Monitoramento de Representação de Dados, reunindo técnicos em telecomunicações, processamento de dados, metadados, monitoramento, migração de códigos, entre outros. O objetivo foi o desenvolvimento de procedimentos, de guias de interoperabilidade, a discussão de temas como GRIB, BUFR e CREZ,¹⁵⁴ a representação de dados e códigos, a migração para *table driven code forms* (TDCF) e a colaboração com outros Grupos de Trabalho da OMM.

O Inmet também participou da Reunião Técnica das Associações Regionais III e IV da OMM sobre requisitos de dados de satélites, e da Conferência de Satélites Noaa 2015: *Preparando para o Futuro de Satélites Ambientais*. A realização desses eventos objetivou apresentar à comunidade de pesquisa e aos utilizadores operacionais a programação de lançamento de satélites ambientais/meteorológicos da Noaa, bem como discutir com essas comunidades o desenvolvimento de novos produtos, processos de tratamento de dados e exame das possibilidades de cooperação internacional da Noaa com as associações regionais da OMM.

O Inmet/Brasil, face à contínua modernização do instituto brasileiro no que concerne à recepção de imagens de satélite e do uso deste tipo de dado na previsão de tempo e no monitoramento de fenômenos atmosféricos, foi convidado a participar, mediante seu representante, de discussões técnicas sobre requisitos de dados de satélites, seja para o monitoramento meteorológico, seja para a assimilação deste tipo de dado em modelos de previsão numérica de tempo.

Registre-se, por último, a realização da 1ª Sessão da Equipe Operacional sobre Intercâmbio de Dados de Radar, o Task Group, oriundo do Grupo de Especialistas

154. Sistemas alternativos de codificação e armazenamento de dados meteorológicos.

participantes do programa da OMM dedicado à evolução e ao desenho do sistema de observação da organização. A reunião tratou de assuntos tais como revisão dos termos de referência e plano de trabalho do grupo, futuras atividades, entre outras ações. Importante mencionar que o Brasil é um dos países da América do Sul que mais investe em radares meteorológicos, mas padece de um sistema de integração e intercâmbio de dados, tanto internamente quanto em nível regional.

No continente europeu, o Inmet investiu em pesquisas em serviços climáticas, prevenção de desastres, representação de dados e principalmente nas questões meteorológicas durante o período de 2014 a 2016 em diferentes países da região. O intercâmbio de experiências foi realizado pela participação da instituição em conferências, congressos e, principalmente, reuniões.

O maior foco concentrou-se na temática da meteorologia, tendo o Inmet participado de dez eventos internacionais ocorridos na Europa no período de 2014 a 2016. Foi estabelecido, pela OMM, escritório com o intuito de prover apoio ao presidente da organização em suas atividades. O papel do *bureau* (escritório) consistiu em planejar, organizar, coordenar e revisar a implementação das diretivas dos trabalhos do congresso e do Conselho Executivo. Nesse caso, realizou-se, em Genebra, o 72º, o 73º e o 75º Bureaus da OMM, em 2014 e 2015.

Esses eventos aconteceram conjuntamente com a 66ª e a 67ª Sessões do Conselho Executivo da OMM, quando foram analisados os resultados obtidos pela organização desde a última reunião, além de ações propostas para o ano seguinte. Outro evento foi o XVII Congresso Mundial de Meteorologia, ocasião em que o diretor do Inmet pleiteou, ante os demais membros da OMM, sua recondução ao cargo de primeiro vice-presidente da OMM para um novo mandato de quatro anos.

O Congresso Mundial de Meteorologia, órgão máximo da organização, reúne os delegados dos membros uma vez a cada quatro anos para as seguintes atividades: *i)* determinar as políticas gerais para o cumprimento dos objetivos da organização; *ii)* considerar adesões à organização para determinar os regulamentos geral, técnico, financeiro e de pessoal; *iii)* estabelecer e coordenar as atividades de órgãos constituintes da organização; *iv)* aprovar planos de longo prazo e orçamento para o período financeiro seguinte; *v)* eleger os presidentes e vice-presidentes da organização e os membros do Conselho Executivo; e *vi)* nomear o secretário-geral.

Ainda conjuntamente com a reunião do *bureau*, realizou-se a reunião consultiva sobre políticas de alto nível em questões de satélites, debatendo assuntos de interesse mútuo entre os operadores de satélites e a comunidade de usuários da OMM. Importante mencionar que essas reuniões garantem harmonização dos

programas, requisitos, uso de produtos e serviços de satélites, principalmente de questões de alto nível.

O Inmet participou da reunião do Grupo de Especialistas de sistema de informação da OMM, em 2014. Essa reunião faz interface de coordenação entre o Grupo de Implantação e Coordenação do sistema de informação da organização, definido pela CBS/Conselho Executivo/Congresso, e os demais Grupos de Especialistas em Telecomunicações, Processamento de Dados, Metadados etc.

Realizou-se o planejamento para a fase pré-operacional do Wigos, na 2ª Sessão da equipe de trabalho da OMM, em 2015. O instituto participou na prestação de apoio técnico aos membros na evolução de seus sistemas de observação e tecnologias, no aumento de suas respectivas capacidades de identificar e compartilhar dados e produtos para utilização em observações e na prestação de serviços. Foram elaboradas orientações sobre o desenho e a evolução dos componentes de observação do Wigos, a publicação de material regulamentar e de normas.

Ainda no âmbito de sistemas de observação, cumpre registrar a participação do Inmet na reunião da equipe de coordenação e execução sobre sistemas de informação e serviço, objetivando consolidar as recomendações e propostas desenvolvidas pelos outros grupos, além de identificar os assuntos e pontos que requerem considerações urgentes e aconselhar comissões técnicas sobre o gerenciamento de informações e comunicação de dados, principalmente com respeito ao WIS.

A Islândia foi sede da reunião do Grupo de Usuários IBL 2016, sobre o *software* Visual Weather, que consiste em um sistema integrador de informações meteorológicas (dados de estações meteorológicas, modelos numéricos, imagens de satélites, radares meteorológicos). Esse sistema é configurado em única plataforma, que auxilia os meteorologistas nas previsões de tempo e na emissão de avisos meteorológicos.

Na reunião consolidou-se a expansão da cooperação e comunicação entre os países usuários do Visual Weather, como Brasil, Reino Unido, Espanha, Islândia etc. O Inmet apresentou produtos e funcionalidades utilizados, bem como suas expectativas e ideias para novos.

O Inmet contribuiu na reunião, em Genebra, do Grupo de Coordenação do Projeto de Demonstração de Previsão de Tempo Severo, denominado Centro Virtual para Avisos de Eventos Meteorológicos Severos para o Sul da América do Sul, que congrega o esforço de monitoramento e previsão do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Na ocasião, foram revistos o planejamento estratégico e a situação dos projetos regionais em execução, que incluem acesso a novos tipos de dados que podem incrementar a qualidade dos boletins de eventos meteorológicos.

Outro eixo temático pesquisado pelo Inmet na Europa foi o das questões climáticas e prevenção de desastres. A instituição participou da elaboração do Marco Mundial para Serviços Climáticos (GFCS),¹⁵⁵ sendo uma parceria entre governos e organizações, buscando viabilizar um melhor gerenciamento dos riscos de variabilidade climática e adaptações às alterações do clima por meio do desenvolvimento e da incorporação de informações e previsões climáticas científicas no planejamento de políticas e práticas em escalas regional e nacional.

O Brasil, em um esforço conjunto do Inmet e do MRE, participou ativamente nos debates e na criação do GFCS, uma iniciativa governamental que ultrapassa as atividades normais da OMM, por envolver temas como segurança alimentar, saúde e água em seus diversos aspectos, bem como a redução dos riscos aos desastres naturais.

Nesse sentido, em 2014, debateu-se o tema da estrutura de governança para operar o GFCS no âmbito regional e mundial durante a 1ª Reunião do Comitê¹⁵⁶ de Gestão do Conselho Intergovernamental sobre Serviços Climáticos (IBCS).

Ainda em 2014, realizou-se a 2ª Sessão do Conselho Intergovernamental para Serviços Climáticos (IBCS-2), ocasião em que foram analisados os avanços do IBSC-1 realizado em 2013, sobre o acordo da elaboração de roteiro operacional e plano de implementação do GFCS, além da definição de processos e subestruturas de suporte ao seu avanço.

Entre os assuntos em pauta do IBSC-2, cumpre destacar a revisão da implementação do GFCS, no contexto da análise de projetos e atividades, mecanismos de engajamento de partes interessadas, parcerias e monitoramento e avaliação da implementação do GFCS. Foi também estabelecido um plano operacional para os próximos quatro anos, entre outras atividades.

No âmbito do estudo de desastres e previsão do tempo, o Inmet foi convidado para participar das discussões técnicas, em vista das iniciativas em estabelecer processos, procedimentos e técnicas de classificação dos efeitos de eventos climáticos.

155. O Brasil mantém o apoio ao GFCS mediante a atuação em dois projetos:

a) recuperação das séries históricas de dados climáticos (desde o início do século XIX), e a implantação do Centro Regional sobre o Clima para a parte Sul da América do Sul, em cooperação mais direta com Argentina, Paraguai e Uruguai. Um portal comum (<<https://goo.gl/k8HhK>>) já se encontra em fase inicial de operação, como resultado dessa cooperação, que poderá apoiar os serviços meteorológicos da Bolívia e (parte Sul) do Chile;

b) centro virtual, em processo de implantação, que subsidiará os países e as instituições do Norte da América do Sul. Esse centro virtual será denominado Centro Regional de Clima para o Norte da América do Sul (CRC-NAS), que será mantido com servidor do Inmet, e contará com apoio da Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme) e da MeteoFrance, em Toulouse, França, que apoia o serviço meteorológico da Guiana Francesa. Esse centro proverá produtos de clima para as aplicações dos serviços de meteorologia da Guiana, do Suriname, da Guiana Francesa e da Venezuela e deverá envolver instituições de pesquisa como o Inpe e centros estaduais de meteorologia no Nordeste e na Amazônia.

156. Competirá ao comitê: *i*) orientar e monitorar o progresso na implementação do GFCS; *ii*) fomentar e apoiar a integração do GFCS no âmbito de políticas, estratégias, planos e iniciativas internacionais e regionais relevantes e integrar o GFCS em programas de organizações parceiras; e *iii*) rever estratégia, objetivos e metas do GFCS, assim como o plano de implementação e orçamento associado regularmente, e apresentar suas recomendações ao congresso.

Nesse caso, a instituição auxilia a implementação de plano de trabalho para redução de riscos de desastres na reunião do Grupo Consultivo de Especialistas sobre a Interface de Usuário para os sistemas de alerta antecipado multiriscos do programa da OMM de redução de riscos de desastres. O evento criou as condições e deu margem à oportunidade para que o Brasil apresentasse aos demais membros da OMM o sistema de avisos meteorológicos atualmente utilizado no Inmet (Alert-AS), que poderá ser utilizado por outros países, particularmente da América do Sul.

O grupo debateu sobre vários temas, entre os quais: *i*) discussão e adoção dos termos de referência para sistemas de avisos antecipados multiriscos; *ii*) avaliação e desenvolvimento de plano para finalizar a versão provisional do Guia para os Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Nacionais, em papéis institucionais, e por meio de parcerias em redução de risco de desastres; *iii*) fornecimento de recomendações no envolvimento/compromisso da OMM na Rede Internacional de Prevenção de Riscos de Desastres.

Por fim, duas outras temáticas foram estudadas pelo Inmet no período de 2014 a 2016 na Europa: o Interprograma sobre Manutenção e Monitoramento de Representação de Dados e o Protocolo Comum de Alerta (CAP). Em relação ao interprograma, a instituição participou da 4ª reunião da equipe de especialistas, em 2016. O encontro objetivou a preparação do documento final para apresentação na reunião da Comissão de Sistemas Básicos da OMM.

Já sobre o CAP, o Inmet participou em Roma, Itália, da sessão inicial do CAP e do *workshop* de implementação do CAP. A participação do especialista foi devido à sua capacidade técnico-científica pela contínua modernização de sua capacidade de monitoramento de eventos meteorológicos severos e sua previsão. Os encontros objetivaram nivelar conhecimentos sobre a implementação do CAP como sistema-padrão de disseminação de alertas internacionais.

Na Ásia, o Inmet contribuiu principalmente na área de transferência de dados meteorológicos, participando de reuniões e encontros sobre a temática. Uma das questões discutidas foi a CBS¹⁵⁷ da OMM, pois trata das atividades primordiais da organização, como coleta, análise, armazenamento e distribuição dos dados observados nas diversas regiões do planeta.

O Inmet participou da reunião da CBS nos três anos abordados no relatório. Em 2014, os membros monitoraram e reportaram o progresso das iniciativas recentes da área de serviços meteorológicos para o público, objetivando a revisão do termo de referência e a revisão das deliberações da reunião de 2012, entre outras atividades.

157. A comissão reúne-se ordinariamente a cada quatro anos e extraordinariamente nos intervalos, a cada dois anos, para reavaliar os projetos e objetivos e fazer as correções e adaptações surgidas nos seus Grupos de Trabalhos.

Em 2015, foi criado o Grupo de Especialistas em Observações de Superfície da CBS, com o intuito de ajudar na implementação dos aspectos do Wigos e abordar uma série de questões relativas às técnicas de observações meteorológicas de superfície. A prioridade foi monitorar a situação das redes operacionais de sistemas de observações meteorológicas, promover as melhores práticas entre os países-membros e prestar aconselhamento sobre questões operacionais.

Em sua 16ª sessão, ocorrida em 2016, foram tomadas decisões sobre as estratégias para o desenvolvimento futuro destes programas e da sua estrutura de trabalho, bem como recomendações de alterações dos regulamentos técnicos da OMM. Já a Conferência Técnica (Teco) é realizada nos dois primeiros dias que antecedem à reunião da CBS, e é o espaço preparado pela organização para que sejam apresentados *papers*, seminários e discussões relacionados à comissão e às atividades técnicas da OMM.

Importante mencionar que a participação brasileira por meio do Inmet sempre foi fundamental, pois o país está entre os dez maiores países-membros que colaboram financeiramente com a OMM.

Cumprir registrar também a 3ª Reunião da Equipe de Especialistas Interprograma sobre Manutenção e Monitoramento de Representação de Dados, em que o propósito do encontro foi discutir temas como GRIB, BUFR e CREX, além da colaboração com outros grupos da OMM e designadores de dados-padrão da organização.

Por fim, registre-se a participação do Inmet na reunião conjunta da Equipe de Especialistas CBS sobre centros WIS e sua equipe operacional sobre centro de sistemas de informação mundial sediado na Austrália, Oceania. Neste encontro foram discutidos temas referentes à revisão das ações e recomendações para a próxima reunião da CBS, atividades de monitoramento do centro WIS, políticas de segurança e harmonização do cache vinte e quatro horas.

6.3 Abastecimento

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública federal, vinculada ao Mapa. Tem como missão promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e da execução das políticas públicas.

6.3.1 Cooperação humanitária

A Conab executa operações de doação internacional de alimentos e contribui para a formulação de propostas no âmbito da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome), do MRE, órgão responsável pelas ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil.

Ressalte-se que as doações são realizadas desde que não comprometam o abastecimento nacional e o atendimento às populações vitimadas por eventos socionaturais adversos no território brasileiro, bem como as ações voltadas à insegurança alimentar e nutricional.

A operação de doação tem início na CGFome, que define os quantitativos e respectivos destinatários dos produtos (países donatários) identificados no anexo da lei que respalda e fundamenta a matéria (arroz, feijão, milho, leite em pó e semente de hortaliças), em conjunto com o PMA.

A partir das definições dos quantitativos e destinos, a Conab atua diretamente na disponibilização dos produtos, na armazenagem e na logística de distribuição até os portos brasileiros, ou seja, é responsável pela adequação e movimentação das cargas humanitárias até o seu embarque, cessando-se a partir daí a sua responsabilidade.

O processo para contratação de transporte dos produtos que estão em estoque é executado pela Conab, via leilões públicos. No caso do arroz, da mesma forma em leilão público, é realizada ainda uma operação de troca do produto em casca pelo beneficiado, próprio para consumo humano.

O transporte do produto do porto de origem ao porto de destino, etapa final do processo, é financiado por parcerias estabelecidas em negociações internacionais com terceiros países e fundos multilaterais, coordenadas pelo PMA.

No contexto dessa ação, no período de 2014 a 2016, o governo federal, por meio da Conab, doou o equivalente a 30 mil toneladas de alimentos a treze países, conforme apresentado na tabela 2, que define os quantitativos anuais e os produtos doados aos respectivos países.

TABELA 2
Cooperação humanitária internacional: Conab/MRE (2014-2016)
(Em kg)

País beneficiário	Arroz	Feijão	Total de alimentos
Cisjordânia – UNRWA	451.000	-	451.500
Gaza – UNRWA	13.071.000	-	13.071.000
Jordânia – UNRWA	731.000	-	731.000
Libano	795.500	-	795.500
Nicarágua	600.000	-	600.000
Síria	2.451.000	-	2.451.000
Argélia	450.000	594.980	1.044.980
Cuba	2.393.306	1.187.236	3.580.542
Guatemala	1.000.000	2.993.725	3.993.725
Guiné	901.700	-	901.700

(Continua)

(Continuação)

País beneficiário	Arroz	Feijão	Total de alimentos
Libéria	901.700	-	901.700
Malawi	-	404.475	404.475
República Centro-Africana	249.533	-	249.533
Serra Leoa	901.700	-	901.700
Total	24.446.439	5.180.416	29.626.855

Fonte: Conab.
Elaboração: Ipea.

É importante mencionar que a cooperação humanitária internacional responde a situações de emergência pelas quais estes países estão passando, como desastres ambientais de grandes proporções, conflitos bélicos e pobreza extrema. É necessária, para o cumprimento total da ação, a mobilização de agentes integrados no processo visando apoiar os países afetados.

No contexto da cooperação executada pela Conab, observa-se a presença da instituição em diversas regiões do globo, nos continentes africano e asiático e na América Latina, sendo a Palestina o país que mais recebeu doações, sobretudo nas regiões da Cisjordânia e de Gaza.

A experiência da Conab na ajuda humanitária é um elemento para entender a cooperação internacional desta instituição com os países de vários continentes. A Conab doa alimento tendo como finalidade complementar a alimentação de milhares de famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional.

Prover alimentos a países que estão passando por momentos de catástrofes de quaisquer natureza é uma estratégia emergencial fundamental para assegurar e promover melhores condições de vida para populações que convivem com o flagelo da fome.

6.3.2 Cooperação técnica

A Conab atua também na cooperação técnica internacional, capacitando instituições de países em menor estágio de desenvolvimento, sob demanda da ABC/MRE e de organismos internacionais, a exemplo da FAO.

Além disso, é importante mencionar a participação da Conab como representante do Brasil nas reuniões da Organização Interamericana de Mercados de Alimentos (Oima) e no Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA).

As ações e práticas da Conab na América Latina e Caribe, no período 2014-2016, foram executadas, na sua maioria, em parceria com a ABC e com a FAO. Um dos principais objetivos da cooperação executada pela Conab foi de contribuir para a criação de mecanismo na promoção do abastecimento social, para o fortalecimento da agricultura familiar e dos instrumentos de política agrícola na América Latina e no Caribe.

Nesse sentido, o conhecimento acumulado que a Conab possui nessas políticas públicas tornam-se ferramentas primordiais na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento. Entre 2014-2016, ocorreram treinamentos e capacitações de equipes que atuaram nos países participantes – que serão oportunamente detalhadas –, o que possibilitou a criação de plataformas para o intercâmbio de informações técnicas, particularmente, na área de segurança alimentar.

A Conab, além da capacitação de equipes técnicas dos países, por meio de projetos de Cooperação, esteve presente em diversas eventos relacionados às temáticas de atuação da Companhia.

Finalmente, a Conab participou do Fórum Internacional de Grãos na Argentina promovido pela Bolsa de Cereais e o Conselho Internacional de Grãos. O fórum discutiu questões para o setor, como o impacto macroeconômico global sobre o mercado.

América Latina e Caribe

Em âmbito regional, a Conab participou da IV Reunião Técnica Regional da Rede de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos da América e do Caribe (SPAA), em que foram discutidas medidas para uma maior integração dos países da região, de modo a promover o diálogo e identificar potencialidades, por meio de estratégias que venham a favorecer o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional e das relações de cooperação, por meio do intercâmbio de informações e capacitação técnica intrarregional.

Os técnicos da Conab participaram também de conferências regionais da FAO para a América Latina e o Caribe.

É importante ressaltar as missões para a elaboração de memorando de entendimento, para celebração de termo de cooperação entre a Conab e a FAO.

A Conab participou ainda do II Programa de Intercâmbio de Experiências sobre modelos de gestão de política de compras públicas da agricultura familiar, no âmbito da reunião especializada sobre agricultura familiar (Reaf), e de reunião técnica regional sobre sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos na América Latina e Caribe.

Colômbia

Destaca-se a participação da Conab na Colômbia, projeto *Missão para a Transformação do Campo Colombiano*. Essa missão governamental teve como objetivo primordial desenhar um roteiro para as políticas no longo prazo orientadas para a superação da pobreza, a restituição de terras e a melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

Os técnicos da Conab participaram, em parceria com o governo colombiano e a FAO, do diálogo *Agricultura Familiar no Brasil: conhecimento e experiências aplicáveis para a agricultura na Colômbia – políticas de abastecimento, compras públicas e rede de abastecimento*.

Costa Rica

Em parceria com o Instituto Inter-Americano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Conab realizou, na Costa Rica, visitas atendendo a convite das autoridades governamentais daquele país, visando à negociação de acordos de cooperação para compartilhamento de experiências. Além disso, recebeu a visita da vice-ministra de Estado da agricultura e pecuária da República da Costa Rica e comitiva, para conhecimento dos programas desenvolvidos pela Conab.

África

Técnicos da Conab participaram de congressos e *workshops* em países do continente africano, compartilhando experiências nas temáticas relacionadas à segurança alimentar, bem como recebeu visitas de delegações técnicas de outros países para conhecimento de programas desenvolvidos pela Conab. A exemplo de delegações de ministros do Sudão, do Malawi, do Quênia, de Cabo Verde e da África do Sul. Além disso, prestou cooperação técnica ao Benim e ao Togo.

No âmbito da parceria entre o governo do Brasil e o Centro de Excelência contra a Fome do PMA para a troca de experiências e promoção da cooperação Sul-Sul, de apoio ao desenvolvimento de programas sustentáveis de alimentação escolar, foi realizado o Fórum Nacional de Alimentação Escolar, em 2015, no Benim, e em 2016, no Togo, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos e os indicadores de saúde, além de promover o desenvolvimento local por meio do fortalecimento da agricultura.

A Conab participou dos eventos por meio de apresentações dos seus técnicos, destacando a atuação da instituição na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir de uma abordagem multissetorial que possa proporcionar uma relação direta entre a alimentação escolar e a produção agrícola local.

No Togo, o objetivo da missão foi discutir a aprovação da Política Nacional de Alimentação Escolar local e a realização de um fórum nacional sobre o tema. Já no Benim, o objetivo foi a elaboração de um plano operacional para a implementação do seu Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Ásia

A Conab integrou a missão conjunta Conab/FNDE/ABC em Timor-Leste, com o projeto intitulado Programa de Segurança Alimentar Brasil-Timor-Leste na área de

alimentação escolar e agricultura familiar. A missão teve como objetivo negociar com o governo timorense os termos de uma nova fase do Programa de Segurança Alimentar Brasil-Timor-Leste. O projeto foi baseado na experiência brasileira, de apoio às áreas de alimentação escolar e de agricultura familiar. O projeto de cooperação realizou a transferência da tecnologia em educação alimentar (hortas escolares), bem como a implantação de refeitórios e cozinhas escolares; oferecer o modelo brasileiro de alimentação escolar, que alia o fortalecimento da agricultura familiar ao desenvolvimento físico, nutricional e cultural das crianças e à promoção da economia local.

Além disto, a Conab recebeu a visita de delegação de pesquisadores da Coreia do Sul, do Korea Rural Economic Institute, que acompanham e estudam a produção e a distribuição de grãos em todo o mundo. Além disso, a instituição também recebeu visita técnica do Japão, formada por uma delegação da Alic Agriculture & Livestock Industries Corporation Japan, dando sequência ao ciclo de visitas técnicas daquela instituição à Conab.

Europa

Na Europa, houve a participação da Conab em congressos internacionais em diversas temáticas de atuação da instituição, tais como segurança alimentar e escolar; dessa forma, houve a participação em eventos na Inglaterra e na Hungria, onde participou do Congresso Internacional da União dos Mercados Atacadistas Mundiais (WUWM).

7 FORMAÇÃO DE PESSOAL ESTRANGEIRO DE NÍVEL SUPERIOR

A formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil constitui dimensão fundamental e histórica¹⁵⁸ da Cobradi.

Desenvolvida ao abrigo de acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro na área educacional, essa dimensão da Cobradi beneficia-se da estrutura do ensino superior no Brasil, materializando-se mediante o acesso de estudantes estrangeiros a instituições de ensino superior brasileiras, bem como a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios¹⁵⁹ previstos nos acordos e convênios que amparam a formação de estudantes estrangeiros no ensino superior brasileiro.¹⁶⁰

158. Vale destacar, a título de exemplo, que o PEC-G, um dos principais programas do Brasil na área, foi consolidado em decreto datado de 1964, tendo selecionado mais de 9 mil estudantes desde 2000. Mais informações em: <<https://goo.gl/yW5nSv>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

159. Os valores referentes à concessão de bolsas e outros auxílios previstos nos programas aqui referidos constam do capítulo sobre gastos do governo brasileiro com a Cobradi.

160. O presente capítulo aborda a formação realizada mediante programas oficiais do governo federal, admitindo-se que esta não inclui estudantes que se formam no Brasil por iniciativa própria e ingresso individual nas instituições de ensino superior, nem aqueles que vêm no âmbito de acordos diretos entre instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras.

Complementam a contribuição brasileira na área o auxílio na aprendizagem da língua portuguesa para estudantes que farão sua formação no Brasil e para estudantes estrangeiros interessados no país. Além disso, seja por meio de auxílio direto a bolsas e programas de pesquisa, seja mediante a manutenção de cátedras brasileiras em universidades estrangeiras, o Brasil também contribui com a formação de professores e pesquisadores estrangeiros.¹⁶¹

Para além de 148 instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras que se ocupam da formação propriamente dita dos estudantes estrangeiros de nível superior no Brasil por meio de programas governamentais, vale destacar o papel desempenhado pela Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE),¹⁶² pela Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC),¹⁶³ pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),¹⁶⁴ vinculada ao MEC, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq),¹⁶⁵ vinculado ao MCTIC, na gestão e na viabilização da formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil.

BOX 13

Atores brasileiros engajados na viabilização da formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil (2014-2016)

Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE)

Responsável pelos temas ligados à educação no MRE, a DCE trata dos assuntos relativos à cooperação educacional oferecida pelo Brasil, inclusive na articulação da rede de postos no exterior envolvidos com o tema. Nesse campo, coordena, juntamente ao MEC, o funcionamento do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), e, juntamente ao MEC ao MCTIC, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG); participa, ademais, da negociação de acordos, programas executivos de trabalho e demais atos internacionais referentes à cooperação educacional no plano internacional, bem como acompanha sua execução.¹

Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC)

A Sesu é a unidade do MEC responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, a supervisão e o desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior e a supervisão das instituições privadas de educação superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também são de responsabilidade da Sesu. A gestão do PEC-G e do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca-Mercosul), entre outros, está na esfera de atribuições da secretaria, no campo da cooperação internacional.²

(Continua)

161. A formação de pessoal estrangeiro de nível superior, de outra parte, traz benefícios ao Brasil. Um dos meios empregados para ampliar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão praticada em instituições de ensino superior é a internacionalização, que envolve tanto a dimensão do envio quanto da recepção. Não por acaso, entre os critérios utilizados para avaliar a qualidade de cursos superiores está o percentual de alunos e professores oriundos de (ou com trânsito em) outros países, bem como o nível de oportunidades oferecidas para convívio multicultural. Ao ampliar o vínculo entre os participantes estrangeiros e o Brasil, abrem-se também canais que favorecem a capacidade do Brasil de influenciar o mundo de maneira pacífica e amistosa.

162. DCE/MRE: Gustavo Baptista Barbosa (ponto focal), Francisco Figueiredo de Souza e Patrícia Ramos dos Passos.

163. Sesu/MEC: Norai Romeu Roceo (ponto focal) e Rafael Pinto Duarte.

164. Capes: Concepta Margaret McManus Pimentel (ponto focal), Cyntia Sandes Oliveira e Soraia de Queiroz Costa.

165. CNPq: Lelio Fellows Filho (ponto focal), Guilherme Silveira Braga Vilas Boas e Flávio Velame.

(Continuação)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

A Capes, fundação do MEC, desempenha papel fundamental na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. Desenvolvidas por conjuntos estruturados de programas, as atividades da Capes voltam-se, entre outros temas, a investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior; à promoção da cooperação científica internacional; e à indução e ao fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.³

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

O CNPq, agência do MCTIC, visa ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção de pesquisas e inovações científicas e tecnológicas como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira. No campo da cooperação internacional, atua no sentido de viabilizar a formação de estrangeiros no país em cursos de pós-graduação, gerenciando, entre outros, a oferta de bolsas.⁴

Fontes: DCE/MRE, MEC, Capes e CNPq.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Disponível em: <<https://goo.gl/sWx7g7>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

² Disponível em: <<https://goo.gl/HgZJma>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

³ Disponível em: <<https://goo.gl/ymGCvw>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/h9VWkM>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

7.1 Arranjos da cooperação internacional para a formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil

A formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil viabiliza-se mediante a implementação de um conjunto de acordos e convênios assinados pelo governo federal que possibilitam acesso de estudantes à educação superior no Brasil, nos seus variados níveis (graduação, mestrado, doutorado, doutorado sanduíche), de pesquisadores estrangeiros à formação complementar no país (pós-doutorado, professor visitante), de professores estrangeiros à formação complementar e de estudantes estrangeiros no Brasil e no exterior ao ensino de língua portuguesa, além da manutenção de cátedras brasileiras pelo mundo.

Os acordos e convênios que dão sustentação às iniciativas brasileiras na área variam em forma e objeto, contemplando desde iniciativas bilaterais (como aquelas assinadas com Cuba, França e Moçambique) até iniciativas de alcance amplo (como os programas PEC-G e PEC-PG) e compromissos firmados com organizações internacionais e/ou em âmbito regional (como o acordo com a Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento – Twas –, ou aqueles desenvolvidos no âmbito do Mercosul ou da CPLP).

Com alcance multinacional, destacam-se os dois mais amplos programas brasileiros direcionados à formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil: o PEC-G e o PEC-PG.

Voltado “à formação e qualificação de estudantes estrangeiros [preferencialmente de países em desenvolvimento] por meio de oferta de vagas gratuitas

em cursos de graduação em instituições de ensino superior – IES brasileiras”,¹⁶⁶ o PEC-G é administrado conjuntamente pela DCE/MRE e pela Sesu/MEC, em parceria com instituições de ensino superior de todo o país.

Em linhas gerais, compete ao MRE “coordenar os procedimentos relativos à implementação do PEC-G junto a governos estrangeiros por intermédio das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras”; e ao MEC (mediante a atuação da Sesu), “coordenar os procedimentos referentes à adesão das IES ao PEC-G, oferta das vagas, seleção e matrícula dos candidatos e acompanhamento do programa”; cabendo às instituições de ensino superior, exclusivamente, gerenciar questões de natureza acadêmica.¹⁶⁷

Conforme a DCE/MRE, ao final de 2016 participavam do PEC-G 56 países (24 da África, 25 das Américas e sete da Ásia),¹⁶⁸ sendo os cursos de letras, comunicação social, administração, ciências biológicas e pedagogia aqueles com o maior número de vagas oferecidas.

BOX 14

O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)

Para inscrever-se no PEC-G, os estudantes estrangeiros devem apresentar o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), conforme o inciso V do Artigo 6º do Decreto nº 7.948, de 2013.

Trata-se do único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente, e é conferido aos estrangeiros com desempenho satisfatório em teste padronizado.

O exame é aplicado no Brasil e em outros países pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do MRE.

No Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação.

Candidatos ao PEC-G oriundos de países em que não haja aplicação do Celpe-Bras podem prestar o exame no Brasil, uma única vez, após participar de curso de português para estrangeiros, oferecido por instituições de ensino superior credenciadas no âmbito do programa. O candidato reprovado no Celpe-Bras aplicado no Brasil não pode ingressar na graduação e deve retornar a seu país de origem, conforme os §§ 2º e 3º do Artigo 6º do Decreto 7.948/2013.

Fonte: Brasil (2013).

Elaboração: Ipea.

Direcionado a estudantes de pós-graduação, o PEC-PG tem como objetivo a formação de recursos humanos, com vistas a que cidadãos oriundos de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia, possam vir a realizar estudos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) em instituições de ensino superior brasileiras, nas diversas áreas do conhecimento.

166. Nos termos do Artigo 1º em BRASIL. Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o PEC-G. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/FwR35s>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

167. Conforme os §§ 1º, 2º e 3º do Artigo 2º em BRASIL. Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o PEC-G. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/FwR35s>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

168. Atualmente, com sessenta países participantes (26 da África, 25 das Américas e nove da Ásia). Interessante notar, ademais, que, por definição, o PEC-G e o PEC-PG têm o mesmo número de países participantes.

O programa é administrado conjuntamente pela DCE/MRE, pela Capes e pelo CNPq. Ao MRE cabe, além do pagamento de passagens de retorno dos estudantes a seus países de origem,¹⁶⁹ a divulgação do programa no exterior. À Capes e ao CNPq cabem a seleção dos estudantes e o pagamento das bolsas concedidas no âmbito do programa.¹⁷⁰

Tal como no caso dos demais programas, questões de natureza acadêmica são de atribuição exclusiva das instituições de ensino superior, que oferecem a formação.

Tal como no caso do PEC-G, em 2016, 56 países (24 da África, 25 das Américas e sete da Ásia)¹⁷¹ participavam do PEC-PG.

BOX 15

O Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Paec OEA-GCUB)

Em âmbito regional, o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Paec OEA-GCUB) é resultado da cooperação entre a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas/OMS) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio da DCE/MRE. O programa, iniciado em 2011, é um dos mais bem-sucedidos em intercâmbio estudantil da OEA. Por seu intermédio, o Brasil oferta bolsas de mestrado (24 meses) e doutorado (48 meses) a cidadãos dos Estados-membros da OEA (exceto nacionais brasileiros), em todas as áreas do conhecimento, nas 59 universidades brasileiras associadas ao GCUB. O objetivo é promover a integração regional por meio da internacionalização das instituições educativas brasileiras. O programa oferece igualmente cursos de português aos participantes.

Entre 2014 e 2016, foram selecionados 1.291 estudantes pelo Paec (457 em 2014, 529 em 2015 e 305 em 2016).

Fonte: DCE/MRE.

Em âmbito multilateral, o governo brasileiro desenvolve, em conjunto com a CPLP, o Pró-Mobilidade Internacional, parceria da Capes com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp).

O programa, que tem por finalidade a seleção de projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, bem como o fomento ao intercâmbio de graduandos, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos (docentes) brasileiros e estrangeiros, tem seu fundamento legal em memorando de entendimento,¹⁷² o qual busca aprofundar a cooperação acadêmica entre as instituições da Aulp, a fim de promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em Moçambique, em São Tomé e Príncipe e em Timor-Leste, países integrantes da CPLP.

169. Interessante observar que tanto no caso do PEC-G quanto no caso do PEC-PG há a previsão de retorno dos estudantes a seus países de origem.

170. De modo mais específico, à Capes cabe a seleção e o pagamento das bolsas de doutorado e ao CNPq cabe a seleção e o pagamento das bolsas de mestrado. Disponível em: <<https://goo.gl/ghfPLG>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

171. Disponível em: <<https://bit.ly/2Eg7TwY>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

172. Memorando de entendimento em ensino superior, ciência e pesquisa entre a Capes e a Aulp, assinado em 3 de fevereiro de 2012.

Junto à Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento (Twas), com o objetivo de estimular a formação de jovens pesquisadores provenientes de países em desenvolvimento no campo das ciências naturais, um acordo com o CNPq assegura a concessão de bolsas de pós-graduação (doutorado, pós-doutorado e doutorado sanduíche)¹⁷³ a pesquisadores estrangeiros em instituições brasileiras avaliados pela Capes com notas 5, 6 e 7.¹⁷⁴

Para concorrer às bolsas, os candidatos devem ser residentes permanentes em países em desenvolvimento, à exceção do Brasil. Além disso, devem estar cientes do compromisso de retorno ao país de origem, após a conclusão de seus programas de estudo, e também apresentar proficiência em português, inglês ou espanhol (dispensável nos casos em que estas línguas forem as línguas maternas). O contato com as universidades e a garantia de seu aceite é de responsabilidade dos candidatos.

Em âmbito regional, destacam-se iniciativas adotadas no Mercosul, seja em mobilidade discente (programa Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados – Marca), seja em projetos conjuntos de pesquisa, bem como a parceria com o Centro Latino-Americano de Física (Claf).¹⁷⁵

No caso do Marca, iniciado em 2010, trata-se de programa desenvolvido e implementado pelo setor educacional do Mercosul para atender a cursos de graduação avaliados e aprovados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (Arcu-Sul) pertencentes a instituições dos quatro países-membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; e dos países associados: Bolívia e Chile. Mais recentemente, Colômbia e Equador também se juntaram ao programa. O Marca apoia projetos de parcerias universitárias, em nível de graduação, de instituições participantes. Professores e estudantes destes cursos de graduação podem se candidatar a um intercâmbio de um semestre letivo em uma instituição de outro país.¹⁷⁶

O programa Projetos Conjuntos de Pesquisa Mercosul, também iniciado em 2010, tem por finalidade a seleção de projetos conjuntos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, bem como o fomento ao intercâmbio de mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos e, desse modo, o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores.¹⁷⁷

173. As bolsas de doutorado têm duração máxima de 48 meses, enquanto as bolsas de pós-doutorado e doutorado sanduíche têm duração mínima de seis e máxima de doze meses. A Twas é responsável pelo financiamento das passagens, além de outros benefícios, como auxílio-instalação, reembolso de parte dos custos com vistos, entre outros.

174. Informações gerais sobre o programa estão disponíveis em: <<https://goo.gl/1F5YCN>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

175. Criado em 26 de março de 1962, o Claf é um organismo internacional que promove ações para incentivar e estimular o desenvolvimento da física na América Latina. O centro conta com o apoio da Unesco e do governo brasileiro. Mais informações em: <<https://goo.gl/xq9xwD>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

176. O financiamento do Marca é feito pela Sesu/MEC e a implementação das bolsas é feita pela Capes.

177. A Capes financia até duas missões de estudo de alunos estrangeiros por projeto no Brasil, diretamente aos estudantes argentinos, paraguaios, uruguaios, bolivianos e chilenos.

Direcionada à formação de pesquisadores latino-americanos na área de física, a parceria entre o CNPq e o Claf visa possibilitar que cidadãos latino-americanos realizem estudos em nível de doutorado e pós-doutorado júnior em instituição de ensino superior ou instituto de pesquisa brasileiro.

Além dos acertos de alcance multinacional, multilateral e/ou regional, o governo brasileiro trabalha também em parceria direta com alguns países, mediante o desenvolvimento de acordos e programas bilaterais de formação superior. É o caso das parcerias com Cuba, Estados Unidos, França, Haiti, Moçambique, Timor-Leste e Uruguai.

No caso de Cuba, protocolo assinado entre Brasil e Cuba em 19 de julho de 1996 dá sustentação ao programa que a Capes desenvolve com o Ministério da Educação Superior de Cuba (MES-Cuba), nas categorias projetos e docentes.

O programa tem como objetivo estimular, por meio de projetos conjuntos de pesquisa e da concessão de bolsa de estudo, o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e cubanos, vinculados a programas de pós-graduação de instituições de ensino superior, visando promover a formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e em Cuba, nas diversas áreas do conhecimento.

No programa MES-Cuba Projetos, o Brasil, por intermédio da Capes, financia até uma missão de estudo no Brasil, por ano, a estudantes cubanos. No programa MES-Cuba Docentes, é financiada a concessão de bolsa de estudo, nas modalidades doutorado sanduíche ou pós-doutorado, visando ao aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior de Cuba.

No caso da parceria com o Uruguai, também desenvolvida nas categorias projetos e docentes, a parceria desenvolvida pela Capes com a Universidad de La República (Udelar) surgiu a partir do documento de ajuste de intercâmbio cultural entre a Udelar e a Capes sobre integração educativa e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, de 30 de setembro de 1996.

O programa Udelar Docentes tem como objetivo promover o intercâmbio de professores vinculados à Udelar, visando à formação de recursos humanos de alto nível nas diversas áreas do conhecimento. O Brasil, por meio da Capes, financia bolsas para docentes uruguaios nas modalidades mestrado pleno, mestrado sanduíche, doutorado pleno e doutorado sanduíche.¹⁷⁸

O programa Capes-Udelar Projetos baseia-se no protocolo assinado entre Brasil e Uruguai em 19 de agosto de 1998, tendo como objetivo estimular, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e uruguaios, visando à formação de recursos humanos

178. No âmbito do programa, as passagens aéreas dos bolsistas uruguaios ficam a cargo do Uruguai, por intermédio da Udelar.

de alto nível no Brasil e no Uruguai, nas diversas áreas do conhecimento. Os alunos de pós-graduação uruguaios podem vir ao Brasil realizar uma parte da sua formação. A vinda e a estadia desses alunos são financiadas pela Udelar e pela Capes.

Com o Haiti, sob a coordenação conjunta da Capes, da Sesu e do MEC, o Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti Graduação objetiva contribuir para a reconstrução do Haiti, por meio do apoio à formação de recursos humanos em nível de graduação. Baseia-se, para tanto, na concessão, a estudantes de graduação haitianos, de bolsas para estudo nas instituições de ensino superior brasileiras, priorizando áreas e cursos definidos em relatório diagnóstico realizado em 2010.

A cooperação com a França na formação em nível superior estrutura-se em torno de duas iniciativas bilaterais, na área de tecnologia e na área de agricultura.

O programa Brasil-França Tecnologia (Brafitec), criado em 2002, consiste em uma parceria universitária que concede bolsas para estudantes brasileiros e franceses na modalidade graduação sanduíche, nas áreas de engenharia, na França e no Brasil. No âmbito do programa, cada universidade francesa vinculada aos projetos Brafitec pode enviar até dez bolsistas por ano para o Brasil, número igual de universidades brasileiras para a França.

Na área agrícola, cabe ao programa Brasil-França Agronomia (Brafagri), criado em 2006, conceder bolsas a estudantes brasileiros e franceses de graduação sanduíche (das áreas de medicina veterinária, ciências agrárias e engenharia de alimentos) na França e no Brasil. A exemplo do programa Brafitec, em 2011 foi efetivada a bilateralidade para possibilitar às universidades brasileiras com projetos ativos o recebimento de bolsistas franceses das universidades francesas vinculadas aos projetos Brafagri para a realização de graduação sanduíche no Brasil. Assim, cada universidade francesa pode enviar até cinco bolsistas para o Brasil por ano, número igual de universidades brasileiras para a França.

No caso de Moçambique, dois programas orientam a cooperação brasileira para a formação de moçambicanos: o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique (UAB-Moçambique), implementado com apoio da Capes, e o Programa de Pós-Graduação CNPq/Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique (MCT-MZ).

O programa UAB-Moçambique atende a um dos dispositivos do Acordo de Cooperação Cultural celebrado entre Brasil e Moçambique em 2 de julho de 1991, e tem como objetivo a formação de professores moçambicanos, pelas instituições de ensino superior participantes da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no quadro mais amplo do reforço dos laços de solidariedade e de cooperação, da expansão e da interiorização do ensino superior nos países de língua portuguesa com as ferramentas de EAD.

Outra frente de concretização da parceria com Moçambique realiza-se mediante o Programa de Pós-Graduação CNPq/ MCT-MZ. O programa busca “incentivar a participação de estudantes moçambicanos em cursos de pós-graduação no Brasil, por meio da concessão de bolsas para desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas relevantes e de interesse do governo de Moçambique”,¹⁷⁹ contribuindo no desenvolvimento do Programa de Recursos Humanos de Moçambique. As áreas de atuação do CNPq/MCT-MZ são: tecnologias da informação e comunicação; biotecnologia; engenharia metalúrgica; comunicação social (voltada para a divulgação científica – “jornalismo científico”); ciências humanas e sociais; saúde (em especial doenças tropicais); e recursos hídricos.¹⁸⁰

A formação de professores, presente na cooperação com Moçambique, é também objeto da cooperação com Timor-Leste, mediante o Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa no país asiático (PQLP). Instituído pelo Decreto nº 5.274, de 18 de novembro de 2004, o PQLP foi executado pela Capes, que custeou até cinquenta bolsas anuais com a finalidade de promover a língua portuguesa e formar docentes em Timor-Leste. Em 2011, o Decreto nº 7.448, de 3 de março de 2011, estipulou a vigência do programa até o exercício financeiro de 2014. O último edital da Capes de seleção para formação de docentes em Timor-Leste (Edital nº 76/2013), enviou cinquenta cooperantes para Timor-Leste, entre os quais onze permaneceram em Timor-Leste até abril de 2016.

A promoção da língua portuguesa fomentou também a cooperação do Brasil com os Estados Unidos entre 2014 e 2016. Parceria entre a Capes e a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos e o Brasil (Fulbright), com a seleção de candidatos para bolsas de professor assistente de língua portuguesa nos Estados Unidos (*foreign language teaching assistant* – FLTA), desenvolveu-se no período com vistas a incrementar o ensino de português em universidades dos Estados Unidos e estreitar as relações bilaterais entre os dois países.

Nessa mesma linha de estreitamento das relações bilaterais, foi realizada a seleção de professores/pesquisadores brasileiros visitantes nos Estados Unidos, para ministrar aulas, realizar pesquisas e desenvolver atividades de orientação técnica e científica em renomadas instituições de ensino superior, no âmbito do programa Capes/Fulbright Professor/Pesquisador Visitante nos Estados Unidos.

Destaque-se, finalmente, a manutenção, pelo governo brasileiro (por intermédio da Capes), de cátedras brasileiras em diferentes universidades de diversos países. Em linhas gerais, as cátedras asseguram o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa no exterior por pesquisadores brasileiros de alto nível, especialistas

179. Mais informações em: <<https://bit.ly/2BkSDf7>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

180. Informações gerais sobre o programa estão disponíveis em: <<https://goo.gl/PB5yn5>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

em qualquer área acadêmica, visando difundir contribuições brasileiras em centros universitários de excelência no exterior. São implementadas mediante o pagamento de bolsas pelo governo brasileiro.

7.2 A formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil

É possível subdividir a formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil em diferentes níveis, conforme sua inserção no sistema educacional superior brasileiro (graduação ou pós-graduação). Existem, ademais, iniciativas brasileiras implementadas em meio virtual, bem como em outros países, contribuindo quer para a formação de professores ou para a difusão da língua portuguesa, quer para a formação superior, mediante a manutenção de programas de qualificação docente, professores visitantes ou cátedras brasileiras no exterior.

7.2.1 Graduação no Brasil

Entre 2014 e 2016, 3.468 estudantes estrangeiros buscaram fazer sua formação superior no Brasil, mediante cinco diferentes programas, seja na forma de graduações plenas, seja de intercâmbios (graduação sanduíche) (tabela 3).¹⁸¹

TABELA 3
Graduação: estudantes no Brasil, por programas (2014-2016)

	PEC-G	Marca	Pró-Haiti	Brafitec	Brafagri	Total
2014-2016	2141	381	67	622	257	3.468

Fontes: Sesu e Capes.
Elaboração: Ipea.

No caso do PEC-G,¹⁸² maior programa da área, foi possível identificar, além dos números gerais de estudantes, o número de ingressantes ano a ano, bem como o número de formandos no âmbito do programa (tabela 4).

TABELA 4
PEC-G: número de ingressantes e concluintes, ano a ano (2014-2016)

	2014	2015	2016
Ingressantes	349	419	271
Concluintes	346	354	422

Fonte: Sesu.
Elaboração: Ipea.

181. Os registros disponíveis mostram que, nesse nível de formação, foram buscados graus de bacharelado, licenciatura, bacharelado e licenciatura, bacharelado ou licenciatura, graduação, núcleo comum, sequencial e tecnológico.

182. Os dados referentes ao PEC-G foram obtidos mediante consulta ao Simec (Sistema Integrado de Monitoramento do MEC). A plataforma é atualizada pelas instituições de ensino superior conforme seus calendários acadêmicos. As informações constantes deste relatório estão atualizadas até outubro de 2018.

Com base nesses dados (tabela 5), é possível apontar a graduação de 1.122 estudantes estrangeiros no Brasil no triênio em estudo, bem como o declínio no número de ingressantes em 2016.¹⁸³

TABELA 5
PEC-G: número de estudantes por área de formação (2014-2016)

Área	Nº	Área	Nº
ABI – ciências biológicas	1	Engenharia elétrica – telecomunicações	1
ABI – ciências sociais	2	Engenharia elétrica e eletrônica	1
Administração	111	Engenharia eletrônica	6
Administração de empresas	6	Engenharia eletrônica e de computação	1
Administração industrial	2	Engenharia eletrônica e de telecomunicação	4
Administração pública	10	Engenharia física	3
Agroindústria	1	Engenharia florestal	2
Agronomia	24	Engenharia hídrica	1
Análise e desenvolvimento de sistemas	1	Engenharia industrial de controle e automação	1
Animação	1	Engenharia industrial elétrica	1
Antropologia	2	Engenharia mecânica	47
Arquitetura	1	Engenharia mecânica aeronáutica	1
Arquitetura e urbanismo	115	Engenharia mecatrônica	12
Arquivologia	1	Engenharia metalúrgica	1
Artes cênicas	3	Engenharia naval	4
Artes cênicas com habilitação em cenografia	2	Engenharia naval e oceânica	1
Artes plásticas	1	Engenharia química	27
Artes visuais	5	Engenharia sanitária e ambiental	1
Áudio visual	1	Engenharia têxtil	1
Biblioteconomia	9	Estatística	5
Biomedicina	64	Estudos literários	2
Biotecnologia	13	Expressão gráfica	1
Ciência da computação	51	Farmácia	39
Ciência e tecnologia	2	Farmácia e bioquímica	6
Ciência econômica	2	Filosofia	4
Ciência política	7	Física	4
Ciências agrárias	1	Física – licenciatura ou bacharelado	2
Ciências ambientais	1	Fisioterapia	21
Ciências atuariais	7	Fonoaudiologia	15
Ciências biológicas	36	Gastronomia	1
Ciências biológicas – licenciatura ou bacharelado	2	Geofísica	1

(Continua)

183. Há estudantes selecionados para 2016, mas que farão o curso de português no Brasil para, aprovados no Celpe-Bras, matricularem-se em 2017.

(Continuação)

Área	Nº	Área	Nº
Ciências biológicas – modalidade médica	1	Geografia	3
Ciências biológicas – biofísica	1	Geologia	22
Ciências biológicas – microbiologia e imunologia	6	Gerontologia	1
Ciências biológicas – modalidade médica	2	Gestão ambiental	8
Ciências biomédicas	1	Gestão de agronegócios	1
Ciências contábeis	36	Gestão de políticas públicas	1
Ciências e tecnologia	1	Gestão pública	1
Ciências econômicas	105	História	7
Ciências jurídicas e sociais	1	História da arte	1
Ciências matemáticas e da terra	1	Hotelaria	1
Ciências políticas	6	Informática e saúde (experimental)	2
Ciências sociais	23	Jornalismo	6
Cinema	1	Lazer e turismo	3
Cinema e audiovisual	7	Letras	27
Comunicação institucional	1	Letras – espanhol	2
Comunicação social	18	Letras – estudos literários	1
Comunicação social – jornalismo	9	Letras – francês	6
Comunicação social – jornalismo e relações públicas	1	Letras – inglês	1
Comunicação social – publicidade	1	Letras – licenciatura ou bacharelado	2
Comunicação social – publicidade e propaganda	5	Letras – língua portuguesa	12
Comunicação social – relações públicas	4	Letras – língua francesa e literatura	1
Comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda	1	Letras – língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa	1
Conservação e restauração de bens culturais móveis	1	Letras – português	6
Controladoria e finanças	1	Letras – português do Brasil como segunda língua	1
Controle ambiental	1	Letras – português e espanhol	4
Dança	1	Letras – português e inglês	4
Desenho industrial	2	Letras – português e literaturas de língua portuguesa	3
<i>Design</i>	12	Letras – português e francês	4
<i>Design – industrial</i>	1	Letras – português e inglês	1
<i>Design de moda</i>	4	Linguística	2
<i>Design gráfico</i>	5	<i>Marketing</i>	1
Direito	62	Matemática	4
Economia	3	Matemática aplicada a negócios	1
Economia doméstica	1	Matemática aplicada e computação científica	1
Economia empresarial e controladoria com habilitação em ciências contábeis – ênfase em finanças	1	Matemática aplicada e computacional	2
Educação física	6	Matemática computacional	1
Educação física – ênfase em esporte	1	Medicina	202

(Continua)

(Continuação)

Área	Nº	Área	Nº
Educação musical	1	Medicina veterinária	19
Enfermagem	25	Moda com habilitação em estilo	1
Enfermagem e obstetrícia	9	Música	9
Engenharia	4	Música – canto	1
Engenharia aeroespacial	1	Música – teclado	1
Engenharia aeronáutica	5	Música – violão	1
Engenharia agrícola	3	Nanotecnologia	1
Engenharia agrônoma	10	Nutrição	35
Engenharia ambiental	13	Obstetrícia	5
Engenharia civil	119	Oceanografia	1
Engenharia da computação	24	Oceanologia	3
Engenharia de alimentos	5	Odontologia	102
Engenharia de aquicultura	1	Pedagogia	9
Engenharia de bioprocessos	1	Pintura	1
Engenharia de biotecnologia e bioprocessos	2	Produção audiovisual	1
Engenharia de computação	13	Psicologia	28
Engenharia de computação e informação	4	Publicidade e propaganda	7
Engenharia de controle e automação	13	Química	2
Engenharia de energia	6	Química industrial	2
Engenharia de energias e meio ambiente	2	Redes de computadores	1
Engenharia de materiais	1	Relações internacionais	59
Engenharia de mecatrônica	1	Relações públicas	4
Engenharia de minas	18	Saneamento ambiental	2
Engenharia de pesca	3	Saúde coletiva	2
Engenharia de petróleo	16	Saúde pública	1
Engenharia de petróleo e gás	1	Serviço social	7
Engenharia de produção	19	Sistema de informação	13
Engenharia de produção – habilitação mecânica	1	Sistemas de telecomunicações	6
Engenharia de produção civil	1	Sistemas e mídias digitais	1
Engenharia de produção e sistemas	1	Sistemas para internet	1
Engenharia de produção mecânica	4	Sociologia	1
Engenharia de recursos hídricos e do meio ambiente	1	Teatro	1
Engenharia de telecomunicações	26	Tecnologias da informação e comunicação	1
Engenharia de transporte e logística	1	Terapia ocupacional	2
Engenharia elétrica	32	Têxtil e moda	1
Engenharia elétrica – ênfase em sistemas de energia e automação	1	Turismo	33
		Zootecnia	5

Fonte: Sesu.
Elaboração: Ipea.

Ainda no PEC-G, identificam-se 106 cursos frequentados por estudantes estrangeiros no Brasil entre 2014 e 2016. Ressalte-se que, apesar da grande dispersão na distribuição de estudantes por diferentes cursos, cinco cursos receberam pelo menos uma centena de estudantes: engenharia civil (com 119 estudantes), arquitetura e urbanismo (115), administração (111), ciências econômicas (105) e odontologia (102). O grande destaque nessa área, porém, é o curso de medicina, que recebeu 202 estudantes matriculados no período (tabela 5).

No caso da origem dos estudantes de graduação, destacam-se a forte presença de africanos (1.551) e de franceses vinculados aos programas bilaterais de graduação sanduíche (879) (tabela 6).

TABELA 6

Graduação: número de estudantes por país de nascimento (2014-2016)

Continente	País de origem	Total de estudantes
	África do Sul	1
	Argélia	2
	Angola	259
	Benim	142
	Cabo Verde	478
	Camarões	21
	Congo-Brazzaville	46
	Congo-Kinshasa	121
	Costa do Marfim	14
África (1.551 estudantes de vinte países)	Gabão	11
	Gana	39
	Guiné	3
	Guiné-Bissau	268
	Moçambique	40
	Namíbia	3
	Nigéria	16
	Quênia	7
	São Tomé e Príncipe	61
	Senegal	8
	Togo	11

(Continua)

(Continuação)

Continente	País de origem	Total de estudantes
América Latina ¹ (644 estudantes de 22 países)	Barbados	10
	Bolívia	32
	Chile	7
	Colômbia	42
	Costa Rica	9
	Cuba	24
	El Salvador	9
	Equador	60
	Guatemala	9
	Guiana	1
	Haiti	119 ²
	Honduras	51
	Jamaica	30
	México	2
	Nicarágua	5
	Panamá	4
	Paraguai	140
Peru	63	
República Dominicana	11	
Trindade e Tobago	5	
Uruguai	1	
Venezuela	10	
Europa (881 estudantes de três países)	França	879 ³
	Portugal	1
	Rússia	1
Ásia	Timor-Leste	8

Fontes: Sesu e Capes.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Não foi possível identificar a origem dos estudantes vinculados ao Marca; e, nos registros disponíveis, três estudantes aparecem como sendo originários do Brasil.² Cinquenta e dois estudantes pelo programa PEC-G e 67 pelo programa Pró-Haiti.³ Estudantes pelos programas Brafitec e Brafagri.

Em termos de países de origem, a liderança é da América Latina, com 22 países de origem, seguida pelo continente africano, com vinte países. Destaque-se, ademais, a forte presença de estudantes oriundos dos países de língua portuguesa; são, ao todo, 1.114 estudantes da Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste (tabela 6).

Com relação, finalmente, à distribuição dos estudantes pelas diversas instituições de ensino superior brasileiras, grande dispersão é também a marca da formação de estrangeiros em nível de graduação no país: 104 instituições de ensino superior distribuídas pelas cinco regiões do país ofereceram formação de nível superior (graduação) a pessoal estrangeiro entre 2014 e 2016 (tabela 7).

TABELA 7
Graduação: distribuição espacial e institucional dos estudantes (2014-2016)

Região	UF	Instituição na qual se executou a bolsa	Total
Centro-Oeste (211 estudantes em sete instituições de ensino superior)	DF	Universidade de Brasília	85
	GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	6
	GO	Universidade Estadual de Goiás	3
	GO	Universidade Federal de Goiás	52
	MS	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	20
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	38
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso	7
Nordeste (537 estudantes em dezoito instituições de ensino superior)	PE	Universidade Federal de Pernambuco	96
	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	4
	BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	1
	BA	Universidade do Estado da Bahia	9
	BA	Universidade Federal da Bahia	18
	BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	17
	BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia	1
	CE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	8
	CE	Universidade Estadual do Ceará	2
	CE	Universidade Federal do Cariri	11
	CE	Universidade Federal do Ceará	94
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	109
	RN	Universidade Federal Rural do Semiárido	1
	MA	Universidade Federal do Maranhão	18
	AL	Universidade Federal de Alagoas	32
PB	Universidade Federal da Paraíba	48	
PB	Universidade Federal de Campina Grande	21	
SE	Universidade Federal de Sergipe	19	
PI	Universidade Federal do Piauí	28	
Norte (179 estudantes em sete instituições de ensino superior)	AM	Universidade da Amazônia	9
	AM	Universidade Federal do Amazonas	30
	AM	Universidade Federal Rural da Amazônia	1
	PA	Universidade Federal do Pará	83
	TO	Fundação Universidade Federal do Tocantins	18
	RR	Universidade Federal de Roraima	37
AP	Universidade Federal do Amapá	1	

(Continua)

(Continuação)

Região	UF	Instituição na qual se executou a bolsa	Total
	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	62
	MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	5
	MG	Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	6
	MG	Fundação Universidade Federal de Viçosa	17
	MG	Instituto Nacional de Telecomunicações	1
	MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	27
	MG	Universidade Federal de Itajubá	39
	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	13
	MG	Universidade Federal de Lavras	19
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	170
	MG	Universidade Federal de Ouro Preto	20
	MG	Universidade Federal de São João Del Rei	19
	MG	Universidade Federal de Uberlândia	91
	MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	6
	MG	Universidade Federal de Viçosa	43
	MG	Universidade Estadual de Montes Claros	3
	MG	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	11
	RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	26
	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	16
	RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	44
Sudeste (1.727 estudantes em 42 instituições de ensino superior)	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	193
	RJ	Universidade Federal Fluminense	73
	RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	66
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	21
	SP	Centro Universitário de Lins	3
	SP	Centro Universitário São Camilo	17
	SP	Faculdade de Engenharia São Paulo	4
	SP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	9
	SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	15
	SP	Universidade de Ribeirão Preto	3
	SP	Universidade de São Paulo	286
	SP	Universidade do Sagrado Coração	3
	SP	Universidade Estadual de Campinas	145
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	128
	SP	Universidade Federal de São Carlos	49
	SP	Universidade Federal de São Paulo	18
	SP	Universidade Metodista de Piracicaba	2
	SP	Instituto Tecnológico de Aeronáutica	10
	SP	Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia	1
	SP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo	2
	SP	Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz	34
	SP	Universidade Metodista de São Paulo	7

(Continua)

(Continuação)

Região	UF	Instituição na qual se executou a bolsa	Total
Sul (814 estudantes em 29 instituições de ensino superior)	RS	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	8
	RS	Fundação Universidade Federal do Pampa	2
	RS	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	14
	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	25
	RS	Universidade de Caxias do Sul	17
	RS	Universidade de Passo Fundo	28
	RS	Universidade Federal de Pelotas	16
	RS	Universidade Federal de Santa Maria	11
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	177
	RS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	2
	RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	14
	RS	Centro Universitário Ritter dos Reis	14
	RS	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	1
	PR	Universidade Estadual de Londrina	57
	PR	Universidade Estadual de Maringá	22
	PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa	27
	PR	Universidade Estadual do Centro Oeste	2
	PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	26
	PR	Universidade Federal do Paraná	62
	PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	35
	PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	9
	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	24
	SC	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	25
	SC	Universidade do Extremo Sul Catarinense	7
	SC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	1
	SC	Universidade do Vale do Itajaí	1
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina	140
	SC	Universidade do Sul de Santa Catarina	29
	SC	Universidade Regional de Blumenau	18

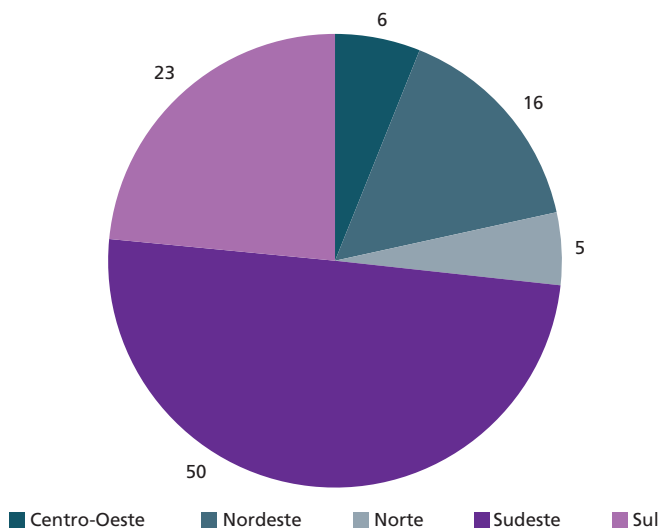
Fontes: Sesu e Capes.

Elaboração: Ipea.

Cabe destacar, a propósito, que há uma ampla concentração nas instituições federais de educação superior, apesar da dispersão de alunos em termos absolutos.

Destaque-se, a propósito, que a região Sudeste concentra 50% dos estudantes que estiveram no Brasil no período. A região Sul, segunda com maior número de estudantes, concentra menos da metade desse percentual (gráfico 2).

GRÁFICO 2
Graduação: estudantes por região (2014-2016)
 (Em %)



Fontes: Sesu e Capes.
 Elaboração: Ipea.

Observe-se, a propósito, que, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2017,¹⁸⁴ existiam, ao todo, 2.448 instituições de ensino superior no Brasil em 2017, sendo 296 públicas, das quais 109 federais. A região Sudeste era aquela que concentrava o maior número de instituições de ensino superior (1.121, com 156 públicas, das quais 36 federais), seguida pelas regiões Nordeste (517), Sul (405), Centro-Oeste (240) e Norte (165).

7.2.2 Pós-graduação no Brasil

Na pós-graduação, os estudantes e pesquisadores estrangeiros que buscam aprofundar sua formação no Brasil contam com o apoio do governo brasileiro por intermédio da concessão de bolsas para a realização de cursos em instituições em ensino superior do país.

Uma análise dos dados disponíveis aponta para um total de 1.685 estudantes estrangeiros contemplados com bolsas de estudo de pós-graduação distribuídas por sete programas brasileiros criados com esse fim.¹⁸⁵ O número de bolsas e estudantes

184. Disponível em: <<https://bit.ly/2gmr8v1>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

185. Não foram analisados, neste capítulo, os números referentes ao Paec, ao Proafri, à cooperação educacional Brasil-México, nem aqueles relativos aos estudantes norte-americanos que vêm ao abrigo da Comissão Fulbright.

contemplados varia de ano a ano, merecendo destaque os dados referentes ao PEC-PG e o decréscimo no número de bolsistas ao longo do período (tabela 8).

TABELA 8
Pós-graduação: estudantes no Brasil, por programas (2014-2016)

Programas	Quantidade de bolsas			Total de estudantes contemplados ¹
	2014	2015	2016	
PEC-PG	760	769	690	1.031
Twas	131	134	120	204
PPCP/Mercosul	4	1	2	7
MES-Cuba	154	110	18	213
Udelar	45	25	12	57
MCT-MZ	110	113	102	168
Claf	-	-	5	5
Total	1.204	1.152	949	1.685

Fontes: CNPq e Capes.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Como as bolsas têm duração de mais de um ano, o total indicado refere-se ao número de estudantes contemplados no período.

Com relação ao nível de formação buscado no país, destaca-se o doutorado, seguido pelo mestrado. Os dados, em grande medida, refletem a distribuição de bolsas feita no âmbito do PEC-PG, embora não se restrinjam a ele (tabela 9).

TABELA 9
Pós-graduação: número de estudantes por modalidade de bolsa (2014-2016)

Modalidade de bolsa	Quantidade de bolsas			Estudantes contemplados (2014-2016) ¹
	2014	2015	2016	
Mestrado	340	329	332	553
Doutorado	618	629	542	767
Doutorado sanduíche	16	22	14	35
Pós-doutorado júnior	21	27	22	45
Pesquisador visitante	-	-	1	1
Não informado ²	209	142	38	284

Fontes: CNPq e Capes.

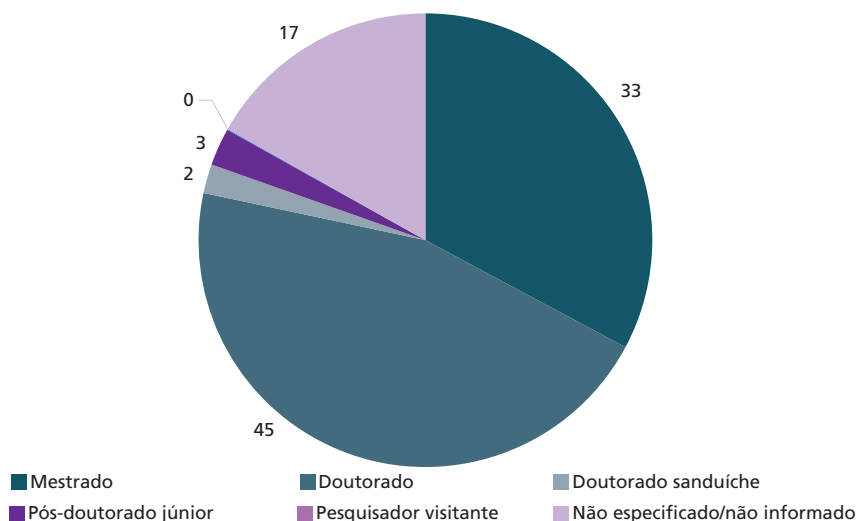
Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Como as bolsas têm duração de mais de um ano, o total indicado refere-se ao número de estudantes contemplados no período.

² Não foi possível identificar a modalidade de bolsa dos estudantes vinculados aos programas MES-Cuba, Udelar, PPCP/Mercosul, nem dos estudantes timorenses (sete) vinculados ao PEC-PG.

De modo mais específico, os dados disponíveis mostram que o doutorado foi procurado por 45% dos estudantes estrangeiros de pós-graduação no país, contra 33% de mestrandos (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Pós-graduação: número de estudantes por modalidade de bolsa (2014-2016)
(Em %)



Fontes: CNPq e Capes.
Elaboração: Ipea.

Com relação à área de formação buscada no país, destaca-se uma grande diversidade, com 76 diferentes áreas de formação procuradas pelos estudantes estrangeiros no país. Tal diversidade reflete-se, também, na distribuição desigual de estudantes por diferentes áreas. Nesse sentido, merecem destaque as áreas de agronomia, química e educação, por concentrarem o maior número de estudantes no período – respectivamente, 128, setenta e 63 (tabela 10).

TABELA 10
Pós-graduação: número de estudantes por área de formação (2014-2016)

Área	Total	Área	Total
Administração	25	Ensino	8
Agronomia	128	Farmácia	10
Antropologia	47	Farmacologia	6
Arquitetura e urbanismo	11	Filosofia	4
Artes	17	Física	21
Astronomia	1	Fisiologia	5

(Continua)

(Continuação)

Área	Total	Área	Total
Biofísica	1	Fisioterapia e terapia ocupacional	2
Biologia geral	21	Genética	23
Bioquímica	18	Geociências	21
Biotecnologia	5	Geografia	22
Botânica	6	História	19
Ciência da computação	24	Imunologia	3
Ciência da informação	12	Interdisciplinar	19
Ciência e tecnologia de alimentos	36	Letras	32
Ciência política	35	Linguística	11
Ciências ambientais	29	Matemática	18
Comunicação	9	Materiais	1
Defesa	5	Medicina	27
Demografia	6	Medicina veterinária	43
Desenho industrial	1	Microbiologia	24
Direito	22	Nutrição	6
Ecologia	31	Oceanografia	1
Economia	22	Odontologia	26
Educação	63	Parasitologia	10
Educação física	2	Planejamento urbano e regional	6
Enfermagem	10	Probabilidade e estatística	10
Engenharia aeroespacial	1	Psicologia	32
Engenharia agrícola	8	Química	70
Engenharia biomédica	6	Recursos florestais e engenharia florestal	26
Engenharia civil	23	Recursos pesqueiros e engenharia de pesca	12
Engenharia de energia	4	Robótica, mecatrônica e automação	4
Engenharia de materiais e metalúrgica	10	Saúde coletiva	28
Engenharia de produção	7	Serviço social	9
Engenharia elétrica	22	Sociologia	41
Engenharia mecânica	17	Tecnologia e inovação para agropecuária	1
Engenharia naval e oceânica	2	Zoologia	24
Engenharia nuclear	2	Zootecnia	46
Engenharia química	15	Não informado ¹	299
Engenharia sanitária	11		

Fontes: Capes e CNPq.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Não foram informadas as áreas de formação buscadas por 22 estudantes vinculados ao Twas, nem aquelas dos estudantes e pesquisadores vinculados aos programas PPCP/Mercosul, MES-Cuba e Udelar.

A América Latina destaca-se como local de nascimento de boa parte dos estudantes estrangeiros na pós-graduação do Brasil ao abrigo de programas governamentais, com 1.051 estudantes oriundos de 22 diferentes países. O continente africano vem em seguida, com 498 estudantes originários de vinte países (tabela 11).

TABELA 11
Pós-graduação: número de estudantes por país de nascimento (2014-2016)

Região	País de origem	Total de bolsistas ¹
África (vinte países/498 estudantes)	Angola (ANG)	19
	Benim (BEN)	8
	Burkina Faso (BKF)	1
	Cabo Verde (CBV)	64
	Camarões (CAM)	11
	Costa do Marfim (CMF)	4
	Egito (EGI)	6
	Etiópia (ETP)	5
	Guiné	1
	Guiné-Bissau (GNB)	15
	Marrocos (MAR)	2
	Moçambique (MBQ)	315
	Nigéria (NGA)	28
	República Democrática do Congo (COD)	2
	São Tomé e Príncipe (STP)	8
	Sengal (SEN)	4
	Sudão (SUD)	1
Tanzânia (TAN)	2	
Togo (TGO)	1	
Uganda (UGA)	1	
América Latina ² (22 países/1.051 estudantes)	Argentina (ARG)	28
	Bolívia (BOL)	25
	Chile (CHL)	31
	Colômbia (COL)	328
	Costa Rica (CRC)	8
	Cuba (CUB)	324
	El Salvador	1
	Equador (EQU)	31
	Guatemala (GUA)	10
	Honduras (HON)	1
	Haiti (HTI)	5
	Jamaica (JAM)	1
	México (MEX)	20
	Nicarágua (NIC)	5
	Panamá (PAN)	1
Paraguai (PRG)	21	
Peru (PER)	121	
República Dominicana	2	
Suriname	1	
Trinidad e Tobago (TRT)	1	
Uruguai (URU)	70	
Venezuela (VEN)	16	

(Continua)

(Continuação)

Região	País de origem	Total de bolsistas ¹
Ásia (seis países/114 estudantes)	China (CHN)	11
	Índia (IND)	12
	Irã (IRA)	8
	Nepal (NPL)	2
	Paquistão (PAQ)	80
	Uzbequistão (UZB)	2
Europa (um país/dois estudantes)	Espanha (ESP)	2
Oceania (um país/sete estudantes)	Timor-Leste	7

Fontes: CNPq e Capes.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Exceto bolsistas vinculados ao PPCP/Mercosul.

² Nos registros disponíveis, cinco estudantes aparecem como sendo originários do Brasil.

Note-se, ademais, que, somados, os estudantes originários da CPLP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) somam 428 postulantes a títulos de pós-graduação no país, destacando-se, entre eles, os moçambicanos (315). Observe-se, também, a forte presença de colombianos (328) e cubanos (324) entre os pós-graduandos no país (tabela 11).

Finalmente, vale destacar que a diversidade percebida no número de áreas procuradas no Brasil repete-se e amplia-se quando se considera a distribuição espacial e institucional dos estudantes estrangeiros de pós-graduação no país. São, ao todo, 101 instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras que contribuíram para a formação em níveis de mestrado, doutorado, pós-doutorado e pesquisador visitante entre 2014 e 2016 (tabela 12).

TABELA 12
Pós-graduação: distribuição espacial e institucional dos estudantes (2014-2016)

Região	UF	Instituição onde se executou a bolsa ¹	Total
Centro-Oeste (oito instituições/oitenta estudantes)	DF	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	1
	DF	Universidade Católica de Brasília	3
	DF	Universidade de Brasília	38
	GO	Universidade Federal de Goiás	29
	MS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	1
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados	3
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	4
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso	1

(Continua)

(Continuação)

Região	UF	Instituição onde se executou a bolsa ¹	Total
Nordeste (quatorze instituições/127 estudantes)	AL	Universidade Federal de Alagoas	3
	BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	3
	BA	Universidade Federal da Bahia	24
	CE	Universidade Estadual do Ceará	3
	CE	Universidade Federal do Ceará	18
	PB	Universidade Estadual da Paraíba	3
	PB	Universidade Federal da Paraíba	9
	PB	Universidade Federal de Campina Grande	5
	PE	Fundação Oswaldo Cruz	1
	PE	Universidade Federal de Pernambuco	39
	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	11
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	6
	SE	Universidade Federal de Sergipe	1
	SE	Universidade Tiradentes	1
Norte (três instituições/dezoito estudantes)	AM	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	5
	AM	Universidade Federal do Amazonas	2
	PA	Universidade Federal do Pará	11
Sudeste (53 instituições/987 estudantes)	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	10
	MG	Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	1
	MG	Centro de Pesquisas René Rachou – Fiocruz	4
	MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	1
	MG	Comissão Nacional de Energia Nuclear	1
	MG	Fundação Oswaldo Cruz	1
	MG	Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de Belo Horizonte	1
	MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	5
	MG	Universidade Federal de Itajubá	3
	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	3
	MG	Universidade Federal de Lavras	43
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	61
	MG	Universidade Federal de Ouro Preto	1
	MG	Universidade Federal de Uberlândia	14
	MG	Universidade Federal de Viçosa	85
MG	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – <i>campus JK</i>	1	
RJ	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	6	
RJ	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	5	

(Continua)

(Continuação)

Região	UF	Instituição onde se executou a bolsa ¹	Total
	RJ	Centro Latino-Americano de Física	1
	RJ	Fundação Getulio Vargas	3
	RJ	Fundação Oswaldo Cruz	31
	RJ	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	2
	RJ	Laboratório Nacional de Computação Científica	1
	RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	12
	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	46
	RJ	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	4
	RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	5
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	91
	RJ	Universidade Federal Fluminense	35
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	17
	SP	Escola de Engenharia de Lorena	3
	SP	Escola Superior de Propaganda e Marketing	1
	SP	Faculdade de Odontologia de Bauru – USP	1
	SP	Fundação Getulio Vargas	3
	SP	Instituto Butantan	1
Sudeste (53 instituições/987 estudantes)	SP	Instituto de Botânica	1
	SP	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	6
	SP	Instituto Tecnológico de Aeronáutica	1
	SP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1
	SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	3
	SP	Universidade Anhanguera de São Paulo	1
	SP	Universidade de Araraquara	1
	SP	Universidade de Franca	3
	SP	Universidade de Mogi das Cruzes	1
	SP	Universidade de São Paulo	188
	SP	Universidade de São Paulo – Centro de Energia Nuclear na Agricultura	1
	SP	Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz	24
	SP	Universidade Estadual de Campinas	93
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	126
	SP	Universidade Federal de São Carlos	23
	SP	Universidade Federal de São Paulo	7
	SP	Universidade Metodista de Piracicaba	3
	SP	Universidade Presbiteriana Mackenzie	1

(Continua)

(Continuação)

Região	UF	Instituição onde se executou a bolsa ¹	Total
	PR	Centro Universitário Autônomo do Brasil	1
	PR	Fundação Oswaldo Cruz	1
	PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	4
	PR	Universidade Estadual de Londrina	13
	PR	Universidade Estadual de Maringá	18
	PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa	5
	PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1
	PR	Universidade Federal do Paraná	42
	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	10
	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	20
	RS	Universidade de Passo Fundo	1
Sul (24 instituições/435 estudantes)	RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	8
	RS	Universidade Federal de Pelotas	15
	RS	Universidade Federal de Santa Maria	24
	RS	Universidade Federal do Rio Grande	3
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	150
	RS	Universidade Feevale	2
	SC	Fundação Universidade Regional de Blumenau	5
	SC	Universidade da Região de Joinville	1
	SC	Universidade do Estado de Santa Catarina	1
	SC	Universidade do Extremo Sul Catarinense	1
SC	Universidade do Vale do Itajaí	16	
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	92	
SC	Universidade Regional de Blumenau	1	

Fontes: CNPq e Capes.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Há, nos registros, três instituições moçambicanas apontadas como sendo o local em que as bolsas foram executadas (Universidade Zambeze; Universidade Pedagógica – Moçambique; Ministério da Educação e Cultura de Moçambique), além de outras treze instituições de ensino superior estrangeiras como locais de execução de bolsas (Federal University of Technology Akure; Université de Yaoundé; Universidad del Oriente Cuba; Ministério da Saúde de Moçambique; Universidad Agraria de la Habana; Centro Nacional de Sanidad Agropecuaria; University of Peshawar; University of Ibadan; University of Ilorin; Federal University of Technology Akure; Addis Ababa University; Instituto de Ciência Animal; Universidad Agraria de la Habana) e de 22 registros que apontaram o CNPq como local de execução das bolsas.

Há, como se pode observar, um predomínio da região Sudeste, seja em número de estudantes (987), seja em número de instituições envolvidas (53). Nesse particular,

destaca-se o estado de São Paulo, com 23 instituições e 493 pós-graduandos em formação no período. Ressalte-se, porém, que a formação de pessoal estrangeiro no Brasil em nível de pós-graduação ocorre em todas as regiões do país, em duas dezenas de Unidades da Federação (UFs).

7.2.3 Outras iniciativas no campo da formação de pessoal estrangeiro de nível superior Além da formação em nível superior realizada no Brasil, o governo brasileiro contribui para a formação de pessoal estrangeiro de nível superior mediante iniciativas implementadas em meio virtual e em outros países. Tais iniciativas visam: à formação de professores; à difusão da língua portuguesa; à qualificação docente; subsidiar professores visitantes; e manter cátedras brasileiras em outros países. São, ao todo cinco, programas de bolsas, mais uma dezena de cátedras brasileiras distribuídas entre a Europa e os Estados Unidos.

No tocante às bolsas, nota-se uma queda na oferta geral de bolsas ao longo do triênio, sendo esta a regra para quatro dos cinco programas na área (tabela 13).

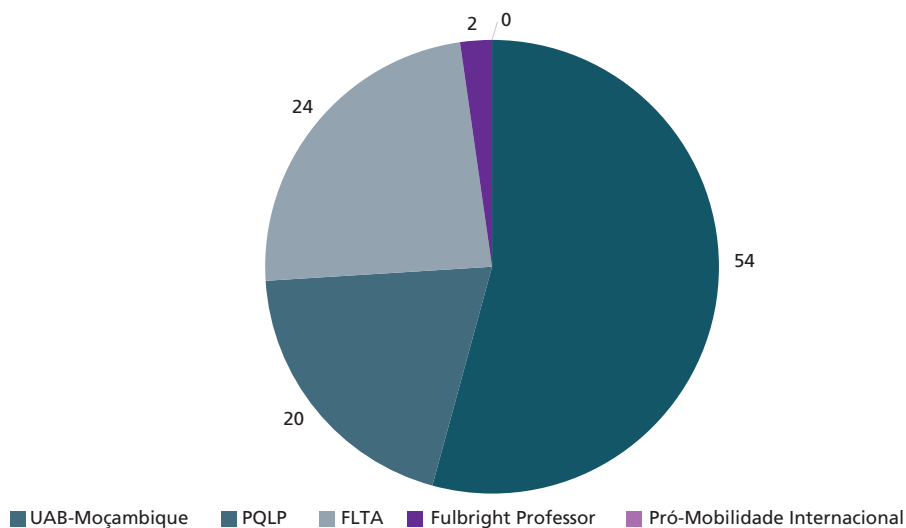
TABELA 13
Outras iniciativas de formação de pessoal estrangeiro de nível superior: distribuição de bolsistas por programas (2014-2016)

Programa	Quantidade de bolsas		
	2014	2015	2016
Pró-Mobilidade Internacional	0	0	9
UAB-Moçambique	192	190	88
PQLP	70	41	12
FLTA	84	83	41
Fulbright Professor	8	4	0
Total	354	318	150

Fonte: Capes.
Elaboração: Ipea.

Vale observar, a propósito, que o maior percentual de estudantes nesses programas é de moçambicanos (54%), sendo a seleção de professor assistente de língua portuguesa nos Estados Unidos (FLTA) e a qualificação de docentes e o ensino de língua portuguesa em Timor-Leste (mediante o PQLP) responsáveis, respectivamente, por 24% e 20% das demais bolsas nessa categoria (gráfico 4).

GRÁFICO 4
Estudantes no Brasil, por programas (2014-2016)
 (Em %)



Fonte: Capes.
 Elaboração: Ipea.

No caso do Pró-Mobilidade Internacional, a presença de nove estudantes da CPLP no Brasil em 2016 foi assegurada mediante convênio da Capes com a Aulp, distribuídos por oito instituições de ensino superior brasileiras (tabela 14).¹⁸⁶

TABELA 14
Pró-Mobilidade Internacional: distribuição espacial e institucional dos estudantes (2014-2016)

Região	UF	Instituição na qual se executou a bolsa	Total
	DF	Universidade de Brasília	1
Centro-Oeste	GO	Universidade Federal de Goiás	2
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados	1
Nordeste	CE	Universidade Federal do Ceará	1
	PE	Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães – Fiocruz	1
	PE	Universidade Federal de Pernambuco	1
Sudeste	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	1
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1

Fonte: Capes.
 Elaboração: Ipea.

186. A inclusão do programa, entre “outras iniciativas”, deveu-se à amplitude dele, que cobre todos os níveis de formação superior, e à impossibilidade de identificar o nível de graduação buscado no Brasil.

Destaque-se, finalmente, a manutenção, pelo governo brasileiro (por intermédio da Capes), de cátedras brasileiras em dez universidades distribuídas entre Estados Unidos, França, Itália, Portugal e Reino Unido. Em linhas gerais, as cátedras asseguram o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa no exterior por pesquisadores brasileiros de alto nível, especialistas em qualquer área acadêmica, visando difundir contribuições brasileiras em centros universitários de excelência no exterior. Implementadas mediante o pagamento de bolsas, as cátedras brasileiras mantiveram 24 professores/pesquisadores do país no exterior durante o triênio 2014-2016 (tabela 15).

TABELA 15
Cátedras brasileiras no exterior (2014-2016)

Programa/cátedra	2014	2015	2016
Cátedra Anísio Teixeira/Universidade de Londres (Reino Unido)	0	0	1
Cátedra Capes/Universidade Bolonha (Itália)	0	0	2
Cátedra Capes/Universidade Brown (Estados Unidos)	0	0	2
Cátedra Capes/Universidade Harvard (Estados Unidos)	1	0	2
Cátedra Capes/Universidade Sorbonne (França)	0	0	2
Cátedra Celso Furtado em História e Humanidades Brasileiras/Universidade de Cambridge (Reino Unido)	0	1	1
Cátedra Milton Santos/Universidade de Coimbra (Portugal)	0	0	2
Cátedra Rio Branco/King's College London (Reino Unido)	1	1	1
Cátedra Rio Branco/Universidade de Oxford (Reino Unido)	1	1	0
Cátedra Ruth Cardoso/Universidade Columbia (Estados Unidos)	2	1	1
Total de bolsas	6	4	14

Fonte: Capes.

8 DIREITOS HUMANOS

8.1 A Política Brasileira de Direitos Humanos¹⁸⁷

A concepção contemporânea de direitos humanos foi introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, na qual se reconhece a dignidade inerente a todas as pessoas, e é fortalecida a ideia de que a proteção aos direitos humanos não se restringe ao âmbito estatal. Segundo a ONU, os direitos humanos

187. Ministério dos Direitos Humanos: Michelle Ledur (ponto focal).

Ministério do Desenvolvimento Social: André Rondon Mattana (ponto focal), Evandro de Barros Araújo, Thaísa Pires de Faria, Leticia Raymundo Tavares e Vanidia Kreibich.

Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária/ABC/MRE: André Saboia Martins (ponto focal) e Carolina Vilela Figueiredo. Conab: Servio Oliveira (ponto focal).

Conare: Ana Julieta Teodoro Cleaver, Luana Medeiros e Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves.

são “direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição”.¹⁸⁸

Com a Declaração de 1948, estabelece-se que os direitos humanos não se restringem aos direitos civis e políticos (que formam a primeira geração de direitos humanos), pois abarcam também direitos sociais, econômicos e culturais (a segunda geração de direitos humanos).¹⁸⁹ Esta concepção contemporânea é pautada pelos princípios da universalidade – pois considera que a condição de pessoa é o único requisito para a titularidade de direitos – e da indivisibilidade – porque os direitos são inter-relacionados e não há uma hierarquia de importância entre os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Atualmente, além dos direitos de primeira e segunda gerações, estão em pauta também os direitos humanos de terceira geração, que incluem o direito à preservação do meio ambiente, à biodiversidade e ao desenvolvimento.

Essas novas concepções alicerçaram a construção de um sistema internacional de proteção dos direitos humanos composto por diversos tratados internacionais, tais como: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966); o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Convenção contra a Tortura (1984); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Além desse sistema global, existem sistemas regionais, como o americano, o africano e o europeu, que atuam em complementariedade ao sistema internacional.¹⁹⁰

No contexto brasileiro, desde a promulgação da Constituição de 1988 – a chamada Constituição Cidadã –, os direitos humanos foram reconhecidos como política de Estado. Além dos artigos que citam a dignidade humana e o pluralismo político como fundamentos do Estado e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação como objetivo, o Artigo 4º (inciso II) estabelece que as relações internacionais do país são regidas pela prevalência dos direitos humanos.

Para fortalecer essa posição, o governo brasileiro formulou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). O primeiro PNDH foi publicado em 1996, sendo a segunda e a terceira edições lançadas, respectivamente, em 2002 e 2009. Os PNDHs fazem recomendações baseadas em metas com objetivos claros e precisos, procurando promover a articulação entre as esferas governamentais e não governamentais que estão envolvidas com a temática dos direitos humanos no Brasil.

188. ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948.

189. *Idem*.

190. PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. Porto Alegre: Emagis, 2006. (Caderno de Direito Constitucional).

O PNDH-3, particularmente, está estruturado em seis eixos: interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalização de direitos em contexto de desigualdades sociais; segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; e direito à memória e à verdade.¹⁹¹ Merece especial menção o objetivo estratégico I, de “promoção dos direitos humanos como princípios orientadores das políticas públicas e das relações internacionais”. Entre as ações programáticas previstas, estão a construção e a promoção tanto da cooperação multilateral quanto bilateral, que envolvam prioritariamente os países lusófonos do continente africano, o Haiti, o Timor-Leste, o Caribe e a América Latina.¹⁹²

Tendo em vista que é principalmente no âmbito do Estado que acontecem tanto as violações quanto as medidas de proteção aos direitos humanos, a cooperação para o desenvolvimento é um instrumento potencial para apoiar os direitos humanos em diversas áreas, tais como ações humanitárias, proteção de refugiados e migrantes, defesa dos direitos de minorias, combate ao racismo e políticas de acesso à saúde, educação e cultura. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 22, cita a cooperação internacional como um meio de garantir os direitos humanos.¹⁹³

A cooperação internacional brasileira em direitos humanos abarca diversas áreas temáticas, muitas vezes de maneira transversal. No período de 2014 a 2016, destacaram-se, nessa área, as atuações do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) da ABC, da Conab e do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

Entre 2014 e 2016, o principal órgão federal envolvido com a promoção dos direitos das populações minoritárias era a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Tendo em vista a experiência com a implantação de atividades e políticas de direitos humanos em território nacional, cabe à SDH/PR, em articulação com o MRE, a construção e o aprofundamento da agenda de cooperação internacional em direitos humanos.¹⁹⁴

Em 9 de agosto de 2017, por meio do Decreto nº 9.122, foi criado o MDH, com a atribuição de ser o órgão do governo federal responsável pela formulação, coordenação e execução de políticas e diretrizes voltadas à

191. Os eixos estão subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas (Brasil, 2010).

192. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos 3*. Brasília: SEDH/PR, 2010. p. 32.

193 “Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade” (ONU, 1948).

194. *Idem*.

promoção dos direitos humanos. O MDH é composto por secretarias voltadas a temas/populações específicos. São elas: a Secretaria Nacional de Cidadania, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por meio do Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres também foi transferida para o MDH. A gestão da atuação internacional do ministério fica a cargo da Assessoria de Assuntos Internacionais.

Para liderar a formulação e a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento social foi criado, em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que passou a ser denominado,¹⁹⁵ em 2017, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), órgão responsável por executar políticas relacionadas à proteção social como estratégia de combate à pobreza. O ministério coordena o Sistema Único de Assistência Social (Suas), dá suporte ao funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), faz a coordenação das ações intersetoriais de superação da pobreza extrema e é responsável pelo Programa Bolsa Família.

Em matéria de cooperação humanitária, destaca-se, no período 2014-2016, a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome), pertencente ao MRE e que foi, até meados de 2016, a instituição responsável pelo acompanhamento das ações de prestação de cooperação humanitária internacional do governo brasileiro. A atuação da CGFome baseava-se tanto na vertente emergencial quanto estrutural, incluindo os temas da segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural sustentável.

Em julho de 2016, a CGFome foi extinta por meio do Decreto nº 8.817. Desde a extinção, parte de suas atribuições passaram a ser exercidas pela ABC.¹⁹⁶ Em julho de 2017, foi criada, pelo Decreto nº 9.110, a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) da ABC. As atribuições da antiga CGFome transferidas à ABC foram: *i*) coordenação de ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade; *ii*) acompanhamento de iniciativas de cooperação em temas humanitários, financiadas pelo Brasil, junto aos organismos internacionais, assim como junto a outros parceiros governamentais e não governamentais.

195. Por meio da Medida Provisória nº 782, de maio de 2017. Em setembro de 2016, com a publicação da Lei nº 13.341, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome havia passado a se chamar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

196. As demais atribuições da antiga CGFome passaram a fazer parte do conjunto de temas sob a responsabilidade da Divisão de Temas Sociais (DTS) do MRE.

Ainda no campo da cooperação humanitária, especificamente no que se refere a doações de alimentos, destaca-se o papel da Conab, que é uma empresa pública federal vinculada ao Mapa. Tem como missão promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas.

O principal órgão da administração pública federal brasileira responsável pela temática do refúgio é o Conare, cuja finalidade principal é analisar os pedidos e decidir sobre o reconhecimento da condição de refugiado, bem como orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência, integração local e apoio jurídico aos refugiados. O Conare é presidido pelo Ministério da Justiça (MJ) e composto por outros ministérios (Relações Exteriores, Saúde, Educação e Trabalho), pela Polícia Federal e por organizações não governamentais que lidam com o tema de migração e refúgio. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) também participa das reuniões do órgão como observador, ou seja, sem direito a voto.

Além dos órgãos da administração pública federal citados acima, esta seção apresenta as principais práticas e áreas nas quais o país possui destacada atuação em matéria de cooperação internacional em direitos humanos. Tais registros, viabilizados a partir de dados e informações disponibilizados pelo MDH, MDS, CGCH/ABC, Conab e Conare podem ser vistos como a expressão internacional da política pública brasileira de direitos humanos. Ressalta-se que a construção desta seção baseia-se na ideia de que a cooperação pode atuar como uma ferramenta para alcançar os objetivos de promoção dos direitos humanos. Dessa maneira, a cooperação em direitos humanos procura colaborar não apenas para o desenvolvimento de um país, mas para o desenvolvimento internacional como um todo.

8.2 Protagonismo brasileiro em direitos humanos

A Constituição de 1988, em seu Artigo 4º (inciso II), estabelece que as relações internacionais do país são regidas pela prevalência dos direitos humanos. Além dos PNDHs, a atuação do Brasil também é guiada por uma série de tratados internacionais,¹⁹⁷ destacando-se o fato de que o Brasil é um dos países em desenvolvimento que mais ratificaram convenções e tratados internacionais no campo dos direitos humanos¹⁹⁸ Tendo isso em vista, pode-se afirmar que o país possui um papel significativo na área do regime internacional de direitos humanos.

197. Entre eles, destacam-se: a Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção contra a Tortura; o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados; a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção sobre os Direitos das Crianças; e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

198. MILANI, C. R. S. Brazil's human rights foreign policy: domestic politics and international implications. *Politikon*, v. 42, n. 1, p. 67-91, 2015.

A participação brasileira em fóruns internacionais também é uma vertente importante da inserção internacional do país na área de direitos humanos. No que se refere ao multilateralismo, o Brasil tem atuação destacada no Mercosul e na CPLP. De forma geral, a participação brasileira acontece por meio da autorização dos ministérios ou órgãos vinculados para que seus técnicos representantes participem dos eventos. A seguir, são relatados os principais fóruns, reuniões, seminários, audiências, redes etc. dos quais o governo brasileiro participou no período em análise. De maneira geral, a participação brasileira consistiu no compartilhamento e na troca de experiências relacionadas a temáticas variadas de direitos humanos.

8.2.1 Conselho Diretivo do Instituto Interamericano da Infância da Adolescência da Organização dos Estados Americanos (IIN/OEA)

O governo brasileiro participou, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDH), de reuniões ordinárias do Conselho Diretivo do IIN/OEA, que é a organização especializada da OEA em matéria de infância e adolescência. Como tal, auxilia os Estados no desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo para sua concepção e implementação na perspectiva da promoção, da proteção e do respeito aos direitos da criança e do adolescente. Sua missão é promover a consolidação da democracia na região e construir uma cultura de respeito pelos direitos humanos, especialmente os das crianças e adolescentes, tomando como referência a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Carta Democrática Interamericana. A SNDCA/MDH participa ativamente das reuniões do Conselho Diretivo e, em novembro de 2015, participou também da 90ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do IIN, na cidade de Guatemala.

8.2.2 Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH)

O MDH, por intermédio da SNDCA, participou das reuniões semestrais da RAADH, com especial atenção na Comissão Niñ@Sur, cujo objetivo geral é articular os esforços nacionais e promover acordos regionais orientados ao cumprimento dos instrumentos internacionais de direitos humanos universais e regionais como piso mínimo de direitos humanos de crianças e adolescentes. Em geral, esse compartilhamento de experiências brasileiras conta com a presença de adolescentes brasileiros nas discussões sobre a temática. Destaca-se a XXVI Reunião de Altas Autoridades em Matéria de Direitos Humanos do Mercosul, que teve o Brasil como presidência *pro tempore* e ocorreu em Brasília, em 2015. Nessa reunião, a Comissão Permanente Niñ@Sur abordou o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, bem como a apresentação do aplicativo Proteja Brasil.

8.2.3 Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA)

Sempre quando demandada, a SNDCA/MDH fornece materiais e subsídios para as audiências da CIDH/OEA relativas à temática dos direitos de crianças e adolescentes.

8.2.4 Conferências Regionais da FAO

Durante o período em análise, técnicos da Conab participaram de Conferências Regionais da FAO para América Latina e Caribe no Chile, compartilhando experiências nas áreas de: desafios para a erradicação da fome; insegurança alimentar; desnutrição e pobreza extrema.

8.2.5 Agenda Crianças em Movimento

A SNDCA/MDH participou, em Genebra (Suíça), em 2016, do evento Crianças em Movimento, promovido pelo Acnur. Na ocasião, reuniram-se jovens representantes de refugiados, organizações intergovernamentais, sociedade civil, parceiros acadêmicos e humanitários, além de enviados de diversos países para discutir a situação de crianças migrantes em todo o mundo. A agenda teve por objetivo analisar iniciativas de proteção e renovar o comprometimento com princípios que orientam a assistência a jovens que fogem da violência, de conflitos e de perseguições.

8.2.6 Oficinas sobre o conceito de desenvolvimento social e inclusivo na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

Durante o ano de 2014, o MDS participou de uma série de três oficinas que o governo mexicano planejou com o objetivo de trabalhar a favor de uma “perspectiva geral de inclusão social e econômica” na definição da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

8.2.7 Encontros de Alto Nível da Rede Paritária de Pobreza Multidimensional

Em 2014 e em 2016, representantes do MDS proferiram palestra sobre a experiência brasileira na medição da pobreza e a sua erradicação, durante o Encontro de Alto Nível da Rede Paritária de Pobreza Multidimensional, realizado, em 2014, na Alemanha, e, no mesmo ano, no México.

8.2.8 Seminário Internacional do Combate ao Tráfico para Fins de Exploração do Trabalho: protegendo crianças e adolescentes

Em março de 2014, o governo brasileiro, por meio do MDS, participou do intercâmbio de experiências no Mercosul e na América Central relativas ao combate ao tráfico de pessoas, especialmente crianças e adolescentes, para fins de exploração do trabalho. O evento aconteceu no Paraguai.

8.2.9 Seminários Internacionais do Programa de Aquisição de Alimentos

Em 2014, o Brasil, representado por técnicos do MDS, participou de seminários internacionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o objetivo de compartilhar a experiência brasileira em segurança alimentar e nutricional com países da América Latina (Bolívia, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Peru), da África (Moçambique, Etiópia e Gâmbia) e do Oriente Médio (Paquistão).

8.2.10 Seminário Políticas Sociais para o Desenvolvimento – Brasil: superar a fome é possível

Este seminário, realizado em 2015, na Itália, contou com a participação de técnicos do MDS que compartilharam a experiência brasileira no tema com representantes da Argentina, da Armênia, da Colômbia, da República do Congo, da Costa do Marfim, da Etiópia, das Filipinas, da Grécia, da Guatemala, da Holanda, da Itália, de Moçambique, do Paquistão, do Paraguai, do Reino Unido, da República Dominicana, de São Cristóvão e Neves, de São Tomé e Príncipe, do Sudão, da Suíça, da Tunísia, da Uganda e do Uruguai.

8.2.11 Oficina sobre as principais políticas públicas do MDS

Em 2015, realizou-se, no Brasil, uma oficina para o compartilhamento de políticas públicas executadas pelo MDS, em particular Bolsa Família, Cadastro Único e Plano Brasil sem Miséria. O evento contou com a participação de representantes da Angola, de Cabo Verde, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste.

8.2.12 V Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional

Evento durante o qual o MDS compartilhou a experiência brasileira sobre programas nacionais de luta contra a fome e a pobreza, com foco em segurança alimentar e nutricional. Participaram do evento, ocorrido em 2015, representantes da Bolívia, da Colômbia, da Nicarágua, da Guatemala, de El Salvador, do Peru e do Equador.

8.2.13 Fórum Internacional Iniciativas de Proteção Social para Atingir Fome Zero

Em novembro de 2016, representantes do MDS participaram do Fórum Internacional Iniciativas de Proteção Social para Atingir Fome Zero, realizado na África do Sul, para trocar experiências sobre o tema.

BOX 16

Demais eventos relacionados ao tema dos direitos humanos dos quais o Brasil participou (2014-2016)

- 1) Encontros Internacionais de Intercâmbio de Experiências para a Superação da Pobreza Extrema.
- 2) Encontros Latino-Americanos de Intercâmbio de Experiências para a Superação da Pobreza Extrema.
- 3) Eventos relativos aos dez anos do Programa Bolsa Família e sua interface internacional.
- 4) Fórum Nacional de Alimentação e Nutrição Escolar no Senegal.
- 5) Primeira oficina *O Conceito de Desenvolvimento Social e Inclusivo na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*.
- 6) Reuniões do Conselho do Instituto Social do Mercosul (Cism).
- 7) Encontro para conhecer e discutir a experiência americana de acolhimento familiar e intercambiar aportes técnicos.
- 8) Oficina com objetivos de elaborar uma proposta de metodologia de monitoramento da efetividade de Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas dos Países-Membros.
- 9) Alcançando os Mais Pobres – evento de aprendizado global.
- 10) Simpósio Internacional sobre a Proteção Social.
- 11) 35º Período de Sessões da CEPAL.
- 12) XXXIII e XXXIV Conferências Regionais da FAO.
- 13) Consulta técnica promovida pela FAO, pela OMS e pela Cepal sobre o documento *Una Mirada Integral a las Políticas Públicas de Agricultura Familiar, Seguridad Alimentaria, Nutrición y Salud Pública: acercando las agendas de trabajo en el seno del Sistema de Naciones Unidas*.
- 14) Agenda para Intercâmbio sobre Vinculação dos Programas de Agricultura Familiar e Alimentação Escolar.
- 15) Seminário Internacional *Políticas Públicas de Cuidado com Crianças e Adolescentes e a Implementação das Diretrizes sobre as Modalidades Alternativas de Cuidados com as Crianças*.
- 16) Sessão de disseminação dos resultados da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil.
- 17) Oficina Regional de Combate ao Erro, à Fraude e à Corrupção (EFC) em Programas de Proteção Social.
- 18) Seminário Internacional de Registros Únicos de Beneficiários e Sistemas de Informação Social.
- 19) Oficina de Coordenação e Implementação Regional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- 20) II Encontro do Programa Eurosocietal.
- 21) *Workshop* de Alto Nível sobre os Programas Sociais em Honduras.
- 22) II Fórum Nacional sobre Reforma Agrária, Soberania Alimentar e o Direito à Alimentação.
- 23) Intercâmbio de Experiências na Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Social.
- 24) Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome – VIII Reunião do Grupo de Trabalho 2025.
- 25) Reunião técnica para apresentação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil sem Miséria e intercâmbio técnico.
- 26) Reunião de Intercâmbio em Cadastro Único com Altas Autoridades do governo do Panamá, em parceria com o Pnud.
- 27) Encontro *Rumo a Políticas de Cuidado Infantil na América Latina com Padrões de Qualidade*.
- 28) II Reunião de Altos Funcionários e Especialistas para Discussão do Marco Conceitual do Conselho de Desenvolvimento Social da Unasul.
- 29) XI Conferência Bienal da Sociedade Europeia de Avaliação (EES): avaliação para uma sociedade mais justa.
- 30) 41ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da FAO.
- 31) Fórum Ministerial de Desenvolvimento – Encontro de Alto Nível de Ministros e Ministras das Áreas Econômicas e Sociais da América Latina e Caribe.

(Continua)

(Continuação)

- 32) XIX Congresso Internacional do Clad.
- 33) Eventos de disseminação da Declaração de Brasília sobre Trabalho Infantil e de Lançamento do Relatório da OIT sobre Crianças no Mercado de Trabalho no Sul da Ásia.
- 34) Fórum Crescimento Verde e Desenvolvimento Sustentável, da OCDE, sobre o tema *Abordando as Consequências Distributivas da Implementação de Estratégias de Crescimento Verde e seu Impacto no Emprego, na Qualificação e na Renda*.
- 35) Seminário Político Internacional – Desenvolvimento Social: diálogo Reino Unido-Brasil.
- 36) II Conferência Internacional de Nutrição (ICN2).
- 37) Expo Global Sul-Sul da OIT: apresentação dos desdobramentos regionais da III CGTI com foco na cooperação Sul-Sul e o Relatório da OIT sobre Crianças no Mercado de Trabalho.
- 38) Reunião técnica preparatória da II Reunião de Ministros, Ministras e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social da Celac.
- 39) Evento *Reconhecendo Progressos Excepcionais no Combate à Fome*.
- 40) Oficina de Trabalho sobre Monitoramento do Projeto FAO 193 – Fortalecimento dos Sistemas de Monitoramento no âmbito das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.
- 41) III Congresso de Adoções.
- 42) Alianças para a Inclusão Financeira: um catalisador para o crescimento inclusivo.
- 43) Seminário Internacional do PAA e da Jornada de Experiências sobre Políticas e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Superação da Pobreza na América Latina.
- 44) IX Seminário Internacional *Políticas Sociais para o Desenvolvimento*.
- 45) Seminário Internacional do PAA *Compra Institucional + Desenvolvimento Local: compartilhando experiências brasileiras com países africanos*.
- 46) Seminário sobre sistemas integrados de gestão de sistemas de proteção social.
- 47) *Workshops Intra-Regional Comércio de Alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe*.
- 48) Seminário sobre agricultura familiar, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional e duas mesas de trabalho que ocorreram no âmbito do evento na Venezuela.
- 49) Seminário para compartilhar as boas práticas aprendidas na III Conferência Global sobre Trabalho Infantil.
- 50) Seminário *Sistemas de Proteção e Inclusão Social na América Latina*.
- 51) Conferência *A Proteção Social no Haiti: desafios e oportunidades na construção de um pacto nacional*.
- 52) Seminário *Políticas Sociais para o Desenvolvimento*.
- 53) Oficina Regional de Especialistas *Indicadores para a Medição da Segurança Alimentar e Nutricional como Apoio às Políticas Públicas na América Latina e Caribe*.
- 54) Consulta regional para revisar o relatório da OMS para o fim da obesidade infantil.
- 55) Oficina sobre inclusão produtiva e social para populações em condições de pobreza.
- 56) Conferência de especialistas sobre temas de governança em segurança alimentar e nutricional.
- 57) Seminário sobre políticas públicas orientadas para a redução da pobreza rural e da fome.
- 58) Seminário *Empoderamento de Mulheres*.
- 59) Seminário *Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência no Mercado de Trabalho nos Países Ibero-Americanos*.
- 60) Oficina para Servidores Públicos do Setor Social *A Complementariedade da Política Econômica e Social nos Sistemas de Proteção Social e nas Estratégias de Saída da Pobreza*.
- 61) Cúpula Sociedade Civil *Erradicação da Pobreza, Desenvolvimento Verde e Inovação: papel da sociedade civil*.
- 62) Simpósio Internacional *A Contribuição dos Programas de Transferências Condicionadas para a Construção de um Sistema de Proteção Social com um Enfoque de Direitos*.

(Continua)

(Continuação)

- 63) Rede Latino-Americana de Acolhimento Familiar (Relaf).
- 64) Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-Parlamentares pela Primeira Infância.
- 65) Seminário de Intercâmbio Técnico *Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular nas Áreas de Infância e Adolescência*.
- 66) 8ª Fórum Ministerial de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe.
- 67) Fórum Internacional *Iniciativas de Proteção Social para Atingir Fome Zero*.
- 68) VI Edição do Lemann Dialogue e de *Workshop* em Educação para Pesquisas do Lemann Brazil Research Fund.
- 69) Reunião Técnica para Avaliação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Peas).
- 70) Encontro Internacional *Políticas de Juventude e Desigualdades na América Latina*.
- 71) Simpósio Internacional *Sistemas Alimentares Sustentáveis para Dietas Saudáveis e Melhoria da Nutrição*.
- 72) Oficina Regional *Promovendo Sistemas Agroalimentares Sustentáveis: análise do progresso dos Programas de Compras Públicas da Agricultura Familiar na América Latina*.
- 73) Seminário Internacional *Integração de Bases de Dados e Sistemas de Informação para o Aperfeiçoamento de Políticas Públicas*.

Fontes: MDS, Conab e MDH.

Elaboração: Ipea.

Particularmente no que se refere ao tema do refúgio, o engajamento brasileiro revela-se, primeiramente, em vínculos jurídicos e compromissos políticos em níveis global, regional e doméstico, por meio dos quais o país compromete-se com o acolhimento. Em 2014, Brasília sediou a Conferência Regional Cartagena+30, durante a qual 28 países e três territórios da região adotaram a Declaração e o Plano de Ação do Brasil (PAB), que consolidaram avanços em matéria de refúgio e traçaram uma agenda de ações para os dez anos seguintes. Em 2016, durante a Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), o Brasil adotou a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes, por meio da qual os Estados, além de reafirmaram a importância de aderir ao regime internacional de proteção (em conformidade com direito humanitário e os direitos humanos), reconheceram que a proteção dos refugiados e a assistência aos Estados de acolhimento são uma responsabilidade internacional compartilhada.

Em conformidade com as normas internacionais e com base em suas experiências internas e no engajamento regional materializado com o PAB, o Brasil participou do processo de formulação¹⁹⁹ do Pacto Global sobre Refugiados, previsto na Declaração de Nova Iorque e adotado em 2018 durante a AGNU. No Pacto Global, promove-se a participação de mais atores (organizações não governamentais,

199. Em fevereiro de 2018, o governo brasileiro, em parceria com o Acnur, organizou, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a Reunião de Consulta da América Latina e do Caribe como contribuição regional para o Pacto Global sobre Refugiados. Participaram do evento representantes de todos os países da América Latina e do Caribe, além de países observadores, representantes de organizações internacionais e da sociedade civil. Durante o evento, foram compartilhadas boas práticas e adotadas recomendações que serviram como elementos de referência para o Pacto Global sobre Refugiados. Na ocasião, foram apresentados os progressos obtidos na implementação do PAB. Como resultado concreto do encontro, as delegações presentes adotaram o documento intitulado *Os 100 Pontos de Brasília: contribuições da América Latina e do Caribe para o Pacto Global sobre Refugiados*. Mais informações em: <<https://goo.gl/vRKpZQ>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

setor privado, instituições financeiras e agências de desenvolvimento) na resposta aos desafios migratórios, e evidencia-se a necessidade de compartilhar com os países anfitriões a responsabilidade pela recepção e apoio aos refugiados. Destaca-se, portanto, o papel fundamental da cooperação para alcançar respostas que atendam às necessidades dos refugiados e que também levem em consideração a situação das comunidades de acolhida.

8.3 Práticas brasileiras na cooperação internacional em direitos humanos

Esta seção apresenta os principais temas e práticas da cooperação internacional brasileira em direitos humanos. Ao final, há um detalhamento de atividades segundo os países, as regiões ou os agrupamentos em que elas ocorrem. No período de 2014 a 2016, o Brasil manteve atividades de cooperação em matéria de direitos humanos com governos e instituições de 66 países e territórios (quadro 10). Essas atividades variaram de colaborações diretamente prestadas – como no caso da CPLP e da cooperação de caráter humanitário – ao compartilhamento das experiências brasileiras no tema, como ocorrido com Burundi, China e Honduras. É importante destacar que, considerando as particularidades da área de refúgio, as iniciativas brasileiras no tema são apresentadas na subseção 3.4, e os países de origem dos refugiados recebidos pelo Brasil não foram contabilizados na construção do quadro 10.

QUADRO 10

Países com atuação brasileira na área de cooperação em direitos humanos (2014-2016)

Região	Países e territórios
América Latina e Caribe ¹	Colômbia, México, Chile, El Salvador, Dominica, Uruguai, Granada, Venezuela, Suriname, Peru, Paraguai, Trindade e Tobago, Equador, Argentina, Bolívia, República Dominicana, Nicarágua, Guatemala, Honduras, Belize, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Guiana e Cuba.
Oriente Médio	Paquistão, Cisjordânia, Gaza, Palestina, Jordânia, Líbano e Síria.
África	Serra Leoa, Gâmbia, Burundi, Benim, Togo, Guiné, Sudão, Etiópia, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, República Centro Africana, Libéria, Argélia, Camboja, Lesoto, Zâmbia, Tanzânia, Malawi, Guiné-Bissau, Níger, República Democrática do Congo, Senegal e Guiné Equatorial.
Ásia	Timor-Leste, China, Índia, Filipinas e Nepal.
Europa	Reino Unido, França e Portugal.

Fontes: MDH, MDS, CGCH/ABC e Conab.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Para fins deste estudo, o México foi incluído na América Latina e Caribe, e não na América do Norte.

8.3.1 Direitos das minorias/populações especiais

Ainda que não haja consenso em relação ao uso do termo, são consideradas “minorias” os grupos de pessoas que estão em situação de desvantagem perante um outro grupo dentro da sociedade na qual estão inseridos. Logo, tendo em vista que são as relações de dominação que determinam o que se entende por minoria em cada lugar, nem sempre um grupo considerado minoritário está em menor número populacional.

Entre os principais fatores envolvidos no reconhecimento de minorias estão a questão da vulnerabilidade, identidade e luta contra privilégios. Seguindo esse entendimento, podem ser destacados como grupos que demandam atenção especial: mulheres, negras(os), população LGBTQI+,²⁰⁰ pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, entre outros. Os direitos das minorias procuram corrigir a posição de desvantagem desses grupos, que frequentemente sofrem discriminação e preconceito. Além da defesa desses direitos por meio de leis e normas, as políticas públicas também são um importante instrumento dos direitos das minorias.

Entre 2014 e 2016, as principais atividades internacionais da então SDH/PR estiveram relacionadas com a promoção dos direitos de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, tanto no que se refere à cooperação técnica quanto participação em fóruns, reuniões e outros eventos.

8.3.2 Desenvolvimento social

Em linhas gerais, o conceito de desenvolvimento social está relacionado à procura do bem-estar social para toda a população, incluindo todos os seus setores. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento não está centrado exclusivamente em dados econômicos, mas na melhoria das condições de vida dos seres humanos. Sendo assim, a busca pelo desenvolvimento deve remover ou amenizar os obstáculos existentes – especialmente para alguns setores da população – à realização do potencial de cada pessoa. Esses obstáculos incluem, por exemplo, alimentação insuficiente, falta de acesso a recursos materiais, educação incompleta, vulnerabilidade da integridade física e/ou psíquica, ausência de liberdades democráticas e desrespeito aos direitos humanos. Evidencia-se, portanto, o papel do Estado no combate às desigualdades sociais e a necessidade de políticas públicas nessa área.

Entre 2014 e 2016, as iniciativas brasileiras de promoção da proteção social, segurança alimentar e nutricional, assistência integral e renda mínima de cidadania para famílias que vivem em situação de pobreza geraram interesse de outros países em conhecerem as experiências brasileiras nessa temática. Sendo assim, as ações de cooperação internacional realizadas pelo MDS – principal ator governamental responsável pelo tema – no período consistiram no compartilhamento de experiências por autoridades, especialistas e técnicos do ministério em eventos nacionais e no exterior.

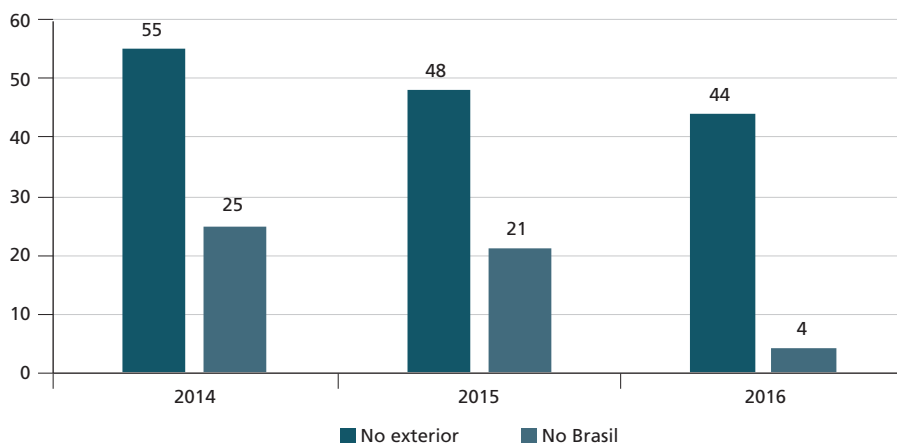
Os eventos incluíram fóruns, palestras, apresentações, oficinas, missões, visitas técnicas, seminários internacionais, reuniões, simpósios, consultas técnicas, *workshops*, encontros, conferências, congressos, audiências e exposições, muitos dos quais estão relatados na seção 2 deste capítulo. Ao todo, entre 2014 e 2016,

200. Lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais.

o MDS realizou 147 missões internacionais, sendo 55 em 2014, 48 em 2015 e 44 em 2016. Tais participações internacionais ocorreram em eventos organizados por outros países, por instituições regionais e por foros globais.

O compartilhamento das experiências brasileiras relativas ao tema do desenvolvimento social também ocorreu em eventos realizados no Brasil, por meio da recepção de delegações estrangeiras. O MDS contabilizou 25 eventos nacionais com participação de delegações estrangeiras em 2014, 21 em 2015 e quatro em 2016, totalizando cinquenta eventos nacionais no período.

GRÁFICO 5
Eventos dos quais o MDS participou, divididos por local de realização (2014-2016)



Fonte: MDS.
Elaboração: Ipea.

Em 2014, as políticas brasileiras de desenvolvimento social e combate à fome foram compartilhadas com 52 países e três organizações internacionais, considerando missões realizadas tanto no exterior quanto no Brasil (com quarenta países em 2015 e 54 países em 2016). No total, entre 2014 e 2016, as experiências brasileiras foram compartilhadas com 83 países, em sete regiões.

8.3.3 Cooperação humanitária

A assistência humanitária consiste em ações que visam salvar vidas e também amenizar o sofrimento de populações atingidas por situações de emergência – tais como desastres ambientais, conflitos bélicos e pobreza extrema –, tendo os direitos humanos como guia básico de atuação. Além das atividades de reestabelecimento e manutenção da normalidade baseada na paz, a atual concepção sobre a ajuda humanitária inclui também ações de prevenção de crises humanitárias.

Em consonância com essa concepção, a cooperação humanitária brasileira, além de atuar em contextos emergenciais, procura desenvolver ações de médio e longo prazos, envolvendo a mobilização de recursos humanos e as atividades de fortalecimento institucional, a fim de prevenir a ocorrência de crises humanitárias. Destacam-se, nesse rol de iniciativas, aquelas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Os principais atores brasileiros nesse tema são, além do MRE – por meio da CGFome e, posteriormente, da CGCH –, o MS, o MDS, a FAB e a Conab.

A articulação entre esses órgãos objetiva garantir a proteção de direitos humanos básicos que são colocados em risco diante de situações de catástrofe ou de grave fragilidade estrutural, tais como o direito à alimentação adequada e à água potável, o acesso a medicamentos e moradia e o fornecimento de outros itens de primeira necessidade. Além disso, o país colabora para ações de assistência humanitária mediante contribuições financeiras a organismos internacionais, principalmente a FAO, o PMA e o Acnur.

Entre 2014 e 2016, a CGFome atuou principalmente por meio de contribuições financeiras e de doações de itens de primeira necessidade. As contribuições financeiras são objeto de repasse voluntário do governo federal brasileiro para financiar ações e programas das organizações internacionais na cooperação humanitária ou com o apoio das representações diplomáticas brasileiras no exterior. A coordenação também realizou articulações com agências da ONU, especialmente com a FAO, o PMA, o Acnur, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) e o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNISDR).

As principais regiões em que a CGFome/CGCH atuou foram a América Latina e a África. Na América Latina, entre as 43 ações executadas, destacaram-se as práticas de articulação de doações de alimentos e medicamentos, combate a incêndios, resgate de vítimas de desastres e atividades de gestão de riscos e de desastres socioambientais. A tabela 16 mostra o número de ações do MRE em cooperação humanitária internacional, por região, entre 2014 e 2016.

TABELA 16
Atuação da CGFome/CGCH por região (2014-2016)

Região	Número de ações
América Latina	43
África	40
Oriente Médio	4
Ásia	4
Múltiplas	19
Outras	1
Total	111

Fonte: CGCH/ABC.
Elaboração: Ipea.

É importante citar que, desde 2006, há um Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), cujo objetivo é alinhar a atuação brasileira em assuntos humanitários. Vários órgãos da administração pública federal compõem o GTI-AHI²⁰¹ sob a coordenação da ABC.

Merecem especial menção as doações internacionais de alimentos, que representam parte considerável da cooperação humanitária brasileira, e são realizadas pelo governo federal a partir de uma estreita coordenação entre o MRE e a Conab. O procedimento para realização das doações tem início com a demanda, via postos diplomáticos brasileiros no exterior, das embaixadas dos outros países no Brasil. As doações são realizadas desde que não comprometam o abastecimento nacional e ações voltadas à segurança alimentar e nutricional do Brasil, bem como o atendimento às populações vitimadas por eventos socionaturais adversos no território brasileiro.

A efetivação das doações segue os critérios e procedimentos que constam na Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. De acordo com essa lei, cabe ao MRE (por meio da CGFome e, posteriormente, CGCH/ABC) definir os quantitativos e respectivos destinatários dos produtos identificados no anexo da lei que respalda e fundamenta a matéria (arroz, feijão, milho, leite em pó e semente de hortaliças), em coordenação com o Programa Mundial de Alimentos da ONU.

A partir das definições dos quantitativos e destinos, a Conab atua diretamente na disponibilização dos produtos, na armazenagem e na logística de distribuição até os portos brasileiros. É, portanto, o órgão responsável pela adequação e movimentação²⁰² das cargas humanitárias até o seu embarque, cessando-se a partir daí a sua responsabilidade. O transporte do produto do porto de origem ao porto de destino, etapa final do processo, é financiado por parcerias estabelecidas em negociações internacionais com terceiros países e fundos multilaterais, coordenados pelo PMA.

No período de 2014 a 2016, o governo federal, por meio da articulação entre a CGFome/CGCH-ABC e a Conab, doou o equivalente a 30 mil toneladas de alimentos a treze países, conforme apresentado na tabela 17, que define os quantitativos anuais e os produtos doados aos respectivos países. Observa-se a presença das doações brasileiras em diversas regiões do globo, especialmente nos

201. Integram o GTI-AHI: Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria-Geral da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Educação; Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Ministério dos Direitos Humanos da Presidência da República.

202. O processo para contratação de transporte dos produtos que estão em estoque é executado pela Conab via leilões públicos. No caso do arroz, da mesma forma em leilão público, é realizada ainda uma operação de troca do produto em casca pelo beneficiado, próprio para consumo humano.

continentes africano, asiático e latino-americano, sendo a Palestina o país que mais recebeu doações, sobretudo para as regiões da Cisjordânia e de Gaza.

TABELA 17
Doação internacional de alimentos: Conab/MRE (2014-2016)
(Em kg)

País beneficiário	Arroz	Feijão	Total de alimentos
Cisjordânia – UNRWA	451.000	-	451.500
Gaza – UNRWA	13.071.000	-	13.071.000
Jordânia – UNRWA	731.000	-	731.000
Libano	795.500	-	795.500
Nicarágua	600.000	-	600.000
Síria	2.451.000	-	2.451.000
Argélia	450.000	594.980	1.044.980
Cuba	2.393.306	1.187.236	3.580.542
Guatemala	1.000.000	2.993.725	3.993.725
Guiné	901.700	-	901.700
Libéria	901.700	-	901.700
Malawi	-	404.475	404.475
República Centro-Africana	249.533	-	249.533
Serra Leoa	901.700	-	901.700
Total	24.446.439	5.180.416	29.626.855

Fonte: Conab.
Elaboração: Ipea.

A doação de alimentos é um elemento central para entender a cooperação internacional humanitária brasileira com países de vários continentes. É uma atividade imprescindível, tendo em vista que objetiva garantir e promover a segurança alimentar e nutricional de milhares de pessoas que convivem com o flagelo da fome em diferentes contextos emergenciais.

As doações de medicamentos e outros insumos de saúde também seguem o princípio da demanda, sendo realizadas após o envio do pedido pelo país solicitante ao Brasil, por vias diplomáticas. Em seguida, a ABC consulta o MS sobre a viabilidade da doação, que pode ser parcial ou integral, além de negociar as questões de transporte com o país solicitante. Assim como no caso dos alimentos, medicamentos e outros insumos da área da saúde são doados apenas após análise que certifique que esses produtos não prejudicarão o acesso dos brasileiros aos medicamentos.²⁰³

203. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Cooperação Humanitária Brasileira*. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2LdyU5M>>. Acesso em: 26 set. 2018.

TABELA 18
Doação internacional de itens relacionados à saúde (2014-2016)

País/região beneficiário(a)	Tipo de item doado	Detalhamento
Bolívia	Medicamentos	530 mil comprimidos de Benznidazol para tratamento da doença de Chagas; 156 frascos e 1.246 comprimidos de medicamentos antituberculosos.
Cabo Verde	Medicamentos	Antiretrovirais, 108.032 unidades de preservativo masculino e 4.500 cápsulas de Terizidona 250 mg; 2.500 comprimidos de Levofloxacino 500 mg.
Palestina	Medicamentos e insumos básicos	5 kits calamidade.1
Guiné	Medicamentos e insumos básicos	Doação de 4 kits calamidade em apoio emergencial no contexto de resposta à epidemia de vírus ebola.
Haiti	Medicamentos e outros itens variados	Para o tratamento de pacientes do vírus chikungunya, foram doadas 1.960 unidades de Paracetamol, 4.550 unidades de Tylenol, 3.000 unidades de vitamina C efervescente e 51 unidades de repelente. No total, foram 420 kg de medicamentos. Também foram doados 49 filtros de barro, 87 unidades de reservatórios de água e 120 tendas operacionais.
Libéria	Medicamentos e insumos básicos	5 kits calamidade em apoio emergencial no contexto de resposta à epidemia de vírus ebola.
África	Medicamentos e insumos básicos	10 kits calamidade em apoio emergencial no contexto de resposta à epidemia de vírus ebola.
Peru	Medicamentos	Em caráter de apoio emergencial para o tratamento de recém-nascidos de mães com infecção crônica de hepatite B, foram doadas 60 ampolas de Imunoglobulina Anti-hepatite B de 200 UI. Também houve doação de 316.500 unidades de Atazanavir 300 mg, em apoio emergencial ao país para tratamento crônico de pacientes com HIV/Aids, e 100 unidades de Imunoglobulina anti-hepatite B.
Serra Leoa	Medicamentos e insumos básicos	5 kits calamidade em apoio emergencial no contexto de resposta à epidemia de vírus ebola.
Síria	Medicamentos	Foram doadas 150.000 ampolas do medicamento contra a leishmaniose Antimoniato de Meglumina 1,5 g/5 ml. Os medicamentos foram distribuídos a hospitais e centros de saúde nas localidades de Hamah, Idleb, Aleppo, zona rural de Damasco, Dierzor e Al-Hassaka e permitiram o tratamento de aproximadamente 25.000 pessoas com leishmaniose cutânea.
Suriname	Contraceptivos e material informativo	Foram doados, no total: 921.160 preservativos masculinos, 4.600 folders/ cartazes de material informativo em português sobre prevenção ao HIV/ Aids e DST e 1.000 kits para testes de HIV/Aids.
Uruguai	Medicamentos	300 ampolas de soro antibotrópico e, para o tratamento contra a hepatite C, 1.680 comprimidos de Daclatasvir 60 mg e 1.680 comprimidos de Sofosbuvir 400 mg.
Venezuela	Medicamentos	Apoio emergencial para o combate à malária.
Granada	Contraceptivos	Foram doados 57.600 preservativos masculinos tendo em vista a prevenção ao HIV/Aids, além de 150 frascos/ampolas de Imunoglobulina IgG para tratamento de pessoas com a síndrome de Guillain-Barré.
Guiné-Bissau	Medicamentos e insumos básicos	3 kits calamidade, medicamentos antiretrovirais, 5 milhões de preservativos masculinos, 150 mil unidades de testes rápidos de HIV via fluido oral e 22.500 unidades de testes rápidos confirmatórios de HIV.
Libano	Medicamentos e insumos básicos	Em apoio emergencial no contexto de atendimento urgente a refugiados sírios no país, foram doados 2 kits calamidade.
Argentina	Medicamentos	50 ampolas de soro antilônômico.
Dominica	Medicamentos e insumos básicos	Em apoio emergencial ao país diante da destruição causada pela tempestade tropical Erika, foram doados 5 kits calamidade.

(Continua)

(Continuação)

País/região beneficiário(a)	Tipo de item doado	Detalhamento
El Salvador	Medicamentos	Para possibilitar três meses de tratamento gratuito a cerca de 1.500 salvadorenhos que vivem com o vírus HIV, foram doados 200 frascos de Atazanavir 300 mg e 4.000 frascos de Lopinavir 200 mg + Ritonavir 50 mg.
Nepal	Medicamentos e insumos básicos	10 kits calamidade.
Nicarágua	Medicamentos	100.800 cápsulas do medicamento antituberculose Rifabutina 150 mg.
Paraguai	Medicamentos	174.000 comprimidos variados para o tratamento de pessoas com tuberculose.
Chile	Medicamentos	1.710.000 comprimidos de Efavirenz 600 mg para tratamento de pessoas com HIV/Aids.
Colômbia	Medicamentos	Doação de medicamentos antimaláricos em apoio emergencial ao Departamento de Chocó: 8.520 blisters de Artemether 20 mg + Lumefantrine 120 mg, para tratamento de malária <i>falciparum</i> , e 15 ampolas de soro antilônômico (produzido pelo Instituto Butantan).
Equador	Medicamentos e insumos básicos	2.400 frascos de imunoglobulina antitetânica, equivalente a 600.000 doses, 6 kits calamidade e medicamentos antimaláricos.
República Dominicana	Medicamentos	6.000 comprimidos de Atazanavir 300 mg para tratamento de pessoas com HIV/Aids.
Trindade e Tobago	Vacinas	20 mil doses de vacina contra influenza (trivalente H1N1).
Angola	Medicamentos	Antiretrovirais (726.030 comprimidos de Efavirenz 600 mg; 25.620 frascos de Lamivudina 150 mg; 61.740 comprimidos de Sulfato de Abacavir 300 mg; e 528 frascos-ampolas de Zidovudina 10 mg/ml, 20 ml).
Portugal	Medicamentos	28 unidades de soro antibotrópico.
São Tomé e Príncipe	Medicamentos	21.000 comprimidos para o tratamento da tuberculose.

Fonte: CGCH/ABC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Cada *kit* calamidade é composto por trinta medicamentos e dezoito insumos básicos, com capacidade para atender quinhentas pessoas por três meses.

8.3.4 Apoio e proteção a refugiados

O apoio e a proteção aos refugiados são componentes importantes da cooperação brasileira em direitos humanos. Entretanto, ao contrário das ações humanitárias, de cooperação técnica ou internacionalização de políticas públicas, que se dão no âmbito externo, a recepção de refugiados é um tipo de cooperação internacional que demanda ações internas e que geralmente envolvem várias esferas de governo (União, estados e municípios), além da sociedade civil. Ainda que não esteja entre os países que mais recebem refugiados, o Brasil possui uma Política Nacional de Refúgio e, nos anos recentes, houve um aumento expressivo²⁰⁴ de solicitações de refúgio direcionadas ao governo brasileiro.

204. Enquanto entre 1998 e 2014 houve pouco mais de 4 mil concessões de refúgio no Brasil, em 2017 havia um acumulado de 10.145 refugiados reconhecidos e 86 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite. Ver BRASIL. Ministério da Justiça. *Refúgio em números*. 3. ed. Brasília: MJ, 2018.

A Política Nacional de Refúgio assenta-se na Lei nº 9.474/1997, conhecida como Lei do Refúgio, a qual está alinhada à Convenção de Genebra de 1951, ao Protocolo Facultativo de 1967 e à Declaração de Cartagena de 1984. De acordo com a Lei nº 9.474/1997, são reconhecidos como refugiados no Brasil indivíduos que, devido a fundados temores de perseguição – por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas – ou devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, encontrem-se fora de seu país de nacionalidade (ou, no caso de apátridas, de seu país de residência habitual) e não possam ou não queiram retornar a tal país.

A partir de novembro de 2017, a proteção ao refugiado passou a contar também com as garantias da Lei nº 13.445/2017, a Lei de Migração, considerada uma relevante conquista para os direitos dos migrantes e refugiados, principalmente porque substituiu o viés de segurança nacional por uma abordagem mais próxima aos direitos das populações migrantes e seu acolhimento. Sendo assim, a legislação brasileira, ainda que continue carecendo de alguns mecanismos de proteção ao refugiado,²⁰⁵ pode ser considerada um avanço no que diz respeito aos direitos humanos.

Tendo em vista que as ações de acolhida dão-se no país de destino, a proteção e o apoio aos direitos humanos de refugiados podem ser considerados elementos fundamentais da CID. No Brasil, as práticas de apoio e acolhimento aos refugiados incluem, além da documentação regularizada, o direito de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Para atender às necessidades básicas de apoio e proteção aos refugiados, bem como sua inserção e integração local,²⁰⁶ é essencial a articulação existente entre a sociedade civil, as organizações internacionais e o governo brasileiro. Conforme citado na seção 1, o principal órgão da administração pública federal brasileira responsável pela temática do refúgio é o Conare.

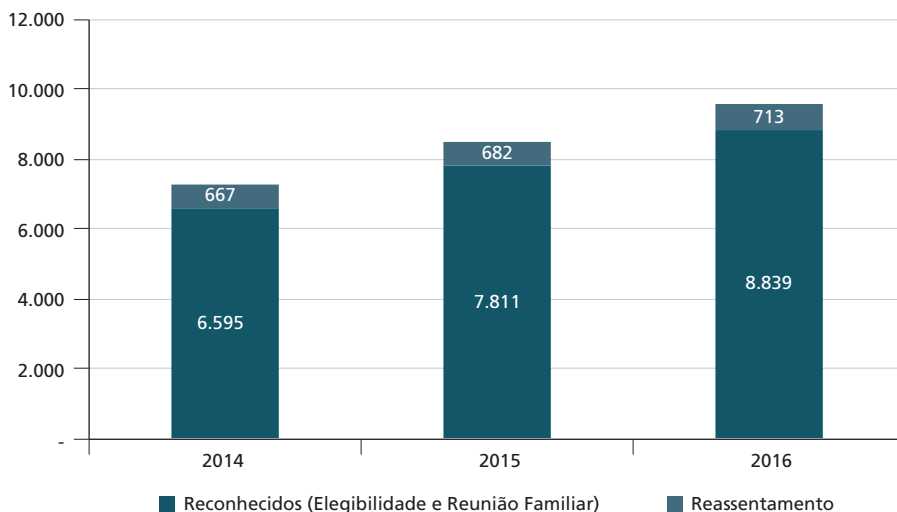
Segundo informações da Secretaria Nacional de Justiça, até 2016, o Brasil concedeu refúgio a 9.552 pessoas de 82 nacionalidades. Dessas, 713 chegaram ao Brasil por meio de reassentamento e a 317 foram estendidos os efeitos da condição de refugiado de algum familiar.²⁰⁷

205. A Lei de Migração foi sancionada com alguns vetos importantes, dentro dos quais se destacam: anistia para migrantes indocumentados que ingressaram no país até julho de 2016; livre circulação de indígenas que indígenas em terras tradicionalmente ocupadas por eles, independentemente das fronteiras fixadas pelos Estados; extensão da autorização de residência a pessoas sem vínculo familiar direto; direito dos migrantes de exercer cargo, emprego ou função pública.

206. É importante ressaltar que a integração local dessa população é um processo complexo. A Lei do Refúgio contém apenas dois artigos que dizem respeito ao tema, e ambos se referem à documentação. Apesar de essencial, a regularização de documentos não é suficiente para promover a integração local dessa população. Além da regularização de documentos, também é necessário considerar aspectos socioeconômicos e culturais como parte do processo de integração. Conforme apontado em um documento de convênio entre o MJ e a Cáritas Rio de Janeiro, a integração local é entendida como o resultado de um processo multifacetado, para o qual é necessária uma preparação por parte dos refugiados para se adaptar à sociedade de acolhimento, sem ter que renunciar à sua própria identidade cultural. A integração é considerada uma solução duradoura para a situação de refúgio e, para alcançá-la, é necessário levar em conta três dimensões inter-relacionadas e bastante específicas que fazem parte desse processo: jurídica, que inclui questões de regularização migratória e garantia de direitos; econômica, por meio da qual os refugiados tornam-se, progressivamente, autossuficientes ou menos dependentes de auxílio do Estado ou assistência humanitária; e sociocultural, que envolve a adaptação dos refugiados às comunidades locais, com base nos princípios de respeito e tolerância. Ver BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório de prestação de contas da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro*. Brasília: MJ, 2015.

207. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. *Refúgio em números*. Brasília: MJ, 2017.

GRÁFICO 6
Refugiados reconhecidos no Brasil (total acumulado 2014-2016)



Fonte: Ministério da Justiça (Brasil, 2017).
Elaboração: Ipea.

Entre os principais países de origem dos refugiados reconhecidos, destacaram-se, entre 2014 e 2016, Síria, Colômbia, República Democrática do Congo e Angola (tabela 19).

TABELA 19
Número total de refugiados no Brasil segundo o país de origem (2014-2016)

País de nacionalidade	2014		2015		2016	
	Número acumulado ¹	% do total	Número acumulado ¹	% do total	Número acumulado ¹	% do total
Angola	1.070	14,74	1.083	12,76	1.112	11,64
Colômbia	1.186	16,33	1.266	14,9	1.282	13,43
Iraque	232	3,2	260	3,06	278	2,91
Libéria	258	3,56	258	3,03	259	2,71
República Democrática do Congo	789	10,86	1.044	12,3	1.263	13,22
Síria	1.728	23,79	2.263	26,65	2.603	27,25
Outras ²	1.999	27,52	2.319	27,3	2.755	28,84
Total	7.262	100,00	8.493	100,00	9.552	100,00

Fonte: Conare.
Elaboração: Ipea.

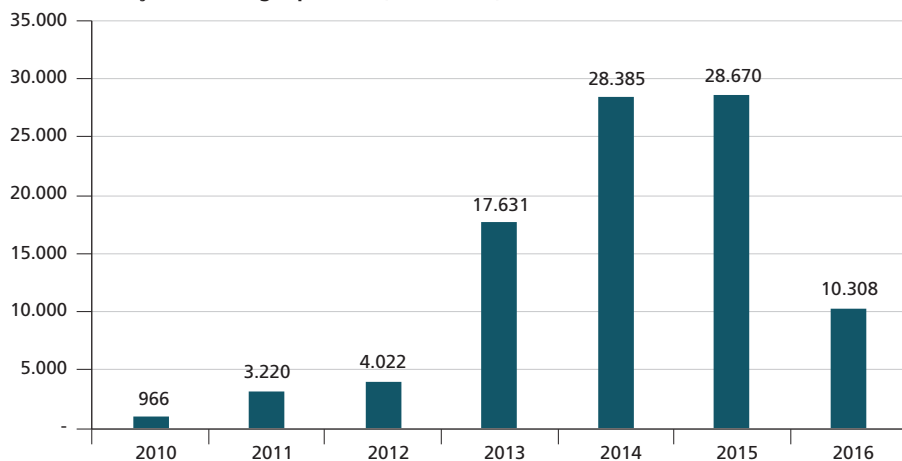
Notas: ¹ Referente à soma do número acumulado de anos anteriores com o número de novas solicitações deferidas.

² Inclui-se também o número referente a refugiados reassentados.

No que diz respeito às solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, nota-se um crescimento do número de solicitações nos anos de 2014 e 2015, seguido de uma diminuição em 2016 (gráfico 7), totalizando 67.363 solicitações

no período. Destaca-se também o expressivo aumento no fluxo de solicitações vindas de venezuelanos (gráfico 8).

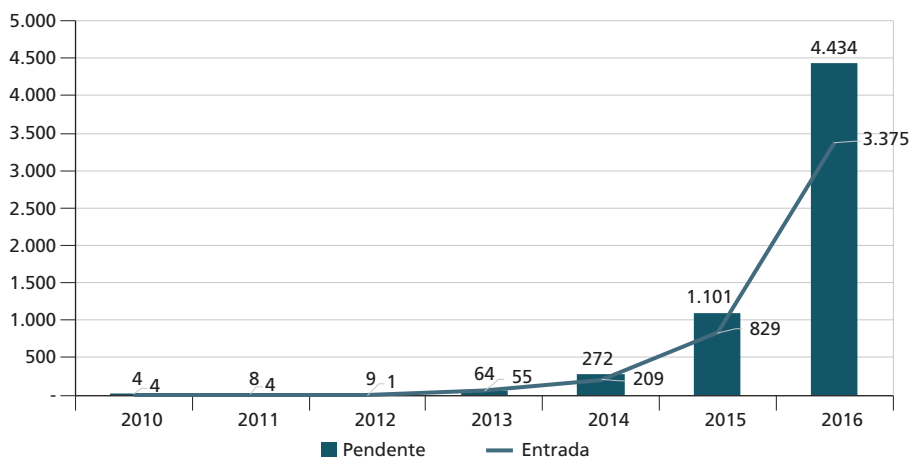
GRÁFICO 7
Solicitações de refúgio por ano (2010-2016)



Fonte: Ministério da Justiça (Brasil, 2017).

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 8
Solicitações de refúgio de venezuelanos (2010-2016)



Fonte: Ministério da Justiça (Brasil, 2017).

Durante o período em análise, os cinco países de origem com mais solicitações de refúgio ao Brasil foram, em ordem decrescente: Haiti, Senegal, Venezuela, Síria e Angola (tabela 20).

TABELA 20
Nacionalidades com maior número de solicitações de refúgio (2014-2016)

País de nacionalidade	Total
Haiti	31.890
Senegal	6.131
Venezuela	4.398
Síria	3.425
Angola	2.646

Fonte: Conare.
Elaboração: Ipea.

No período estudado, o Conare analisou 6.211 processos. Considerando-se os deferimentos por elegibilidade e por extensão, o número total de processos deferidos foi 4.566. Por sua vez, 1.490 processos foram indeferidos (tabela 21).

TABELA 21
Número de processos de solicitação de refúgio, por categoria (2014-2016)

Categoria	2014	2015	2016	Total
Cessação/naturalização	0	0	3	3
Elegibilidade/deferimento	2.228	1.139	942	4.309
Elegibilidade/indeferimento	160	442	879	1.481
Encaminhamento Cnig	1	1	0	2
Erro de lançamento na listagem da plenária	11	0	0	11
Extensão/deferimento	84	88	85	257
Extensão/indeferimento	0	9	0	9
Perda/arquivamento	0	0	3	3
Perda/manutenção da condição de refugiado	0	4	6	10
Perda/renúncia	13	29	13	55
Perda/viagem não autorizada	0	35	32	67
Reassentamento	0	4	0	4
Total	2.497	1.751	1.963	6.211

Fonte: Conare.
Elaboração: Ipea.

No Brasil, a estrutura de inserção dos refugiados é marcadamente tripartite, ou seja, além do governo federal (por meio do Conare), o Acnur e principalmente as organizações da sociedade civil também são atores importantes na acolhida, na proteção e na assistência. A seguir, são apresentadas algumas das práticas do Brasil no que diz respeito ao apoio e à integração, com base em informações do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e das Cáritas de São Paulo e do Rio de Janeiro, entidades com as quais o MJ possui convênios no tema.

Em geral, o objetivo dos convênios, tanto com as cáritas quanto com o IMDH, é apoiar o acolhimento, a assistência e a proteção legal de refugiados(as) e solicitantes de refúgio, bem como facilitar sua integração local no Brasil, “para que tenham possibilidades de reestruturar suas vidas em nossa sociedade, contribuindo para a proteção e promoção de seus direitos fundamentais”.²⁰⁸

As práticas relatadas pelas instituições da sociedade civil (IMDH, Cáritas de Rio de Janeiro e Cáritas de São Paulo) são bastante variadas, incluindo desde orientação, assistência e sensibilização até fornecimento de insumos básicos para o bem-estar dos refugiados e solicitantes de refúgio.

As atividades realizadas pelas organizações da sociedade civil especializadas no acolhimento de estrangeiros incluem ações em vários campos, tais como trabalho, regularização de documentos, habitação, aprendizado da língua portuguesa, educação, saúde e cultura. Entre 2014 e 2016, destacaram-se atividades de fornecimento de auxílio-transporte e materiais diversos à solicitantes de refúgio e refugiados(as) para sua participação em cursos de português, cursos de artesanato, cursos profissionalizantes e de qualificação profissional, bem como orientação e encaminhamento jurídico e social, traduções juramentadas, interpretações e, em caráter emergencial, bolsas de subsistência, alimentação e higiene. Houve também o oferecimento de bolsas para suprir os custos de deslocamento para busca de emprego. As bolsas de subsistência são direcionadas a solicitantes de refúgio e refugiados(as) em situação de extrema vulnerabilidade social, após uma avaliação realizada por assistentes sociais.²⁰⁹

Em relação à questão de moradia, destacam-se o encaminhamento para alojamentos, auxílio financeiro para moradia/hospedagem e fornecimento de produtos básicos para a manutenção de casas de hospedagem, tais como a Casa do Migrante, a Casa da Solidariedade, a Casa das Mulheres e a Casa de Acolhida Dom João Scalabrini.

No que diz respeito especificamente à saúde, houve apoio à realização de tratamentos médicos, exames, compra de medicamentos, óculos, próteses e auxílio-transporte para fins de cuidados com a saúde. Considerando a importância da saúde mental da população em questão, que muitas vezes sofre com traumas e dificuldades emocionais, foram realizados atendimentos psicológicos e ações preventivas e terapêuticas, além de atividades de socialização e direcionadas ao resgate da autoestima e da confiança.

208. BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório de prestação de contas da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro*. Brasília: MJ, 2015.

209. Na Cáritas de São Paulo, em 2014, 514 pessoas foram contempladas com auxílio para subsistência; em 2015, 1.068 pessoas. Os repasses permitem que os(as) refugiados(as) e solicitantes de refúgio recebam apoio de subsistência e possam arcar com as despesas referentes à sua moradia, alimentação, higiene pessoal, vestuário etc.

As tabelas 22 e 23 apresentam o número de refugiados ou solicitantes de refúgio atendidos na Cáritas de São Paulo e no IMDH, respectivamente. A região de cobertura do IMDH compreende os estados do Acre, de Rondônia, de Roraima, do Amapá, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Goiás e o Distrito Federal.

TABELA 22
Número de pessoas atendidas na Cáritas de São Paulo, por área de atuação (2014-2015)

Área	Nº de pessoas contempladas/atendidas	
	2014	2015
Subsistência	514	1.068
Curso profissionalizante	122	141
Defensoria pública	143	165
Cursos de português	625	690
Saúde	235	271
Trabalho	812	934
Documentação	408	472
Cesta básica	1.200	967
Menores desacompanhados	17	23

Fonte: Relatórios de Prestação de Contas da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo referentes aos anos de 2014 e 2015.
Elaboração: Ipea.

TABELA 23
Número de pessoas atendidas pelo IMDH, por área de atuação (2015)

Área	Nº de pessoas contempladas/atendidas
Subsistência	338
Atendimento do setor de proteção (assessoria jurídica)	662 ³
Cursos de português	265
Orientações diversas ¹	1.030
Caso haitianos ²	1.081
Elaboração de currículos	150
Menores desacompanhados	6

Fonte: Relatórios de Prestação do IMDH referentes ao ano de 2015.
Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Referem-se a atividades de: orientação sobre direitos e deveres; informações relevantes para a integração de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil, principalmente com vistas ao ingresso no mercado de trabalho e acesso a serviços públicos e benefícios sociais. Todos os 1.030 receberam orientações sobre como acessar o sistema de saúde, emitir Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), entre muitas outras orientações e itens de assistência.

² Em 2015, 443 haitianos foram atendidos na sede do IMDH, 183 foram beneficiados com certidão consular, 413 foram auxiliados na renovação de passaporte e 42 assistidos no pedido de residência permanente.

³ Destes, 335 eram nacionais de Gana, que, não obstante tenham solicitado refúgio, caracterizavam-se como migrantes laborais.

A realização de cursos e outras atividades é, muitas vezes, viabilizada por meio de convênios e parcerias entre as organizações da sociedade civil e outras instituições. Em São Paulo, por exemplo, houve parcerias com o Serviço Social do Comércio (Sesc), o projeto Trilhas da Cidadania, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a Educafro, o Cursinho Popular Mafalda e a Compassiva para o oferecimento de cursos de português. Já no Distrito Federal, ocorreram parcerias com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Católica de Brasília (UCB). No que diz respeito a cursos profissionalizantes, destacam-se convênios e parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço de Apoio Socioeducativo de Capacitação e Orientação Profissional (Sasecop), o Centro Scalabriniano de Apoio ao Migrante (Cesprom) e as Comunidades Novos Rumos. Algumas ações de busca por emprego e cadastro em vagas, por sua vez, foram encaminhadas por meio de parcerias com projetos específicos de apoio à colocação no mercado de trabalho e também com instituições como o Centro de Solidariedade ao Trabalhador (CST), empresas e sindicatos. No âmbito jurídico e de defensoria pública, destacam-se as articulações com grupos de apoio que orientam refugiados(as) e solicitantes de refúgio sobre a legislação brasileira, seus direitos e deveres no país, além de informações sobre trabalho. No caso de iniciativas culturais e de lazer, destaca-se parceria com o Sesc Associação.

Além dos convênios, existem atividades realizadas diretamente pelas organizações da sociedade civil, até mesmo em suas dependências, com o apoio de diversos profissionais (assistentes sociais, professores de artes, advogados, equipe técnico-administrativa, psicólogos, professores de língua portuguesa e voluntários), tais como:

- gestão e supervisão do funcionamento de casas de acolhida;²¹⁰
- oficinas de artesanato, de modo a possibilitar geração de renda, além de funcionar como terapia ocupacional e meio de estimular a integração social do grupo;
- atendimento psicológico, realizado tanto em grupo quanto individualmente;
- atendimento social, que se refere principalmente ao trabalho de sensibilização da população atendida e da sociedade para a divulgação de informações, a formação de redes de apoio socioassistenciais e a pactuação com o Estado para a efetivação de direitos. Os atendimentos sociais

210. Em 2015, por exemplo, por meio do convênio firmado entre o MJ e a Cáritas do Rio de Janeiro, foi possibilitado o funcionamento da Casa de Acolhida Dom João Batista Scalabrini, pela qual, durante o período de vigência do projeto, passaram cerca de quarenta pessoas de várias nacionalidades. Ver BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório de prestação de contas da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro*. Brasília: MJ, 2016. p. 5.

também incluem a realização de entrevistas sociais, acompanhamentos, encaminhamentos, visitas domiciliares e institucionais, parcerias com a rede de atendimento (órgãos públicos, privados e organizações não governamentais), participação em eventos (palestras, simpósios, seminários, entre outros) relacionados à temática do refúgio;

- atendimento jurídico, individualizado ou em grupos, que pode incluir orientações para a realização da entrevista de elegibilidade²¹¹ e elaboração de pareceres de elegibilidade;
- atividades multidisciplinares, que incluem atividades em grupo, com refugiados e solicitantes de refúgio, envolvendo assistentes sociais, advogados e psicólogos, além de participação em eventos sobre refúgio ou temáticas relacionadas. São exemplos de atividades multidisciplinares que ocorreram na Cáritas do Rio de Janeiro em 2015: Roda de Conversa entre Mulheres; Grupo para o Acesso à Informação sobre Direitos Trabalhistas e Inclusão no Mercado de Trabalho; Projeto Futebol das Nações (Brasil, 2016, p. 6). No IMDH, há um trabalho permanente de sensibilização sobre o tema por meio da divulgação de matérias, conteúdos e publicações específicas sobre a temática do refúgio e da cidadania, bem como apoio a estudantes na elaboração de trabalhos, monografias e teses sobre refúgio e/ou refugiados, aumentando, assim, a reflexão e a análise do tema. O IMDH também realiza e participa de diversos seminários e eventos para debate da temática, produz artigos e publicações, orienta estudantes interessados no tema, divulga materiais e publicações e subsidia pesquisadores e jornalistas na produção e na difusão de matérias.

8.3.5 Cooperação bilateral

Nesta seção, são apresentadas as principais atividades de cooperação em direitos humanos do Brasil com países ou agrupamentos. A grande maioria da atuação brasileira no campo dos direitos humanos dá-se nas regiões da América Latina e da África.

Na América Latina, as políticas públicas brasileiras nas áreas de direitos humanos e desenvolvimento social foram apresentadas a nove países da região e também a foros regionais, como o Mercosul. Ademais, foram executadas 43 ações de assistência humanitária, entre as quais se destacaram as práticas de articulação de doações de alimentos e medicamentos, combate a incêndios, resgate de vítimas de desastres e atividades de gestão de riscos e de desastres socioambientais.

211. São as entrevistas realizadas com os solicitantes de refúgio no Brasil. As entrevistas são conduzidas por oficiais de elegibilidade do Conare, que podem contar com o auxílio de intérpretes e tradutores.

No continente africano, a atuação humanitária brasileira foi marcada pelas contribuições para a implementação do programa Purchase from Africans for Africa (PAA África) – que objetiva promover programas de compras locais de alimentos para cooperação alimentar, além de apoio ao combate à epidemia de ebola no continente. As experiências brasileiras na área de desenvolvimento social e direitos de minorias foram compartilhadas com dezessete países africanos.

Angola

Além de doação de medicamentos, o governo brasileiro recebeu representantes do governo da Angola com o objetivo de apresentar as principais políticas públicas do MDS, em particular o Bolsa Família, o Cadastro Único e o Plano Brasil sem Miséria.

Argélia

A CGFome/CGCH articulou a contribuição brasileira ao projeto Assistance to Refugees of Western Sahara, que objetiva melhorar o consumo nutricional e, conseqüentemente, os índices de subnutrição e anemia dos refugiados mais vulneráveis (crianças e mulheres gestantes ou lactantes) do Saara Ocidental que estão na Argélia. Além disso, no período estudado, foram realizadas doações de feijão e arroz ao país, conforme apontado na tabela de doações internacionais de alimentos.

Argentina

Além das iniciativas realizadas no âmbito do Mercosul, o governo brasileiro recebeu representantes do governo argentino interessados em conhecer os programas de transferência de renda do governo brasileiro.

Belize

Por meio do MDS, o governo brasileiro compartilhou, com uma delegação de Belize, a experiência brasileira no tema de políticas sociais.

Benim

Em 2014, o Brasil recebeu representantes do governo do Benim para compartilhar as experiências brasileiras na área de segurança alimentar e nutricional.

Bolívia

Na área de cooperação humanitária, entre 2014 e 2016, as principais ações foram o envio de helicópteros para auxiliar no resgate de vítimas e transporte de cargas, a doação de medicamentos, o apoio a projeto de gestão de riscos e de desastres socioambientais, a construção de cisternas para armazenamento de água potável e a distribuição de insumos agrícolas para a recuperação de produções destruídas por desastres naturais.

Além disso, destaca-se que, em 2014, o MDS recebeu uma delegação boliviana cujo objetivo foi conhecer a experiência brasileira de alimentação escolar, assim como as ações e os programas na área de segurança alimentar e nutricional e de agricultura familiar.

Burundi

Em 2014, o MDS recebeu representantes do governo do Burundi para que conhecessem os programas de segurança alimentar e nutricional do Brasil.

Cabo Verde

Além das doações de medicamentos, alimentos e barracas destinadas ao país em caráter de cooperação humanitária, destaca-se também que o governo brasileiro recebeu, por meio do MDS, representantes do governo de Cabo Verde, com o objetivo de apresentar as principais políticas públicas do MDS, em particular Bolsa Família, Cadastro Único e Plano Brasil sem Miséria.

Camboja

Em agosto de 2015, o MDS recebeu delegação de representantes do Camboja interessados em conhecer os programas brasileiros de luta contra a fome e a pobreza e políticas multissetoriais de proteção social e segurança alimentar. Foi dada particular atenção à Estratégia Fome Zero, bem como aos mecanismos de promoção de desenvolvimento e de segurança alimentar e nutricional para a população, como o PNAE.

Chile

Além da doação de medicamentos, o Brasil realizou cooperação humanitária com o Chile em 2014, quando o governo brasileiro, por meio da CGFome e com apoio do Ministério da Defesa (MD), enviou aeronaves para auxiliar no combate a incêndios florestais no país.

China

Em 2015, o Brasil, por meio do MDS, recebeu delegação chinesa interessada em conhecer a experiência brasileira de superação da extrema pobreza.

Colômbia

Além da doação de medicamentos, o Brasil recebeu visita de delegação colombiana, em 2014, para conhecer políticas públicas brasileiras de segurança alimentar e nutricional.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Entre 2014 e 2016, o MDH, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizou atividades previstas no plano de trabalho do projeto *Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência*, estabelecido em parceria com a ABC para a CPLP.

As atividades incluíram missões de prospecção e capacitação a Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Nas missões de prospecção, buscou-se o diálogo e a troca de experiências entre autoridades que trabalham com políticas públicas para pessoas com deficiência. Já nas missões de capacitação, foram promovidas oficinas com agentes públicos e da sociedade civil locais, cujo objetivo primordial foi o de instrumentalizar os participantes quanto aos estudos, às condições, à conformação, ao planejamento, ao monitoramento e à avaliação de ações do Estado e da sociedade civil em prol da defesa, da promoção e da garantia dos direitos daquele segmento. Em 2016, durante o encontro de pontos focais de cooperação da CPLP realizado em Brasília, foi reprogramada a segunda parte do cronograma de atividades de forma a contemplar os demais países da CPLP.

Além disso, em 2014, houve contribuição do MDS, articulada pelo CGFome, à FAO, destinada a programa de apoio à promoção de ações de segurança alimentar e nutricional no âmbito da CPLP, especialmente dos mecanismos de participação da sociedade civil na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional. Mais especificamente, as ações previstas nessa iniciativa incluíram: *i)* apoio aos Estados-membros na implementação das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar, da promoção da segurança alimentar e nutricional e da realização do direito humano à alimentação adequada da CPLP; *ii)* fortalecimento de redes de organizações da sociedade civil que busquem reforçar o diálogo com os governos e outros atores, no sentido de contribuir para a agenda política da soberania e da segurança alimentar e nutricional, em um quadro de realização efetiva do direito humano à alimentação nos contextos nacionais; *iii)* desenvolvimento de oficinas nacionais e regionais para levantamento e diagnóstico de informações em segurança alimentar e nutricional, apoio à organização dos conselhos de segurança alimentar e nutricional e monitoramento e avaliação dos planos de segurança alimentar e nutricional; *iv)* apoio à sociedade civil para a participação em intercâmbios, atividades, fóruns, simpósios e conferências de âmbito internacional, que tratem da agricultura familiar, do desenvolvimento rural sustentável, da integração comercial e social, da segurança e da soberania alimentar, especialmente no Comitê de Segurança Alimentar da ONU.

Também em 2014, o MDS contribuiu diretamente com o Fundo Especial da CPLP destinado à implementação e à operacionalização do Conselho de Segurança Alimentar do grupo (Consan/CPLP). O objetivo foi impulsionar as atividades do

Consan-CPLP, especialmente no que se refere ao fortalecimento da coordenação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP; ao funcionamento dos Grupos de Trabalho do conselho e à participação efetiva da sociedade civil no Consan e na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional.

Equador

No que se refere à cooperação humanitária, destacou-se o envio emergencial de aeronave e suprimentos e doação de medicamentos em resposta ao terremoto de magnitude de 7.8 na escala Richter ocorrido em 2016 no país. Na área de desenvolvimento social, destaca-se que o Brasil recebeu, em 2014, uma delegação do governo equatoriano interessada em conhecer as políticas de economia solidária e os sistemas de monitoramento e avaliação do MDS.

Etiópia

No período em análise, destaca-se a contribuição brasileira, por meio da FAO e do PMA, e em caráter de cooperação humanitária, para implementação da segunda fase do PAA África. O objetivo é promover programas de compras locais de alimentos para cooperação alimentar por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados, com o engajamento da sociedade civil, dos governos e da ONU. Para a fase II do PAA na Etiópia, estimou-se que 9.274 alunos de sete escolas seriam beneficiados com cerca de 2 milhões de refeições preparadas com alimentos comprados localmente. Objetivou-se que 1,5 mil agricultores seriam envolvidos em atividades de fortalecimento de produção e teriam seus produtos adquiridos para as atividades de alimentação escolar. Em um prazo de cinco anos, o objetivo do programa é que cerca de 22 mil crianças sejam beneficiadas, servindo mais de 13 milhões de refeições e apoiando cerca de 3 mil agricultores.

Além disso, em 2015, o governo brasileiro recebeu delegação da Etiópia com o objetivo de compartilhar as melhores práticas nacionais na redução da desnutrição e a coordenação interinstitucional das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Filipinas

O governo brasileiro recebeu representantes das Filipinas interessados em conhecer as práticas brasileiras nos temas de segurança alimentar e nutricional, alimentação escolar e agricultura familiar.

França

O governo brasileiro recepcionou, em 2015, representantes do governo francês para debater sobre os avanços sociais brasileiros da última década e os desafios e as prioridades das políticas da proteção social nos dois países, especialmente políticas para pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Gâmbia

Destaca-se o compartilhamento, por ocasião de uma delegação do governo da Gâmbia recebida em 2014, das práticas brasileiras de programas de segurança alimentar e nutricional, o Plano Brasil Sem Miséria.

Guatemala

Além das doações de alimentos ao país, destaca-se que, em 2015, o MDS sediou a recepção de missão de seguimento e aprofundamento, em formato de reuniões de trabalho, para apoio à implementação da Política Nacional de Desarrollo Rural Integral (PNDRI) da Guatemala.

Guiné

Foram realizadas ações relacionadas diretamente ao enfrentamento da epidemia de ebola que acometeu o país, incluindo tanto doações de medicamentos e alimentos quanto contribuições financeiras para a aquisição de medicamentos via OMS. As atividades de combate aos flagelos decorrentes do surto da febre viral ebola ocorreram especialmente nas cidades de Guéckédou, Conacri, Macenta, Telimélé e Boffa. Foram realizadas gestões de apoio pela missão do Brasil junto à ONU em Genebra e pela Embaixada do Brasil em Conacri. Destacam-se que algumas das ações foram direcionadas tanto à Guiné quanto à Libéria e à Serra Leoa, que são os países mais afetados pela epidemia do vírus ebola.

Haiti

No que se refere à cooperação humanitária, além das doações de medicamentos e objetos de assistência humanitária, houve contribuição brasileira ao projeto PRRO Haiti 200618 – Strengthening Emergency Preparedness and Resilience in Haiti, que objetiva fornecer assistência nutricional por meio de distribuição de comida e transferência não condicional de recursos. Durante o período em análise, foram realizadas cinco ações articuladas pela CGFome/CGCH nesse país. Ademais, no período em análise, o governo recebeu representantes haitianos em visita técnica e ministerial para conhecer os programas brasileiros de luta contra a fome e a pobreza, o Cadastro Único e o sistema de monitoramento e avaliação, além do Plano Brasil Sem Miséria e do Bolsa Família.

Honduras

Entre 2015 e 2016, o governo brasileiro recebeu técnicos hondurenhos interessados em conhecer os programas sociais brasileiros, especialmente o Bolsa Família, o Cadastro Único e o monitoramento e a avaliação do MDS.

Índia

Entre 2014 e 2016, o MDS recebeu delegações indianas interessadas em conhecer políticas sociais brasileiras relacionadas ao empoderamento das mulheres e de segurança alimentar e nutricional.

Jamaica

Em 2014, por meio do MDS, o governo brasileiro recebeu uma delegação jamaicana com o propósito de compartilhar a experiência brasileira no tema de políticas sociais.

Lesoto

No período em análise, destaca-se uma visita técnica e ministerial, realizada em 2015, para conhecer os programas brasileiros de luta contra a fome e a pobreza, o Cadastro Único e o sistema de monitoramento e avaliação, além do Plano Brasil Sem Miséria e do Bolsa Família.

Malawi

Entre 2014 e 2016, destacam-se contribuições brasileiras, por meio da FAO e do PMA, para a implementação da segunda fase do PAA África nos distritos de Mangochi e Phalombe, com possibilidade de expansão. Foi previsto que dezessete escolas seriam beneficiadas com refeições adquiridas localmente e que 1.500 agricultores de cinco organizações de agricultores – das quais pelo menos 30% são mulheres – estariam envolvidos em atividades de fortalecimento de produção e teriam as suas colheitas adquiridas. No horizonte de cinco anos do programa, a previsão é que 100 mil estudantes em cerca de 12 mil escolas sejam beneficiados. Ademais, em 2015, o governo brasileiro, por meio do MDS, recebeu visita de alto nível de representantes do governo do Malawi interessados em conhecer políticas sociais brasileiras.

Mercosul

Em 2014, houve contribuição brasileira, por meio do MJ e articulada pela CGFome, ao Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), para desenvolver um conjunto de ações voltadas para a cooperação humanitária internacional em matéria de migrações. A iniciativa incluiu projeto de cooperação, pesquisa aplicada, capacitação de agentes e diálogo regional no que se refere à temática de migração, apatridia e refúgio. Mais especificamente, foram propostos estudos transversais com o tema da segurança alimentar e estudos com recorte voltado à migração haitiana, além da realização de diálogos inter-regionais para troca de experiências e disseminação de boas práticas em proteção dos direitos humanos. O projeto, com vigência prevista de trinta meses e execução pelo IPPDH, contou com possibilidade de apoio por parte de organismos como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Pnud e o Acnur.

Além disso, é importante citar a participação brasileira, por meio do MDH, no projeto *Fortalecimento do Instituto Social do Mercosul: desenvolvimento de estudos e difusão de conhecimentos sobre políticas sociais*. Objetivou-se, por meio do projeto, garantir a institucionalidade social do Mercosul, por meio do apoio à elaboração de estudos e pesquisas, da sistematização de experiências e indicadores de políticas e programa sociais dos países-membros, além da capacitação de agentes públicos e da difusão de conhecimentos na temática social.

México

Em janeiro de 2014, o MDS recebeu uma delegação composta por sete senadores de diversos partidos políticos, membros da Comissão de Relações Exteriores América Latina e Caribe do Senado Federal do México, para conhecerem as políticas públicas de proteção e de desenvolvimento social do Brasil.

Moçambique

Em Moçambique, além das atividades ocorridas no âmbito da CPLP e de compartilhamento de experiências brasileiras em políticas públicas de desenvolvimento social (Bolsa Família, Cadastro Único e Plano Brasil sem Miséria), destaca-se a realização de missões técnicas do projeto *Brasil e África: lutar contra a pobreza e empoderar as mulheres via cooperação Sul-Sul*. Também houve contribuição brasileira para a implementação da segunda fase do PAA África que foi destinada a Moçambique, com o objetivo de continuar a implementação do programa nas regiões de Changara, Cahora Bassa e Angonia. O impacto previsto foi de 24 organizações de agricultores beneficiados com apoio direto e 175 escolas dispondo de refeições adquiridas localmente.

Níger

Destacam-se contribuições brasileiras, por meio da FAO e do PMA, para a implementação da segunda fase do PAA África. As contribuições destinam-se à implementação do programa PAA na região de Maradi, com expansão para as regiões de Zinder, Dosso e Tillabéry. O objetivo é que quinhentas escolas recebam as refeições compradas localmente no âmbito do programa e que 5 mil agricultores sejam envolvidos em atividades de fortalecimento da produção.

Palestina

Além da doação de alimentos, medicamentos e insumos básicos, destaca-se a contribuição brasileira, por meio da CGFome/CGCH, à FAO, destinada a ações emergenciais em apoio à produção agrícola familiar na faixa de Gaza.

Paquistão

Em 2015, o MDS recebeu visita técnica de representantes do governo paquistanês interessados em conhecer as políticas brasileiras de assistência social e de superação da extrema pobreza.

Reino Unido

No período em análise, o governo brasileiro compartilhou com representantes do Reino Unido várias práticas brasileiras no campo do desenvolvimento social. Em 2014, foi realizada uma apresentação à Diretora do Departamento de Parcerias Globais do DFID sobre as prioridades e os desafios da cooperação trilateral no Brasil em matéria de desenvolvimento social. Em 2015, foi recebida uma missão interessada em questões de inclusão e proteção social, principalmente no que tange a questões de mulheres e gênero. A missão incluiu visita de campo à unidade do Instituto Federal de Brasília em Planaltina, que faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (*Pronatec*).

República Centro-Africana

Destaca-se a doação de alimentos do governo brasileiro ao país, incluindo a cobertura de custo logístico (transporte).

República Democrática do Congo

Houve contribuição do governo brasileiro, por meio do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) e em caráter de cooperação humanitária, para o projeto Capoeira pela Paz, de reinserção social de crianças ex-combatentes de grupos armados na província de Kivu do Norte por meio da capoeira.

Santa Lúcia

Devido ao contexto de fortes chuvas que atingiram o país, o governo brasileiro contribuiu, por meio da FAO e em caráter de cooperação humanitária, para a compra de sementes e outros insumos agrícolas, com vistas a ajudar na recuperação dos meios de produção das populações afetadas.

São Tomé e Príncipe

Além da doação de medicamentos, destaca-se que, em 2016, representante do MDS ministrou curso de formação para assistentes sociais do país. O governo de São Tomé e Príncipe também participou, em 2015, de oficina para conhecer as principais políticas públicas do MDS, em particular Bolsa Família, Cadastro Único e Plano Brasil sem Miséria.

São Vicente e Granadinas

No contexto de fortes chuvas que atingiram o país, o governo brasileiro contribuiu, por meio da FAO e em caráter de cooperação humanitária, para a compra de sementes e outros insumos agrícolas, com vistas a ajudar na recuperação dos meios de produção das populações afetadas.

Senegal

Destacam-se contribuições brasileiras para a implementação da segunda fase do PAA África na região de Kédougou, com a possibilidade de expansão para outras áreas. Foi previsto que 180 escolas seriam beneficiadas com refeições adquiridas localmente, e que mil agricultores estariam envolvidos em atividades de fortalecimento da produção para abastecer programas de alimentação escolar. Nos cinco anos do PAA África no Senegal, a previsão é que 200 mil crianças (em 1.700 escolas) sejam beneficiadas, apoiando aproximadamente 10 mil agricultores.

Síria

No período em análise, destaca-se a contribuição do governo brasileiro, por meio do Acnur e do Unicef e em caráter de cooperação humanitária, para o programa No Lost Generation, lançado pelo Secretário-geral da ONU para a Síria, cujo objetivo é promover educação às crianças sírias, especialmente àquelas que vivem em áreas de acesso limitado à educação formal ou onde a infraestrutura escolar foi destruída ou seriamente danificada, proporcionando um futuro mais estável e seguro para essa geração. Foi prevista a reabilitação de dez escolas, com impacto positivo para pelo menos 10 mil crianças.

Sudão

Em 2015, o governo brasileiro recebeu representantes do governo do Sudão interessados em conhecer a experiência brasileira de integração entre alimentação escolar e agricultura familiar.

Sudão do Sul

A CGFome/CGCH colaborou para a realização do projeto PRRO South Sudan 200572 – Food and Nutrition Assistance for Relief and Recovery, Supporting Transition and Enhancing Capabilities to Ensure Sustainable Hunger Solutions! –, cujo principal objetivo é oferecer assistência alimentar à população, por meio de distribuição de alimentos, viabilização de refeições escolares e prevenção e tratamento da desnutrição.

Tanzânia

Em 2015, o governo brasileiro, por meio do MDS, recebeu visita técnica e ministerial composta por representantes da Tanzânia, de Lesoto, da Zâmbia e do Haiti, para conhecer os programas brasileiros de luta contra a fome e a pobreza, o Cadastro Único e o sistema de monitoramento e avaliação, além do Plano Brasil Sem Miséria e do Bolsa Família.

Timor-Leste

Além das ações realizadas no âmbito da CPLP, o governo brasileiro recebeu, em 2014, delegação timorense interessada em conhecer as iniciativas de combate à fome no Brasil. Em 2015, representantes do governo de Timor-Leste também participaram de oficina para conhecer as principais políticas públicas do MDS, em particular Bolsa Família, Cadastro Único e Plano Brasil sem Miséria.

Togo

Em 2014, o Brasil recebeu representantes do governo do Togo para compartilhar as experiências brasileiras na área de segurança alimentar e nutricional.

Zâmbia

Destaca-se a visita técnica e ministerial, realizada em conjunto com delegações de Lesoto, da Tanzânia e do Haiti para conhecer os programas brasileiros de luta contra a fome e a pobreza, o Cadastro Único e o sistema de monitoramento e avaliação, além do Plano Brasil Sem Miséria e do Bolsa Família.

9 DESENVOLVIMENTO URBANO, PROGRAMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS

A Caixa Econômica Federal (Caixa) é uma empresa pública com papel fundamental no desenvolvimento urbano do país, por sua atuação em setores como saneamento básico, infraestrutura e transferência de benefícios sociais. Além disso, também atua como banco comercial, sendo referência em poupança e habitação, contribuindo significativamente na melhoria da vida dos brasileiros.

A abrangência de atuação e a sua governança corporativa têm despertado crescente interesse da comunidade internacional em estabelecer cooperação para a troca de experiências e conhecimentos acumulados pela empresa, em áreas como: habitação, desenvolvimento urbano, programas sociais, fundos de governo, rede de atendimento e bancarização.

Os projetos implementados apoiam-se nas diretrizes da política externa do governo federal, conforme determinado na missão da empresa de “promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, gerando valor aos clientes e à sociedade como instituição financeira pública e agente de políticas de Estado”. Ademais, o tema Cooperação Técnica Internacional (CTI) é citado como um dos objetos sociais da empresa no seu estatuto: “atuar em projetos e programas de cooperação técnica internacional para auxiliar na solução de problemas sociais e econômicos”.²¹²

212. BRASIL. Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013. Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal – CEF e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2013.

O foco de atuação da Caixa na CTI tem sido em projetos em países da África, da América Central, da América do Sul e do Oriente Médio, com atividades baseadas na assistência técnica e capacitação de pessoas, visando ao desenvolvimento local sustentável e à qualificação de processos e de mão de obra, por meio de novas metodologias, novas competências e transferência de tecnologias.

A cooperação implementada é sempre estruturada em conjunto com o país receptor e desenvolvida, após a definição de uma equipe de técnicos responsáveis, seguindo as etapas de prospecção, negociação, elaboração, aprovação, assinatura, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos de CTI, de acordo com a metodologia estabelecida pela ABC.

A atuação realizada no período de 2014 a 2016 concentrou-se nos continentes africano e latino. Importante ressaltar que os projetos com Moçambique, São Tomé e Príncipe, Peru e Nicarágua foram executados sob a coordenação da ABC, enquanto as atividades com a Venezuela e a Colômbia foram firmadas diretamente pela Caixa com as instituições dos países receptores da cooperação.

As ações realizadas na África destinaram-se a acompanhar, coordenar e avaliar os projetos formados antes ou durante o período 2014-2016, além de atividades como capacitações, treinamentos e intercâmbio de experiências.

A cooperação entre a Caixa e o Ministério das Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos de Moçambique foi firmada em 2007, por meio do projeto *Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique*. Esse projeto tem como objetivo a formulação de política habitacional para a população de baixa renda; a transferência de tecnologias construtivas; a reciclagem de materiais; e a elaboração de metodologia para implementação de sistema de acompanhamento de custos e índices da construção civil.

Apesar da diversidade de ações implementadas no decorrer da execução da fase I do projeto, foi identificada a necessidade de ajustes em algumas atividades previstas, inicialmente, de forma a atender à realidade moçambicana, o que levou à repactuação entre os dois governos das atividades remanescentes em 2010. Assim, a revisão das necessidades do país deu origem ao projeto *Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – fase II*.

A fase II aprofundou a abrangência de resultados estruturantes que pudessem apoiar o país em seu processo de desenvolvimento social, baseando-se na experiência brasileira e na superação de desafios como o moçambicano.

Para dar continuidade e aprofundamento aos objetivos a serem atingidos na segunda fase, os resultados foram configurados nas seguintes ações:

- a) elaboração de proposta de política habitacional para Moçambique;

- b) transferência de tecnologia para concepção, fabricação e uso de equipamentos para moldagem de produtos e metodologias de construção não convencional adequadas à realidade moçambicana;
- c) transferência de tecnologia para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares;
- d) fornecimento de cinco projetos-tipo para construção de habitações de baixa renda na forma digital e impressa;
- e) formulação de metodologia para implementação de sistema de acompanhamento de custos e índices da construção civil;
- f) estruturação e elaboração do projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo, assim como apoio para instalação de um laboratório com vistas a torná-lo um centro de pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não convencionais de construção;
- g) planejamento e elaboração do termo de referência para implantação de mestrado interinstitucional na área de construção civil, voltado a docentes e técnicos do governo de Moçambique.

Até 2014, foram concluídas as ações descritas acima nos itens (a), (c) e (g). O resultado do item (e) foi concluído em 2015, enquanto no ano de 2016 as instituições cooperantes concluíram as ações referentes ao item (b). Permanecem em execução as ações referentes ao alcance dos resultados dos itens (d) e (f).

A iniciativa de cooperação em São Tomé e Príncipe nasceu da necessidade daquele governo de obter conhecimento na área de engenharia, mais especificamente nos temas de utilização de alternativa de sistema construtivo não convencional, mecanismo de financiamento habitacional e elaboração de legislação habitacional, com foco especialmente nas habitações de interesse social.

Em termos de padrão de tecnologia construtiva predominam no país construções de madeira e algumas poucas com bloco de concreto, sendo que, nas áreas urbana e rural, predominam casas modestas construídas com madeiras provenientes de florestas nativas. Tal fato resulta na existência de moradias insalubres e precárias, sem as mínimas condições básicas de saneamento, com famílias coabitando na mesma unidade.

Deve-se destacar que não há indústrias locais de construção básica: cimento, aço, cal, tubos, fios elétricos, tintas, revestimentos cerâmicos, ferramentas e equipamentos de obra. A construção, portanto, depende praticamente da importação de materiais. Outro problema confrontado pelo país é o ordenamento territorial precário para as necessidades da população, motivo de preocupação de sucessivos governos.

Diante das necessidades do país, o projeto de desenvolvimento urbano foi desenhado com os seguintes objetivos de capacitação do governo santomense:

- estruturação de fundo para captar, centralizar e disponibilizar recursos financeiros a serem aplicados em programas habitacionais;
- formulação de Plano Nacional de Ordenamento do Território abrangendo os temas de ocupação, uso e transformação do solo; regularização fundiária; planos diretores; cadastramento imobiliário e bases cartográficas;
- implementação de Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG), a ser utilizado na gestão e atualização do ordenamento territorial e do cadastro imobiliário, tanto para fins de controle do território quanto para atualização das bases tributárias;
- elaboração de legislação habitacional de São Tomé e Príncipe, notadamente para habitações de interesse social;
- utilização de metodologias não convencionais de construção, aplicáveis à realidade do país, visando otimizar o padrão construtivo local, a fim de racionalizar o uso de equipamentos e materiais provenientes das florestas nativas, reduzindo o prejuízo que a extração traz ao meio ambiente, além da construção de duas unidades residenciais modelo a partir da metodologia aprendida.

A cooperação técnica do Brasil com a República Democrática de São Tomé e Príncipe foi um marco para a cooperação executada pela Caixa, pois todas as ações implementadas foram estruturantes e espera-se que contribuam em longo prazo para o desenvolvimento e a qualificação da gestão pública daquele país. Entre as ações executadas, destacam-se o apoio ao desenvolvimento urbano do país na estruturação e gestão do Fundo de Desenvolvimento Social; e na política habitacional e nas metodologias não convencionais de construção. Tais ações destinam-se à habitação de interesse social e ordenamento territorial, em parceria com o Ministério de Plano e Finanças, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades (STP) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.

Na América Latina, a participação da Caixa no Peru, na Nicarágua, na Venezuela e na Colômbia foi estruturada a partir de projetos de cooperação, que foram executados por meio de missões e troca de experiências das instituições atuantes nos países.

No Peru, o projeto surgiu a partir da aliança estratégica entre os dois países, estabelecida a partir de 2003, baseada em projetos econômicos e comerciais destinados a dinamizar a integração bilateral. Neste contexto, o relacionamento

entre a Caixa e o Banco de la Nación (BN)²¹³ foi firmado por meio do Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional, assinado em 2010 durante a reunião bilateral Brasil-Peru, e que deu origem ao projeto *Fortalecimento das Capacidades em Microfinanças, Gestão Operacional de Programas Sociais e Apoio ao Desenvolvimento Regional e Fronteiriço Brasil-Peru*.

O objetivo da cooperação foi fortalecer as capacidades do BN para desenvolver e implementar com eficácia a gestão da plataforma operacional e tecnológica de suporte aos programas sociais e a promoção do desenvolvimento econômico, financeiro, social, regional e fronteiriço, além de fortalecer as capacidades da Caixa para desenvolver com eficácia as microfinanças. Este foi o primeiro projeto desenvolvido pela Caixa que apresentou, além da troca de experiências, o intercâmbio de capacitações recebido da contraparte peruana.

Em concordância com o estabelecido entre as duas instituições, equipes de técnicos da Caixa foram capacitados para o desenvolvimento e a implementação de estratégias, metodologias, produtos, garantias, processos e sistemas para o crédito orientado, especialmente microfinanças. Enquanto a equipe técnica do BN foi capacitada, a partir da experiência da Caixa, na elaboração e implementação de um modelo de gestão com processos sistematizados, com vistas a promover melhorias na plataforma operacional e tecnológica, que suportam os programas sociais e os programas de modernização da gestão municipal e assistência técnica a municípios.

No que diz respeito à Nicarágua, o projeto de CTI entrou em vigência no dia 1º de abril de 2014, sob o título *Apoio Institucional ao Programa de Habitação de Interesse Social*. Tal projeto encontra-se amparado por acordos entre Brasil e Nicarágua, mais especificamente por:

- Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o governo do Brasil e o governo da Nicarágua, assinado em 2 de fevereiro de 2006 e promulgado em 30 de dezembro de 2008;
- ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o governo do Brasil e o governo da Nicarágua para implementação do projeto *Apoio Institucional ao Programa “Viviendas de Interés Social”*, assinado em 22 de outubro de 2009.

O projeto foi assinado pelas instituições coordenadoras, quais sejam: os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e da Nicarágua; e pelas duas instituições executoras: Invur e Caixa, tendo como compromisso o alcance dos seguintes resultados:

213. O BN é um banco governamental e quarta maior instituição financeira do Peru, possuindo 412 agências em todo o território. Entre os serviços oferecidos pelo banco estão: correspondente bancário, créditos e garantias, letras de crédito e câmbio.

- alternativas de financiamento habitacional da Caixa para famílias de baixa renda apresentadas, incluindo estratégia de articulação interinstitucional em programas habitacionais, e equipe nicaraguense capacitada para adequação das alternativas aos programas habitacionais da Nicarágua;
- proposta de adequação da utilização dos recursos disponibilizados na Nicarágua para produção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda;
- proposta de readequação do Sistema de Subsídio Habitacional da Nicarágua elaborada pelos técnicos da Nicarágua com o apoio da Caixa, a partir da experiência brasileira e da realidade nicaraguense.

Até o momento, foram realizadas três missões no âmbito do projeto com a Nicarágua.

No território venezuelano, o primeiro Acordo de Cooperação Internacional da Universidade Caixa foi firmado em 2012, com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimento, informações, experiências e tecnologias que visavam ao desenvolvimento humano e profissional das equipes da CAIXA E do Banco da Venezuela. Couberam às partes cooperantes a realização de ações conjuntas na área de educação corporativa, entre elas: o compartilhamento de conteúdos educacionais, a capacitação de empregados e a utilização do espaço virtual da Universidade Caixa, como estabelecido no plano de trabalho de implementação do referido acordo.

Por fim, na Colômbia, o projeto Integração Região de Fronteira Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil) foi firmado entre o CAF, como entidade gestora e financiadora do projeto, e a Banca de las Oportunidades (BdO), da Colômbia, e a Caixa, como entidades executoras.

O projeto em questão foi desenvolvido no âmbito do Acordo Marco de Cooperação, assinado entre a CAF e a Caixa em 2012, com o propósito de realizar esforços conjuntos para compartilhar conhecimentos, experiências e tecnologias e intercambiar informação, além de apoiar a implementação de projetos na América Latina que sejam de interesse comum.

O projeto tem por objetivo propor ações específicas para atuação conjunta na região de fronteira, especificamente para o desenvolvimento da região, por meio da inclusão e da educação financeira, da orientação e da sensibilização para o processo de formalização de empresas, e sobre a importância do acesso a produtos e serviços financeiros para parceiros locais de Tabatinga e Leticia que receberão a transferência de metodologia em educação econômica e financeira. O público-alvo da cooperação inclui microempresários individuais formalizados ou não, maiores de 18 anos, e proprietários de micro e pequenas empresas, formalizadas ou não, que façam parte das cadeias produtivas de maior potencial da região objeto deste projeto.

Para a execução do projeto, foi necessária a elaboração de um diagnóstico conjunto, Caixa e BdO, sobre a atividade econômica e a inclusão financeira da região de fronteira, bem como a promoção de troca de experiências técnicas entre o Brasil e a Colômbia em temas de inclusão financeira, produtos e serviços financeiros para microempresas e metodologias utilizadas para identificação e fortalecimento das cadeias produtivas.

O projeto busca, ainda, o fomento da cultura financeira da população fronteiriça, por meio da implementação do programa de educação econômica e financeira adaptada ao contexto da região de fronteira, além do desenvolvimento de competências dos parceiros locais, pela transferência das metodologias desenvolvidas especificamente para este projeto, as quais poderão ser replicadas no futuro.

Como atividade da cooperação, as instituições também têm orientado e sensibilizado a população-alvo quanto aos mecanismos de formalização empresarial e ao acesso e uso de produtos e serviços financeiros, de forma a reduzir a prática do comércio informal e não especializado.

CAPÍTULO 3

OS GASTOS DE GOVERNO NA COBRADI

Com o objetivo de sistematizar os gastos do governo federal com a cooperação brasileira, este capítulo apresenta quatro conjuntos de dados: *i*) a série histórica dos gastos; *ii*) a participação nominal e relativa de cada órgão do governo federal no total gasto ao longo do triênio 2014-2016; *iii*) a alocação de recursos para a promoção do desenvolvimento internacional com os parceiros, a partir da abrangência geográfica e da lateralidade; e *iv*) a análise da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi) a partir dos diferentes tipos de gastos.

1 SÉRIE HISTÓRICA DOS GASTOS

O governo federal despendeu, entre 2014 e 2016, R\$ 3,9 bilhões com a cooperação brasileira, dos quais 80% foram gastos apenas em 2016 (tabela 1).

TABELA 1

Gastos do governo federal com a cooperação brasileira (2005-2016)

(Em R\$)

Ano	Valores correntes	Valores atualizados (ano-base 2016) ¹
2005	531.984.391	1.002.050.113
2006	685.023.329	1.251.014.670
2007	700.975.368	1.225.517.482
2008	744.317.659	1.228.762.486
2009	849.829.126	1.344.957.054
2010	1.625.141.181	2.428.489.947
2011	985.253.701	1.382.388.174
2012	1.004.421.523	1.331.538.967
2013	857.299.155	1.073.076.035
2014	449.113.379	528.301.656
2015	366.446.637	389.488.759
2016	3.177.057.336	3.177.090.270
Total 2005-2016	11.976.862.785	16.362.675.614
Total 2014-2016	3.992.617.352	4.094.880.685

Fontes: Ipea, ABC, Anvisa, Caixa, Capes, CGFome, CNPq, Conab, DCE/MRE, Embrapa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Inmet, MCTIC, MDS, MJ, MS, Seain/MP e Sain/MF.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número-índice de dezembro de cada ano.

Se os valores de 2010, pico da série histórica até então, são explicados pelo severo terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro daquele ano e pelo comprometimento do Brasil com o esforço de reconstrução daquele país por meio das forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) e de outras iniciativas, em 2016, o aumento de gastos é explicado, majoritariamente, pelo pagamento de parcelas atrasadas junto a organismos internacionais.

2 PARTICIPAÇÃO NOMINAL E RELATIVA DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL

Cerca de 80% dos gastos no período 2014-2016 foram executados pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seain/MP) e pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (Sain/MF),¹ totalizando R\$ 3,2 bilhões, sendo 91% em 2016 (tabela 2).

TABELA 2

Gastos do governo federal com a cooperação brasileira, por instituição (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Instituições	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Seain/MP; Sain/MF	176.831.775	90.840.224	2.939.911.181	3.207.583.180	80,3
ABC	48.827.943	63.014.836	60.480.602	172.323.381	4,3
MCTIC	35.590.852	71.578.102	49.584.658	156.753.611	3,9
Embrapa	61.672.318	24.372.605	21.178.121	107.223.044	2,7
CGFome/ABC	40.945.729	34.005.123	21.307.551	96.258.403	2,4
MS	14.909.901	10.165.863	48.103.219	73.178.983	1,8
Capes	22.639.497	19.923.303	14.383.838	56.946.638	1,4
Conab	21.107.811	26.567.943	3.627.996	51.303.750	1,3
CNPq	12.331.428	10.842.942	10.086.957	33.261.327	0,8
MJ	5.500.000	7.412.000	1.853.000	14.765.000	0,4
Anvisa	4.983.895	3.037.494	2.528.209	10.549.597	0,3
DCE/MRE	979.102	1.215.315	1.557.572	3.751.988	0,1
Caixa	672.200	1.543.720	1.151.834	3.367.754	0,1
Ipea	604.422	533.784	526.891	1.665.096	0,0
Fiocruz	777.120	522.160	357.240	1.656.520	0,0
MDS	444.014	450.670	166.647	1.061.331	0,0
ICMBio	150.146	165.961	118.133	434.240	0,0
Inmet	64.591	156.347	87.596	308.535	0,0
Ibama	80.637	98.246	46.092	224.975	0,0
Total	449.113.379	366.446.637	3.177.057.336	3.992.617.352	100,0

Fontes: ABC, Anvisa, Caixa, Capes, CGFome, CNPq, Conab, DCE/MRE, Embrapa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Inmet, Ipea, MCTIC, MDS, MJ, MS, Seain/MP e Sain/MF.

Elaboração: Ipea.

1. As secretarias são os órgãos responsáveis pela instrução dos pagamentos de contribuição obrigatória e voluntária às organizações internacionais cujos atos constitutivos foram internalizados no direito brasileiro e pelas contribuições para organismos internacionais sujeitos de direito interno.

Naquele ano, o governo federal acumulava mais de R\$ 3,2 bilhões de dívidas com organismos internacionais, pondo em risco a sua participação e o poder de voto em mais de 120 entidades ou iniciativas internacionais.² Durante o período de inadimplência, alguns pontos merecem destaque. Por exemplo, o Brasil perdeu o direito a voto no dia 1º de janeiro de 2015 na Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), depois de acumular dívidas desde 2012, e perdeu o direito ao voto na Assembleia das Partes do Tribunal Penal Internacional (TPI), como noticiado pela imprensa em 2015.³ Diante destas dívidas e das sanções iminentes, o Congresso aprovou, em outubro de 2016, um projeto que liberava R\$ 3 bilhões, a título de crédito extraordinário, para quitar dívidas pendentes com organismos internacionais.

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação (MCTIC) representam o segundo e o terceiro maiores volumes de recursos financeiros coordenados na cooperação brasileira, sendo R\$ 172 milhões e R\$ 156 milhões, respectivamente. Ao todo, a ABC coordenou atividades de cooperação técnica com 120 instituições no Brasil, incluindo a participação de ministérios, secretarias, agências, associações, autarquias, fundações, institutos, organizações não governamentais (ONGs), prefeituras e universidades.

No âmbito das políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), o MCTIC coordenou as atividades de dezesseis unidades de pesquisa e outros órgãos vinculados à sua estrutura organizacional. Os gastos do MCTIC foram destinados ao financiamento de projetos e laboratório de pesquisas, à participação de técnicos e pesquisadores em missões técnicas e institucionais em países, em foros internacionais e em organismos internacionais, à concessão de bolsas de pesquisa e às contribuições financeiras a comitês científicos e redes e institutos de pesquisa.

3 ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E LATERALIDADE

No período 2014-2016, 80% dos recursos foram despendidos pela via multilateral, isto é, por meio da contribuição brasileira para organismos regionais e internacionais (tabela 3). Os gastos bilaterais com a cooperação brasileira representaram 9,1% no período. A cooperação com grupo de países, isto é, quando há dois ou mais países em uma mesma iniciativa de cooperação, equivale a 3,7% dos recursos. Nestes casos, podemos citar a cooperação com grupos regionais (União Europeia e Comunidade do Caribe – Caricom), com projetos em ciência e tecnologia (C&T) (Espanha, França e Inglaterra; Estados Unidos e Japão) e com grupos de cooperação técnica (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo, no projeto Cotton-4;

2. Mais informações em: <<https://goo.gl/PXDzAE>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

3. Veja mais em: <<https://goo.gl/fBxsyu>> e <<https://goo.gl/wzSZNv>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

e Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, nos projetos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Palops).

O *Relatório Cobradi* mensura também os gastos do governo federal com a cooperação trilateral, sendo possível distinguir duas formas deste tipo de cooperação: trilateral com organismos internacionais e trilateral com países desenvolvidos. No período 2014-2016, a parcela relativa às contrapartidas brasileiras com a cooperação trilateral com organismos internacionais despendeu R\$ 178 milhões, enquanto a cooperação trilateral com países desenvolvidos totalizou R\$ 6,1 milhões. Juntas, elas representam menos de 5% do volume de recursos empregados na cooperação brasileira, mas mobilizam valores muito superiores, uma vez que se tratam de atividades financiadas pelos organismos multilaterais ou por países desenvolvidos onde o Brasil realiza as atividades de cooperação com o país recipiendário.⁴

Em nenhum dos casos acima, o governo brasileiro transferiu recursos Do Tesouro para outros países. O somatório representa os valores registrados para a promoção da cooperação, tais como os gastos com diárias, passagens, horas técnicas dos funcionários, bolsas de estudos, financiamento a pesquisas, doações de alimentos e remédios, e gastos administrativos e associados à gestão, à logística e à coordenação de iniciativas e projetos.

TABELA 3
Gastos do governo federal por lateralidade (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Lateralidade	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Multilateral	178.879.811	93.617.686	2.942.515.647	3.215.013.143	80,5
Bilateral	116.737.009	123.591.283	123.326.920	363.655.211	9,1
Trilateral com organismos internacionais	89.223.952	49.382.521	39.446.293	178.052.765	4,5
Grupo de países	29.787.917	72.518.581	43.570.660	145.877.158	3,7
Não disponível/não aplicável ¹	31.795.080	25.167.809	26.892.767	83.855.656	2,1
Trilateral com países	2.689.610	2.168.758	1.305.051	6.163.419	0,2
Total	449.113.379	366.446.637	3.177.057.336	3.992.617.352	100,0

Fontes: ABC, Anvisa, Caixa, Capes, CGFome, CNPq, Conab, DCE/MRE, Embrapa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Inmet, Ipea, MCTIC, MDS, MJ, MS, Seain/MP e Sain/MF.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Encontram-se aqui gasto com refugiados em território nacional e eventos em território nacional nos quais não foi possível identificar os parceiros e beneficiários, bem como os projetos envolvendo a Antártica.

4. Para uma discussão mais aprofundada, vide capítulo 2, seção 1, em que se discute o papel da ABC neste tipo de triangulação.

Dos recursos utilizados pela via multilateral, R\$ 780 milhões foram destinados à manutenção da Organização das Nações Unidas (ONU), representando 24% no período 2014-2016 (tabela 4). As quinze maiores contribuições financeiras a organismos regionais e internacionais representaram 87% dos recursos, ressaltando a importância dada a alguns organismos pelo governo federal, como descrito adiante.

Do total destinado a organismos internacionais, 47% dos recursos foram destinados à integralização de capital em fundos de bancos regionais, tais como a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo de Convergência Estrutural (Focem) do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), totalizando R\$ 1,497 milhão no período.

As contribuições aos programas, fundos e agências da ONU também foram alavancadas com as contribuições para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Aiea, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o TPI e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). No rol dos quinze maiores organismos recipiendários da cooperação brasileira, consta também a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as contribuições para as Missões de Paz das Nações Unidas.

TABELA 4

Ranking dos gastos do governo federal pela via multilateral (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Organismos	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Organização das Nações Unidas	-	13.476.055	766.537.533	780.013.588	24
Corporação Andina de Fomento	1.484.469	-	715.426.321	716.910.790	22
Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul	-	-	301.000.026	301.000.026	9
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	242.314.963	242.314.963	8
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	-	-	136.497.815	136.497.815	4
Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Voluntário	101.028.762	-	-	101.028.762	3
Organização Mundial de Saúde	-	-	91.778.593	91.778.593	3

(Continua)

(Continuação)

Organismos	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Agência Internacional de Energia Atômica	-	6.387.335	64.844.294	71.231.630	2
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura	618	14.451.886	55.828.299	70.280.803	2
Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	-	-	52.469.693	52.469.693	2
Organização dos Estados Americanos	-	-	52.460.604	52.460.604	2
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	-	-	50.661.453	50.661.453	2
Tribunal Penal Internacional	-	-	48.000.000	48.000.000	1
Organização Pan-Americana de Saúde	-	7.505.683	33.749.445	41.255.127	1
Missões de Paz das Nações Unidas	-	-	30.000.000	30.000.000	1
Demais organismos	76.365.961	51.796.726	300.946.608	429.109.295	13

Fontes: Seain/MP e Sain/MF.
Elaboração: Ipea.

No âmbito da cooperação brasileira pela via bilateral, isto é, na relação direta do Brasil com um outro país, os cinco maiores gastos foram registrados nas atividades de cooperação com Moçambique, Estados Unidos, Haiti, Cuba e Guatemala, representando 52% dos gastos no período 2014-2016 (tabela 5).

Cerca de 17% dos gastos do governo federal na via bilateral foram destinados à melhoria socioeconômica dos moçambicanos e do país. Em resumo, os gastos foram destinados, majoritariamente, para a disseminação de conhecimento técnico, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e com a concessão de bolsas de estudo para moçambicanos estudarem no Brasil, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e das universidades brasileiras. Em contraste, os gastos com os Estados Unidos – o segundo maior em volume de recursos – foram repartidos entre o compartilhamento de conhecimento técnico e a pesquisa de ponta com inovações científicas e tecnológicas. No aspecto técnico, a cooperação deu-se com o compartilhamento de conhecimentos técnicos da Embrapa e com projetos e iniciativas com o apoio do Ministério da Saúde (MS). No lado científico e tecnológico, a cooperação foi encabeçada pelos projetos de pesquisa coordenados pelo MCTIC e pelos laboratórios de pesquisa da Embrapa.

Em suma, os dois principais parceiros brasileiros na cooperação internacional representam o duplo caminho percorrido pelo governo federal na cooperação brasileira. Ora como país em desenvolvimento apto a contribuir com outros países do Sul, em matéria de conhecimento técnico e oportunidades educacionais, ora como país em desenvolvimento em busca de parcerias que, de forma horizontal, contribuam para o desenvolvimento de seus recursos humanos e sua capacidade tecnológica em áreas de ponta em parceria com países mais desenvolvidos sem que se configure cooperação recebida.

Na lista dos quinze maiores parceiros da Cobradi no período 2014-2016 encontramos alguns dos países de língua portuguesa (Moçambique, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe), países desenvolvidos (Estados Unidos, França e Japão) e os países da América Latina e Caribe (Haiti, Cuba, Guatemala, Chile e Argentina). Completam a lista a China, os territórios palestinos e a Argélia. Ao todo, estes países representam 76% dos gastos com a cooperação pela via bilateral. Esta busca por parcerias é pautada pelo desenvolvimento conjunto de recursos humanos e capacitação tecnológica em áreas de ponta ou pela adaptação de tecnologias a ambientes diversos.

TABELA 5
Gastos do governo federal pela via bilateral (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Países	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Moçambique	42.710.148	10.966.154	8.215.345	61.891.646	17
Estados Unidos	15.641.562	13.367.524	21.849.503	50.858.589	14
Haiti	1.402.625	3.286.216	39.737.015	44.425.855	12
Cuba	3.937.266	13.304.361	1.125.114	18.366.740	5
Guatemala	196.892	14.091.680	243.457	14.532.029	4
França	5.966.982	4.617.386	2.600.357	13.184.725	4
Japão	2.830.293	4.080.715	4.012.135	10.923.142	3
Guiné-Bissau	896.401	1.449.233	7.602.930	9.948.565	3
Chile	1.594.720	2.495.318	5.141.035	9.231.073	3
Timor-Leste	4.858.949	2.481.910	1.097.149	8.438.009	2
China	5.387.554	1.048.670	841.582	7.277.806	2
Territórios palestinos	16.468	7.003.796	-	7.020.263	2
São Tomé e Príncipe	1.678.871	2.461.889	2.303.060	6.443.819	2
Argélia	5.427	5.257.155	1.128.356	6.390.939	2
Argentina	2.443.884	1.331.367	1.990.000	5.765.251	2
Demais países	27.168.968	36.347.909	25.439.882	88.956.759	24
Total	116.737.009	123.591.283	123.326.920	363.655.211	100

Fontes: ABC, Anvisa, Caixa, Capes, CGFome, CNPq, Conab, DCE/MRE, Embrapa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Ipea, MCTIC, MDS e MS.
Elaboração: Ipea.

No período 2014-2016, a FAO foi a principal parceira do governo brasileiro em iniciativas de cooperação triangular com organismos internacionais, totalizando R\$ 60 milhões, o equivalente a 34% destes recursos (tabela 6). Ao todo, 80% dos recursos utilizados na cooperação triangular com organismos internacionais foram concentrados em cinco parceiros: a FAO, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a OMS.

Do ponto de vista operacional, 57% destes recursos foram coordenados pela ABC, e a FAO representou mais da metade desse desembolso. Cerca de 25% dos recursos foram coordenados pela Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome), que utilizou organismos internacionais para triangular suas contribuições em assuntos humanitários, principalmente a OMS e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). A doação de estoques públicos de alimentos foi realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em parceria com a UNRWA, e representou 17% dos recursos.

TABELA 6
Gastos do governo federal pela via trilateral com organismos internacionais (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Organizações	2014	2015	2016	Total
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura	20.448.437	22.711.172	17.612.820	60.772.429
Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente	20.702.198	6.629.048	3.497.074	30.828.320
Programa Mundial de Alimentos	11.152.452	4.062.199	3.048.264	18.262.914
Organização Internacional do Trabalho	5.971.999	4.449.611	7.417.860	17.839.471
Organização Mundial de Saúde	14.263.768			14.263.768
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	5.847.472	4.424.799		10.272.271
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	446.973	2.871.863	918.518	4.237.354
Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul	3.645.442			3.645.442
Fundo de População das Nações Unidas	46.104	424.735	3.092.830	3.563.669
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau	452.753	1.504.301	1.280.660	3.237.714
Organização do Tratado de Cooperação Amazônia	222.133	799.728	1.546.405	2.568.266
Organização Pan-Americana de Saúde	2.118.695			2.118.695
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	579.271	338.617	873.197	1.791.085
Fundo Central de Resposta de Emergência	1.694.956			1.694.956

(Continua)

(Continuação)

Organizações	2014	2015	2016	Total
Organização Mundial de Propriedade Intelectual	372.619	1.066.700	139.893	1.579.211
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e Fundo das Nações Unidas para a Infância	706.232			706.232
Fundo das Nações Unidas para a Infância	305.956	86.396	16.486	408.837
Fundo Especial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa	218.242			218.242
Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas	28.249	13.352		41.602
Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul			2.287	2.287
Total	89.223.952	49.382.521	39.446.293	178.052.765

Fontes: ABC, CGFome e Conab.
Elaboração: Ipea.

A cooperação triangular com países mobiliza recursos em volume bem inferior àquela com organismos internacionais, mas é particularmente relevante para a operacionalização da cooperação brasileira.⁵ No período 2014-2016, o Japão foi o maior parceiro da cooperação triangular com países, totalizando R\$ 3,3 milhões, equivalente a 54% destes gastos (tabela 7). Todos os nove países parceiros na cooperação triangular atuaram em iniciativas de cooperação técnica da ABC.

TABELA 7

Gastos do governo federal pela via trilateral com países (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

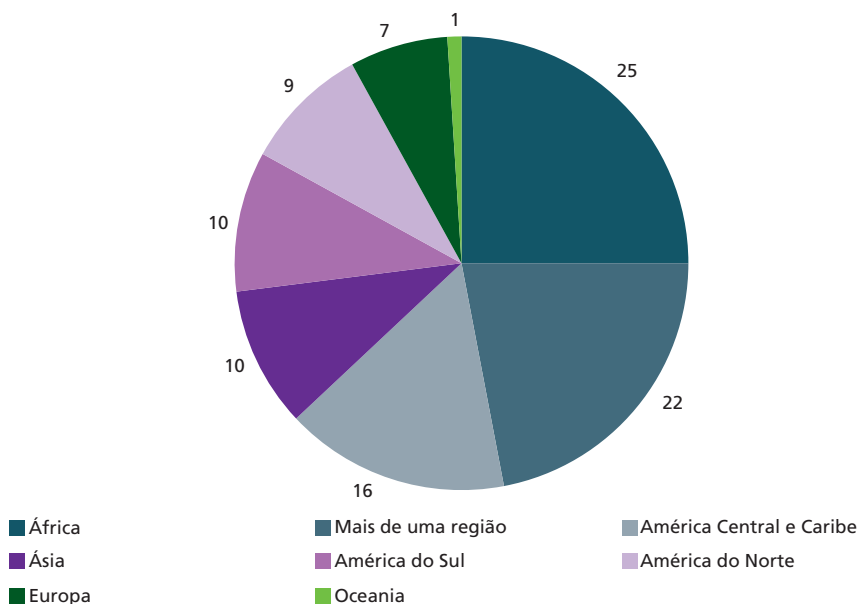
Parceiros da cooperação triangular	2014	2015	2016	Total
Japão	1.533.852	1.235.295	549.263	3.318.409
Estados Unidos	273.902	500.511	363.278	1.137.691
Itália	317.160	244.012	123.572	684.744
Alemanha	334.699	56.459	151.674	542.831
Suíça	117.092	106.897	17.546	241.534
Nova Zelândia	27.106		70.486	97.592
França	85.800			85.800
Espanha		25.585	17.720	43.305
Chile			11.512	11.512
Total	2.689.610	2.168.758	1.305.051	6.163.419

Fonte: ABC.
Elaboração: Ipea.

5. Vide capítulo 2, seção 1.

No período 2014-2016, a cooperação brasileira manteve o alcance de suas ações em todas as regiões do globo. No período, os gastos com a cooperação com países da África representaram 25% do total, enquanto os projetos abrangendo mais de uma região representaram 22% do total (gráfico 1). Estes gastos são registrados quando dois ou mais países, de diferentes continentes, participam de uma mesma iniciativa, programa ou projeto de cooperação sem que tenhamos dados que permitam desagregar os valores. A América Central e o Caribe representaram 16% dos gastos, enquanto a Ásia e a América do Sul representaram 10% dos recursos, cada. A título de comparação, os gastos destinados à cooperação com os países da América Central, da América do Sul e do Caribe seria de 26%, superando aqueles com os países africanos.

GRÁFICO 1
Gastos do governo federal com a cooperação brasileira, por região¹ (2014-2016)
(Em %)



Fontes: ABC, Anvisa, Caixa, Capes, CGFome, CNPq, Conab, DCE/MRE, Embrapa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Inmet, Ipea, MCTIC, MDS, MJ, MS, Seain/MP e Sain/MF.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Os gastos com organismos internacionais, eventos no Brasil, eventos no exterior e não disponíveis não foram computados.

4 TIPOS DE GASTOS

Respeitada a tipificação feita no capítulo 1, no período 2014-2016, 41% dos recursos foram registrados como contribuições regulares a organismos internacionais, 39% como integralização de capital em fundos de desenvolvimento e em bancos

regionais e 0,1% como contribuições não regulares a organismos internacionais (tabela 8), totalizando os recursos coordenados pela Seain/MP e Sain/MF (tabela 2) e aqueles destinados à cooperação multilateral (tabela 3).

TABELA 8
Gastos do governo federal por tipo de cooperação (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Tipos de gastos	2014	2015	2016	Total geral	Participação (%)
Contribuições regulares a organismos internacionais	54.551.211	90.840.224	1.505.297.007	1.650.688.442	41
Integralização de capital	122.280.564	-	1.434.614.174	1.556.894.738	39
Diárias e passagens	81.417.803	33.435.843	74.753.299	189.606.945	5
Iniciativas de cooperação técnica da ABC	45.829.814	59.012.591	52.796.065	157.638.470	4
Doações de itens de primeira necessidade	61.647.927	60.062.965	24.804.625	146.515.517	4
Gastos associados, administrativos e outros gastos não especificados	26.494.270	67.826.012	39.458.647	133.778.929	3
Bolsa de estudo/pesquisa	32.095.776	30.917.464	24.498.769	87.512.010	2
Hora técnica	12.663.465	10.379.424	8.656.748	31.699.636	1
Financiamento de programas, projetos e laboratórios de pesquisa	8.882.263	7.626.776	6.327.529	22.836.569	1
Gestão da cooperação técnica	1.856.228	2.415.248	4.010.773	8.282.249	0
Contribuições não regulares a organismos internacionais	1.183.783	2.216.053	1.813.656	5.213.491	0
Contribuições a ONGs	-	1.520.000	-	1.520.000	0
Armazenamento e logística de doações	210.275	194.036	26.046	430.357	0
Total	449.113.379	366.446.636	3.177.057.337	3.992.617.352	100

Fontes: ABC, Anvisa, Caixa, Capes, CGFome, CNPq, Conab, DCE/MRE, Embrapa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Inmet, Ipea, MCTIC, MDS, MJ, MS, Seain/MP e Sain/MF.

Elaboração: Ipea.

O gasto do governo federal com diárias e passagens totalizou R\$ 189 milhões no período analisado, superior aos R\$ 157 milhões registrados pela ABC na

coordenação de iniciativas de cooperação técnica. Estes valores ressaltam o impacto da participação de funcionários públicos, técnicos e especialistas brasileiros na disseminação de conhecimento em eventos, missões, *workshops*, treinamentos e congressos no Brasil e no exterior.

A doação de itens de primeira necessidade – gênero alimentício e remédios – representa o quinto maior gasto do governo federal brasileiro com a cooperação para o desenvolvimento internacional. Na sequência, os gastos associados, administrativos e outros gastos não especificados pelos provedores de informação, as bolsas de estudos concedidas para estrangeiros no Brasil e a manutenção de cátedras brasileiras no exterior, bem como as horas técnicas de servidores disponibilizadas pelos órgãos federais envolvidos na cooperação.

A mensuração dos gastos da cooperação brasileira ainda inclui gastos com o financiamento de programas, projetos e laboratórios de pesquisa em CT&I, a gestão da cooperação técnica, as contribuições não regulares e/ou voluntárias a organismos internacionais, as contribuições a ONGs atuantes na proteção e no apoio a refugiados e o armazenamento e a logística das doações. A seguir consta uma explicação detalhada dos tipos de gastos por parceiro, organismo internacional e/ou abrangência geográfica.

4.1 Contribuições regulares a organismos internacionais

Esta seção é apresentada por meio de três grupos: *i*) ONU, entidades e associações regionais e internacionais; *ii*) tribunais internacionais; e *iii*) Missões de Paz das Nações Unidas (tabela 9). As contribuições para a ONU, entidades e associações regionais e internacionais representam 93% das contribuições regulares, exceção feita à integralização de capital em fundos de desenvolvimento que também são regulares.

TABELA 9
Gastos do governo federal com contribuições regulares a organismos internacionais (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Grupos e organismos	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
1. ONU, entidades, associações regionais e internacionais	54.551.211	90.009.007	1.395.095.508	1.539.655.726	93
Organização das Nações Unidas	-	13.476.055	766.537.533	780.013.588	47
Organização Mundial de Saúde	-	-	91.778.593	91.778.593	6
Agência Internacional de Energia Atômica	-	6.387.335	64.844.294	71.231.630	4

(Continua)

(Continuação)

Grupos e organismos	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura	618	14.451.886	55.828.299	70.280.803	4
Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	-	-	52.469.693	52.469.693	3
Organização dos Estados Americanos	-	-	52.460.604	52.460.604	3
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	-	-	50.661.453	50.661.453	3
Organização Pan-Americana de Saúde	-	7.505.683	33.749.445	41.255.127	2
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola	-	-	29.412.906	29.412.906	2
Organização Mundial do Comércio	6.066.237	6.674.901	11.967.947	24.709.085	1
União das Nações Sul-Americanas	8.824.689	722.422	13.870.668	23.417.779	1
Demais órgãos da ONU, entidades, associações regionais e internacionais	39.659.667	40.790.725	171.514.073	251.964.465	15
2. Tribunais internacionais	-	831.217	80.201.499	81.032.716	5
3. Missões de Manutenção da Paz das Nações Unidas	-	-	30.000.000	30.000.000	2
Total	54.551.211	90.840.224	1.505.297.007	1.650.688.442	100

Fontes: Seain/MP e Sain/MF.
Elaboração: Ipea.

Estas contribuições foram direcionadas para: *i*) agências internacionais (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – Abacc; Agência Internacional Antidoping – Wada; Agência Internacional de Energia Atômica – Aiea); *ii*) associações regionais e internacionais (Associações de Supervisores de Seguros Lusófonos – Assel; Associação dos Supervisores Bancários das Américas – Asba; Associação Internacional de Seguridade Social – Aiss); *iii*) centros de estudos (Centro de Estudos Monetários Latino-Americano – Cemla; Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – Clad; Centro Latino-Americano de Física – Claf); *iv*) comissões regionais e internacionais (Comissão Internacional da Baleia – CIB; Comissão Internacional Humanitária

para o Estabelecimento de Fatos – Cihf; Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares – CTBTO); *v*) comitês (Comitê Consultivo Internacional do Algodão – CCIA; Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul – Cosave); *vi*) conselhos (Conselho Internacional de Arquivos – CIA; Conselho Mundial da Água – WWC); *vii*) convenções (Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional – Convenção de Ramsar; Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos – CCAMLR; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática – UNFCCC); *viii*) federações (Federação Internacional de Astronáutica – FIA; Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições – IFLA; Fórum das Federações – FOF); *ix*) fundos (Fundos da Agricultura Familiar do Mercosul – FAF; Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF); *x*) grupos de ação (Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco, do Cobre e do Níquel); *xi*) institutos (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA; Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudança Globais – IAI; Instituto Internacional pela Unificação do Direito Internacional Privado – Unidroit); *xii*) órgãos regionais (Mercosul; CPLP; Associação Latino-Americana de Integração – Aladi); *xiii*) fundos, programas e organizações da ONU (FAO, OMS, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – Fida); *xiv*) organismos não vinculados à ONU (OEA, Organização Hidrográfica Internacional, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI), entre outros.

As dez maiores contribuições para a ONU, entidades e associações internacionais representam 77% do volume total dos recursos e são concentradas no Secretariado da ONU (47%), na OMS (6%), na Aiea (4%), na FAO (4%), na Unido (3%), na OEA (3%), na Unesco (3%), na Opas (2%), no Fida (2%) e na OMC (1%). Os demais 114 organismos internacionais representam 16% do volume de recursos.

Os tribunais internacionais representaram 5% das contribuições regulares no período 2014-2016 e englobam a cooperação com o TPI, o Tribunal Internacional da Ex-Iugoslávia (ICTY), o Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Criminais (IRMCT), o Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM) e o Tribunal Criminal Internacional de Ruanda (ICTR).

Aproximadamente 60% dos recursos foram destinados ao TPI, em 2016 (tabela 10), em decorrência dos cortes orçamentários no Itamaraty e da inadimplência do governo federal com o TPI, que vinha se acumulando entre 2012 e 2015, quando o Brasil, como referido anteriormente, perdeu o direito de voto neste tribunal.

As dificuldades em liquidar os pagamentos junto aos tribunais internacionais são visíveis diante da inexistência de contribuições em 2014 e da transferência simbólica em 2015, para o Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), no valor de R\$ 831 mil. As contribuições de 2015 representaram apenas 1% dos gastos com tribunais internacionais no período 2014-2016.

TABELA 10
Gastos do governo federal com contribuições regulares a tribunais internacionais (2014-2016)
 (Em R\$ correntes)

Nomes	2015	2016	Total	Participação (%)
Tribunal Penal Internacional	-	48.000.000	48.000.000	59,2
Tribunal Internacional da Ex-Iugoslávia	-	17.892.708	17.892.708	22,1
Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Criminais	-	7.919.321	7.919.321	9,8
Tribunal Internacional do Direito do Mar	831.217	2.971.424	3.802.641	4,7
Tribunal Criminal Internacional de Ruanda		3.418.046	3.418.046	4,2
Total	831.217	80.201.499	81.032.716	100,0

Fontes: Seain/MP e Sain/MF.
 Elaboração: Ipea.

Por fim, o governo brasileiro destinou R\$ 30 milhões em 2016 para Missões de Paz, sendo a única contribuição no período 2014-2016. Desde 2005 – primeiro ano da série histórica coberta pelos *Relatórios Cobradi* –, o governo brasileiro desembolsou cerca de R\$ 1,3 bilhão com Missões de Manutenção da Paz das Nações Unidas (tabela 11).

TABELA 11
Gastos do governo federal com contribuições regulares a Missões de Manutenção da Paz das Nações Unidas (2014-2016)
 (Em R\$)

Ano	Valores correntes	Valores constantes (ano-base 2016)
2005	147.793.000	278.384.093
2006	80.709.000	147.393.729
2007	131.773.000	230.379.158
2008	127.919.000	211.176.057
2009	125.409.000	198.474.863
2010	585.063.470	874.275.277
2011	67.263.976	94.376.631
2012	40.380.374	53.531.351
2013	22.319.849	27.937.617
2014	-	-
2015	-	-
2016	30.000.000	30.000.000
Total	1.358.630.669	2.145.928.776

Fontes: Ipea, Seain/MP e Sain/MF.
 Elaboração: Ipea.

4.2 Integralização de capital em fundos de desenvolvimento

Os fundos de desenvolvimento capturam o segundo maior volume de recursos via contribuições financeiras, totalizando R\$ 1,5 bilhão no período 2014-2016, embora o governo federal não tenha realizado nenhuma contribuição para os fundos de desenvolvimento em 2015 (tabela 12). No período 2014-2016, três – dos dez – fundos de desenvolvimento concentraram 80,9% destas contribuições. Do total repassado para a integralização de capital e pagamento de cotas, 46% foram destinados para a CAF, autoidentificada como Banco de Desenvolvimento da América Latina desde 2010.

TABELA 12
Contribuições regulares para fundos de desenvolvimento (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Fundos de desenvolvimento	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Corporação Andina de Fomento	1.484.469	-	715.426.321	716.910.790	46,0
Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul	-	-	301.000.026	301.000.026	19,3
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	242.314.963	242.314.963	15,6
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	-	-	136.497.815	136.497.815	8,8
Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Voluntário	101.028.762	-	-	101.028.762	6,5
Fundo Africano de Desenvolvimento	-	-	20.025.228	20.025.228	1,3
Banco de Desenvolvimento do Caribe	-	-	13.050.375	13.050.375	0,8
Corporação Interamericana de Investimentos	7.051.800	-	1.618.285	8.670.085	0,6
Fundo Multilateral de Investimentos	2.280.460	-	4.681.161	6.961.621	0,4
Fundo para Operações Especiais	5.667.740	-	-	5.667.740	0,4
Banco Africano de Desenvolvimento	4.767.332	-	-	4.767.332	0,3
Total	122.280.564	-	1.434.614.174	1.556.894.738	100,0

Fontes: Seain/MP e Sain/MF.
Elaboração: Ipea.

Na sequência, 19,3% dos recursos foram transferidos para o Focem. O objetivo do fundo é “financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura

institucional e o fortalecimento do processo de integração”.⁶ O Brasil é o maior contribuinte do Focem, aportando 70% dos recursos do fundo. O país também integraliza capital de forma voluntária, com um aporte adicional de R\$ 101 milhões em 2014. Somadas, no período 2014-2016, as contribuições para o Focem totalizam R\$ 402 milhões, o equivalente a 25% dos recursos para os fundos de desenvolvimento.

Em 2016, o governo federal realizou contribuições regulares para o BID, no total de R\$ 242 milhões. Ressalte-se que o Fundo de Operações Especiais (FOE) é uma linha de crédito especial do BID, instituída em 1960 para conceder empréstimos em condições favoráveis para as circunstâncias especiais em determinados países e para projetos específicos.⁷ Ao todo, o governo federal contribuiu com R\$ 5,6 milhões, o equivalente a 0,4% dos recursos destinados aos fundos de desenvolvimento.

Por fim, R\$ 189,9 milhões foram transferidos para o Fonplata, o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

4.3 Diárias e passagens

Os gastos do governo federal brasileiro com diárias e passagens para a promoção do desenvolvimento internacional – pela via bilateral e por grupos de países – foram o terceiro maior tipo de gasto no período 2014-2016. Os recursos destinados a diárias e passagens na cooperação brasileira refletem os gastos do governo com a viagem e a manutenção de técnicos e especialistas brasileiros no exterior, ao participar de atividades de colaboração e em projetos, na transmissão de conhecimento em congressos, como pesquisador em eventos no exterior, como palestrante de cursos e em outras ocasiões em decorrência de missões técnicas.

Ao todo, o governo desembolsou R\$ 54,8 milhões com diárias e passagens de servidores públicos com a cooperação no continente africano, registrando 36,5% dos recursos (gráfico 2). Destaque, novamente, para a cooperação com Moçambique, responsável por 86% dos gastos com diárias e passagens na África.

A América Central e Caribe foi o segundo maior destino de viagens por parte de funcionários e especialistas brasileiros na cooperação internacional, totalizando R\$ 41,4 milhões no período. Os deslocamentos e as estadias no Haiti representaram 94% dos gastos no período, cerca de R\$ 39,2 milhões. Na América do Norte, os gastos com diárias e passagens foram concentrados nos Estados Unidos, principalmente por meio de iniciativas em CT&I.

6. Ver seção *Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)*, em: <<https://goo.gl/zwZAYJ>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

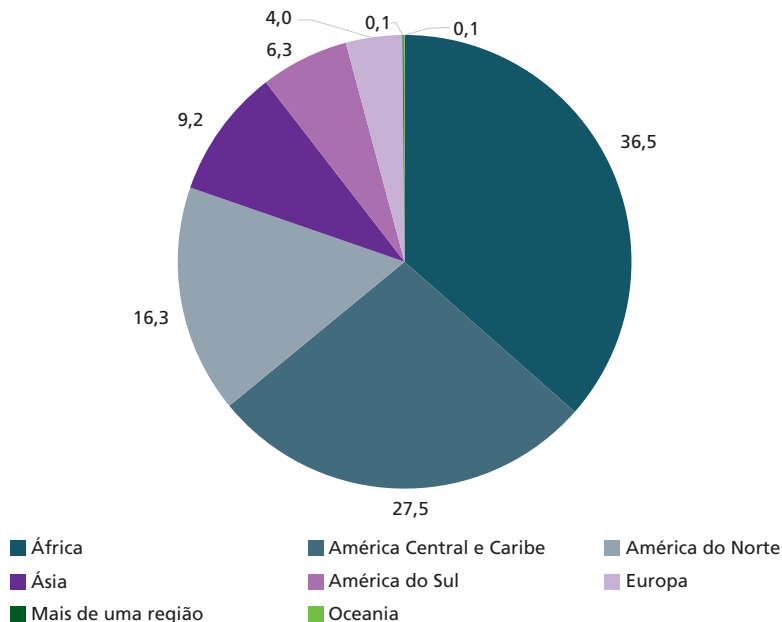
7. Ver seção *Cooperação Técnica*, em: <<https://goo.gl/Sw7QgP>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

Os gastos com diárias e passagens para a Ásia superaram aqueles para a América do Sul.⁸ Ao todo, R\$ 13,8 milhões cobriram os gastos nos países asiáticos, sendo R\$ 9,9 milhões no Japão, enquanto os gastos na América do Sul totalizaram R\$ 9,4 milhões, sendo R\$ 44,9% com a cooperação com o Paraguai.

GRÁFICO 2

Gastos do governo federal com diárias e passagens, por região (2014-2016)

(Em %)



Fontes: Anvisa, Conab, DCE/MRE, Embrapa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Ipea, MCTIC, MDS e MS.

Elaboração: Ipea.

Entre os gastos com diárias e passagens pelas instituições, a Embrapa e o MS representaram 46,5% e 38,5% dos recursos, respectivamente. Ao todo, essas duas instituições desembolsaram R\$ 161 milhões com diárias e passagens para a promoção da Cobradi. Na sequência, o MCTIC totalizou R\$ 14,9 milhões e a Anvisa desembolsou R\$ 10,5 milhões, no período.

4.4 Iniciativas de cooperação técnica via ABC

A ABC coordena iniciativas de cooperação pelas vias bilateral, trilateral, multilateral e com grupos de países, de forma a ampliar o leque de arranjos institucionais com países e organismos internacionais parceiros. No período

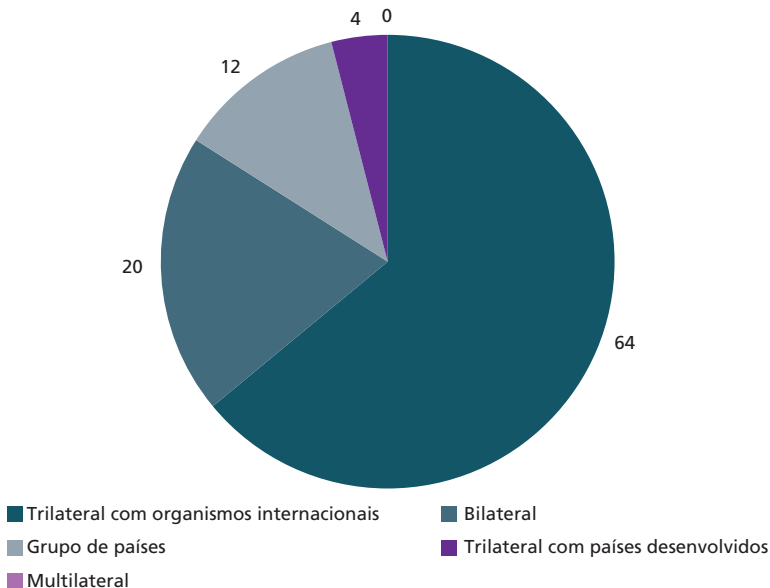
8. Os valores aqui refletem tão somente a grande diferença de preços das passagens para países mais distantes, não refletindo nenhum tipo de prioridade entre parceiros.

2014-2016, a ABC despendeu R\$ 101,7 milhões com a cooperação triangular com organismos internacionais, representando 64% dos recursos envolvidos (gráfico 3). Estas iniciativas foram gerenciadas em parceria com: FAO, OIT, PMA, Unesco, UNFPA, UNODC/UNIOGBIS, OTCA, Pnud, Ompi, Unicef e o Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul.

GRÁFICO 3

Gastos do governo federal com iniciativas de cooperação técnica, por lateralidade (2014-2016)

(Em %)



Fonte: ABC.
Elaboração: Ipea.

Pela via bilateral, os três principais parceiros do Brasil são lusófonos. Os gastos com iniciativas de cooperação técnica com São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné-Bissau totalizaram R\$ 5,4 milhões, R\$ 3 milhões e R\$ 2,9 milhões, respectivamente (tabela 13). Entre os dez principais parceiros, ainda há outros dois países lusófonos: Timor-Leste e Cabo Verde. Os gastos com os dez principais parceiros representaram 69% dos gastos com iniciativas de cooperação técnica bilateral no período, que ainda inclui Benim, Uruguai, Argélia, Senegal e Haiti.

De um total de R\$ 157,6 milhões gastos com iniciativas de cooperação técnica, R\$ 70,7 milhões foram alocados em iniciativas com países de continentes diferentes. As iniciativas com países do continente africano totalizaram

R\$ 53,3 milhões, enquanto os gastos na América Central e Caribe e na América do Sul somaram R\$ 20,2 e R\$ 9,2 milhões, respectivamente.

TABELA 13
Gastos do governo federal com iniciativas de cooperação técnica na cooperação brasileira, por país (2014-2016)
 (Em R\$ correntes)

Países	2014	2015	2016	Total geral	Participação (%)
São Tomé e Príncipe	1.070.157	2.243.132	2.148.604	5.461.893	17
Moçambique	1.253.085	929.871	902.388	3.085.345	10
Guiné-Bissau	689.757	1.165.257	1.110.215	2.965.229	9
Benim	1.153.822	636.798	281.727	2.072.347	7
Timor-Leste	660.735	505.942	738.138	1.904.815	6
Uruguai	49.589	1.431.445	200.753	1.681.787	5
Argélia	-	439.721	780.084	1.219.805	4
Cabo Verde	533.942	504.959	171.430	1.210.330	4
Senegal	551.521	544.326	-	1.095.847	3
Haiti	512.678	513.638	53.375	1.079.691	3
Demais países	3.514.013	3.526.105	2.697.022	9.737.140	31
Total	9.989.300	12.441.194	9.083.735	31.514.229	100

Fonte: ABC.
 Elaboração: Ipea.

4.5 Doações de itens de primeira necessidade

No período 2014-2016, o governo federal brasileiro despendeu R\$ 146,5 milhões com doações de itens de primeira necessidade para fins humanitários. Ao todo, R\$ 76,3 milhões foram operacionalizados via cooperação triangular com organismos internacionais, R\$ 67,1 milhões pela via bilateral, isto é, diretamente com o país parceiro ou solicitante da cooperação, R\$ 3 milhões com grupos de países e R\$ 44 mil sem classificação.

Ao todo, R\$ 38 milhões foram destinados para o reforço de atividades de organismos internacionais envolvidos com fins humanitários, sem especificação dos países beneficiários da cooperação (tabela 14). Elas foram executadas pelos seguintes organismos: FAO, Acnur, Cerf, PMA, Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul, Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas (CSA), Fundo Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e OMS. As ações giraram em torno do combate à epidemia do vírus ebola e no apoio à segurança alimentar e nutricional das pessoas da região; da proteção, assistência e reintegração de refugiados; das iniciativas em segurança alimentar e nutricional na América Latina; do suporte à implementação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP etc.

A doação de itens de primeira necessidade para os territórios palestinos (Palestina, Gaza e Cisjordânia) totalizaram R\$ 30,8 milhões, o equivalente a 21% da destinação. Na lista dos dez maiores receptores das doações brasileiras estão Guatemala, Cuba, Guiné-Bissau, Síria, Argélia, Equador, Guiné e iniciativas ou doações para dois ou mais países da América Latina e Caribe, representando 82% dos gastos no período 2014-2016 (tabela 12).

Com exceção dos gastos via organismos internacionais, calcula-se que 36% das doações foram direcionadas para o continente asiático (principalmente para os territórios palestinos), 27% para o continente africano, 27% para a América Central e Caribe, 7% para a América do Sul e 3% para atividades com dois ou mais países de diferentes continentes.

TABELA 14

Gastos do governo federal com as doações de itens de primeira necessidade, por país ou grupo de países (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Países	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
Não disponível	33.343.154	5.258.962	-	38.602.116	26
Territórios palestinos	13.071.565	13.632.844	4.193.618	30.898.026	21
Guatemala	-	13.747.277	-	13.747.277	9
Cuba	-	10.405.890	-	10.405.890	7
Guiné-Bissau	-	14.203	6.261.526	6.275.729	4
Síria	5.313.423	-	-	5.313.423	4
Argélia	-	4.812.523	348.272	5.160.795	4
Equador	-	-	3.679.615	3.679.615	3
Guiné	500.655	2.768.795	-	3.269.450	2
Regional – América Latina e Caribe	-	-	3.003.846	3.003.846	2
Demais países	9.419.129	9.422.473	7.317.748	26.159.350	18
Total	61.647.927	60.062.965	24.804.625	146.515.517	100

Fontes: Seain/MP e Sain/MF.
Elaboração: Ipea.

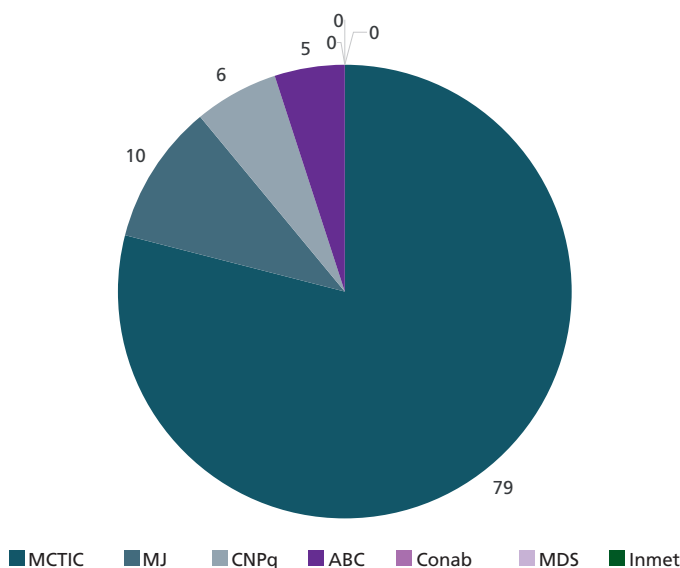
4.6 Gastos associados, administrativos e outros gastos não especificados

No período 2014-2016, as instituições brasileiras também registraram a existência de gastos administrativos e associados a iniciativas, programas, projetos e missões de cooperação para o desenvolvimento internacional. Em alguns casos, eles descrevem gastos declarados pelos próprios executores, tais como os gastos com o apoio à execução da cooperação técnica pela ABC, alguns gastos relacionados ao intercâmbio e às chamadas públicas de pesquisa financiadas pelo CNPq.

Em outros casos, como no Inmet, na Conab, no MJ e no MCTIC, os gastos não foram devidamente discriminados, levando à classificação de gastos não especificados. No caso do MCTIC, não era claro se o valor empregado era para o financiamento de pesquisa, a concessão de bolsa para pesquisadores ou gastos administrativos a redes de pesquisa. No caso do MJ, os gastos são relacionados ao apoio e à proteção de refugiados no Brasil, sem especificar de que forma isso foi realizado, seja com diárias, seja com passagens de funcionários públicos, em horas técnicas etc.

Devido ao volume de iniciativas em CT&I, o MCTIC representou 79% – R\$ 105 milhões – dos recursos com gastos associados, administrativos e outros gastos não especificados. O MJ, o CNPq e a ABC acumularam 21% destes gastos. Os dispêndios da Conab, do MDS e do Inmet com estes gastos totalizaram R\$ 616 mil, o equivalente a 0,5%.

GRÁFICO 4
Gastos associados, administrativos e outros gastos do governo federal com a Cobradi, por instituição (2014-2016)
(Em %)



Fontes: ABC, CNPq, Conab, Inmet, MCTIC, MDS e MJ.
Elaboração: Ipea.

4.7 Bolsas de estudo e de pesquisa

O montante de R\$ 87,5 milhões com a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no ramo da cooperação brasileira foi operacionalizado por quatro instituições, sendo elas: a Capes, com 65% deste orçamento; o CNPq, com 29%; a Divisão de Temas Educacionais (DCE) do MRE, com 3%; e o MCTIC, com 3%.

Em relação ao orçamento da Capes, de R\$ 56,9 milhões, R\$ 31,8 milhões foram destinados para cobrir as bolsas de estudo no Programa Estudantes – Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). No período, as bolsas foram para 515 estudantes em 2014, 522 em 2015 e 420 em 2016, beneficiando pessoas de todos os continentes e de 37 países.⁹

Ainda com o suporte da Capes, o Brasil despendeu R\$ 6,4 milhões com o Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste; R\$ 4,2 milhões com os programas Brasil-França Tecnologia (Brafitec) e Brasil-França Agricultura (Brafagri); R\$ 3,1 milhões no programa MES-Cuba Projetos; R\$ 2,8 milhões com a formação de professores moçambicanos pelas instituições vinculadas à Universidade Aberta do Brasil (UAB); R\$ 2,7 milhões com a manutenção de cátedras no Reino Unido (Universidade de Londres, Universidade de Cambridge, King's College London, Universidade de Oxford), nos Estados Unidos (Universidade Brown, Universidade de Harvard e Universidade de Columbia), na França (Universidade Sorbonne), na Itália (Universidade Bolonha) e em Portugal (Universidade de Coimbra); R\$ 1,8 milhão com o Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti Graduação; R\$ 1,4 com o programa Projetos Conjuntos de Pesquisa Mercosul e com o programa Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados no Mercosul; R\$ 1,2 milhão com os programas Capes/Fulbright Professor/Pesquisador Visitante nos Estados Unidos e Capes/Fulbright Professor Assistente de Língua Portuguesa nos Estados Unidos; R\$ 1 milhão com o programa entre a Capes e a Universidade de La República (Udelar); e R\$ 94 mil com o programa de mobilidade em parceria com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp), a partir do memorando de entendimento da CPLP.

A DCE/MRE disponibilizou 1.187 bolsas em 2014, 1.670 em 2015 e 1.908 em 2016, totalizando R\$ 2,9 milhões no período, e, por fim, as atividades sob a tutela do MCTIC também fizeram uso de bolsas de estudo e de pesquisa para disseminar atividades de CT&I, tais como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Observatório Nacional (ON).

4.8 Hora técnica

O cálculo de horas técnicas utilizados na Cobradi refere-se ao gasto proporcional do deslocamento de um servidor ou especialista brasileiro na promoção da Cobradi, seja deslocado para missão no exterior, seja na organização de uma missão estrangeira em território nacional. Contudo, estes dados não cobrem a total extensão das horas técnicas envolvidas na Cobradi, seja por dificuldades de cálculo, erros e omissões, seja por não terem sido informadas pelos órgãos envolvidos.

9. Ver capítulo 2, seção 7.

No período 2014-2016, os gastos com as horas técnicas informadas na cooperação brasileira totalizaram R\$ 31,6 milhões, sendo R\$ 24,9 milhões sob a coordenação do MCTIC (tabela 15). Ao todo, 27 agências vinculadas ao MCTIC registraram custos com a hora técnica, na promoção da CT&I brasileira no exterior, com destaque para o Inpe (R\$ 7,8 milhões), o Museu Paraense Emílio Goeldi (R\$ 5,2 milhões), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) (R\$ 3,6 milhões), o ON (R\$ 1,6 milhão) e o Inpa (R\$ 1,1 milhão).

TABELA 15
Gastos do governo federal com hora técnica na cooperação brasileira, por instituições (2014-2016)
(Em R\$ correntes)

Instituições	2014	2015	2016	Total	Participação (%)
MCTIC	10.655.696	7.725.241	6.529.524	24.910.461	78,6
Caixa	672.200	1.543.720	1.151.834	3.367.754	10,6
Ipea	402.444	402.089	452.680	1.257.212	4,0
Fiocruz	513.600	382.800	298.800	1.195.200	3,8
MDS	203.280	45.470	28.210	276.960	0,9
ICMBio	79.146	90.866	78.542	248.554	0,8
Inmet	56.462	118.074	71.066	245.603	0,8
Ibama	80.637	71.162	46.092	197.892	0,6
Total	12.663.465	10.379.424	8.656.748	31.699.636	100,0

Fontes: Caixa, Fiocruz, Ibama, ICMBio, Inmet, Ipea, MCTIC e MDS.
Elaboração: Ipea.

A Caixa, o Ipea e a Fiocruz gastaram mais de R\$ 1 milhão com horas técnicas no período 2014-2016. No caso da Caixa, isto reflete os gastos registrados pelo banco na promoção da cooperação, com o apoio da ABC. No caso do Ipea e da Fiocruz, os altos gastos refletem o papel dos pesquisadores em missões de cooperação, disseminando e compartilhando experiências técnicas especializadas.

4.9 Financiamento de programas, projetos e laboratórios de pesquisa

Os financiamentos de programas, projetos e laboratórios de pesquisa, inclusive em CT&I, totalizaram R\$ 22,8 milhões no período 2014-2016 e são coordenados pela Embrapa (R\$ 14,4 milhões), pelo MCTIC (R\$ 7,9 milhões) e pelo CNPq (R\$ 468 mil).

No caso da Embrapa, R\$ 12,2 milhões são concentrados nos laboratórios virtuais da empresa, em parceria com Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, China, Japão e Coreia do Sul. Além disso, a Embrapa também realiza investimentos no Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul (Procisur) (Argentina, Bolívia, Chile,

Paraguai e Uruguai) e no Programa Cooperativo de Investigação e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos (Procitrópicos) (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela).

Com o MCTIC, metade do orçamento é alocado junto ao Inpe, de modo a participar do Plano de Absorção de Tecnologia referente ao projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), e instalar e operar uma estação terrestre ligada ao Programa de Constelação do Sistema de Observação para Meteorologia, Ionosfera e Clima (Cosmic 2).

4.10 Gestão da cooperação técnica

No período 2014-2016, a ABC desembolsou R\$ 8,2 milhões para gerenciar a cooperação técnica brasileira. Diferentemente dos gastos registrados como *Iniciativas de Cooperação Técnica*, em que a ABC administrava todos os gastos associados à operacionalização da missão e a efetividade da cooperação, os gastos com “gestão” representam aqueles relacionados à estrutura organizacional, de forma a promover um ambiente adequado para a administração pública brasileira executar os compromissos de cooperação técnica.

4.11 Contribuições não regulares a organismos internacionais

No período 2014-2015, a Embrapa e o MCTIC fizeram contribuições não regulares destinadas a organismos internacionais, totalizando R\$ 4,5 milhões e R\$ 626 mil, respectivamente. No caso da Embrapa, a contribuição foi direcionada para o Consultive Group on International Agricultural Research (CGIAR) em todos os anos do período. O MCTIC desembolsou R\$ 386 mil para a Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento (Twas, em inglês), R\$ 189 mil para o Comitê Científico de Pesquisa Antártica (Scar, em inglês), R\$ 27 mil para o Comitê Científico de Pesquisas Oceânicas (Scor, em inglês) e R\$ 22 mil para a Federação Internacional de Astronáutica.

Estas contribuições foram destinadas à cooperação para o desenvolvimento internacional e, por esta razão, foram incorporadas a este relatório.

4.12 Contribuições a ONGs

As contribuições a ONGs na cooperação brasileira são gerenciadas de forma a otimizar a proteção e o apoio a refugiados no Brasil,¹⁰ via acompanhamento mais próximo da sociedade civil. No período 2014-2016, o governo federal brasileiro, por meio do MJ, transferiu o equivalente a R\$ 1,5 milhão para três ONGs: Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Casp), Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Carj) e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

10. Vide capítulo 2, seção 8.

4.13 Armazenamento e logística de doações

A Conab desembolsa recursos para o armazenamento e a logística das doações para fins humanitários. No período 2014-2016, esse gasto foi de R\$ 430 mil reais e serviu para otimizar as doações de itens de primeira necessidade na cooperação brasileira para o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses últimos nove anos, órgãos e entes da administração pública federal brasileira intensificaram a cooperação com países na superação de desafios do desenvolvimento a partir, basicamente, do compartilhamento de conhecimentos e de experiências bem-sucedidas mediante mecanismos de intercâmbio bilaterais, regionais ou multilaterais (Brasil, 2010, p. 9-13).¹

O caráter descentralizado das ações executadas pelas instituições do governo federal, dos governos estaduais, de municípios e de organizações da sociedade dificultou os trabalhos de caracterização dos gastos, sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos; entretanto, não impossibilitou configurar-se a natureza da inserção do Brasil na agenda internacional da cooperação para o desenvolvimento.

Entre as inúmeras lições aprendidas no processo de formulação dos relatórios oficiais da Cobradi, cumpre registrar o empenho e o firme compromisso das instituições brasileiras em construir relações de parceria alinhadas às prioridades de desenvolvimento dos países parceiros.

Em período mais recente, as agendas e as políticas internacionais vivenciaram grandes modificações que configuraram e reconfiguraram instrumentos jurídicos tais como tratados, acordos, cartas e convenções, reafirmando que a cooperação internacional é atividade que precisa se renovar continuamente para manter-se relevante.

Nesse contexto, cumpre louvar a decisão de governo em fortalecer o desafio de mapear as diversas expressões de sua cooperação internacional. Além disso, ao formular estas considerações a título de finalização da quarta edição do *Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*, mais conhecido e referido, nesses últimos nove anos, como *Relatório Cobradi*, impõe-se assinalar resultados, desafios e perspectivas que se apresentam frente aos objetivos da pesquisa.

Gastos do governo federal

As ações da Cobradi executadas pelos órgãos do governo federal são financiadas com recursos do Tesouro Nacional na consecução de responsabilidades assumidas em tratados, convenções, acordos, protocolos, atos administrativos ou compromissos internacionais. Essas ações distinguem-se por serem implementadas pela

1. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi): 2005-2009*. Brasília: Ipea; ABC, 2010. p. 9-13.

administração pública federal, mediante a mobilização e o emprego de quadros técnicos que disponibilizam tempo, *expertise* e conhecimento para se engajarem na compreensão, na reflexão e na busca conjunta de soluções para desafios comuns de desenvolvimento.²

Os esforços de identificação e de análise da diversidade de ações de cunho internacional das instituições do governo federal têm gerado insumos para o conhecimento e o aprimoramento da política de cooperação internacional do país e da própria política de relações internacionais do Estado brasileiro em perspectiva intersetorial.³

Mesmo com o claro enfoque sobre gastos públicos, os resultados das pesquisas Cobradi apontam para a relação com políticas públicas a partir da existência de despesas de três tipos principais: *i*) com ações executadas por servidores e colaboradores da administração pública federal, no Brasil e no exterior, disponibilizando tempo e conhecimento para se engajarem na compreensão, na reflexão, no compartilhamento e na busca de soluções para desafios de desenvolvimento; *ii*) com o pagamento de compromissos e obrigações regulares do governo federal brasileiro junto a organismos regionais e internacionais; e *iii*) com doações esporádicas, todas devidamente aprovadas pelo Congresso Nacional.⁴

Durante os três primeiros relatórios, os gastos com a Cobradi representavam o somatório dos gastos na cooperação técnica (CT); na cooperação educacional (CE); na cooperação científica e tecnológica (CCT); na cooperação humanitária (CH); na proteção e apoio a refugiados (PAR); nas operações de manutenção da paz (OMP); e nos gastos com organismos internacionais (GOI), como na equação (1), a seguir.

$$GC(x) = CT + CE + CCT + CH + PAR + OMP + GOI. \quad (1)$$

No que concerne à totalização dos gastos do governo federal, o Relatório Cobradi 2014-2016 enfatiza gastos com *i*) servidores e colaboradores da administração pública federal; e *ii*) aqueles decorrentes de compromissos e obrigações do governo federal brasileiro junto a organismos internacionais:⁵

2. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2010. Brasília: Ipea/ABC, 2013. p. 14.

3. BEZERRA LIMA, J. B.; PIRES DE CAMPOS, R.; PEREIRA JÚNIOR, J. R. A cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: elementos para reflexão e prospecção de uma política pública em formação. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (Eds.). *Brasil em desenvolvimento 2014*: Estado, planejamento e políticas públicas. v. 2. Brasília: Ipea, 2014. p. 467.

4. BEZERRA LIMA, J. B.; PIRES DE CAMPOS, R.; PEREIRA JÚNIOR, J. R. A cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: elementos para reflexão e prospecção de uma política pública em formação. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (Eds.). *Brasil em desenvolvimento 2014*: Estado, planejamento e políticas públicas. v. 2. Brasília: Ipea, 2014. p. 486.

5. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2005-2009. Brasília: Ipea/ABC, 2010.

$$GC^6(x) = C_1 + K_2. \quad (2)$$

Assim, no que diz respeito ao objetivo da pesquisa Cobradi, de levantar os gastos efetivamente realizados, pode-se afirmar que o governo federal logrou cumprir e superar esse desafio. Além desse feito, procedeu-se à manualização do levantamento de gastos que sistematiza o processo e possibilita sua difusão no âmbito de órgãos e entes da administração pública federal e dos governos estaduais e municipais.

Sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados

A identificação dos conteúdos e das técnicas compartilhadas pelas instituições brasileiras assumiu relevância, possibilitando o entendimento e a compreensão da cooperação para o desenvolvimento realizada pelo país.

Nesse sentido, o Relatório Cobradi 2014-2016 deteve-se no exame e na análise das práticas adotadas, buscando caracterizá-las em linguagem direta e objetiva, acrescentando-se, dentro do possível, evidências do protagonismo brasileiro em temas como saúde; meio ambiente; ciência, tecnologia e inovação; agricultura; direitos humanos; e desenvolvimento urbano.

6. $GC(x)$ representa os gastos da Cobradi com o somatório dos gastos de C_1 e K_2 . C_1 representa os gastos com custeio do governo federal que são divididos em dois. O primeiro grupo traz os gastos com pessoal – principalmente servidores públicos e colaboradores da administração pública –, que engloba diárias (alimentação e hospedagem), passagens, horas técnicas e bolsas de estudo. O segundo grupo de gastos com custeio incorpora aqueles com iniciativas de cooperação técnica da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), custos associados, administrativos e outros custos – que reúnem os custos com aquisições de materiais e equipamentos, adequação de instalações, promoção de eventos, *workshops*, seminários etc. –, financiamento de programas, projetos e laboratórios, gestão da cooperação técnica e armazenamento e logística das doações. K_2 representa os gastos com capital, isto é, as contribuições financeiras regulares a organismos internacionais – inclusive para OMP –, as contribuições financeiras não regulares e/ou voluntárias a organismos internacionais, as contribuições financeiras a fundos de desenvolvimento – mediante integralização de capitais – e a tribunais internacionais, as contribuições financeiras a organizações não governamentais (ONGs) e a disponibilidade de crédito para doações de itens de primeira necessidade.

APÊNDICES

APÊNDICE A

LISTA DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

- 1) Agência Brasileira de Cooperação (ABC).
- 2) Agência Nacional de Águas (ANA).
- 3) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- 4) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- 5) Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).
- 6) Assessoria de Assuntos Internacionais (Aisa/MS).
- 7) Caixa Econômica Federal (Caixa).
- 8) Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Casp).
- 9) Cáritas Arquidiocesana do Rio Janeiro (Carj).
- 10) Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).
- 11) Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
- 12) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- 13) Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária.
- 14) Departamento de Polícia Federal (DPF).
- 15) Divisão de Paz e Segurança Internacional (DPAZ).
- 16) Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE).
- 17) Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás).
- 18) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
- 19) Escola Nacional de Administração Pública (Enap).
- 20) Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
- 21) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- 22) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
- 23) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

- 24) Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH).
- 25) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- 26) Instituto Nacional de Câncer (Inca).
- 27) Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).
- 28) Instituto Rio Branco (IRBR).
- 29) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
- 30) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).
- 31) Ministério da Cultura (MinC).
- 32) Ministério da Defesa (MD).
- 33) Ministério da Educação (MEC).
- 34) Ministério da Fazenda (MF).
- 35) Ministério da Justiça e Cidadania (MJ).
- 36) Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).
- 37) Ministério da Previdência Social (MPS).
- 38) Ministério da Saúde (MS).
- 39) Ministério das Cidades (MCidades).
- 40) Ministério das Comunicações (MC).
- 41) Ministério das Relações Exteriores (MRE).
- 42) Ministério de Minas e Energia (MME).
- 43) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS).
- 44) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
- 45) Ministério do Esporte (ME).
- 46) Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- 47) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).
- 48) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- 49) Ministério do Turismo (MTur).
- 50) Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).
- 51) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH).
- 52) Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

- 53) Secretaria de Segurança Presidencial (SSP).
- 54) Secretaria de Vigilância e Saúde (SVS).
- 55) Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap).
- 56) Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir).
- 57) Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).
- 58) Secretaria de Governo (SG).
- 59) Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).
- 60) Secretaria Nacional de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS).
- 61) Secretaria Nacional de Recursos Hídricos (SRH).
- 62) Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp).
- 63) Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).
- 64) Universidade de São Paulo (USP).

APÊNDICE B

LISTA DE PAÍSES

África

- 1) África do Sul.
- 2) Angola.
- 3) Argélia.
- 4) Benim.
- 5) Botsuana.
- 6) Burkina Faso.
- 7) Burundi.
- 8) Cabo Verde.
- 9) Camarões.
- 10) Chade.
- 11) Costa do Marfim.
- 12) Egito.
- 13) Eritreia.
- 14) Etiópia.
- 15) Gabão.
- 16) Gâmbia.
- 17) Gana.
- 18) Guiné.
- 19) Guiné-Bissau.
- 20) Guiné Equatorial.
- 21) Ilhas Maurício.
- 22) Lesoto.
- 23) Libéria.
- 24) Líbia.

- 25) Madagascar.
- 26) Malawi.
- 27) Mali.
- 28) Marrocos.
- 29) Mauritània.
- 30) Moçambique.
- 31) Namíbia.
- 32) Níger.
- 33) Nigéria.
- 34) Quênia.
- 35) República Centro-Africana.
- 36) República do Congo.
- 37) República Democrática do Congo.
- 38) Ruanda.
- 39) Saara Ocidental.
- 40) São Tomé e Príncipe.
- 41) Senegal.
- 42) Serra Leoa.
- 43) Somália.
- 44) Suazilândia.
- 45) Sudão.
- 46) Sudão do Sul.
- 47) Tanzânia.
- 48) Togo.
- 49) Tunísia.
- 50) Uganda.
- 51) Zâmbia.
- 52) Zimbábue.

América Central e Caribe

- 53) Antígua e Barbuda.
- 54) Bahamas.
- 55) Barbados.
- 56) Belize.
- 57) Costa Rica.
- 58) Cuba.
- 59) Dominica.
- 60) El Salvador.
- 61) Granada.
- 62) Guatemala.
- 63) Haiti.
- 64) Honduras.
- 65) Jamaica.
- 66) Nicarágua.
- 67) Panamá.
- 68) Porto Rico.
- 69) República Dominicana.
- 70) Santa Lúcia.
- 71) São Cristóvão e Neves.
- 72) São Vicente e Granadinas.
- 73) Trindade e Tobago.

América do Norte

- 74) Canadá.
- 75) Estados Unidos.
- 76) México.

América do Sul

- 77) Argentina.
- 78) Bolívia.

- 79) Chile.
- 80) Colômbia.
- 81) Equador.
- 82) Guiana.
- 83) Guiana Francesa.
- 84) Paraguai.
- 85) Peru.
- 86) Suriname.
- 87) Uruguai.
- 88) Venezuela.

Ásia

- 89) Afeganistão.
- 90) Arábia Saudita.
- 91) Armênia.
- 92) Bangladesh.
- 93) Brunei.
- 94) Butão.
- 95) Camboja.
- 96) Catar.
- 97) China.
- 98) Coreia do Norte.
- 99) Coreia do Sul.
- 100) Emirados Árabes Unidos.
- 101) Filipinas.
- 102) Iêmen.
- 103) Índia.
- 104) Indonésia.
- 105) Irã.
- 106) Iraque.

- 107) Israel.
- 108) Japão.
- 109) Jordânia.
- 110) Kuwait.
- 111) Líbano.
- 112) Malásia.
- 113) Nepal.
- 114) Omã.
- 115) Palestina.
- 116) Paquistão.
- 117) Quirguistão.
- 118) Síria.
- 119) Sri Lanka.
- 120) Tailândia.
- 121) Taiwan.
- 122) Timor-Leste.
- 123) Turcomenistão.
- 124) Vietnã.

Europa

- 125) Alemanha.
- 126) Andorra.
- 127) Áustria.
- 128) Bélgica.
- 129) Bósnia-Herzegovina.
- 130) Bulgária.
- 131) República Tcheca.
- 132) Chipre.
- 133) Croácia.
- 134) Dinamarca.

- 135) Escócia.
- 136) Eslováquia.
- 137) Eslovênia.
- 138) Espanha.
- 139) Estônia.
- 140) Finlândia.
- 141) França.
- 142) Grã-Bretanha.
- 143) Grécia.
- 144) Geórgia.
- 145) Holanda.
- 146) Hungria.
- 147) Inglaterra.
- 148) Irlanda.
- 149) Islândia.
- 150) Itália.
- 151) Kosovo.
- 152) Liechtenstein.
- 153) Lituânia.
- 154) Luxemburgo.
- 155) Reino Unido.
- 156) República da Macedônia.
- 157) Montenegro.
- 158) Noruega.
- 159) Polônia.
- 160) Portugal.
- 161) Romênia.
- 162) Rússia.
- 163) Turquia.

164) San Marino.

165) Sérvia.

166) Suécia.

167) Suíça.

168) Ucrânia.

Oceania

169) Austrália.

170) Fiji.

171) Nova Zelândia.

172) Vanuatu.

APÊNDICE C

GLOSSÁRIO DE TERMOS¹

O que genericamente se denomina cooperação internacional compõe-se, entre outros: da cooperação para o desenvolvimento internacional; de regimes internacionais em setores diversos; e de compromissos e obrigações internacionais de um Estado junto a outros Estados, organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

Apesar de não se dispor de um conceito definitivo de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), este glossário reúne termos referentes ao entendimento e às práticas que foram adotados nos relatos do Ipea sobre a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi)² e propõe-se a contribuir para o melhor entendimento e compreensão dos gastos e das práticas do governo federal na Cobradi.

Organizado para atender às necessidades dos usuários das publicações da Cobradi editadas pelo Ipea até o ano de 2018, este trabalho foi realizado por pesquisadores que atuaram na formulação do mapeamento e na caracterização da Cobradi.

Acordo-quadro

É um acordo entre uma ou mais entidades adjudicantes e um ou mais operadores econômicos, que tem por objeto fixar os termos dos contratos a celebrar durante um determinado período, nomeadamente em matéria de preços e, se necessário, de quantidades previstas.

Ajuste complementar

Documento assinado entre representantes da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), do ministério ou da entidade vinculada nacional, bem como da instituição vinculada ao governo estrangeiro e que contempla o delineamento do objeto da cooperação e sua forma de execução.

1. Consta no Dicionário Houaiss que glossário significa: "1. Parte final de um manuscrito com o sentido de palavras antigas ou obscuras encontradas no texto; 2. Dicionário de palavras de sentido obscuro ou pouco conhecido, elucidário; conjunto de termos de uma área do conhecimento e seus significados; vocabulário; 4. Pequeno léxico agregado a uma obra, principalmente para esclarecer termos pouco usados; 5. Utilitário de processadores de textos em que se podem registrar frases e expressões muito usadas, para rápida inserção no texto de documentos". Usualmente, um dicionário de termos técnicos de uma arte ou ciência, podendo ser também uma espécie de lista de vocábulos em que se dá a explicação de certas palavras. Disponível em: <<https://bit.ly/2fzuyXt>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

2. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2005-2009. Brasília: Ipea; ABC, 2010. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2010. Brasília: Ipea; ABC, 2013.

BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2011-2013. Brasília: Ipea; ABC, 2016. BRASIL. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)*: 2014-2016. Brasília: Ipea; ABC, 2018. No prelo.

Análise conceitual

Processo que incorpora um exame completo dos elementos básicos que compõem um pensamento, uma ideia ou uma noção.

Autodeterminação

A autodeterminação é o princípio que garante a todo povo de um país o direito de se autogovernar, realizar suas escolhas sem intervenção externa, exercendo soberanamente o direito de determinar o próprio estatuto político. Em outras palavras, é o direito que o povo de determinado país tem de escolher como será legitimado o direito interno sem influência de qualquer outro país.

Benefícios sociais

Os benefícios sociais são meios utilizados pelos empregadores, como forma de auxiliar e premiar o trabalhador direta ou indiretamente, visando, desta forma, atender às suas necessidades gerais em vários âmbitos do dia, aumentando, assim, seu grau de satisfação para com o empregador, o que acaba por gerar melhoras significativas de produtividade e desempenho, como aposentadoria, auxílio-doença, Bolsa Família, entre outros tipos garantidos pela lei no Brasil.

Boas práticas

Trata-se de processo ou metodologia que se caracteriza por ser ético, equânimo e replicável e que funciona bem, resultando no alcance dos objetivos propostos, podendo ser recomendado como um padrão. Uma boa prática não configura uma prescrição e deve ser customizada às condições prevaletentes no local.

Cadeias internacionais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

Instrumental adotado na promoção da formação de recursos humanos de alto nível e na absorção de conhecimento pela sociedade brasileira, assegurando o acesso ao conhecimento científico e tecnológico mais avançado e o estímulo à inovação e à agregação de valor à produção e ao aumento da competitividade dentro e fora do Brasil.

Compras institucionais

Compras de alimentos da agricultura familiar pelos estados, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta, mediante chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de procedimento licitatório.

Contribuição regular ou obrigatória para organismos internacionais

Gastos da União com a efetivação do pagamento de compromissos financeiros assumidos pelo governo federal brasileiro junto a organismos, entidades e fundos internacionais no âmbito da CID; tendo em vista que parte significativa desses

gastos destina-se ao custeio de organismos internacionais dos quais o país é membro, denominam-se de contribuição regular.

Contribuição voluntária para organismos internacionais

Correspondem a contribuições efetivadas a organismos internacionais em observância aos normativos que os regulam e que condicionam esses gastos à existência de previsão estatutária específica, bem como que o estatuto do organismo tenha sido incorporado ao ordenamento jurídico do país. Essas contribuições ocorrem de acordo com a vontade de um ou mais entes da administração pública, em vista de seu entendimento com relação à conveniência e à oportunidade de efetuar uma contribuição específica a uma organização da qual o Brasil é membro.

Contribuições financeiras para a cooperação humanitária

Repassa voluntário de recursos financeiros do governo brasileiro para custear ações e programas das organizações internacionais na cooperação humanitária ou para apoiar as representações diplomáticas brasileiras no exterior.

Cooperação

Implica uma relação de benefícios mútuos, horizontalidade e maior participação local dos recursos, e serve ao propósito político de distinguir o fenômeno que ocorre no âmbito Sul-Sul daquele verificado há mais tempo e extensão maior no âmbito Norte-Sul.

Cooperação científica e tecnológica

Fundamenta-se no interesse em promover o avanço do conhecimento e na busca da promoção de sinergias para a inovação e o enfrentamento dos desafios para o desenvolvimento. Prevalece o entendimento de possibilitar o acesso do país ao conhecimento científico e tecnológico, conferindo-lhe papel na produção e difusão desse conhecimento.

Cooperação educacional

Compreende a formação de estrangeiros, mediante a concessão de bolsas de estudo juntamente à oferta de vagas em instituições de ensino no Brasil.

Cooperação humanitária

Atuação do governo brasileiro com a finalidade de proteger, evitar, reduzir ou auxiliar outros países ou regiões que se encontrem em estado de calamidade pública ou em situação de emergência, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à proteção dos direitos humanos ou humanitários de sua população, respeitando a cultura e os costumes locais dos beneficiários.

Cooperação Sul-Sul

É o processo de articulação política e de intercâmbio econômico, científico, tecnológico, cultural e em outras áreas entre países em desenvolvimento, para fins de promover o desenvolvimento. O termo “Sul” deve-se ao fato de grande parte desses países localizar-se no hemisfério sul, embora haja vários deles cujo território localiza-se parcial ou integralmente no hemisfério norte. Basicamente, a cooperação Sul-Sul inclui países da África, da Ásia e da América Latina, além dos pequenos países do Caribe e da Oceania.

Cooperação técnica

Caracterizada pela transferência e pelo compartilhamento de conhecimentos e experiências, em bases não comerciais, entre países ou entre um país e um organismo internacional. Inclui-se nesse entendimento o compartilhamento de experiências com delegações estrangeiras durante missões recebidas.

Cooperação técnica horizontal

Abrange atividades pontuais, projetos e programas que envolvem transferência, geração e disseminação de conhecimentos técnicos, experiências bem-sucedidas e capacitação de recursos humanos. Visa ao fortalecimento de instituições do país parceiro, com fundamento nos conhecimentos, nas experiências e nas boas práticas em áreas e setores em que o Brasil demonstra excelência reconhecida.

Cooperação triangular

A triangulação é entendida como uma modalidade da cooperação Sul-Sul brasileira, ou seja, como um arranjo alternativo e complementar aos esforços bilaterais brasileiros. Assim, concebidas como arranjos de suporte à cooperação Sul-Sul, as iniciativas de cooperação técnica triangular das quais o Brasil é promotor são guiadas pelos seguintes parâmetros: *i*) atuação por demanda (*demand-driven*); *ii*) intercâmbio de tecnologia e conhecimento sem impor condicionalidades; *iii*) reprodução de boas práticas a serem transferidas e adaptadas à realidade de cada país; entre outros.

Cooperação trilateral

É uma modalidade de CID, com governança compartilhada, com valor agregado e vantagens comparativas identificáveis, que pode assumir diferentes arranjos de implementação envolvendo países em desenvolvimento, países desenvolvidos e/ou organismos internacionais.

Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias

necessidades. Isso significa a possibilidade de as pessoas de agora e do futuro atingirem um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os *habitat* naturais.

Direitos humanos básicos

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

Dispêndios com "atividades regionais"

Correspondem a seminários realizados em determinado país em favor de um grupo de países de uma mesma região geográfica.

Dispêndios do governo federal

Referem-se ao pagamento de passagens e diárias, horas técnicas, aquisição de materiais e equipamentos, adequação de instalações físicas e outros custos, associados ao fluxo de conhecimentos e saberes entre pessoas e instituições. Tais dispêndios não configuram fluxos financeiros do Brasil para o exterior.

Fortalecimento institucional

Compreende a transferência de conhecimentos técnicos e a capacitação de profissionais para reforçar os sistemas nacionais.

Gastos do governo federal com a Cobradi

Despesas realizadas por órgãos públicos federais com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) no financiamento de doações, horas técnicas, diárias e passagens, materiais e equipamentos, instalações físicas e outros custos associados à execução da Cobradi.

Gastos efetivamente realizados

Gastos correspondentes à liquidação de despesas executadas por entes públicos federais com recursos oriundos do orçamento público.

Integração local de refugiados

O entendimento de integração local não significa assimilação dos refugiados na sociedade em que passam a viver, ou seja, não se espera que eles abandonem sua própria cultura, tornando-se indistinguíveis da comunidade local. A ideia é que nacionais e estrangeiros possam ajustar seus comportamentos e atitudes entre si,

demandando um esforço dos nacionais para entender o diferente e o direito do estrangeiro de preservar seu repertório cultural de origem.

Manutenção da paz

As operações de manutenção da paz são estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mediante a adoção de resolução por consenso ou voto afirmativo de pelo menos nove Estados-membros com representação nesse colegiado, entre os quais necessariamente seus membros permanentes.

Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

Consistiu em um esforço internacional para alcançar desenvolvimento em setores e temas como: meio ambiente, direitos humanos e das mulheres, igualdade social e racial. Foram estabelecidos oito objetivos, com 21 metas, mensurados e comparados entre os países por meio de sessenta indicadores.

Práticas de proteção e apoio aos refugiados

As práticas de proteção e apoio aos refugiados no Brasil realizadas pelo governo federal são complementadas pelo engajamento de diversos atores da sociedade civil, que, financiados parcialmente com recursos da União, materializam o acolhimento e empenham-se na integração local dos refugiados no país.

Proteção de refugiados

A política de refúgio, referendada na Lei nº 9.474/1997, oferece proteção e assistência para aqueles estrangeiros que sofreram fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, e, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, são obrigados a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Refúgio por elegibilidade

A Lei nº 9.474/1997, em seu título IV, estabelece o processo de reconhecimento da condição de refúgio a partir de solicitação feita por estrangeiro que se encontre em território nacional à autoridade migratória, que deverá informar quanto ao procedimento cabível.

Refúgio por reassentamento

O reassentamento é uma das soluções duradouras para os refugiados e ocorre quando, no primeiro país de asilo, deixam de existir as condições necessárias para sua proteção e integração, razão pela qual se faz necessário encontrar um novo país de acolhimento.

Soluções duradouras para os refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) pode ajudar oferecendo três soluções para os refugiados: repatriação voluntária, integração local e reassentamento em um terceiro país, em situações nas quais seja impossível para um refugiado voltar ao seu país de origem ou permanecer no país de refúgio.

Vigilância sanitária

Compreende ações de prevenção e eliminação de riscos e proteção da saúde da população, decorrentes da expansão do consumo e da diversificação dos produtos e serviços ofertados pelo mercado.

APÊNDICE D

LEVANTAMENTO DE DADOS: GUIA OPERACIONAL³

1 APRESENTAÇÃO

Este guia reúne informações operacionais necessárias à realização do *Levantamento Cobradi 2014-2016* e objetiva estabelecer o processo de coordenação dos trabalhos e a articulação com a instituição parceira responsável pela condução dos trabalhos de mapeamento da atuação na cooperação internacional.

Inicialmente, cabe relatar que, ao longo desses últimos oito anos, o Ipea vem consolidando e aperfeiçoando o método de coleta e apresentação dos gastos efetivamente realizados pelos órgãos da administração pública federal na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), bem como desenvolvendo abordagens que possibilitem sistematizar o repertório de conhecimentos técnicos e científicos que consubstanciam a difusão e o compartilhamento de conhecimentos e de experiências com países e organizações estrangeiras.

As recomendações deste guia estão assentadas na experiência acumulada pelos pesquisadores da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte/Ipea) na formulação dos relatórios, e devem ser entendidas como parte do esforço de valorização do conhecimento e das peculiaridades da cooperação internacional a partir dos relatos das práticas que são difundidas e transferidas. Neste ponto, pode-se afirmar que o *Relatório Cobradi* “fotografa” as atividades da cooperação internacional do Brasil e, mediante metodologia própria, contribui para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Os trabalhos de formulação do *Relatório Cobradi 2014-2016* que ora são retomados com a instituição parceira objetivam lograr o entendimento mais completo e preciso da cooperação internacional, deixando claros sua complexidade e seu alcance.

Os relatórios com dados oficiais da Cobradi publicados até o momento apresentam sua mensuração em termos de gastos⁴ (Brasil, 2010; 2013; 2016). O *Relatório Cobradi 2014-2016*, em fase de elaboração, focaliza as ações que o

3. Este documento foi elaborado para uso exclusivo dos pesquisadores que integram a equipe técnica de coordenação do Projeto Cobradi Ipea/Dinte e pela equipe técnica da Assessoria Internacional do Ministério da Educação (MEC) para fins do levantamento de dados e informações das atividades internacionais do MEC durante o período 2014-2016, sendo, portanto, de circulação restrita e divulgação desautorizada.

4. As despesas orçamentárias destinadas aos gastos na Cobradi são financiadas com recursos do Tesouro Nacional e compreendem dispêndios com salários, material de consumo, pagamento de diárias, contribuições a organismos internacionais e doações classificadas segundo determinação das leis de diretrizes orçamentárias vigentes.

governo federal brasileiro realizou sob tal denominação⁵ como insumo para a reflexão sobre a política brasileira de cooperação para o desenvolvimento internacional.

Cumprir registrar que a caracterização do perfil da Cobradi somente será possível a partir de dados disponibilizados por instituições do governo federal brasileiro responsáveis pela execução das atividades da cooperação internacional, possibilitando responder à questão: afinal de contas, quais políticas, programas e atividades foram executados de 2014 a 2016?

O mapeamento da atuação das instituições da administração pública federal possibilitará o aperfeiçoamento da política ou das políticas públicas de cooperação internacional do Brasil.

Há de se ter presente que as possibilidades de tratamento dos dados levantados e de análise das ações de cooperação internacional estão fortemente vinculadas à qualidade das descrições realizadas no levantamento que ora se inicia.

O objetivo desta fase do estudo consiste em identificar e caracterizar as ações de cooperação internacional⁶ realizadas pelos órgãos públicos federais no período de 2014 a 2016 e suas expressões setoriais e temáticas.

2 A DEMANDA ATUAL E PRAZO

A coordenação do Projeto Cobradi/Ipea solicita às instituições parceiras a formulação de *texto em linguagem direta e clara*, que se inicie com a apresentação da instituição seguida da descrição dos projetos, das atividades e dos programas realizados no período de 2014 a 2016. Recomenda-se, para tanto, observar as etapas a seguir descritas.

- Etapa 1 – Listagem e identificação das atividades, dos projetos, dos programas e das parcerias internacionais coordenados e executados pela instituição.
- Etapa 2 – Elaboração de texto sobre a atuação internacional realizada pela instituição, mediante abordagem descritiva das atividades, dos projetos, dos programas e das parcerias internacionais identificados na etapa anterior.

Durante a realização dessas duas etapas, orienta-se à instituição parceira esclarecer eventuais dúvidas, mediante o uso do endereço eletrônico <cobradi@ipea.gov.br>.

5. A base legal que sustenta a Cobradi no sistema internacional está inscrita no Artigo 4º da Constituição Federal, que trata dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil e estabelece, em seu inciso IX, o princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

6. As “ações da Cobradi” referem-se, para fins deste levantamento, às descrições de atividades, projetos, programas e parcerias internacionais para o desenvolvimento fornecidas por instituições do governo federal brasileiro.

cabendo à coordenação do Projeto Cobradi/Ipea manifestar-se sobre sua inteligibilidade, evitando-se retrabalho ou imprecisões que dificultarão o tratamento dos dados e sua análise.

Fica assentado que, após a conclusão dessas duas etapas, a coordenação do Projeto Cobradi/Ipea agendará reunião com a instituição, objetivando repassar o texto completo que reúne sua atuação na cooperação internacional.

- Etapa 3 – Levantamento de gastos da instituição na cooperação internacional.

Os gastos registrados nos *Relatórios Cobradi* são conceitualmente representados de duas formas, sendo eles:

- a) com servidores e colaboradores da administração pública federal, incluindo passagens, diárias, salários e horas técnicas; com bolsas de pesquisa; e com doações;
- b) aqueles decorrentes de compromissos e obrigações do governo federal brasileiro junto a organismos internacionais;
- c) atividades, projetos, programas e parcerias.

As passagens são contabilizadas por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), em que cada instituição possui em sua base de dados, já com os valores finais referentes às viagens e aos afastamentos de cada servidor nos projetos realizados no período.

As horas técnicas são calculados a partir do salário bruto de cada servidor, incluindo o cargo de direção e assessoramento superior (DAS) (quando necessário). Esse valor é dividido por trinta dias (ou 22 dias úteis, a depender do mês), chegando ao valor de um dia trabalhado de oito horas diárias. Dessa forma, pode-se calcular o valor da hora técnica referente aos dias de afastamento, multiplicando pela quantidade de dias de duração da viagem, incluindo os dias de percurso com deslocamento.

Por exemplo, um determinado servidor que tem remuneração mensal de R\$ 21.392 mais R\$ 2.814 de DAS, com base nos cálculos adotados, ganha, por dia (salário total/30), R\$ 807. Esse mesmo servidor participou de um evento na Colômbia em 2015 durante quatro dias; dessa forma, a hora técnica foi de (salário-dia x dias afastados) R\$ 3.228.

O formato de envio desses gastos é por meio de planilha, contendo:

- projeto;
- país de destino do servidor;
- valor das diárias e passagens;

- cálculo da hora técnica;
- outros gastos eventuais (detalhar).

Já os gastos referentes a atividades, projetos, programas ou parcerias são enviados também por meio de planilhas eletrônicas, no seguinte formato:

- instituição executora;
- instituição internacional recipiendária da atividade;
- nome do projeto/atividade/programa;
- objetivo da missão;
- tipo de gasto;
- período da missão;
- país cooperante ou organismo internacional parceiro.

3 LEGITIMAÇÃO DO TEXTO

Concluído e revisto o texto com a descrição da atuação da instituição na Cobradi e a correspondente planilha de gastos, a coordenação do Projeto Cobradi/Ipea ficará responsável pela revisão, edição e adequação do texto final. Após, será encaminhada versão preliminar à instituição para eventuais ajustes, referendando sua publicação no *Relatório Cobradi 2014-2016*.

Atenção!

- esta é uma versão preliminar do *Guia Operacional Cobradi 2014-2016* formulado pela coordenação do Projeto Cobradi/Ipea para uso privativo dos profissionais dos órgãos federais que atuam nas diferentes etapas do levantamento das atividades de suas instituições no período 2014-2016;
- o Ipea desautoriza a circulação dessa versão e solicita comentários e sugestões que aperfeiçoem e simplifiquem a comunicação;
- os textos e as informações resultantes deste trabalho serão inicialmente analisados pela coordenação do Projeto Cobradi/Ipea, discutidos oportunamente com os representantes do órgão público responsável pelo levantamento dos dados para, finalmente, serem incluídos no *Relatório 2014-2016*;
- somente após os dirigentes referendarem o texto e a planilha de gastos relativos à atuação de sua instituição é que o Ipea procederá sua inclusão no texto do *Relatório Cobradi 2014-2016*.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Ipea

Revisão e editoração

Editorar Multimídia

Capa

Editorar Multimídia

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

MISSÃO DO IPEA

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

Resultado de esforço transparente de coordenação e levantamento do governo federal, o *Relatório Cobradi*, a mais importante e amplamente reconhecida referência sobre a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), vem se aperfeiçoando a cada edição, de que é prova o presente volume.

João Almino

Escritor, embaixador e ex-diretor da Agência Brasileira de Cooperação

A cooperação internacional brasileira é parte fundamental do nosso desenvolvimento, contribuindo para uma maior e melhor presença do Brasil e da América Latina no mundo. A cooperação internacional tem longa tradição no Brasil, não somente em recebê-la, mas em prover conhecimento e intercâmbio para vários países. A cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi) mensura e informa a amplitude dessa cooperação. Tomamos conhecimento que o Brasil é capaz de atender ao interesse internacional em áreas diversas da agricultura familiar às tecnologias industriais mais avançadas e na execução de políticas públicas como segurança alimentar, combate à pobreza, serviços de saúde, entre outras.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) acompanha a cooperação brasileira há quarenta anos, desde a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) em Buenos Aires, em 1978, e mantém uma colaboração com a mesma duração contínua com o Ipea. Nessa parceria com o instituto, colaboramos para apoiar o estudo da cooperação internacional brasileira que, graças à capacidade técnica do Ipea e de outras instituições brasileiras, como a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), resultou na Cobradi.

A evolução, a metodologia e os resultados da Cobradi contribuem para que a Cepal, por meio de seu Comitê de Cooperação Sul-Sul, possa estudar e analisar as ações e os projetos dos seus países-membros.

Carlos Mussi

Economista, diretor do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe no Brasil

Na academia, em instituições de pesquisa e em *think tanks* do Brasil e do mundo, as publicações oficiais sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) tornaram-se referência obrigatória, sendo amplamente citadas e referenciadas. Não obstante o pioneirismo da iniciativa e os desafios a ela inerentes, é inegável a sua contribuição para a promoção da transparência e do conhecimento sobre o fenômeno no país e no mundo. Uma análise mais transversal do conjunto das obras revela ainda um crescente amadurecimento de olhares e de leituras sobre o fenômeno rumo à sua caracterização de forma singular, muito atenta às peculiaridades brasileiras, sem deixar de reconhecer a existência de parâmetros e indicadores de cooperação para o desenvolvimento vigentes no mundo. Nesse sentido, revela-se também como prática inovadora, e, assim, à semelhança de inúmeros outros conhecimentos, saberes e experiências brasileiros de interesse internacional, carrega o potencial de compartilhamento com outras nações e instituições internacionais engajadas no tema.

Rodrigo Pires de Campos

Professor do Instituto de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

